

# GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 6 N° 2/2022

ISSN 1984-1647

## OUTRAS GEOGRAFIAS E (A)DIVERSIDADES Experiências e Potencialidades



### EDIÇÃO ESPECIAL

Curso de Geografia da FCT-UNESP

unesp 

© 2022 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

CAPA & PROJETO GRÁFICO  
Rizia Mendes Mares

FOTO DE CAPA  
Adaptada de Freepik Company

DIAGRAMAÇÃO  
Rizia Mendes Mares

REVISÃO  
Rizia Mendes Mares  
Roberta Oliveira da Fonseca  
Wanderson Ferreira dos Anjos

EDITORACÃO ELETRÔNICA  
Rizia Mendes Mares

## OUTRAS GEOGRAFIAS E (A)DIVERSIDADES Experiências e Potencialidades

### EDIÇÃO ESPECIAL

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.  
Campus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2022.

Edição Especial, v.6, n.2, 274p, Outras Geografias e (a)dversidades: experiências e potencialidades - set/2022.  
ISSN 1984-1647.DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9576>

1. Geografia. 2. Abastecimento de água 3. Atuação imobiliária. 4. Ensino de Geografia. 5. Pandemia. 6. Campesinato.  
7. Juventude. 8. Think tanks. 9. Gênero. 10. Regionalização. 11. Políticas Públicas. 12. Turismo.

I.

Universidade Estadual Paulista.  
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia.

I

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.  
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

# GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

## EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Pasqual Barretti  
Reitor  
Maysa Furlan  
Vice-Reitora

## ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia  
Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467  
Telefone: (18) 32295650

Home Page: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos>  
E-mail: [geotatos.editorial@gmail.com](mailto:geotatos.editorial@gmail.com)

## EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente

José Mariano Caccia Gouveia (FCT-UNESP)  
Fredri dos Santos Bento (FCT/UNESP)  
Riztia Mendes Mares (FCT/UNESP)

Conselho Executivo

Fredri dos Santos Bento (FCT/UNESP)  
Guilherme dos Santos Claudino (UFMS)  
Karina Malachias Domingos dos Santos (FCT/UNESP)  
Laércio Yudi Watanabe Silva (FCT/UNESP)  
Larissa Araújo Coutinho de Paula (UESB)  
Mateus Fachin Pedrosa (FCT/UNESP)  
Riztia Mendes Mares (FCT/UNESP/IFBA)  
Roberta Oliveira da Fonseca (FCT/UNESP)  
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt (FCT/UNESP)  
Wanderson Ferreira dos Anjos (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil  
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

## MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

## BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

# GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2022 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS (Online). *Outras geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades*. v. 6, n. 2, Set/2022. 274P.  
DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9576>

#### Conselho Científico da Edição

André Luiz Pinto (UFMS-Três Lagoas)  
Arthur Magon Whitacker (FCT-UNESP)  
Cláudio Smalley Soares Pereira (UPE-Petrolina)  
Danielle Silva Yabuki (FCT-UNESP)  
Diego Moraes Flores (UNILA)  
Eduardo Karol (DGEO/FFP/UERJ)  
Élvis Christian Madureira Ramos (UFMS)  
Francílio de Amorim dos Santos (IFPI- Campus Piripiri)  
Fredy dos Santos Bento (FCT-UNESP)  
Gerson Antonio Barbosa Borges (FCT-UNESP)  
Klondy Lúcia de Oliveira Agra (UNIRON)  
Marcio Jose Celeri (UFMA)  
Martin Ignacio Torres Rodriguez (Universidad de Chile)  
Mateus Fachin Pedroso (FCT-UNESP)  
Paulo Joia Paulo Roberto (UFMS)  
Renata Maria Ribeiro (UNESP-Campus Experimental Rosana)  
Rizia Mendes Mares (IFBA-Irecê)  
Rogério Nogueira de Mesquita (UNIR)

## SUMÁRIO

|  |        |
|--|--------|
| <b>Folha de rosto</b> .....  | I      |
| <b>Expediente</b> .....  | II-III |
| <b>Sumário</b> .....   | IV     |
| <b>Editorial</b> .....   | V      |
| <i>Rizja Mendes Mares, Roberta Oliveira da Fonseca, Wanderson Ferreira dos Anjos</i>   |        |
| <b>Apresentação</b>  |        |
| <i>Outras geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades</i> .....   | 6      |
| <i>Rizja Mendes Mares, Roberta Oliveira da Fonseca, Wanderson Ferreira dos Anjos</i>   |        |
| <b>Artigos</b>   |        |
| <b>Os sistemas de abastecimento e de tratamento de água de Pacaembu- SP</b> .....  | 10     |
| <i>Alexandre Antonio Abate e Augusto Marques da Silva</i>  |        |
| <b>A atuação da MRV Engenharia S/A no espaço urbano brasileiro: o caso de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto- SP</b> .....                                  | 27     |
| <i>Bruna Ribeiro Corrêa</i>  |        |
| <b>Relato de experiência no estágio supervisionado em geografia: o croqui cartográfico como recurso metodológico no ensino básico</b> .....                      | 45     |
| <i>Dionel Barbosa Ferreira Júnior e Robson Alves dos Santos</i>  |        |
| <b>Os (mega)eventos em tempos de pandemia e os impactos do coronavírus</b> .....   | 64     |
| <i>Elvis Simões Pitoco da Silva</i>  |        |
| <b>Uso das águas subterrâneas e conflito no abastecimento de água em pequena cidade do semiárido potiguar</b> .....  | 92     |
| <i>Vinícius Domingos Aires de Almeida, Paulo Victor Menezes Vieira, Isabel Cristina Silva Ferreira, Nathália Helene Simão da Silva e Felipe da Silva Peixoto</i> |        |
| <b>A geohistoricidade camponesa em “A terra e o homem no Nordeste”</b> .....   | 111    |
| <i>Gerlane Gomes da Rocha e Rodrigo Dutra Gomes</i>  |        |
| <b>Cultura universitária e experiência de juventude de estudantes de geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente</b> .....                                      | 129    |
| <i>João Pedro Turino Silva</i>   |        |
| <b>Think Tanks ultraliberais: o caso do discurso do Instituto Mises Brasil sobre a pandemia do Covid-19 (2021)</b> .....   | 152    |
| <i>Leandro Nieves Ribeiro</i>  |        |
| <b>Trabalho, gênero e subordinação do campesinato no Pontal do Paranapanema (São Paulo)</b> .....  | 181    |
| <i>Maria Aparecida Martins dos Santos</i>  |        |
| <b>Comparação entre as regionalizações do IBGE de 1990 e 2017 em Minas Gerais: breves discussões</b> .....   | 200    |
| <i>Marina Gabriele Amarante Santos e Ana Márcia Moreira Alvim</i>  |        |
| <b>As consequências da pandemia na geração de trabalho e renda: uma análise exploratória sobre a economia criativa e popular em Araraquara/SP</b> .....          | 225    |
| <i>Renan Augusto Ramos</i>   |        |
| <b>Práticas e discursos do Estado brasileiro na condução da política de turismo na “Era PT”</b> .....  | 249    |
| <i>Roberson da Rocha Buscioli</i>  |        |

---

# Editorial

A Revista Geografia em Atos (Online) é uma publicação do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, Classificada no Qualis CAPES e desde 1999 publica e divulga artigos da Geografia e áreas afins com mais de 30 números publicados. A Revista GeoAtos tem recebido e disseminado em fluxo contínuo trabalhos científicos com resultados de pesquisa desde sua instituição sede, e de demais instituições acadêmicas nacionais e internacionais. A GeoAtos publica em fluxo contínuo artigos, notas de pesquisa, resenhas, entrevistas, ensaios, traduções, priorizando a cobertura temática da Geografia e áreas afins, que possuam qualidade, relevância, originalidade e que sejam inéditos. Especialmente nesse número dedicamo-nos ao trabalho junto à Comissão Geral e Comissão Científica da XXI SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP, na publicação de artigos selecionados a comporem tradicional Edição Especial deste importante evento para o Curso de Geografia da FCT/UNESP, convidando-nos a refletir, sob outras lentes, sobre as potencialidades e experiências de uma Geografia plural em um contexto de (a)diversidade. Aproveitamos esse editorial para reafirmar o nosso compromisso de promover e compartilhar com seriedade e respeito o trabalho de diversos profissionais que escolheram a Revista Geografia em Atos para apresentar suas pesquisas, da confiança depositada neste periódico. E, além de convidar à leitura e compartilhamento desta edição especial, convidar, também, ao exercício do ato de esperar. O ano de 2022, além de tensões, conflitos, preocupações, desigualdades, carrega as potências e possibilidades de uma nova chance para a(o)s brasileira(o)s, em especial. Sigamos, assim, a recomendação do Mestre: ESPERANÇAR É PRECISO!

*"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo".*

*Paulo Freire, Pedagogia da Esperança, 1992.*

**Boa leitura!**

*Rizzia Mendes Mares  
Roberta Oliveira da Fonseca  
Wanderson Ferreira dos Anjos  
Editores.*

**OUTRAS GEOGRAFIAS E (A)DIVERSIDADES: EXPERIÊNCIAS E  
POTENCIALIDADES**

**Rizia Mendes Mares<sup>1</sup>**

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

**Roberta Oliveira da Fonseca<sup>2</sup>**

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

**Wanderson Ferreira Dos Anjos<sup>3</sup>**

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

Como citar:

MARES, R.M.; FONSECA, R. O. da.; ANJOS, W. F. dos. Outras geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, p. 6-9, set/2022. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9572>

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal da Bahia-Campus Irecê. Doutoranda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: [rizia.mares@ifba.edu.br](mailto:rizia.mares@ifba.edu.br) / [r.mares@unesp.br](mailto:r.mares@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9332-8803>

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: [oliveira.fonseca@unesp.br](mailto:oliveira.fonseca@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2672-2258>

<sup>3</sup> Mestrando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bibliotecário pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: [wanderson.anjos@unesp.br](mailto:wanderson.anjos@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1456-0696>

## Apresentação

Em sua 21ª edição a Semana de Geografia, juntamente com a 16ª edição do Encontro de Estudantes de Geografia e 7º Seminário Nacional de Integração da Graduação e da Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, “Júlio Mesquita Filho”, UNESP de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, promoveu um momento profícuo de debates e reflexões acerca do tema “**Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades**”, em um evento acadêmico, científico e cultural ocorrido de modo remoto – on-line- no período de 18 a 29 de março de 2021.

Ainda sob os impactos e desdobramentos da pandemia do coronavírus (COVID-19) doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, a tradição de realização do evento manteve-se possibilitado pelo grande empenho de estudantes de graduação e pós-graduação, de professores, colaboradores, dos

setores administrativos da Instituição para que o evento pudesse acontecer e difundir-se.

Com uma proposta temática contemporânea o evento voltou-se à reflexão sobre o fazer geográfico em sua Diversidade com temas diagonais na Geografia Latino-americana, como o feminismo e sexualidade, decolonialidade, antirracista etc. Também, em sua Adversidade, dialogando sobre os desafios impostos à sociedade e à natureza, sobretudo, num período de aprofundamento da lógica neoliberal, em que verificamos, por exemplo, uma ofensiva sobre a Educação em que a Geografia Escolar e o Ensino de Geografia enfrentam a reforma do Ensino Médio, as reformulações lateralizadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ainda assim, o evento possibilitou o compartilhar de resistências e relatos de experiências concretas de produção do conhecimento e sua divulgação para a sociedade. Outra dimensão priorizada foi a Transversalidade, com debate sobre as interfaces do fazer geográfico envolvendo a Geografia e outras disciplinas das Humanidades e Ciências Naturais, da relação sociedade-natureza e das mudanças ambientais globais.

Para tanto, reuniu um conjunto de estudantes e profissionais de diferentes Centros e Grupos de Pesquisa e Instituições de Educação nacionais e internacionais, Coletivos, Grupos de Trabalho, profissionais da Educação Básica atuando em mesas redondas, oficinas, minicursos, rodas de conversa e documentários, cafés, mostras fotográficas, literárias e cartográficas com transmissão on-line.

Parte desse rico momento de encontros de trajetórias e experiências foi organizado em texto e publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia, pela Coordenação Geral do evento, da Comissão Científica e do Conselho do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP, disponível através do link <<https://sites.google.com/view/semanageounespp/edi%C3%A7%C3%A3o-atual?authuser=0>>.

Como possibilidade de continuar as reflexões propostas durante o evento, a sua Comissão Científica selecionou artigos para uma coletânea especial que é, tradicionalmente, publicada pela revista Geografia em Atos. Sobre esses artigos nos deteremos a apresentá-los.

No primeiro artigo intitulado “*Os sistemas de abastecimento e de tratamento de água de Pacaembu – SP*”, os autores Alexandre Antonio ABATE e Augusto Marques da SILVA apresentam reflexões teóricas sobre a problemática ambiental, especificamente, sobre a qualidade da água oferecida pelo sistema de abastecimento do município de Pacaembu-SP que consegue manter abastecidos todos os domicílios urbanos e rurais atendendo aos padrões exigidos pela legislação.

No segundo artigo, intitulado “*A atuação da MRV Engenharia S/A no espaço urbano brasileiro: o caso de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP*”, Bruna Ribeiro CORRÊA analisa a expansão da produção imobiliária, com base na atuação da MRV Engenharias S/A em nos municípios de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP, dispondo de um conjunto de dados e material cartográfico a autora discute a lógica adotada pela incorporadora afirmando haver práticas de implementação distintas em cada cidade de atuação, ainda que sob as mesmas estratégias econômicas e padrões construtivos.

No terceiro artigo, intitulado “*Relato de Experiência no Estágio Supervisionado em Geografia: o croqui cartográfico como recurso metodológico no ensino básico*”, Dionel Barbosa FERREIRA JÚNIOR e Robson Alves dos SANTOS abordam o tema da educação geográfica e o ensino de Geografia problematizando as transições na abordagem de conteúdos, práticas de ensino e metodologias didáticas desmistificando a ideia de uma disciplina decorativa, conteudista. Os autores propõem o uso de croquis na cartografia pelos ganhos em termos de participação ativa do(a)s estudantes, elaboração e apreensão de conteúdos de modo criativo e desenvolvimento cognitivo e domínio espacial.

No quarto artigo intitulado “*Os (mega)eventos em tempos de pandemia e os impactos do coronavírus*”, o autor Elvis Simões Pitoco da SILVA analisa a atuação dos Estados-Nacionais, Organizações Não Governamentais Nacionais e Internacionais, instituições e entidades diretivas do esporte frente à situação de calamidade pública instaurada pela pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2), identificando os principais (mega)eventos esportivos afetados. Amparando-se em fontes de dados jornalísticos e das instituições pesquisadas citadas, relata o ineditismo no cancelamento de eventos esportivos mundiais, da inquietação oriunda dos que mantiveram sua programação e que apesar de trágica, na história recente do esporte (e da humanidade), outras manifestações epidemiológicas ocorreram na agenda esportiva, mas que nunca fora verificado um impacto tão grande e em todos os níveis dessa cadeia simultaneamente.

No quinto artigo, intitulado “*Uso das águas subterrâneas e conflito no abastecimento de água em pequena cidade do semiárido potiguar*”, os autores Vinícius Domingos Aires de ALMEIDA, Paulo Victor Menezes VIEIRA, Isabel Cristina Silva FERREIRA, Nathália Helane Simão da SILVA e Filipe da Silva PEIXOTO analisam a condição de distribuição e acesso à água potável e o aumento da população, bem como, do consumo, resultando no acirramento do conflito pela água. Com foco no Nordeste do Brasil, os autores caracterizaram o abastecimento hídrico urbano em uma pequena cidade semiárida, Riacho de Santana-RN, indicando, dentre outros resultados, o agravamento da situação de conflitos por irregularidades na gestão e fiscalização do recurso hídrico.

No sexto artigo, intitulado “*A geohistoricidade camponesa em ‘A Terra e o homem no Nordeste’*”, os autores Gerlane Gomes da ROCHA e Rodrigo Dutra GOMES retratam a trajetória de vida de Manuel Correia de Andrade e de como o autor lidou com a espacialidade do campesinato no Nordeste do Brasil desde as contradições, permanências e mudanças como possibilidade de leitura contemporânea da realidade nordestina. Especificamente sobre a obra analisada os autores destacam as contribuições dessa narrativa por explicitar, no espaço e no tempo, a exploração a que estavam submetidos os camponeses.

No sétimo artigo, denominado *Cultura universitária e experiência de juventude de estudantes de geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente*, de autoria João Pedro Turino SILVA, aborda a cultura universitária; sobretudo as trajetórias, origens, cotidiano, projetos e o lazer de jovens universitários do 2º e 3º ano do curso de graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. As estratégias metodológicas aportadas incluem a análise de dados qualitativos e quantitativos, dentro os quais, a aplicação de questionários, a obtenção de dados da Seção Técnica de Graduação,

a realização de entrevistas e grupos focais.

No oitavo artigo, intitulado *Think Tanks Ultraliberais: o caso do Instituto Mises Brasil sobre a Pandemia do Covid – 19 (2021)*, de Leandro Nieves RIBEIRO, analisando o discurso do Instituto Ludwig Von Mises Brasil sobre a pandemia de Covid-19 expresso em seus materiais de divulgação, potencializando o avanço do conservadorismo ao reproduzirem desinformação, assim como evidenciando uma postura negacionista, difundindo teorias conspiratórias sobre a pandemia. Desta maneira, o discurso analisado coaduna com os interesses políticos e econômicos ultraliberais, divergindo das medidas adotadas por organizações públicas e governos na adoção de medidas sanitárias de combate à pandemia.

O nono artigo, nomeado *Trabalho, gênero e subordinação do campesinato no Pontal do Paranapanema (São Paulo)*, de Maria Aparecida Martins SANTOS, discute a subordinação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema, especificamente sobre as relações de trabalho e a invisibilidade das mulheres camponesas na produção integrada de pepinos.

O décimo texto, intitulado *Comparação entre regionalizações de 1989 e 2017 do IBGE em Minas Gerais: breves discussões*, de autoria de Marina Gabriele Amarante SANTOS, busca apresentar uma análise sobre a nova regionalização do IBGE divulgada em 2017, que substituiu as mesorregiões e microrregiões geográficas pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas.

O penúltimo artigo intitulado *As consequências da pandemia na geração de trabalho e renda: uma análise exploratória sobre a economia criativa e popular em Araraquara/SP*, de Renan Augusto RAMOS, buscou caracterizar os impactos da pandemia de Covid-19 nas atividades criativas e populares do município de Araraquara/SP. Os resultados apontaram que para além das demandas financeiras, as atividades criativas também possuem caráter de sociabilidade em si, que se desenvolvem nos espaços públicos.

O artigo que encerra essa edição especial, intitulado *Práticas e discursos do Estado brasileiro na condução da política de turismo na “Era PT”*, de Roberson da Rocha BUSCIOLI, discorre sobre as práticas e o discurso do Estado na condução da Política Pública de Turismo, no período considerado a “Era PT”, de 2003 a 2016. Como resultados principais observamos que desde os anos de 1990, e em especial após os anos 2000, com a criação do Ministério do Turismo, estabeleceu-se no Brasil um processo de modernização do território, capitaneado pelo Estado a partir de investimentos voltados ao consumo do espaço por meio da atividade turística, materializado em ações deliberadas como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Boa leitura e cuidem-se!



## OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE PACAEMBU - SP <sup>1</sup>

**Alexandre Antonio Abate <sup>2</sup>**

*Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) Presidente Prudente, São Paulo, Brasil*

**Augusto Marques da Silva <sup>3</sup>**

*Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) Presidente Prudente, São Paulo, Brasil*

### Resumo

Como citar:

ABATE, A. A.; SILVA, A. M. da. Os sistemas de abastecimento e de tratamento de água de Pacaembu-SP. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 10-26.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9112>

**Recebido em:** 2021-12-27

**Devolvido para correções:** 2022-04-07

**Aceito em:** 2022-06-02

**Publicado em:** 2022-09-22

Este trabalho é uma síntese do artigo elaborado para a disciplina de *Problemas Ambientais Urbanos*, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente-SP. Dentre os vários elementos trabalhados nele, optamos por apresentar neste trabalho os sistemas de abastecimento e de tratamento de água do município de Pacaembu-SP. Para a compreensão deles, realizamos uma visita técnica ao Departamento de Água e de Esgoto (DAE) e entrevista semiestruturada, além da obtenção de dados em diferentes portais, dentre eles o da Agência Nacional de Águas (ANA), o do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A interpretação e a discussão de todos os resultados obtidos foram amparadas na revisão bibliográfica e nas consultas às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). No que tange aos resultados obtidos, destacamos que a água oferecida pelo sistema de abastecimento de Pacaembu é de boa qualidade, conforme pesquisa de Yasui (2015), sendo que o volume captado a partir de sete poços é superior à demanda. Referente ao tratamento, são utilizadas a cloração e a fluoretação.

**Palavras-chave:** Abastecimento de água; Tratamento de água; Pacaembu

1 Texto originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/Unesp e selecionado para compor esta edição especial da Revista GeoAtos. O texto original foi revisado para esta publicação.

2 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnol (FCT) - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Processo nº 88887.675813/2022-00.

E-mail: alexandre.abate@unesp.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1337-4303>

3 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Processo nº 88887.675816/2022-00.

E-mail: augusto.marques@unesp.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1699-6354>

## LOS SISTEMAS DE ABASTECIMIENTO Y TRATAMIENTO DE AGUA DE PACAEMBU- SP

### Resumen

Este trabajo es una síntesis del artículo preparado para la disciplina de *Problemas Ambientales Urbanos*, impartida en el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Presidente Prudente - SP. Entre los diversos elementos trabajados, elegimos presentar en este trabajo los sistemas de abastecimiento y tratamiento de agua del municipio de Pacaembu - SP. Para entenderlos, realizamos una visita técnica al Departamento de Aguas y Alcantarillado (DAE) y entrevista semiestructurada, además de obtener datos de diferentes portales, entre ellos la Agencia Nacional del Agua (ANA), el Sistema Nacional de Información de Saneamiento (SNIS) y la Compañía Ambiental del Estado de São Paulo (CETESB). La interpretación y discusión de todos los resultados obtenidos se basó en la revisión de la literatura y en las consultas con las resoluciones del Consejo Nacional de Medio Ambiente (CONAMA). En cuanto a los resultados obtenidos, destacamos que el agua que ofrece el sistema de abastecimiento de Pacaembú es de buena calidad, según la investigación de Yasui (2015), y el volumen captado de siete pozos es superior a la demanda. En cuanto al tratamiento, se utiliza la cloración y la fluoración.

**Palabras clave:** Abastecimiento de agua; Tratamiento de agua; Pacaembu

## THE WATER SYSTEMS OF SUPPLY AND TREATMENT OF PACAEMBU - SP

### Abstract

This work is a synthesis of the article elaborated for the *Urban Environmental Problems* discipline, provided in the ambit of the Pos-Graduation Program on Geography of São Paulo State University (Unesp), campus of Presidente Prudente - SP. Among the several elements worked on it, we choose to present in this work the water systems of supply and treatment of the municipality of Pacaembu - SP. For the understanding of them, we realized a technique visit to the Department of Water and Sewage (DAE) and semi-structured interview, as well as the data retrieval in different portals, among them the Water National Agency (ANA), the National System of Sanitation (SNIS) and the São Paulo State Environmental Company (CETESB). The interpretation and the discussion of all the obtained results were under on bibliographic review and on the queries of the National Board of Environment (CONAMA) resolutions. With regard to the obtained results, we highlight that the water offered by the water supply of Pacaembu is of good quality, according to the research of Yasui (2015), and the captured volume by seven wells is higher than the demand. Regarding to the treatment, are used the chlorination and the fluoridation

**Keywords:** Water supply; Water treatment; Pacaembu.

## Introdução

Este trabalho é uma síntese do artigo elaborado para a disciplina de *Problemas Ambientais Urbanos*, ministrada em 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente-SP. Visando à compreensão da situação ambiental do município de Pacaembu, situado no Estado de São Paulo, realizamos uma investigação a partir de quatro perspectivas analíticas: 1) sistemas de abastecimento e de tratamento de água; 2) sistema de tratamento de esgoto; 3) análise sobre o lixo produzido e a sua forma de coleta e de disposição final; 4) discussão teórica sobre as áreas verdes urbanas e a espacialização de todas as praças da cidade, assim como a apresentação de um estudo de caso referente à avaliação da Praça "Avamor Berlanga Mugnai". A discussão ora apresentada, por se tratar, conforme já destacamos, de uma síntese, baseia-se apenas no primeiro eixo analítico, isto é, realizaremos, neste artigo, uma análise apenas dos sistemas de abastecimento e de tratamento de água do referido município.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresentamos a nossa área de estudo, destacando alguns aspectos atinentes à gênese de Pacaembu-SP, além da sua classificação no âmbito do estudo intitulado *Regiões de Influência das Cidades - REGIC*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, com dados referentes a 2007. Na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação. Na terceira, apresentamos e discutimos os resultados obtidos, concernentes aos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, além dos resultados provenientes da pesquisa desenvolvida por Yasui (2015) no âmbito do seu trabalho de conclusão do curso de Engenharia Ambiental. Nas considerações finais, há uma síntese do conteúdo apresentado no artigo, com destaque para os principais resultados revelados pela pesquisa.

## Área de estudo: Pacaembu - SP

Consoante Abreu (1972) e Stefani (2007), as ferrovias<sup>1</sup> do Estado de São Paulo se caracterizaram por serem estradas do café e foram as responsáveis pela formação de diversos

---

<sup>1</sup> Além de ter atuado, de forma determinante, para a gênese de Pacaembu, é importante destacar, também, que esse modal de transporte atuou em prol do município devido à possibilidade de ampliação das lavouras, sobretudo de café, as quais poderiam ser escoadas rumo ao porto de Santos. Desse modo, é nesse contexto

núcleos urbanos. Confirmando esse fato, IBGE cidades (*sem data*) destaca que, a partir de 1925, devido ao avanço da Companhia Paulista de Estrada de Ferro com destino ao Rio Paraná, diversas lavouras de café foram plantadas no Oeste Paulista, atraindo diversos agrupamentos humanos para a região, havendo, posteriormente, a gênese de núcleos urbanos. É nesse contexto, consoante o Portal<sup>2</sup> Memorial dos Municípios (*sem data*), que houve a gênese de Pacaembu-SP. Assim, a sua origem esteve associada, inicialmente, à expansão da cultura cafeeira para o Oeste Paulista, possibilitando, dessa forma, a organização de vários agrupamentos humanos na localidade: Sumatra, Iracema, Guaraniúva e Esplanada. A partir da ampliação e da junção crescente de tais agrupamentos, a denominação Guanariúva passou a se referir à totalidade dos povoados, sendo que, em 30 de novembro de 1944, por meio do Decreto de Lei 14.334, que versava sobre o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo em comarcas, municípios e distritos, o povoado Guaraniúva, denominado até então como vila pelo referido decreto, foi reconhecido como distrito pertencente ao município de Lucélia. Em 24 de dezembro de 1948, por intermédio do Decreto de Lei 233, que atualizou o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo, o então distrito de Guaraniúva foi elevado à categoria de município, passando a denominar-se Pacaembu e, portanto, desmembrando-se do município de Lucélia. Todavia, a efetivação da sua autonomia administrativa deu-se apenas em 02 de abril de 1949, sendo essa a data oficial referente à gênese da cidade/município.

O município de Pacaembu (Figuras 1 e 2) está situado no Oeste Paulista, a latitude de 21° 33' 43" (sul), a longitude de 51° 15' 39" (oeste) e a altitude de 415 metros, pertencendo à Bacia Hidrográfica do Rio Aguapéi. Possuía, em 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE realizado nesse ano, 13.226 habitantes (IBGE cidades, *sem data*), sendo que, para 2021, o referido portal do IBGE estima a população do município em 14.326 pessoas. Em 2010,

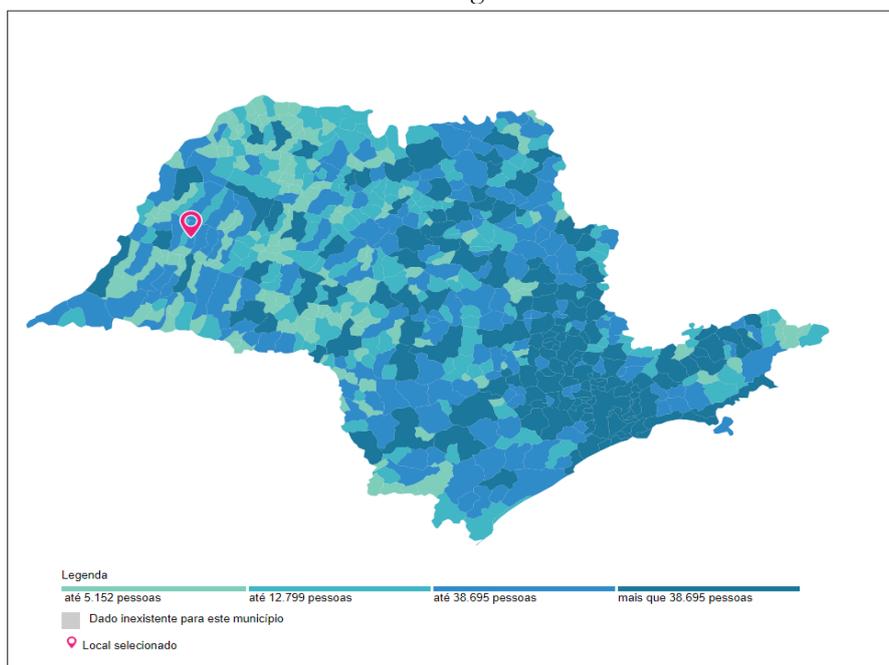
---

que, segundo alguns cidadãos com os quais realizamos entrevistas informais e exploratórias, houve o aumento populacional na cidade, incluindo de imigrantes japoneses. Complementando a discussão, destacamos que, segundo Giesbrecht (2017), a linha férrea, referente ao tronco-oeste da Paulista, atuou no âmbito de transporte de cargas até meados de 1990. Em 1998, após um período de desativação, a linha férrea destinou-se ao transporte de raríssimos passageiros que embarcavam em Pacaembu, no âmbito de administração da Ferrovia Bandeirantes S/A (Ferrobán). Em março de 2001, essa atividade foi interrompida, sendo que a Estação Ferroviária foi demolida pelo município em 2006.

<sup>2</sup> Devido à carência de informações sobre a história de constituição da cidade, apresentamos algumas informações obtidas nesse portal, as quais foram atestadas por meio do acesso aos referidos decretos e com base em entrevistas informais e exploratórias realizadas com alguns cidadãos.

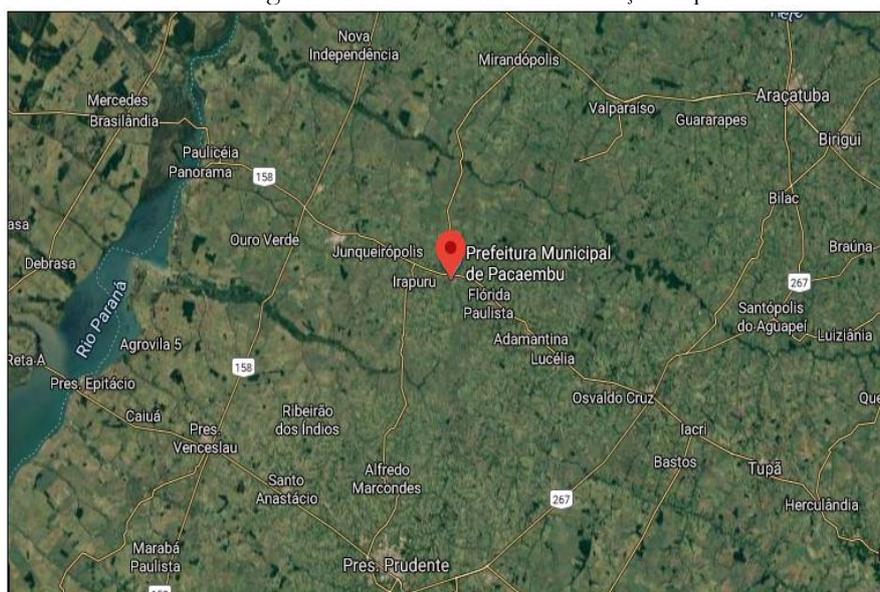
apresentava Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,725, considerado alto, de acordo com as Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

**Figura 1.** Pacaembu. Situação espacial no Estado de São Paulo e população dos municípios de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010



Fonte: IBGE cidades (*sem data*).

**Figura 2.** Pacaembu - SP. Imagem de satélite referente à situação espacial do município, 2021.



Fonte: Google Maps (2021, organizada pelos autores).

Consoante o estudo intitulado *Regiões de Influência das Cidades - REGIC*, publicado pelo IBGE em 2008, com dados referentes a 2007, Pacaembu era classificada como centro local, estando, portanto, na menor categoria definida pelo referido estudo no que tange à hierarquia urbana. Além disso, possuía influência direta de Adamantina, a qual era classificada como Centro de Zona A (IBGE, 2008).

### **Procedimentos Metodológicos**

Realizamos algumas entrevistas informais e exploratórias<sup>3</sup> com cidadãos visando à compreensão de aspectos atinentes à história do município, além da consulta em portais e em decretos estaduais, conforme apresentamos no tópico anterior. No que concerne à compreensão dos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, os dados foram obtidos por meio de: 1) Visita técnica ao Departamento de Água e de Esgoto (DAE), sendo que registros fotográficos foram obtidos e dados coletados com a responsável pelo tratamento da água, por intermédio de entrevista semiestruturada<sup>4</sup>; 2) Consulta a diferentes portais, dentre eles o da Agência Nacional de Águas (ANA), o do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A interpretação e a discussão de todos os resultados obtidos foram alicerçadas na revisão bibliográfica e nas consultas às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

---

<sup>3</sup> Denominamos como entrevistas informais e exploratórias aqueles diálogos não planejados que foram realizados durante a pesquisa, mas que foram oportunos para captar informações.

<sup>4</sup> O roteiro para a realização da entrevista e para a coleta dos dados nos diferentes portais de acesso público, foi fornecido pela docente responsável pela disciplina. A entrevista semiestruturada é flexível, isto é, embora ela parta de um roteiro com questões previamente elaboradas, novos questionamentos podem surgir de acordo com o desenvolvimento da entrevista. Desse modo, na entrevista realizada com a responsável pelo tratamento da água de Pacaembu - SP, o diálogo, para além das questões formuladas, foi importante para a realização da investigação e para a obtenção de outras informações.

## Resultados e Discussões

### O abastecimento e o tratamento de água de Pacaembu – SP

De acordo com Mota (2003), os sistemas de abastecimento de água devem proporcionar a distribuição para que as pessoas realizem as suas atividades, preocupando-se em suprir as mesmas com água de qualidade, imprescindível à preservação de sua saúde, e quantidade necessária para os diversos usos, partindo-se do pressuposto de que a água é um elemento indispensável à maioria das atividades humanas realizadas no âmbito doméstico.

O abastecimento de água, segundo Mota (2003), pode ser feito de duas formas: individualmente ou coletivamente. "Nos sistemas individuais de abastecimento, a captação da água é feita, geralmente, em fontes de encostas, em poços, ou a partir da água da chuva (cisternas)" (MOTA, 2003, p. 242). Essas soluções individuais, segundo o autor citado, aplicam-se, geralmente, às áreas rurais. Todavia, segundo Mota (2003), esses procedimentos ainda são utilizados nas cidades quando há ausência de sistemas coletivos, propiciados pelo poder público municipal, o que resulta, muitas vezes, em problemas sanitários, causando doenças e mortes, visto que os procedimentos citados nem sempre garantem a qualidade indispensável ao consumo humano, não havendo, pois, em muitos casos, rigor em manter os padrões de potabilidade da água.

No que tange aos Sistemas Coletivos de Abastecimento de Água, sendo essa a modalidade presente na área urbana de Pacaembu-SP, Mota (2003) menciona que o processo é constituído de várias unidades e procedimentos ao longo do processo como um todo, desde a captação da água no manancial até a distribuição para a população. Dessa forma, o referido autor identifica seis unidades principais que compõem esses sistemas coletivos, que podem variar dependendo das particularidades de cada cidade: 1) manancial; 2) captação; 3) adução; 4) tratamento; 5) reservação; 6) rede de distribuição.

Consoante Calijuri e Cunha (2013), a necessidade de propiciar o tratamento das águas que serão utilizadas para o consumo humano, tornando-as, pois, potáveis, são antigas, remetendo-nos aos egípcios, os quais utilizavam técnicas rudimentares de tratamento, as quais baseavam-se, basicamente, na decantação em cisternas. Considerando a nossa história recente, temos, conforme explicam Calijuri e Cunha (2013), que a evolução do processo de tratamento da água, mediante a utilização do avanço técnico e científico, iniciou-se em

meados do século XIX, quando o médico Dr. John Snow, considerado o pai da epidemiologia, demonstrou a relação existente entre água e saúde pública ao descobrir que os casos de morte por cólera, em Londres, estavam vinculados ao consumo de água contaminada oriunda dos poços da cidade inglesa. Não obstante, ao passo que a partir desse fato, as novas técnicas e conhecimentos científicos foram empregados para melhorar os processos de tratamento de água, procurando remover todas as impurezas de ordem química e biológica, houve o aumento exponencial da contaminação dos mananciais, em função, sobretudo, da ação humana nos processos de urbanização descontrolada - e acúmulo das pessoas nos centros urbanos - e da industrialização, além do surgimento de novos contaminantes oriundos de novos produtos, utilizados em âmbito domiciliar e industrial.

Partindo para a descrição das formas existentes para o tratamento de água, utilizaremos a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Há três métodos de tratamento de água, conforme essa resolução: 1) tratamento avançado; 2) tratamento convencional; 3) tratamento simplificado. De acordo com a definição presente na resolução, temos:

- XXXII - tratamento avançado: técnicas de remoção e/ou inativação de constituintes refratários aos processos convencionais de tratamento, os quais podem conferir à água características, tais como: cor, odor, sabor, atividade tóxica ou patogênica;
- XXXIII - tratamento convencional: clarificação com utilização de coagulação e floculação, seguida de desinfecção e correção de pH;
- XXXIV - tratamento simplificado: clarificação por meio de filtração e desinfecção e correção de pH quando necessário (BRASIL, Resolução CONAMA nº 357/05, *sem paginação*).

O tratamento é a técnica que permite a potabilização da água, visando à satisfação das necessidades da população. Assim, segundo Braga *et al* (2005, p. 108-109), o tratamento de água possui diversas finalidades:

- Higiênicas: remoção de bactérias, protozoários, vírus e outros microorganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos;
- Estéticas: correção de turbidez, cor, odor e sabor;
- Econômicas: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc.

Em Pacaembu, a Prefeitura Municipal é a responsável pelos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, sendo o Departamento de Água e de Esgoto (Figuras

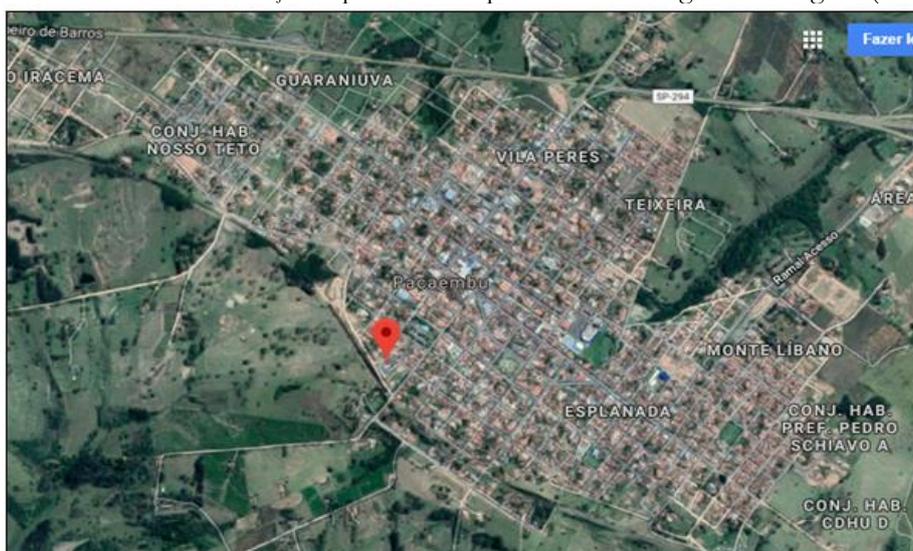
3 e 4) situado à Avenida Espanha. Há uma equipe de, aproximadamente, 10 funcionários atuando nesse departamento, sendo apenas uma, com formação em química, responsável pelo controle do processo de tratamento da água. O Sistema de Cloração e Fluoretação da Água de Pacaembu foi implementado em abril de 1986 com o apoio técnico da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e da CETESB. Em abril de 2016, o espaço foi adaptado, tendo sido inaugurado o respectivo departamento.

**Figura 3.** Pacaembu - SP. Departamento de Água e de Esgoto (DAE). 2019.



**Fonte:** Trabalho de campo (2019).

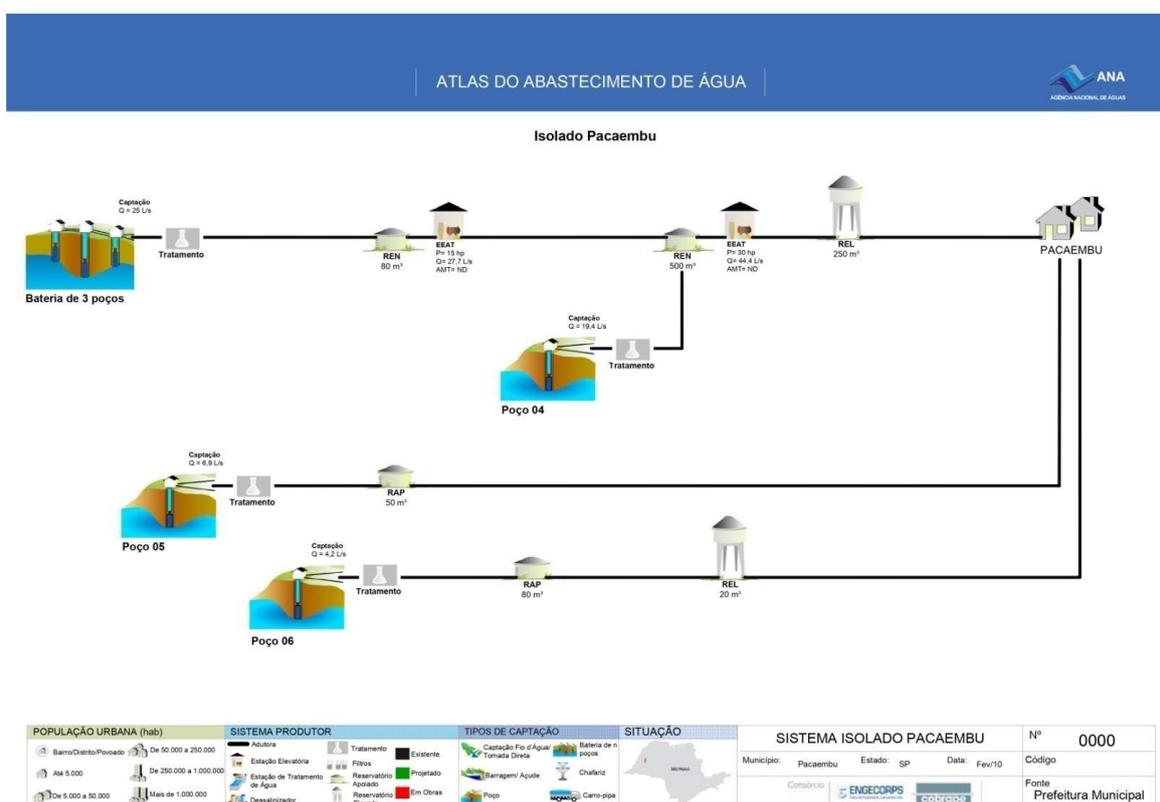
**Figura 4.** Pacaembu - SP. Situação espacial do Departamento de Água e de Esgoto (DAE). 2019.



**Fonte:** *Google Maps* (2019, organizada pelos autores).

A partir da observação da Figura 5, obtida junto ao Atlas de Abastecimento de Água, organizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), é possível identificar como funciona esse sistema isolado e algumas informações importantes. Embora na figura supracitada seja mencionada a existência de seis poços, a funcionária responsável pelo controle do tratamento de água informou durante a entrevista que a captação ocorre a partir de sete poços. Observando a Figura 4 e considerando os cálculos referentes a apenas seis poços, há uma captação de 55,5 litros por segundo, sendo a demanda urbana, em 2015, de 33 litros por segundo (ANA, *sem data*), ou seja, a captação diária é mais do que suficiente para atender às necessidades da população, partindo dessa relação entre captação e demanda e também da existência de mais um poço, que não foi adotado para os cálculos disponibilizados pelo referido atlas.

**Figura 5.** Pacaembu - SP. Sistema de captação, de tratamento e de distribuição de água.



Fonte: ANA (sem data).

A Tabela 1 contém as profundidades de todos os poços utilizados para a captação de água, assim como as respectivas localizações e a profundidade média de todos eles, conforme informações obtidas durante a entrevista realizada. À título de ilustração, apresentamos, também, a Figura 6, referente ao poço central, situado no Departamento de Água e de Esgoto. A água captada no poço central é armazenada em dois reservatórios (Figuras 7 e 8), consoante informações fornecidas pela funcionária que trabalha nesse departamento.

**Tabela 1.** Pacaembu - SP. Profundidade dos poços utilizados para o abastecimento urbano.

| Localização do poço                  | Profundidade (em metros) |
|--------------------------------------|--------------------------|
| Poço Central (DAE) - Avenida Espanha | 152,50                   |
| Bairro Jardim Marajá                 | 169,78                   |
| Bairro Guaraniuva                    | 178,00                   |
| Conjunto Habitacional "Mário Covas"  | 138,45                   |
| Bairro Alto Iracema                  | 100,15                   |
| Bairro Esplanada                     | 71,00                    |
| Bairro Monte Líbano                  | 112,52                   |
| <b>Profundidade Média</b>            | <b>131,77</b>            |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

**Figura 6.** Pacaembu - SP. Poço central, situado no Departamento de Água e de Esgoto (DAE). 2019.



Fonte: Trabalho de campo (2019).

**Figuras 7 e 8.** Pacaembu - SP. Reservatórios do Departamento de Água e de Esgoto (DAE) utilizados para armazenamento da água coletada, antes de ser tratada. 2019.



**Fonte:** Trabalho de campo (2019).

Conforme informado durante a entrevista realizada com a responsável pelo tratamento de água, ela é submetida a um procedimento simplificado de desinfecção com cloro e com flúor antes de ser armazenada no reservatório para distribuição. Questionamos sobre as dosagens utilizadas, visando identificar se elas estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, a qual foi revogada, por meio de consolidação, em 2017.<sup>5</sup> Contudo, a responsável não soube informar, destacando apenas que as dosagens são variáveis, não explicando, também, quais os parâmetros da água bruta que exigem essas variações. À esquerda, na Figura 9, temos o clorador, sendo à direita o equipamento que realiza a fluoretação. Embora não seja utilizado o cloro gás, o qual é altamente tóxico e exigiria um rigor no seu armazenamento, ressaltamos, a partir da Figura 10, que também não há um controle adequado na armazenagem do cloro e do flúor nos seus estados líquidos, sendo eles armazenados no mesmo espaço no qual os equipamentos de cloração e de fluoretação localizam-se.

<sup>5</sup> A portaria 2.914/2011 foi revogada pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, anexo XX, de 28 de setembro de 2017. Esta, por sua vez, foi alterada em maio de 2021 e o novo texto foi publicado pela Portaria GM/MS nº 888/21.

**Figura 9.** Pacaembu - SP. Equipamentos de cloração (à esquerda) e de fluoretação (à direita) do Departamento de Água e de Esgoto (DAE). 2019.



**Fonte:** Trabalho de campo (2019).

**Figura 10.** Pacaembu - SP. Espaço do Departamento de Água e de Esgoto (DAE) destinado ao armazenamento do cloro e do flúor. 2019.



**Fonte:** Trabalho de campo (2019).

Em Pacaembu, segundo informações provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), havia, em 2017, 4.492 ligações, sendo que 100% dos domicílios urbanos eram atendidos, no referido ano, pelo sistema de abastecimento (SNIS, *sem data*), que distribuía, diariamente, 2.000 m<sup>3</sup> de água, sendo o abastecimento satisfatório, conforme ressaltamos anteriormente na análise referente à oferta e à demanda de água e também com base na pesquisa realizada pela ANA (*sem data*). No que tange à área rural, a água é proveniente de poços caipiras e poços semiartesianos, implementados no âmbito do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), conforme informações provenientes do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (PACAEMBU, 2009).

A fim de complementar esta discussão, apresentamos os resultados da pesquisa realizada por Yasui (2015). Ele realizou análises físico-químicas e microbiológicas para a quantificação dos parâmetros de potabilidade da água de Pacaembu. As amostras foram coletadas em cinco pontos da cidade (Figura 11), distribuídos de forma a abranger diferentes áreas.

**Figura 11.** Pacaembu - SP. Pontos delimitados por Yasui (2015) para a coleta de água. 2015.



**Fonte:** Yasui (2015, p. 27).

Na investigação realizada por Yasui (2015), os seguintes parâmetros foram avaliados: cloro residual (mg/L), turbidez (uT), pH, cor aparente (uH), fluoretos (mg/L), coliformes termotolerantes, coliformes totais e bactérias heterotróficas. As amostras foram coletadas em abril, maio e junho de 2014, havendo a comparação entre as médias obtidas com os valores máximos permitidos pela Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde (YASUI, 2015), a qual, no referido ano de realização da pesquisa, ainda estava em vigor. Desse modo, a partir dos resultados obtidos, concluiu-se que:

[...] os parâmetros físico-químicos analisados estão abaixo dos valores máximos permitidos pela Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, indicando que a água captada, tratada e oferecida pelo sistema municipal de abastecimento do Município de Pacaembu é de boa qualidade, não acarretando em risco à saúde (YASUI, 2015, p. 37).

### **Considerações Finais**

Em Pacaembu-SP, os sistemas de abastecimento e de tratamento de água são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A água para o abastecimento é captada a partir de sete poços distribuídos em diversos pontos da cidade, sendo que o volume captado diariamente é superior à demanda. Além disso, em 2017, todos os domicílios urbanos eram atendidos pelo sistema de abastecimento. Concernente à área rural, a água é proveniente de poços caipiras e poços semiartesianos. O tratamento é realizado no Departamento de Água e de Esgoto por meio dos processos de adição de cloro e de flúor. Conforme pesquisa realizada por Yasui (2015), a água de Pacaembu é de boa qualidade, atendendo aos padrões de potabilidade exigidos pela Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, a qual estava em vigor no ano de execução da investigação.

### **Agradecimento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Referências

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- ANA - Agência Nacional de Águas. **Atlas do Abastecimento Urbano de Água**. *Sem data*. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=8&mapa=diag>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BRAGA, B. *et al.* **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- BRASIL. **Resolução CONAMA nº 357**, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- BRASIL. **Portaria Nº 2.914**, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914\\_12\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html)>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- CALIJURI, M. do C.; CUNHA, D. G. F. **Engenharia Ambiental**: conceitos, tecnologia e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto-lei 14.334**, de 30 de novembro de 1944. Dispõe sobre o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo em comarcas, municípios e distritos. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei 233**, de 24 de dezembro de 1948. Fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio 1949-1953. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-233-24.12.1948.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- GIESBRECHT, R. M. **Pacaembu-SP**. 2017. Portal Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pacaembu.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- IBGE cidades. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *online*. *Sem data*. **Apresenta informações censitárias dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

IBGE. **Regiões de Influência das cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: 2008.

MOTA, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

PACAEMBU. **Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário**. 2009. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bdO-wYF5oeUJ:www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos\\_mun/389\\_27\\_03\\_2009\\_PLURIANUAL%25202009.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bdO-wYF5oeUJ:www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/389_27_03_2009_PLURIANUAL%25202009.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.)> Acesso em: 26 nov. 2019.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

PORTAL MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS. *Sem data*. Disponível em: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,126H.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Água e Esgotos**. *Sem data*. Disponível em: <<http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

STEFANI, C. R. B. **O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

YASUI, J. C. **Análise físico-química e microbiológica de água em residências localizadas no município de Pacaembu/SP**. 2015. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão.



## A ATUAÇÃO DA MRV ENGENHARIA S/A NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO: O CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP E RIBEIRÃO PRETO- SP <sup>1</sup>

**Bruna Ribeiro Corrêa** <sup>2</sup>

*Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente*

### Resumo

Como citar:

CORRÊA, B. R. A atuação da MRV Engenharia S/A no espaço urbano brasileiro: o caso de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 27-44.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9055>

**Recebido em:** 2021-11-30

**Devolvido para correções:** 2022-03-02

**Aceito em:** 2022-06-23

**Publicado em:** 2022-09-22

As incorporadoras do setor imobiliário brasileiro atuam como agentes na produção de habitação, modificando paisagens de diversas cidades através da incorporação de empreendimentos imobiliários. Assim, este trabalho visa compreender a atuação da incorporadora MRV Engenharia S/A em duas cidades médias brasileiras: Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP. Para a realização do trabalho, utilizamos como base os dados retirados do sítio eletrônico da incorporadora e do Ministério de Desenvolvimento Regional. Deste modo, as informações obtidas foram compiladas e transformadas em dois produtos cartográficos, os quais foram analisados e discutidos, sendo possível a compreensão do uso de estratégias produtivas e econômicas semelhantes, porém com práticas de implantação distintas em cada cidade analisada.

**Palavras-chave:** MRV Engenharia; Produção do espaço urbano; Ribeirão Preto/SP; Presidente Prudente/SP

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/Unesp e selecionado para compor esta edição especial da Revista GeoAtos. O texto original foi revisado para esta publicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Brasil. Bolsista de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/00050-7.

E-mail: [bruna.correa@unesp.br](mailto:bruna.correa@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8195-9405>

## EL DESEMPEÑO DE MRV ENGENHARIA S / A EN EL ESPACIO URBANO BRASILEÑO: EL CASO DEL PRESIDENTE PRUDENTE-SP Y RIBEIRÃO PRETO-SP

### Resumen

Los desarrolladores del sector inmobiliario brasileño actúan como agentes en la producción de vivienda, modificando los paisajes de diferentes ciudades a través de la incorporación de proyectos inmobiliarios. Así, este trabajo tiene como objetivo comprender el desempeño del desarrollador MRV Engenharia S / A en dos ciudades brasileñas de tamaño medio: Presidente Prudente-SP y Ribeirão Preto-SP. Para llevar a cabo el trabajo, utilizamos como base los datos extraídos de la página web del desarrollador y de la Consejería de Fomento Regional. Así, la información obtenida fue recopilada y transformada en dos productos cartográficos, los cuales fueron analizados y discutidos, permitiendo comprender el uso de estrategias productivas y económicas similares, pero con diferentes prácticas de implementación en cada ciudad analizada.

**Palabras clave:** MRV Engenharia; Producción de espacio urbano; Ribeirão Preto/SP; Presidente Prudente/SP

## THE PERFORMANCE OF MRV ENGENHARIA S/A IN BRAZILIAN URBAN SPACE: THE CASE OF PRESIDENTE PRUDENTE-SP AND RIBEIRÃO PRETO-SP

### Abstract

Brazilian real estate developers act as agents in housing production, modifying landscapes of different cities through the incorporation of real estate projects. Thus, this work aims to understand the performance of the developer MRV Engenharia S/A in two medium-sized Brazilian cities: Presidente Prudente-SP and Ribeirão Preto- SP. To carry out the work, we used as a basis the data taken from the developer's website and from the Ministry of Regional Development. Thus, the information obtained was compiled and transformed into two cartographic products, which were analyzed and discussed, making it possible to understand the use of similar productive and economic strategies, but with different implementation practices in each city analyzed.

**Keywords:** MRV Engenharia; Production of urban space; Ribeirão Preto/SP; Presidente Prudente/SP

## Introdução

O contexto de análise deste artigo encontra-se referenciado na expansão da produção imobiliária recente no Brasil, identificada por uma ampla gama de autores, dentre eles Shimbo (2010), Royer (2009), Melazzo (2013), Fix (2011), entre outros. Tal expansão foi promovida pela conjugação do crescimento da economia brasileira e do salário mínimo, aumento do crédito e programas públicos de acesso à moradia, bem como por concomitantes transformações estruturais na organização dos capitais imobiliários, por exemplo, a abertura de capitais ligados a este setor da produção na bolsa de valores (PAIVA, 2007; FIX, 2011; MELAZZO, 2013; ROLNIK, 2015).

As mudanças apontadas possibilitaram o surgimento e a consolidação de grandes empresas construtoras e incorporadoras imobiliárias que passaram a atuar em escala nacional de maneira efetiva.

Com a maior disponibilização de crédito via financiamentos e o lançamento, no ano de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi possível a inserção de um novo público consumidor antes fora desse mercado com as diferentes formas de financiamentos e ampliação dos prazos de pagamentos e a diminuição nas taxas de juros. Logo, a corrida das grandes incorporadoras pela compra dos *landbanks* criou eixos de negócios em novas localidades, resultando em expansão de grandes incorporadoras pelo país, colaborando assim para criação de um mercado nacional.

Nesse sentido, é necessário nos atentarmos a algumas mudanças de dimensão institucional/legal que podem ser datadas até mesmo antes do período em destaque de forte expansão econômica (2005 – 2015) e que exigem a exploração e análise de algumas medidas institucionais.

Nesta dimensão legal/regulatória destaca-se a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) em 1997 pela lei nº 9.514. Tratou-se de um novo sistema cujo objetivo seria de criar e consolidar mecanismos de financiamento via mercado para a produção imobiliária em geral e habitacional, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Buscava-se, assim, acesso ao crédito imobiliário mais flexível, ao seguir condições de mercado, sem

subsídio e sem interferência governamental. Porém, é necessário enfatizar que se tratou também de um instrumento de financiamento voltado para segmentos de renda que não fazem parte do déficit habitacional brasileiro. Desta forma, os imóveis voltados às camadas mais populares ainda estariam a cargo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Aquele novo sistema visava consolidar “a racionalidade das finanças na organização do financiamento da política de crédito imobiliário, inclusive o habitacional” (ROYER, 2009, p. 15). Ainda de acordo com esta autora:

Ao contrário do sistema anterior, apoiado em um *funding público*, o SFI buscava deslanchar o crédito imobiliário com o uso de instrumentos financeiros inovadores [...] buscando introduzir, ainda que em menor escala, um mercado de financiamento habitacional semelhante ao modelo norte-americano (ROYER, 2009, p. 15).

A lei nº 9.514, sancionada em 1997, trouxe ao SFI a instituição da alienação fiduciária, cujo objetivo foi e é o de fornecer segurança aos investidores que o SFI exigia, em contraponto ao modelo de financiamento habitacional SFH. Isto posto, foi criado e oferecido um novo modelo de garantia aos investidores em caso de não pagamento dos financiamentos/hipotecas, sendo que essa instituição facilitaria a execução da retomada do imóvel. Define-se que a posse do imóvel só seja passada ao mutuário quando o mesmo quita a totalidade da dívida, concedendo a ele apenas o domínio do imóvel durante o período do pagamento. No entanto, a alienação fiduciária garante uma segurança jurídica se comparada ao SFH, cuja posse e o domínio do imóvel eram passadas ao mutuário após o pagamento de uma parte de 20 a 30% da dívida, fornecendo uma garantia e facilitando a execução até então lenta da retomada dos imóveis (ROYER, 2009).

Adicionalmente, é importante destacar que posterior à lei do SFI em 1997, houve no ano de 2004 com o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o sancionamento da lei 10.931 que trouxe mudanças importantes nas incorporações imobiliárias e patrimônio de afetação. Constitui-se, a partir de então, como um patrimônio autônomo, separado dos demais patrimônios da incorporadora. Por exemplo, uma incorporadora que possua 21 empreendimentos e um deles chega à falência, esta não irá

afetar o desenvolvimento dos outros 20. Numa perspectiva geral, a lei representou um avanço no que diz respeito à proteção dos compradores de imóveis, conferindo ao mercado imobiliário um marco regulatório mais rígido e “confiável”, com o objetivo de atrair investidores.

Contudo, é a partir deste contexto que se consolida e ganha destaque uma das empresas imobiliárias mais significativas de atuação nacional, inclusive no PMCMV: a MRV Engenharia S/A.

Tendo em vista a breve introdução apresentada, buscamos como objetivo geral deste trabalho compreender a atuação da MRV Engenharia S/A em Presidente Prudente (SP) e Ribeirão Preto (SP). Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram elencados: Identificar os empreendimentos e respectivas faixas do PMCMV; mapear os empreendimentos produzidos pela MRV através do PMCMV em Presidente Prudente (2009-2019) e Ribeirão Preto (2009-2019) e comparar os dados de atuação da incorporadora nas duas cidades analisadas.

No que diz respeito as metodologias, são utilizadas como fontes para o trabalho bibliografias especializadas para o aprimoramento do estudo, bem como informações coletadas do sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. Esta plataforma apresenta dados sobre a atuação da incorporadora através do PMCMV nas duas cidades analisadas. Também consultamos o sítio eletrônico da própria incorporadora o qual expõe dados sobre a trajetória da mesma. Os sítios eletrônicos utilizados somam fontes importantes para a organização da produção cartográfica.

### **A MRV Engenharia S/A e sua atuação no setor imobiliário brasileiro**

A MRV Engenharia S/A iniciou sua atuação no setor imobiliário brasileiro no ano de 1979, em Belo Horizonte- MG, e suas atividades envolvem a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários em mais de 160 cidades brasileiras.

A diversificação geográfica da MRV com a ampliação do número de estados da federação e de cidades onde atua iniciou-se no ano de 1994. A incorporadora até então atuava apenas em Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte.

No ano de 2017, com a ampliação das atividades, os empreendimentos da MRV Engenharia S.A. chegam até o norte do país. Assim, até o ano de 2019 os empreendimentos da MRV passam a estar presentes em 160 cidades brasileiras, em 22 estados e no Distrito Federal. Além do fato de que em 2020 a incorporadora iniciou sua atuação em uma escala internacional, com empreendimentos em 14 cidades dos Estados Unidos da América.

Deste modo, destacamos a participação efetiva da incorporadora no lançamento do PMCMV em 2009, programa este que no último ano passou por alterações significativas e até mesmo nocivas, sendo atualmente substituído pelo programa “Casa Verde e Amarela”. Ademais, o PMCMV surgiu em contribuição a reestruturação do setor imobiliário em decorrência a crise imobiliária de 2008. O programa subsidiou a aquisição de casas ou apartamentos para famílias com renda de até R\$1.800,00 e em outros casos auxilia a aquisição do imóvel (SHIMBO, 2016).

O programa construía habitações voltadas a famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, sendo divididas de acordo com a Caixa Econômica Federal em faixas, sendo elas: faixa 1 (renda de até R\$ 1.800,00), faixa 1,5 (até R\$ 2.600,00), faixa 2 (até R\$ 4.000,00), faixa 3 (até R\$ 9.000,00).

A MRV, por sua vez, atuava majoritariamente na produção de empreendimentos destinados as faixas 2 e 3 do programa, segmentos estes operacionalizados pela Caixa Econômica Federal e financiados por diferentes fundos, a saber: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Vale frisar que uma das principais problemáticas acerca do PMCMV diz respeito a sua homogeneização espacial a qual não considera as particularidades dos municípios e regiões e, sobretudo, desconsidera as necessidades singulares de cada família, produzindo então habitações padronizadas (SHIMBO, 2010; SILVA, 2019).

Esta padronização acaba se tornando uma ferramenta importante para as incorporadoras, como é o caso da MRV que possui como uma de suas principais estratégias de atuação a padronização dos canteiros de obra. Tal estratégia possibilita o aumento e expansão da produção e conseqüentemente do capital, o que imprime na paisagem das diversas cidades em que atuam não apenas uma mesma identidade visual para o reconhecimento de seus empreendimentos, mas sobretudo a homogeneização da tipologia que ultrapassa quaisquer considerações em relação a particularidades locais e regionais.

Retomando a discussão do PMCMV, a efetiva participação da incorporadora no programa, bem como toda sua trajetória na produção habitacional, resultou na consolidação da MRV como principal empresa produtora de habitação do PMCMV desde 2014. Deste modo, a MRV Engenharia S/A. se fixou também como um dos principais agentes produtores de habitação no Brasil (SHIMBO, 2010; MELAZZO, 2013).

Todavia, é importante estabelecer uma comparação da atuação da empresa em dois períodos: o primeiro, anterior ao PMCMV (2009) e o segundo, após, com a atual distribuição espacial dos empreendimentos (2019). Este recorte temporal será utilizado para as comparações elaboradas neste trabalho. Este procedimento auxiliará a compreensão da diversificação geográfica da empresa a partir do surgimento do PMCMV, o qual serviu de base para a MRV consolidar seu poder no setor de incorporação imobiliária.

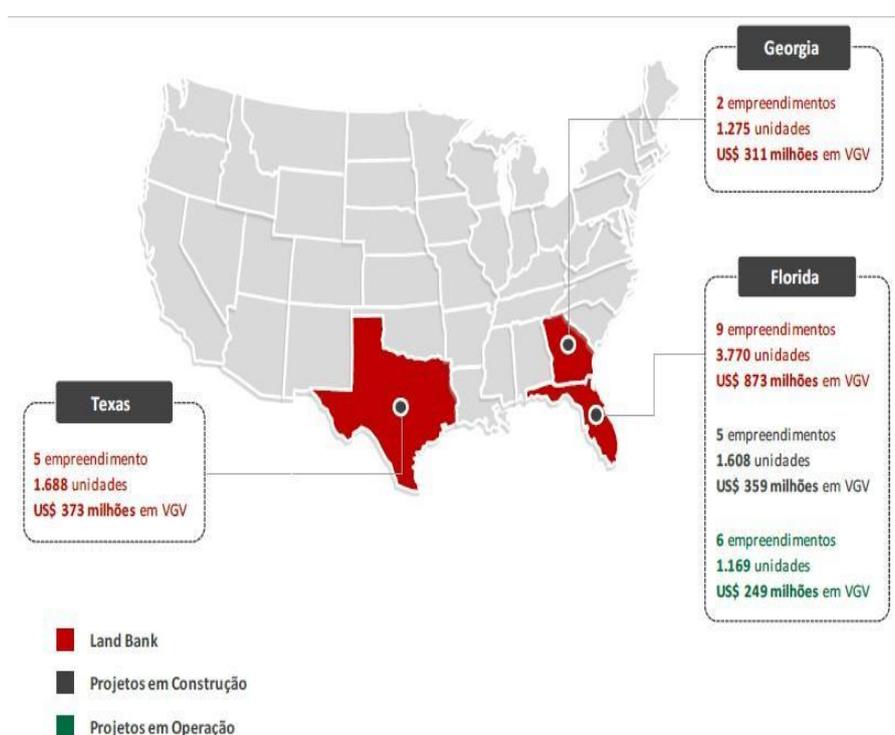
Em 2009, a MRV atuava em 13 estados e no Distrito Federal, somando 74 cidades atendidas pela empresa. Destaca-se a concentração da atuação no estado de São Paulo. Enquanto Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte possuíam empreendimentos da MRV apenas em suas capitais. Os demais estados apresentavam a presença da MRV em um número reduzido de cidades. Em contrapartida, é possível constatar em 2019 a presença da incorporadora em 162 cidades brasileiras, e uma concentração de empreendimentos no estado de São Paulo e uma menor presença na região norte do país. Neste caso, a empresa atua apenas em Manaus- AM.

Um ponto relevante é a presença em todas as capitais dos 22 estados, há também casos de estados da federação em que a empresa atua somente na capital, como Mato Grosso

do Sul, Tocantins, Alagoas e Amazonas. Vale destacar o fato de que em 2020 a incorporadora iniciou sua atuação em uma escala internacional, com empreendimentos em 14 cidades nos Estados Unidos da América.

Os empreendimentos que estão em *land bank*, projetos em construção e em operação somados chegam a 27 e 9.510 unidades, um número expressivo para uma incorporadora que iniciou recentemente sua atuação em escala internacional. A Figura 1 abaixo ilustra a atuação da MRV internacionalmente.

**Figura 1.** Atuação da MRV em escala internacional

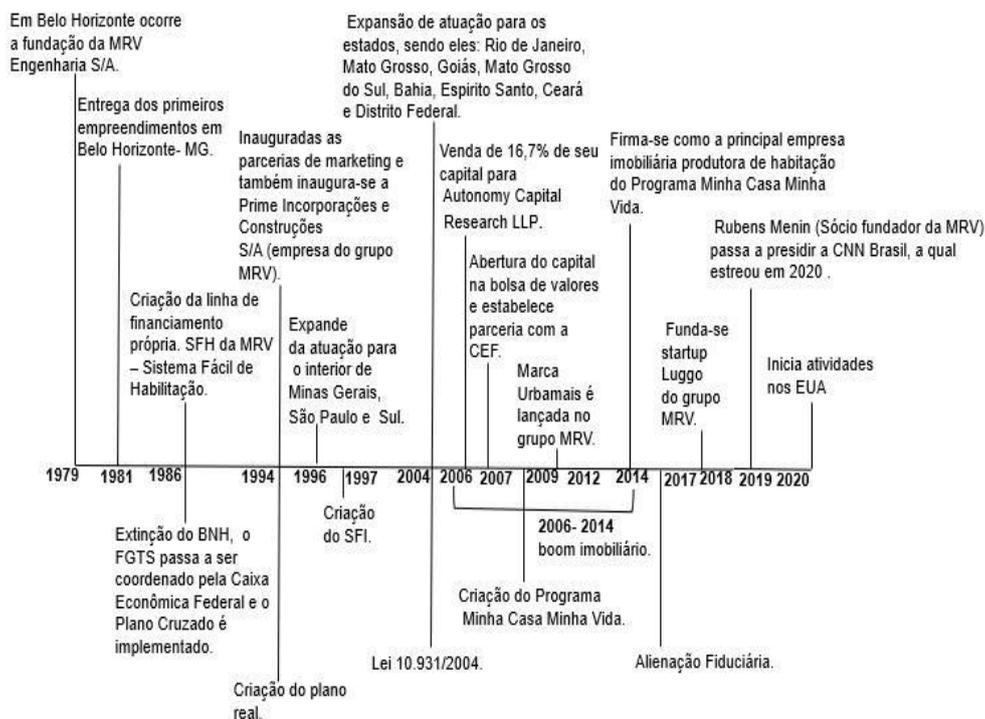


**Fonte:** Relatório Econômico Financeiro. B3 Bovespa (2021).

Desta forma, na medida em que 2009 a empresa atuava em 13 estados e no Distrito Federal, em 2020 sua atuação abrange uma escala internacional. A partir disso é possível visualizar a mudança de escala da produção e atuação da MRV Engenharia S/A ao investir no Programa de operação nacional.

Além do salto escalar das atividades da incorporadora, podemos destacar outras estratégias importantes que integram a trajetória da MRV. A Figura 2 abaixo representa uma linha do tempo com os principais marcos da MRV Engenharia S/A.

**Figura 2.** Linha do tempo: trajetória da MRV Engenharia S/A.



**Fonte:** MRV (2020., elaborada pela autora em 2021).

A linha do tempo apresenta os principais marcos da incorporadora desde sua origem até os dias atuais. As linhas superiores apontam os feitos da MRV, como lançamento de subsidiárias, abertura de capital na bolsa de valores e sobretudo sua atuação no PMCMV. Por sua vez, as linhas inferiores apresentam os eventos da conjuntura governamental e econômica do país que possibilitaram e contribuíram com diversos marcos da incorporadora. Entretanto, vale destacar que a sistematização dos dados das linhas inferiores e superiores culminam na trajetória imponente da MRV no mercado imobiliário nacional.

Neste subitem tratamos a espacialização das atividades da MRV em diferentes escalas e para compreender a forma de atuação da incorporadora é necessário analisar as particularidades de cada município em que ela exerce atividades, bem como seu modo de atuação. Assim, visando um breve estudo sobre os padrões e estratégias de produção da MRV, trataremos no próximo subitem a atuação da mesma em duas cidades médias brasileiras.

### **A atuação da MRV Engenharia S/A em Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto- SP**

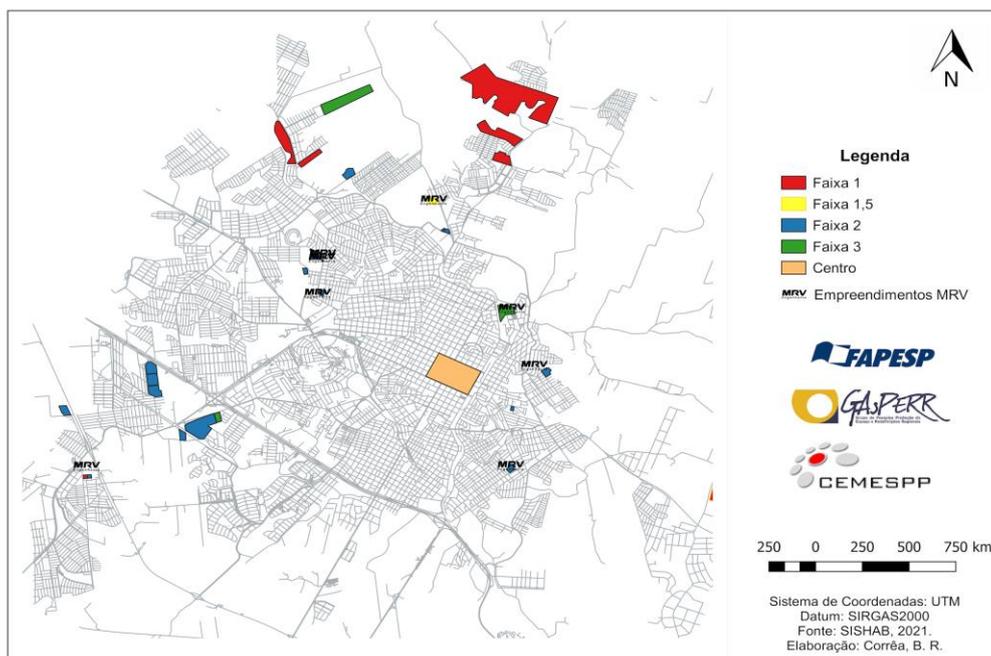
Para melhor compreensão dos dados, apresentaremos a seguir a atuação da MRV Engenharia S/A através do PMCMV entre o período de 2009 e 2019. O recorte espacial selecionado envolve duas cidades médias brasileiras: Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP.

A partir das informações contidas no sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional foram elaborados dois mapas e quadros referentes às cidades analisadas. Neles são apresentados dados sobre nome dos empreendimentos e data de assinatura, localização e faixa do PMCMV. Os dados foram organizados de acordo com as datas de assinatura dos empreendimentos (do mais antigo para o mais recente).

Os empreendimentos destacados em negrito estão subdivididos em dois ou mais empreendimentos, sendo que para fins de cartografia foi exposto apenas um.

Busca-se, através da análise preliminar deste material (mapas e quadros) a compreensão, mesmo que breve, dos padrões e estratégias de produção da MRV Engenharia S/A nas cidades selecionadas. A Figura 3 e o Quadro 1 são referentes aos dados de Presidente Prudente/SP.

**Figura 3.** Empreendimentos produzidos pela MRV em Presidente Prudente (2009-2019)



Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional (2020, organizado pela autora).

**Quadro 1.** MRV Engenharia S/A: atuação em Presidente Prudente (2011-2019)<sup>1</sup>

| Empreendimentos                            | Faixa     | Data de assinatura | Número de unidades entregues |
|--|-----------|--------------------|------------------------------|
| 1- RESIDENCIAL PARQUE PRINCIPE DE ASTURIAS | Faixa 2   | 03/06/2011         | 102                          |
| 2- RESIDENCIAL PARQUE PRINCIPE IMPERIAL    | Faixa 2   | 28/12/2012         | 118                          |
| 3- PARQUE PRINCIPE ANDORRA                 | Faixa 3   | 11/01/2013         | 14                           |
| <b>4- PARQUE BELGICA</b>                   | Faixa 2   | 31/08/2017         | 170                          |
| 5- PARQUE PERSIA                           | Faixa 2   | 01/09/2017         | 103                          |
| <b>6- PARQUE GRECIA</b>                    | Faixa 1,5 | 27/02/2018         | 4                            |
| 7- PARQUE MALTA                            | Faixa 2   | 12/12/2018         | Sem dados                    |
| <b>8- PARQUE VALENCIA</b>                  | Faixa 3   | 25/09/2019         | 0                            |

Fonte: Site do Ministério de Desenvolvimento Regional e elaborado pela autora.

<sup>1</sup> Os dados em negrito estão subdivididos em alguns empreendimentos, sendo: Parque Belgica (3), Parque Grécia (2) e Parque Valencia (2), e para fim de cartografia foi exposto apenas 1 ponto para cada.

O município de Presidente Prudente está localizado a oeste do estado de São Paulo e possui de acordo com dados de população estimada pelo IBGE (2020) 230.371 pessoas, sendo considerada como capital regional B pelo REGIC (Regiões de Influência das Cidades) (IBGE, 2020), exercendo influência no estado de São Paulo e estados próximos.

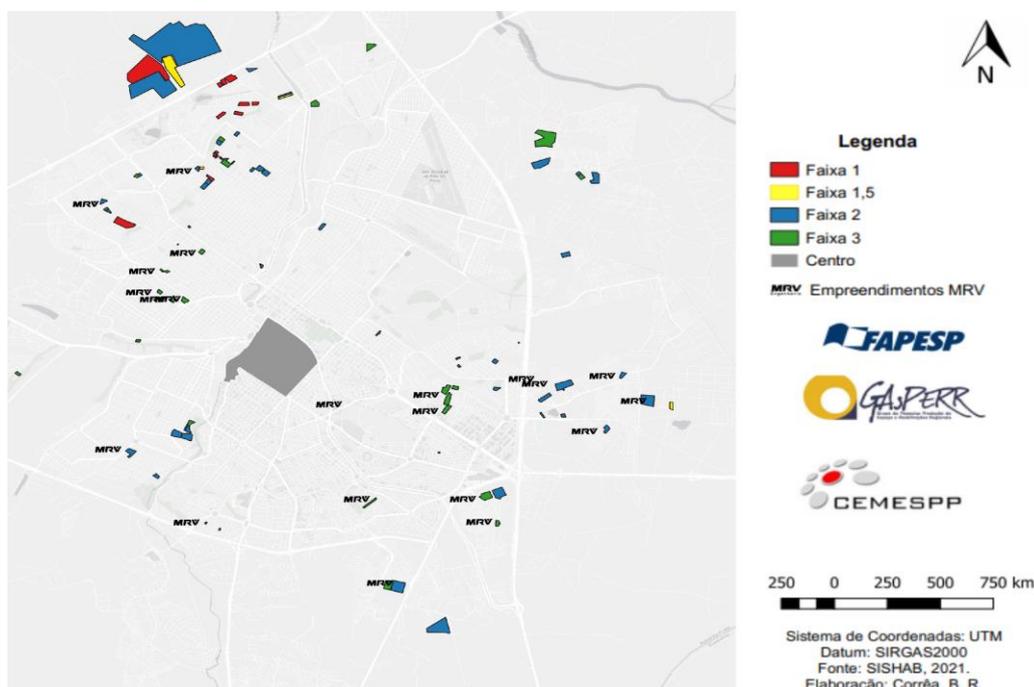
Em relação a atuação da MRV, a incorporadora passa a atuar em Presidente Prudente-SP em 2011 e desde então mantém suas atividades ativas no município. A incorporadora por dois anos direcionou seus empreendimentos para o faixa 2 do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, em 2013, inicia sua atuação no faixa 3 do programa com o empreendimento “Parque Príncipe Andorra.” Desde 2013, a MRV atua majoritariamente nos faixas 2 e 3 do PMCMV, porém destaca-se em 2018 a construção do “Parque Grécia” destinado ao faixa 1,5.

Os terrenos estão localizados em uma porção da cidade e conformam um arco que anteriormente correspondia a uma área periférica da cidade em certo momento do passado. Supõe-se que o preço da terra nesta área durante os anos de assinatura dos empreendimentos era vantajoso para a MRV. Ademais, o número total de unidades entregues até 2019 chega a 511.

Nota-se também a participação dispersa da empresa na área urbana, com alguns empreendimentos menos afastados do centro e outros com localizações periféricas. Os empreendimentos 1 (Residencial Parque Príncipe de Asturias), 2 (Residencial Parque Príncipe Imperial) e 4 (Parque Bélgica) estão próximos entre si e foram construídos em anos diferentes. Nesta direção, infere-se a questão do banco de terras da incorporadora, baseado na compra terrenos, formação de estoques e, posteriormente, seguindo estratégias econômicas, financeiras e a incorporação das unidades.

Agora, passaremos a análise de Ribeirão Preto/SP. A Figura 4 e o Quadro 2 abaixo são referentes a este município.

**Figura 4.** Empreendimentos produzidos pela MRV em Ribeirão Preto-SP (2009-2019)



**Fonte:** Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional (2020, organizado pela autora em 2021).

**Quadro 2.** MRV Engenharia S/A: atuação em Ribeirão Preto-SP (2009-2017)<sup>2</sup>

| Empreendimentos                 | Faixa   | Data de assinatura | Número de unidades entregues |
|---------------------------------|---------|--------------------|------------------------------|
| 1- RESIDENCIAL PARQUE ROMENIA   | Faixa 2 | Sem dado           | 128                          |
| 2- CONDOMINIO REGALLE CLUB      | Faixa 3 | 05/06/2009         | 236                          |
| <b>3- SPAZIO REGIA</b>          | Faixa 3 | 28/08/2009         | 22                           |
| 4- CONDOMINIO SPAZIO REAUVILLE  | Faixa 3 | 24/11/2009         | 2                            |
| 5- PARQUE ROSA DOS VENTOS       | Faixa 3 | 29/01/2010         | 78                           |
| 6- RESIDENCIAL PARQUE ROCHESTER | Faixa 3 | 20/05/2010         | 221                          |

<sup>2</sup> Os dados em negrito estão subdivididos em alguns empreendimentos, sendo: Condomínio Serra da Canastra (2), Residencial Reino da Inglaterra (4) e Imperial MOD (4), e para fim de cartografia foi exposto apenas 1 ponto para cada.

|   |         |            |     |
|---|---------|------------|-----|
| 7- RESIDENCIAL ROBESPIERRE                | Faixa 3 | 20/05/2010 | 109 |
| 8- RESIDENCIAL PARQUE ROMANELLI           | Faixa 3 | 21/10/2010 | 97  |
| 9- RES PARQUE RARUS                       | Faixa 2 | 23/12/2010 | 364 |
| 10-RESIDENCIAL SPAZIO RIGOBELLO           | Faixa 3 | 31/03/2011 | 55  |
| 11-RESIDENCIAL PARQUE RENASCER            | Faixa 3 | 29/04/2011 | 137 |
| <b>12-CONDOMINIO SERRA DA CANASTRA</b>    | Faixa 2 | 27/06/2011 | 286 |
| 13-RESIDENCIAL PARQUE ROMANO              | Faixa 3 | 23/09/2011 | 124 |
| 14-RESIDENCIAL PARQUE ROMANCE             | Faixa 2 | 29/11/2011 | 145 |
| 15-RESIDENCIAL PARQUE RESIDENCE           | Faixa 2 | 14/03/2012 | 215 |
| 16-RESIDENCIAL RESERVA SUL RESORT         | Faixa 2 | 28/09/2012 | 460 |
| 17-RESIDENCIAL PARQUE REQUINTE            | Faixa 3 | 28/12/2012 | 145 |
| 18-RESIDENCIAL PARQUE ROYAL PALACE        | Faixa 2 | 28/02/2013 | 243 |
| 19-RES PARQUE RECANTO LAGOINHA            | Faixa 3 | 25/03/2013 | 529 |
| <b>20-RESIDENCIAL REINO DA INGLATERRA</b> | Faixa 3 | 01/02/2015 | 613 |
| <b>21-IMPERIAL MOD</b>                    | Faixa 2 | 01/09/2017 | 248 |

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional (2020, elaborado pela autora em 2021).

No geral, em Ribeirão Preto, os empreendimentos se localizam de maneira dispersa e, ao mesmo tempo concentrada, no setor oeste do município. Boa parte deles estão localizados com uma favorável inserção urbana, contando com oferta de serviços urbanos coletivos e individuais.

Adicionalmente, Ribeirão Preto está localizada ao norte do estado de São Paulo, e apresenta uma população de 711.825 pessoas<sup>3</sup>. Quanto sua classificação pelo REGIC, Ribeirão Preto é considerada como capital regional A, sendo compreendida como uma cidade que apresenta um centro urbano com alta concentração de atividades e de gestão, porém com alcance menor em termos de região de influência se comparado as Metrôpoles (REGIC, 2020).

Ainda de acordo com Silva (2019, p.5), concordamos com a não existência de uma definição do conceito de cidades médias, deste modo, “entendemos como cidades que se caracterizam por desempenhar um papel diferenciado aos da metrópole, com posição específica e de intermediação na rede urbana.”

A partir de 1980, Ribeirão Preto vivenciou mudanças importantes no que diz respeito ao uso e ocupação do espaço urbano e, conseqüentemente, após esse período o município passou por um intenso processo de expansão territorial urbana. Este fator junto a criação de novos eixos comerciais e residenciais favoreceram o mercado imobiliário do local (SILVA, 2019).

Assim, podemos inferir que a produção habitacional em Ribeirão Preto conta com mecanismos importantes do mercado imobiliário local, mecanismos esses que corroboram a espacialização dos empreendimentos produzidos pela MRV no município.

Em síntese, Presidente Prudente e Ribeirão Preto apresentam semelhanças e diferenças no que diz respeito ao modo de atuação da MRV nos municípios, a começar pelas semelhanças: ambos contam com empreendimentos inseridos de modo favorável na área urbana. Cita-se ainda a localização dos demais empreendimentos do PMCMV nas duas cidades, observou-se um padrão de localização semelhante, o qual tanto empreendimentos produzidos pelo PMCMV quanto boa parte dos empreendimentos produzidos pela MRV estão dispostos na periferia menos distante das cidades.

Em contrapartida podemos citar algumas diferenças, sendo elas: Ribeirão Preto possui 4.457 empreendimentos entregues, enquanto Presidente Prudente apenas 511, outro

---

<sup>3</sup> Dado coletado do sítio eletrônico do município, com base no dado de população estimada IBGE 2020.

fator importante está ligado ao fato de que Presidente Prudente possui empreendimentos nas faixas 1,5, 2 e 3 do PMCMV, e por outro lado Ribeirão Preto possui apenas nas faixas 2 e 3. Por fim, uma diferença que deve ser destacada é em relação a complexidade, Ribeirão Preto tem um maior alcance espacial comparado a Presidente Prudente, se tomarmos como base a REGIC e suas classificações em ambos municípios. Visto isso, a complexidade de Ribeirão Preto pode ser um fator mais atrativo para instalações dos empreendimentos.

### Considerações finais

A MRV Engenharia S/A atua seguindo uma lógica industrial em cada cidade, sem considerar as particularidades das diferentes situações geográficas que apresentam distintos papéis e funções na rede urbana e, ainda, distintos portes populacionais.

Tendo em vista que aqui tratamos de cidades inseridas em diferentes estratos na rede urbana nacional<sup>4</sup>, é preciso considerar suas particularidades para compreendermos os padrões estratégicos de produção da MRV.

A localização dos empreendimentos em ambas cidades analisadas, conta com uma favorável inserção urbana, estando tanto em áreas periféricas como próximos ao centro, (re)produzindo desigualdades sociais. Cita-se também o fato de que todos empreendimentos são verticais, reafirmando a existência de um padrão construtivo, estratégia crucial para o êxito produtivo da empresa na escala intraurbana e nacional.

A presença de diferentes padrões espaciais que dependem do porte das cidades, métodos de negociação, preço e localização da terra, entre outros elementos, condicionam a existência de particularidades nas cidades. Assim, a MRV utiliza as mesmas estratégias econômicas e padrões construtivos, porém com práticas de implantação distintas em cada cidade de atuação.

Portanto, compreendemos a existência de uma atuação estratégica da MRV em Presidente Prudente e Ribeirão Preto e destacamos, conforme Barcella (2019), as

---

<sup>4</sup> Presidente Prudente e Ribeirão Preto ocupam posições diferentes na rede urbana, conforme indica REGIC (IBGE,2020).

consequências deste modo de atuação que afetam diretamente na produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e sobretudo a reprodução de desigualdades sociais.

## Referências

BARCELLA, B. L. A interesclaridade da produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias: do aumento do consumo imobiliário ao aumento das desigualdades socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 41, p. 33-59, 2019.

BMF BOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 15 out. 2020.

FIX, M. São **Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil dos anos 2000. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, nº Especial (2), 2013, p. 29-40. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1118/507>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Relatório Executivo**. Disponível em: <[http://sishab.mdr.gov.br/novo\\_executivo/filtro](http://sishab.mdr.gov.br/novo_executivo/filtro)>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MRV ENGENHARIA. MRV. **A MRV, Institucional**, 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/historia>>. Acesso em: 5 de fev. 2020.

PAIVA, Cláudio C. de. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. (2007). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, L. de O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SHIMBO, L. Z. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 35, p. 118-133, 2016.

SILVA, V. A. B. da. **A Produção da habitação pelo Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade de Ribeirão Preto/SP: Agentes e intencionalidades**. In: ENANPEGE, 2019. Disponível em:  
<[http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562622516\\_ARQUIVO\\_Victoria\\_Batista\\_Enanpege.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562622516_ARQUIVO_Victoria_Batista_Enanpege.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2020.



## RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: O CROQUI CARTOGRÁFICO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO BÁSICO<sup>1</sup>

**Dionel Barbosa Ferreira Júnior<sup>2</sup>**  
*Universidade Federal do Tocantins (UFT)*

**Robson Alves dos Santos<sup>3</sup>**  
*Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)*

### Resumo

Como citar:

FERREIRA JÚNIOR, D. B.; SANTOS, R. A. dos. Relato de Experiência no Estágio Supervisionado em Geografia: o croqui cartográfico como recurso metodológico no ensino básico. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 45-63.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9133>

**Recebido em:** 2021-12-21

**Devolvido para correções:** 2022-03-28

**Aceito em:** 2022-04-15

**Publicado em:** 2022-09-22

A educação geográfica e o ensino da Geografia passam por transições nas suas abordagens de conteúdos, práticas de ensino e metodologias realizadas em sala de aula. Assim sendo, o foco neste trabalho está na atuação do discente ao ministrar a aula, de modo que aborde e relate a experiência de elaboração de croquis cartográficos enquanto metodologia pedagógica a ser explorada nas aulas de Geografia. Para a realização desta pesquisa consideramos vários procedimentos e etapas, com base no objetivo proposto. As metodologias utilizadas foram: a) pesquisa teórica; b) planejamento didático-pedagógico; c) regência e d) elaboração de croquis pelos alunos, durante a experiência no estágio docente supervisionado. A cartografia tornou-se tema relevante entre pesquisadores preocupados em inseri-la no ensino de uma Geografia escolar. A inserção da cartografia, sobretudo o uso de croquis, exerce a criatividade e possibilita ao aluno uma participação mais interativa nos conteúdos do ensino de Geografia.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; Cartografia; Estágio Supervisionado

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

E-mail: [dioneljunior41@gmail.com](mailto:dioneljunior41@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8000-616X>

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela UFG/Goiânia, Mestrado e Graduação pela UFG (Campus Catalão). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) Unidade Marabá.

E-mail: [robson.alves@msn.com](mailto:robson.alves@msn.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4467-8019>

## INFORME DE EXPERIENCIA EN PRÁCTICAS SUPERVISADAS EN GEOGRAFÍA: EL PROYECTO CARTOGRÁFICO COMO RECURSO METODOLÓGICO EN EDUCACIÓN BÁSICA

### Resumem

La educación geográfica y la enseñanza de la geografía pasan por transiciones en sus enfoques de contenidos, prácticas docentes y metodologías que se llevan a cabo en el aula. Por tanto, el enfoque de este trabajo está en el desempeño del alumno a la hora de impartir la clase, para que aborde y relate la experiencia de la elaboración de croquis cartográficos como metodología pedagógica a explorar en las clases de Geografía. Para llevar a cabo esta investigación, se consideraron varios procedimientos y pasos, en función del objetivo propuesto. Las metodologías utilizadas fueron a) investigación teórica; b) planificación didáctico-pedagógica; c) realización y d) elaboración de bocetos por parte de los alumnos, durante la experiencia en la pasantía docente supervisada. La cartografía se ha convertido en un tema relevante entre los investigadores preocupados por insertarla en la enseñanza de la geografía escolar. La inserción de la cartografía, especialmente el uso de bocetos, ejercita la creatividad y permite al alumno participar de forma más interactiva y en los contenidos de la enseñanza de la Geografía.

**Palabras clave:** Enseñanza de la geografía; Cartografía; Pasantía supervisada

## REPORT OF EXPERIENCE IN SUPERVISED INTERNSHIP IN GEOGRAPHY: THE CARTOGRAPHIC SKETCH AS A METHODOLOGICAL RESOURCE IN BASIC EDUCATION.

### Abstract

Geographic education and the teaching of Geography go through transitions in their approaches to content, teaching practices and methodologies carried out in the classroom. Therefore, the focus of this work is on the performance of the student when teaching the class, in order to address and report the experience of drawing up cartographic sketches as a pedagogical methodology to be explored in Geography classes. To carry out this research, we considered several procedures and steps, based on the proposed objective. The methodologies used were a) theoretical research; b) didactic-pedagogical planning; c) conducting and d) drawing up sketches by the students, during the experience in the supervised teaching internship. Cartography has become a relevant topic among researchers concerned with inserting it in the teaching of school geography. The insertion of cartography, especially the use of sketches, exerts creativity and enables the student to participate more interactively and in the contents of Geography education.

**Keywords:** Geography teaching; Cartography; Supervised internship

## Introdução

O ensino praticado no âmbito escolar tem sido uma das pautas temáticas cada vez mais discutidas, debatidas e abordadas nos diversos eventos educacionais. É comumente os embates relacionados a presença do ensino tradicional, contestado pela monotonia e práticas pedagógicas que desconsideram a participação e interação dos alunos enquanto sujeitos ativos, carregados de interações sócio-históricas para além dos muros das instituições de ensino. Tais fatores acarretam para um desestímulo no processo de aprendizagem, interferindo na relação entre os sujeitos que compõem as escolas: educadores e educandos.

No decorrer dos anos, a educação geográfica e o ensino da Geografia perpassam por transições nas suas abordagens de conteúdos, práticas de ensino e metodologias didáticas realizadas em sala de aula, o que contribui de maneira positiva na quebra do rótulo de “matéria decorativa.” As metodologias de ensino são constituídas enquanto um conjunto de ações desenvolvidas pelo/para o docente, visando alcançar os objetivos propostos. É fundamental que o professor tenha clareza do que, como e a quem está ensinando, para utilizar uma metodologia que alcance os anseios e necessidades encontradas pelos alunos.

Para o desenvolvimento de tais práticas em sala de aula, torna-se essencial que desde o processo formativo na graduação, os discentes tenham experiências e contatos com o futuro ambiente de trabalho. Dessa forma, os cursos de licenciatura possuem em suas grades curriculares a disciplina de Estágio Docente, que viabiliza a interação e aproximação entre a educação básica e superior. As Geografia (s) escolar e acadêmica precisam unir-se, para assim propiciarem uma interligação entre teoria e prática, ambas consideradas pilares na construção de uma formação qualificada para os licenciandos.

Em síntese, a presente pesquisa tem como objetivo explicar o relato empírico vivenciado através do Estágio Docente II em Geografia, no ano de 2019, na turma de 1º ano do Ensino Médio da Escola Municipal de Ensino Médio “O Pequeno Príncipe”, localizada no município de Marabá – Pará. Os estágios docentes são marcados por etapas, como: observação do espaço escolar, acompanhamento de aulas de Geografia e a realização de regências dos discentes. Assim sendo, o foco neste trabalho está na atuação do discente ao ministrar a aula, de modo que aborde e relate a experiência de elaboração de Croquis cartográficos enquanto metodologia pedagógica a ser explorada nas aulas de Geografia.

## Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa consideramos vários procedimentos e etapas, com base no objetivo proposto. As metodologias utilizadas foram: a) pesquisa teórica; b) planejamento didático-pedagógico; c) regência e d) elaboração de croquis pelos alunos, durante a experiência no estágio docente supervisionado. Na pesquisa teórica foi realizado um levantamento bibliográfico de autores que tratam dos temas de Estágio Docente: Pimenta e Lima (2006), Saiki e Godoi (2015); além da discussão de Metodologias no ensino de Geografia, mais especificamente sobre os Croquis na cartografia, tendo como base: Cirineu (2012) e Morone (2007).

O planejamento didático pedagógico foi um dos recursos cruciais para elaborar o plano de aula, instrumento responsável por descrever e expor os conteúdos a serem trabalhados, seguido por objetivos e passo a passo da regência ministrada pelo professor/discente do curso de Geografia. A regência teve como tema: a linguagem cartográfica, apresentando aos alunos a história da cartografia, identificando os saberes prévios a respeito do assunto ministrado.

Por fim, após a aula explanativa, foi solicitado aos alunos que desenvolvessem croquis cartográficos, com intuito de aguçar e praticar a criatividade e o conhecimento adquirido pós-explicação. A construção dos croquis foi baseada em cartas topográficas, representando bacias hidrográficas a serem delimitadas, foram utilizados os seguintes materiais para a os mapas: papéis manteigas, lápis de colorir e régua.

## Desenvolvimento

### O estágio supervisionado em Geografia: perspectivas na formação docente

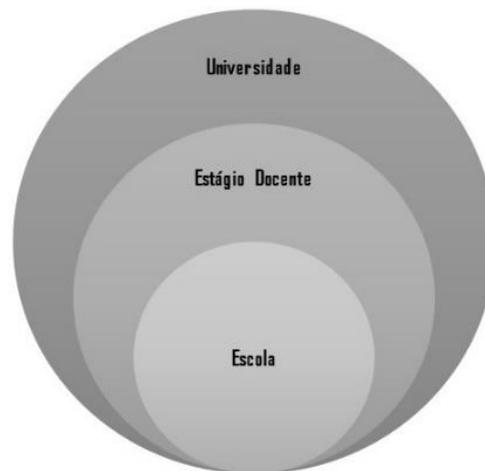
O estágio docente torna-se momento crucial na formação identitária dos graduandos enquanto licenciandos, pois são inseridos no futuro âmbito da atuação profissional, além da possibilidade de correlacionar teoria e prática no espaço escolar. Na percepção de Piconez (2015, p. 25) o estágio é “[...] um componente teórico-prático, isto é, possui uma dimensão ideal, teórica subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, bem como uma dimensão real, material, social e prática”.

É imprescindível repensar e valorizar os conhecimentos empíricos vivenciados em cada contexto e espaço de discussões, sendo importante o compartilhamento de ideias principalmente com os discentes que estão em processo de formação inicial. O estágio supervisionado é rico no sentido dos desafios aos estagiários que possuem o seu primeiro contato com o ambiente.

A linguagem e métodos como possibilidades de serem inseridos na educação, variam de acordo com o contexto, no caso de uma Geografia escolar contemporânea destaca-se: compreender o conhecimento prévio dos alunos. A mediação didática se encaixa nessa perspectiva, de maneira que leva em conta o aluno enquanto sujeito ativo, carregado de processos histórico-sociais além do espaço escolar. Desse modo, Cavalcanti (2013, p. 386) frisa que

Aos professores de Geografia, interessa compreender seus alunos, seu comportamento de jovens pertencentes à sociedade contemporânea, brasileira, de partes específicas desse país, mas interessa sobretudo entender os alunos e suas práticas espaciais, entender como eles vivem em seu lugar, em seu cotidiano, como se relacionam com esse lugar, que é seu bairro, sua cidade. (CAVALCANTI, 2013, p. 386).

Observa-se, no entanto, o distanciamento entre os professores da rede de Ensino Superior e Educação Básica, precarizando o desenvolvimento de trabalhos no âmbito da pesquisa, ensino e extensão. Cacete (2015, p. 6-7) afirma tal problemática entre ambos os educadores, quando menciona que “normalmente, os professores das escolas básicas não veem muito valor nas pesquisas acadêmicas, e os professores da academia, muitas vezes, não veem valor no saber das experiências dos professores das escolas básicas”. Desse modo, o estágio, ao inserir o aluno da licenciatura nas escolas básicas de ensino, potencializa o desenvolvimento destes em sua autonomia e manuseio das práticas didático-pedagógicas, além da aproximação entre instituição acadêmica e escolar, uma vez que o estágio docente se torna mediador na interação universidade-escola.

**Figura 1.** Interligação Escola-Universidade através do Estágio Docente

**Fonte:** Autores (2021).

Conforme Caporale (2019, p. 92), a universidade surge enquanto possibilidade de construção formativa dos futuros profissionais, é um pilar essencial na medida em que se constitui de “saberes técnicos e saberes específicos” propiciando aos sujeitos o crescimento e desenvolvimento como cidadãos críticos, além da interação entre universidade e sociedade, corroborando também na formação profissional (MORIN, 2011). Caporale (2015, p. 91), ainda discorre a respeito do âmbito escolar, para ele “[...] a escola assume uma característica de Lugar para cada pessoa que a frequenta com significados e temporalidades distintas”, ou seja, torna-se um universo de pensamentos e hábitos diários para o professor que ao entrar em contato com ele, possibilita a esse profissional o conhecimento sobre a pluralidade/subjetividade na educação.

Uma grande discussão que ainda perpetua a respeito do estágio é a sua redução apenas como parte de uma “grade curricular” discutido por Saiki e Godoi (2007). Essa disciplina, é marcada e caracterizada por ter um processo longo de tempo, vivenciada, compartilhada e não sendo minimizada à um momento estático na formação inicial. Assim, é preciso quebrar tais paradigmas e compreender o estágio na perspectiva da reflexão, da extensão, ensino e, sobretudo, objeto de pesquisa dos educandos.

É por meio do estágio que diversas práticas podem ser elaboradas no ambiente escolar, respeitando a singularidade de cada escola, pois de acordo com Carloto e Costa (2019, p. 36) “[...] nenhuma escola é igual a outra, por natureza ela é singular, pois, cada escola

possui diferentes povos, que faz existir diferentes tipos de relações sociais.” Entre as práticas pedagógicas que podem ser trabalhadas no ensino de Geografia é o uso dos croquis, abordagem essa que contempla a temática da cartografia, discutida no tópico a seguir.

### **A Cartografia no Ensino de Geografia: o croqui como recurso metodológico na educação básica**

Com um mundo cada vez mais globalizado, rodeado de recursos tecnológicos e acessos de maneira veloz, tem se adquirido cada vez mais rápido informações de forma instantânea, destacando-se as linguagens gráficas que tendem a prender a atenção dos leitores e usuários dos meios de comunicações. Dessa maneira, a cartografia tornou-se tema relevante entre pesquisadores preocupados em inseri-la no ensino de uma Geografia escolar. Assim, Castellar (2011, p. 134) reafirma o papel dessa Geografia ao mencionar:

O fundamental para a Geografia escolar é possibilitar ao aluno uma aprendizagem no sentido da consciência geográfica, entendendo a localização dos lugares e fenômenos e, a partir disso, podendo raciocinar geograficamente, compreendendo a ordenação territorial, a espacialidade e/ou territorialidade dos fenômenos, a escala social de análise. (CASTELLAR, 2011, p. 134).

Os saberes geográficos se fazem presente cotidianamente nas escolhas diárias dos cidadãos, sendo de suma importância explorar a cartografia como uma linguagem que propiciará o desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, Duarte (2016) aponta exemplos de como usar o “pensamento espacial”, afirmando:

Pensamento espacial é onipresente em nosso cotidiano. Quando caminhamos em uma rua movimentada utilizamos o pensamento espacial para não esbarrarmos nas outras pessoas. Também usamos essa forma da cognição para definir a melhor rota para nos deslocarmos entre dois pontos de uma cidade, para distinguir a forma da letra “A” da letra “H”, para reconhecer os símbolos utilizados nas placas de trânsito, para organizar os móveis em um cômodo, para praticar um desporto. A sucessão de exemplos é interminável. (DUARTE, 2016, p. 37-38).

A inserção da cartografia, como o uso de croquis exerce a criatividade e possibilita ao aluno uma participação mais interativa nos conteúdos do ensino de Geografia, viabilizando formas desde a localização referente à algum fenômeno geográfico desde até o

modelo de representar um determinado conhecimento. Essa inserção torna-se objeto de estudo de renomados autores do contexto da educação geográfica, de maneira que Duarte (2016) se posiciona em relação ao “pensar geograficamente”, ressaltando o domínio espacial e a linguagem cartográfica como recursos de suma importância na cognição disciplinar. Segundo Straforini (2004, p. 120):

[...] a geografia é um meio de enriquecer o processo de alfabetização porque é no espaço geográfico que as crianças têm suas múltiplas possibilidades de realidade. É nele que a vida se faz. Assim, é no espaço geográfico que as crianças buscam e encontram os símbolos e os seus significados.

O ato de ler e escrever é considerado elementar para o desenvolvimento do ser humano, permitindo o acesso em vários âmbitos e inserção no contexto educacional. No sentido da ciência geográfica, Castellar (2011) frisa as representações utilizadas pelas crianças no desenvolvimento espacial, visto que “a criança lê e registra (escrita/representação) o que observa das paisagens do espaço vivido e, a partir dessas atividades, começa a perceber as relações sociais nele existentes.” (CASTELLAR, 2011, p. 4).

É preciso frisar as dificuldades relatadas pelos professores de Geografia ao trabalharem a Cartografia em sala de aula, nesse sentido, Sampaio (2006, p. 52) reforça mencionando a ausência ou ainda que mínima a utilização de mapas no ensino de Geografia. Os entraves ao manusear os conteúdos relacionados a Cartografia precisam ser revistos no processo de formação inicial e continuada dos docentes da educação geográfica, uma vez que segundo Castrogiovanni (2020, p. 36) “O professor de Geografia tendo uma formação cartográfica pode ou não despertar nos sujeitos, desde a pré-escola, o interesse, a paixão para com as possibilidades de representação de diferentes formas do espaço geográfico.”

A linguagem cartográfica pode ser discutida e abordada em sala de aula por meio dessas representações gráficas, essas são textos alfabéticos por ser apresentados como figura espacial como: linhas, formas, superfícies, distâncias, extensões, volumes e suas várias dimensões - comprimento, largura e altura. São diversas representações gráficas que podem ser trabalhadas no ensino e nas pesquisas da Geografia, como por exemplo: desenho, planta, carta, mapa, bloco-diagrama, maquete, infográfico, anamorfose e por fim os croquis, destacado enquanto recurso metodológico.

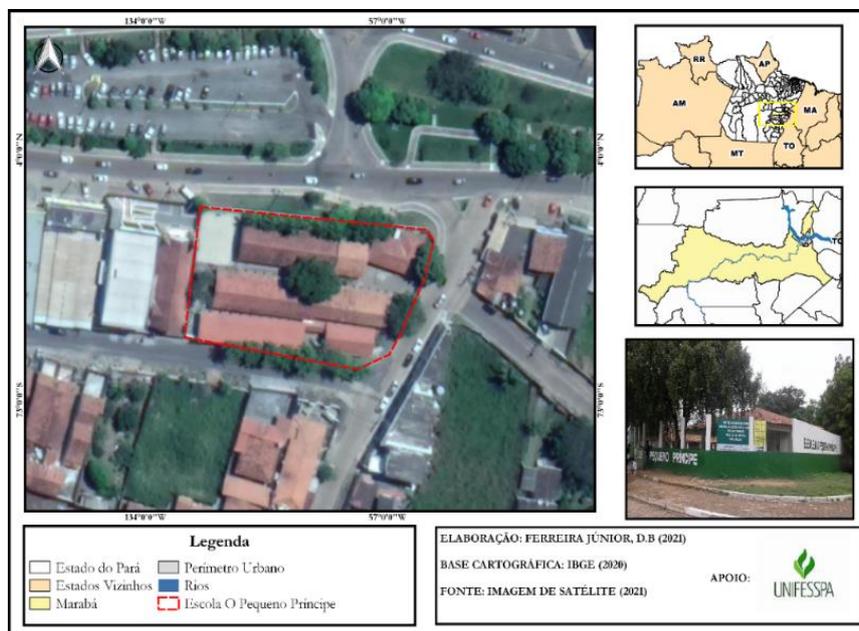
O croqui é um desenho, geralmente feito à mão, referenciando os principais elementos de um determinado espaço geográfico, através desse recurso pode-se obter diversos objetivos. Segundo Cirineu (2012, p. 16) “Do ponto de vista cartográfico, o aluno irá aprender a dominar a linguagem cartográfica, aprender a elaborar representações gráficas por etapas desde o desenho dos croquis até a codificação e decodificação da legenda.” Este ainda afirma que:

Esta dominação espacial apreendida pelo aluno permite que este possa registrar um referido espaço por meio da confecção de mapas. Ao iniciar as tarefas de mapear, estamos, portanto, mostrando ao aluno os caminhos para que ele possa se tornar um leitor consciente da linguagem cartográfica. (CIRINEU, 2012, p. 18).

Os croquis se diferenciam devido ao tipo de representação gráfica que aborda, com foco somente das informações essenciais, na qual o aluno tenha objetividade através do que elabora. Na percepção de Simielli (1996, p. 16) o estudo cartográfico perpassa pelo uso do croqui em sala de aula, é por meio desse instrumento que se fazem análises geográficas, além da localização de determinado elemento. A autora ressalta a importância de os alunos elaborarem os croquis, cumprindo todas as etapas de produção, diferentemente da simples cópia de mapas ou croquis.

A produção dos croquis é uma proposta viável para os alunos no âmbito escolar, devido ao intuito de cumprir essas etapas de elaboração, desenvolvendo habilidades geográficas, desde representações à elementos que permitem fazer a leitura cartográfica de um mapa. Diante dessa discussão sobre este recurso, aborda-se a seguir sua inserção em uma aula realizada através do estágio docente em Geografia (Unifesspa) na Escola “O pequeno príncipe” no município de Marabá – Pará.

**Figura 2.** Localização da Escola em que o Estágio Docente foi realizado no município de Marabá-Pará



Fonte: Autores (2021).

### Regência em Geografia e elaboração dos croquis realizados pelos alunos do 1º ano da Escola Estadual de Ensino Médio “O Pequeno Príncipe”

O estágio supervisionado no âmbito escolar é dividido em etapas como:

- Observação do espaço escolar;
- Acompanhamento das aulas de Geografia na escola;
- Regência ministrada pelos discentes do curso de Geografia da Unifesspa sob a supervisão do professor da escola e do responsável pela disciplina de Estágio Docente II;
- Elaboração e entrega do Relatório de Estágio como requisito avaliativo da disciplina.

Portanto, será abordada aqui a regência ministrada na turma do 1º ano – A, do Ensino Médio abordando como temática: a história da cartografia e sua utilização na ciência geográfica. A escolha do tema se deu a partir do professor de Geografia da disciplina, visto

que este não havia abordado o assunto com os alunos naquele período. Para ministrar a aula de Geografia foi estruturado um plano de aula abordando temas, objetivos (gerais e específicos), conteúdos, metodologia, recursos e referências bibliográficas que seriam utilizados pelo futuro docente, no intuito de guiá-lo para a execução conforme o cronograma.

A aula de Geografia dividiu-se em dois momentos: 1º) explanação sobre o conteúdo ministrado e 2º) atividade realizada em grupo pelos alunos. Em um primeiro momento foi realizada uma aula expositiva e discursiva com os 23 alunos que se faziam presentes. Foi indagado a eles o que entendiam a respeito da Cartografia, explorando assim o conhecimento prévio destes. Pode-se perceber que na maioria das falas havia a associação do tema com os “mapas”, como por exemplo “estudo dos mapas”, “construção de mapas”, entre outras, o que corroborou para uma abordagem histórica sobre a presença da cartografia desde os povos antigos, utilizada também por arqueólogos através de mapas rudimentares.

Após a contextualização sobre a relevância do assunto, foi apresentado aos alunos os diferentes tipos de mapas temáticos utilizados na atualidade, como: mapa físico, político, industrial e demográfico, no intuito dos alunos compreenderem a diversidade de fenômenos que podem ser representados por meio do manuseio de mapas (Figura 3).

**Figura 3.** Aula ministrada na turma de 1º ano do E. M.



**Fonte:** Autores (2019).

No sentido de reforçar a utilização da cartografia nos propósitos da educação geográfica, Castellar e Vilhena (2010) afirmam:

O letramento geográfico é, portanto, o *ponto de partida para estimular o raciocínio espacial do aluno* (grifo nosso), articulando a realidade com os objetos e os fenômenos que querem representar, na medida em que se estrutura a partir das noções cartográficas. (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p. 25, grifos dos autores).

Nesse intuito, foi abordado os constituintes presentes em cada mapa e suas devidas funções, desde legenda, escala, título, rosa dos ventos, elaborador e representações pictográficas abordadas especificamente. Cabe destacar nos mapas físicos a presença das bacias hidrográficas e seus componentes: nascente, afluente, rio principal e foz utilizadas no segundo momento da aula como representações dos croquis. Dessa maneira, após a aula ministrada expositivamente, os alunos com auxílio do professor utilizaram os seguintes materiais para a elaboração dos croquis (Quadro 1):

**Quadro 1.** Materiais Didáticos utilizados na elaboração dos Croquis

|                  |
|------------------|
| Mapa Topográfico |
| Papel “Manteiga” |
| Lápis de Cor     |
| Régua            |

**Fonte:** Autores (2021).

Na profissão docente, é possível se deparar com adversidade e dificuldades diante de um sistema desigual de educação, marcado por diversas contradições. A partir dessa discussão, Cavalcanti (2017, p. 105) menciona as condições de trabalho em que o professor se encontra, marcado por “[...]condições precárias; da gestão da escola; das formas de inserção das demandas externas; mas, principalmente, diante dos alunos e suas demandas, seu envolvimento, seus modos de aprendizagem.”

Diante das dificuldades acerca da aquisição de materiais na escola, foi pensado para a realização da atividade proposta pelo docente em formação inicial, levar os materiais expostos acima (Quadro 1). O mapa topográfico foi disponibilizado pelo laboratório de

Cartografia da Unifesspa, servindo de base para que os alunos delimitassem uma bacia hidrográfica, identificando os componentes do rio e posteriormente desenhado através da utilização do papel “manteiga”.

Foram desenvolvidas atividades que estimulassem as noções básicas que fazem parte dos mapas: legenda, figuras geométricas, signos, cores, linhas entre outras formas de representações dos fenômenos. Para isso, a turma composta por 23 alunos, dividiu-se em grupos a fim de socializar e dividir os materiais para a execução dos croquis. Os adolescentes sentiram-se à vontade para fazer as representações a partir da criatividade subjetiva de cada um, conforme a Figura 4.

**Figura 4.** Momento de atividade sendo realizada pelos alunos em grupo

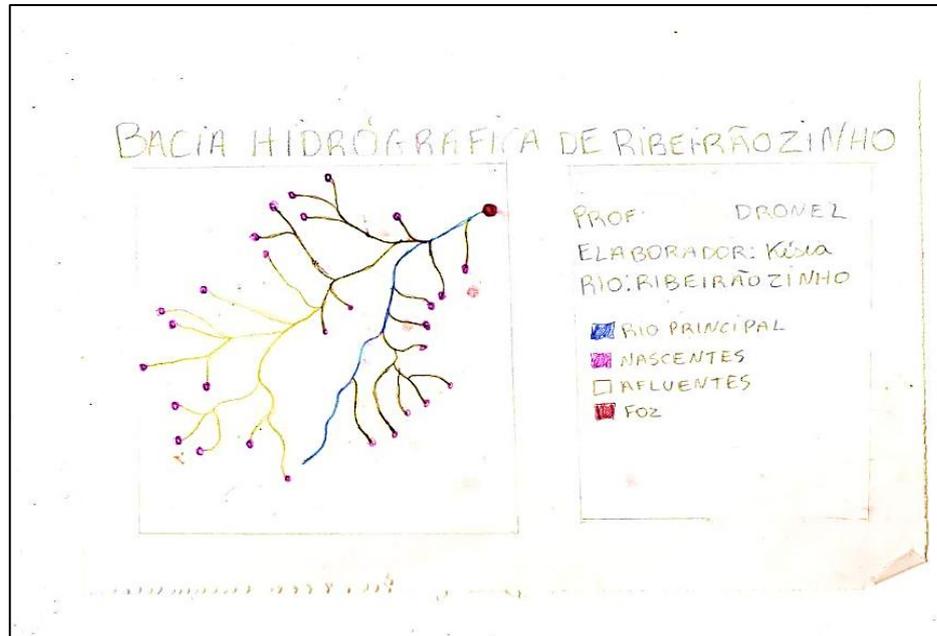


**Fonte:** Autores (2019).

A escolha do uso do croqui se deu a partir de uma das competências presentes na disciplina de Estágio Docente II, conforme descreve no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Geografia (2016): (a) Saber equilibrar o conhecimento pedagógico e conhecimento geográfico, assim como o conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica. Dessa maneira, obteve-se como resultado a elaboração dos croquis de modo criativo e participativo dos alunos na aula de

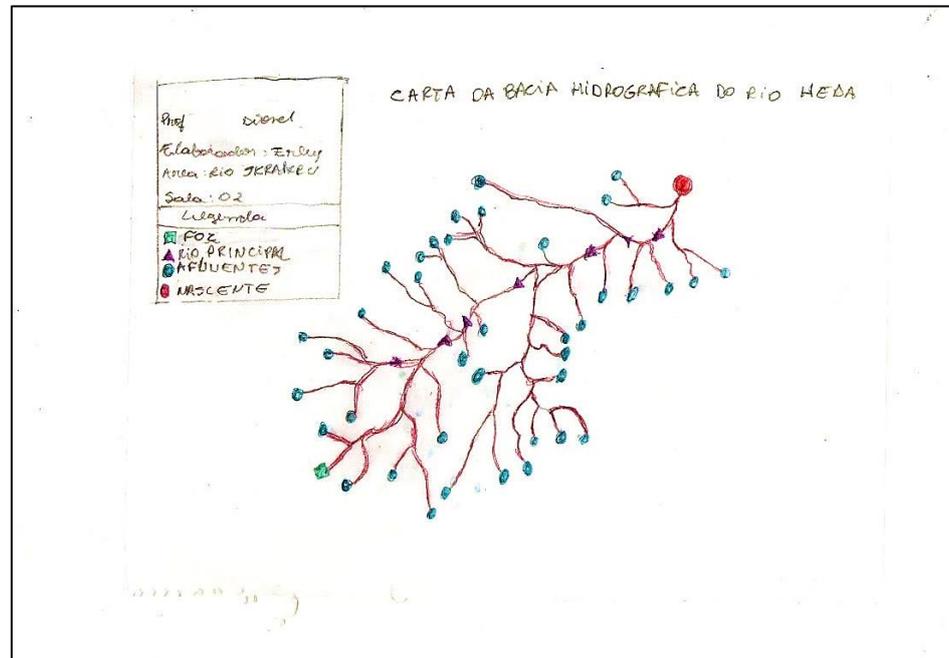
Geografia, culminando na apresentação das suas representações cartográficas, conforme Figuras 5-8.

**Figura 5.** Croqui Cartográfico



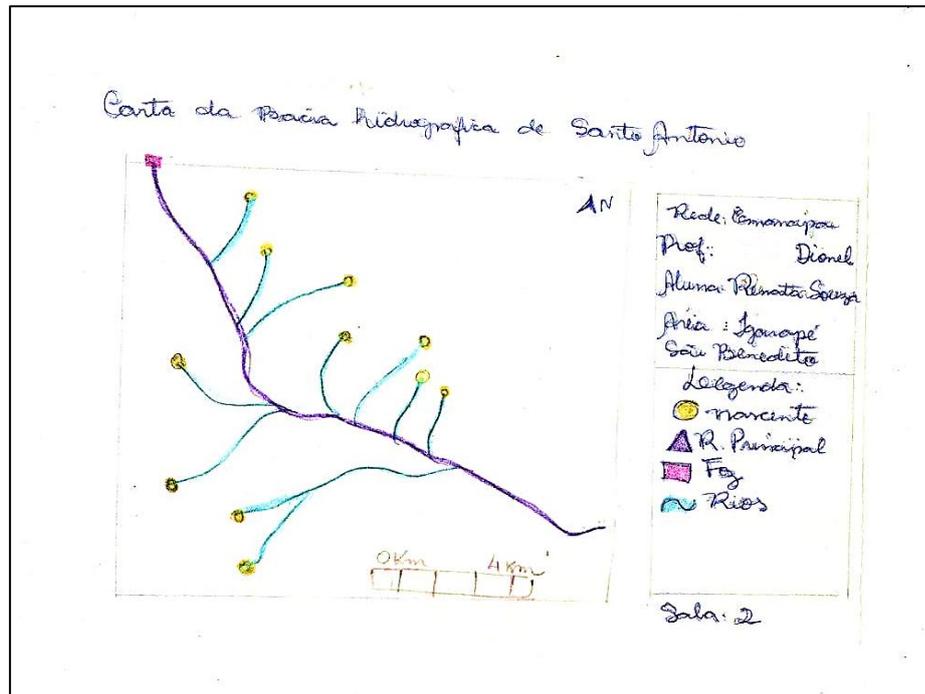
Fonte: Autores (2019).

**Figura 6.** Croqui Cartográfico



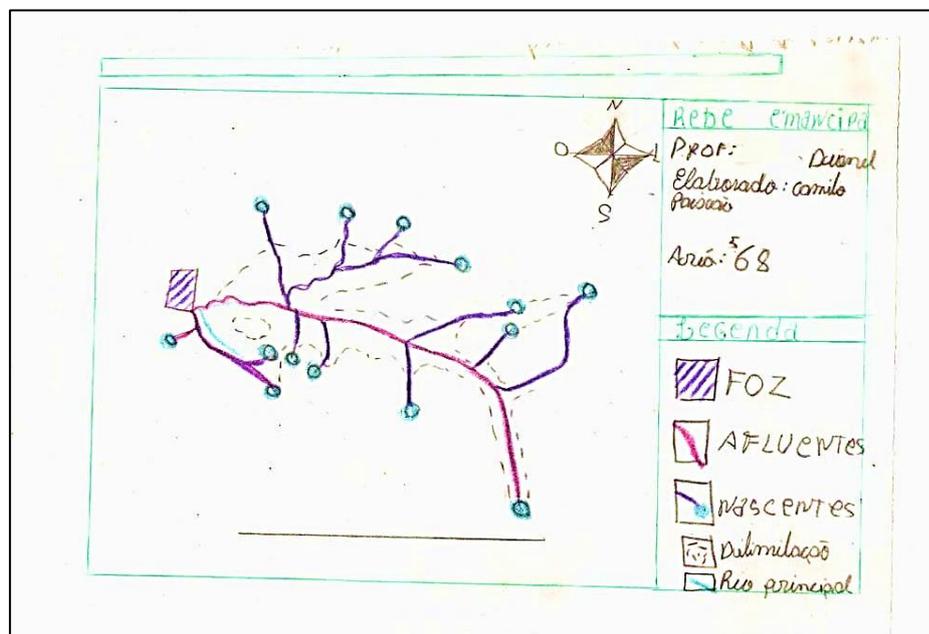
Fonte: Autores (2019).

Figura 7. Croqui Cartográfico.



Fonte: Autores (2019).

Figura 8. Croqui Cartográfico.



Fonte: Autores (2019).

## Conclusões

A cartografia é uma ciência e conteúdo importante para o ensino da Geografia, de modo que ela se dá de diversas formas, sendo um meio de comunicação que facilita a obtenção e a análise das informações organizadas espacialmente. A utilização da linguagem cartográfica dos croquis propicia em sala de aula abordagens metodológicas que exigem a participação ativa do aluno, possibilitando a elaboração e apreensão de novos conhecimentos, além de desenvolvê-lo cognitivamente. Este recurso cartográfico possibilita o uso de novas ferramentas no ensino de Geografia, não se limitando ao livro didático enquanto abordagem didática.

Cabe destacar a necessidade de uma formação inicial de qualidade dos futuros docentes na perspectiva de atuação na educação básica, de modo que estes detenham a autonomia docente, por meio da apropriação do conhecimento específico e pedagógico para que estes saibam manusear os diversos tipos de proposições didáticas, como por exemplo, o uso dos croquis em aulas de Geografia. A utilização desse recurso propiciou a criatividade e potencialização da cognitividade dos alunos, para que estes desenvolvam o conhecimento e análise geoespacial. Portanto, propõem-se através desse relato de experiência, compartilhar e contribuir a metodologia para que outros professores de Geografia façam o uso em sala de aula, estimulando a participação e criatividade por parte dos alunos da educação básica.

## Agradecimentos

Agradecemos a Escola Estadual de Ensino Médio O Pequeno Príncipe pela possibilidade de realização do Estágio Docente II, em apoio junto a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) responsável pela formação de futuros professores de Geografia.

## Referências

- CACETE, N. H. Formação do professor de Geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 17, n. 2, p. 6, 2015. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/240>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- CAPORALE, G. **Pibid - Espaço de Formação docente: uma análise das relações entre a escola básica e a universidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131050>>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- CAPORALE, G. Pibid – Terceiro Espaço. In: VALLERIUS, D. M.; MOTA, H. G.; SANTOS, L. A. dos. (orgs.). **O Estágio Supervisionado e o Professor de Geografia: Múltiplos Olhares**. Jundiaí, São Paulo: Paco e Littera, 2019.
- CARLOTO, D. R.; COSTA, H. G. Escola como espaço do acontecer solidário: reflexões sobre o Lugar. **Revista sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 8, p. 30-47, 2019. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- CASTELLAR, S. M. V. Cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, R. D. de. (org.). **Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagens e tecnologia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 121-135. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002292929>>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- CASTELLAR, S. M. V.; MORAES, J. V. **Ensino de Geografia**. São Paulo: CengageLearning, 2010.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; SILVA, P. R. F. de A. e. **A construção do conhecimento cartográfico nas aulas de Geografia** [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216070>>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- CAVALCANTI, L. de S. **O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar**. Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica, p. 100. 2013.
- CAVALCANTI, L. de S. Ensino de Geografia e demandas contemporâneas: práticas e formação docentes. In: ALVES, A. O.; KHAOULE, A. M. K. (orgs.). **A Geografia no cenário das políticas públicas educacionais**. 1. ed. Goiânia: C&A Alfa & Comuincações, 2017, v. 1, p. 9-231.

CIRINEU, A. R. de A. **O ensino da geografia por meio da utilização de croquis**. 2012. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade de Brasília, Posse-GO. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5148/1/2012\\_AndreiaRodriguesdeAraujoCirineu.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5148/1/2012_AndreiaRodriguesdeAraujoCirineu.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DUARTE, R. G. **Educação geográfica, cartografia escolar e pensamento espacial no segundo segmento do Ensino Fundamental**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI:10.11606/T.8.2016.tde-10112016-135000. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112016-135000/en.php>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v3i3e4.10542. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MORIN, E. **A cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MORONE, R. **O uso de croquis cartográficos no ensino médio**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI:10.11606/D.8.2002.tde-30072008-120320. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-30072008-120320/publico/TESE\\_ROSEMEIRE\\_MORONE.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-30072008-120320/publico/TESE_ROSEMEIRE_MORONE.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2015. p. 13-34.

PPC. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Marabá, Pará – 2016. Disponível em: <<https://crca.unifesspa.edu.br/images/ppc/06-Geografia-Licenciatura-PPC.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SAIKI, K.; GODOI, F. B. de. A prática de ensino e o estágio supervisionado. In: PASSINI, E. Y. *et. al* (orgs.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAMPAIO, A. C. F. **A Cartografia no ensino da licenciatura em Geografia: análise da estrutura curricular vigente no país, proposta na formação, perspectivas e desafios para o futuro professor**. Tese (Doutorado em Geografia) –Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMIELLI, M. E. R. **Cartografia e ensino**: proposta e contraponto de uma obra didática. 1997. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000746840>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2004. v. 1. 188 p.



## OS (MEGA)EVENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS<sup>1</sup>

Elvis Simões Pitoco da Silva<sup>2</sup>

*Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"*

### Resumo

Como citar:

SILVA, E. S. P. Os (mega)eventos em tempos de pandemia e os impactos do coronavírus. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 64-91. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9131>

**Recebido em:** 2021-12-29

**Devolvido para correções:** 2022-05-17

**Aceito em:** 2022-05-27

**Publicado em:** 2022-09-22

A pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2) chacoalhou o mundo, após uma rápida disseminação pelos continentes, através das redes de transportes e comércio do mundo globalizado. As medidas de contenção das relações sociais, implicaram numa série de deliberações, que paralisaram as economias globais, provocando mudanças até então inéditas em larga escala, países inteiros fecharam suas fronteiras. Apesar de possuir uma inédita magnitude, as enfermidades já atingiram o esporte em períodos anteriores, assim o trabalho tem por finalidade compilar os principais eventos esportivos afetados, nesta era contemporânea. Os dados foram baseados na coleta de dados de fontes jornalísticas e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Federação Internacional de Futebol e Associados (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI), entre outros, leitura de livros, artigos e participação em colóquios com o grupo de pesquisa NUPERG (Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais). Acreditamos que o impacto financeiro, de forma geral, é negativo, entretanto, há outros contextos que estão sendo explorados, como o geopolítico, pelos países e organizações não-governamentais, entre elas a Federação Internacional de Futebol e Associados (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI).

**Palavras-chave:** Geopolítica; Geografia dos esportes; Pandemia

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup> Professor e geógrafo. Especialista, pós-graduado em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.  
E-mail: [elvis.silva@unesp.br](mailto:elvis.silva@unesp.br)  
Orcid ID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-0418-0048>

## LOS (MEGA) EVENTOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA Y LOS IMPACTOS DEL CORONAVIRUS

### Resumen

La pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2) ha sacudido al mundo después de su rápida propagación por los continentes a través de las redes de transporte y comercio del mundo globalizado. Las medidas para contener las relaciones sociales, implicaron una serie de deliberaciones, que paralizaron las economías globales, provocando cambios hasta ahora sin precedentes a gran escala, países enteros cerraron sus fronteras. A pesar de tener una magnitud sin precedentes, las enfermedades ya han llegado al deporte en períodos anteriores, por lo que el trabajo tiene como objetivo recopilar los principales eventos deportivos afectados en esta época contemporánea. Los datos se basaron en la recolección de datos de fuentes periodísticas y organismos internacionales, como la ONU (Naciones Unidas), FIFA (Federación Internacional de Fútbol y Asociados), COI (Comité Olímpico Internacional), entre otros, lectura de libros, artículos y participación en coloquios con el grupo de investigación NUPERG (Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais). Creemos que el impacto económico, en general, es negativo, sin embargo hay otros contextos que están siendo explorados, como el geopolítico, por países y organizaciones no gubernamentales, entre ellas la FIFA (Federación Internacional de Fútbol y Asociados) y el COI (Comité Olímpico Internacional).

**Palabras clave:** Geopolítica; Geografía do deporte; pandemia

## (MEGA)EVENTS IN PANDEMIC TIMES AND THE IMPACTS OF THE CORONAVIRUS

### Abstract

The COVID-19 (SARS-CoV-2) pandemic has shaken the world after its rapid spread across continents through the transport and trade networks of the globalized world. The measures adopted to contain social relations implied a series of deliberations, which paralyzed global economies, causing changes hitherto unprecedented on a large scale, with entire countries closing their borders. Despite having an unprecedented magnitude, diseases have already reached the sport in previous periods, so this work aims to compile the main sporting events affected in this contemporary era. The data were based on data collection from journalistic sources and international organizations, such as the UN (United Nations), World Bank, FIFA (Fédération Internationale de Football Association), IOC (International Olympic Committee), among others, reading books, articles and participating in colloquia with the NUPERG research group (Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais). We believe that the financial impact, in general, is negative, however there are other contexts that are being explored, such as the geopolitical, by countries and non-governmental organizations, including FIFA (Fédération Internationale de Football Association) and the IOC (International Olympic Committee).

**Keywords:** Geopolitics; Sports geography; Pandemic

## Introdução

O ano de 2020 foi marcado pelo início da maior pandemia do planeta, desde a gripe espanhola de 1918. A COVID-19 é uma doença causada pelo SARS-CoV-2, um vírus das redes e impulsionado pela globalização. O primeiro relato da doença foi em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan (China). Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia, desencadeando uma série de medidas restritivas à circulação, entre elas o distanciamento físico, com a finalidade de controlar a quantidade de pessoas contaminadas. Em 2022, a pandemia ainda surte efeitos, já se passaram de 280 milhões de pessoas contaminadas no mundo e mais de 5 milhões de mortes, segundo dados da OMS (2021). O Brasil já ultrapassou 600 mil mortes em janeiro de 2022.

Ainda são incertas as origens da doença. A última avaliação feita pela comissão da OMS em Wuhan, concluiu que a COVID-19 não surgiu nos mercados da região e considera que o vírus passou para humanos a partir de uma espécie animal ainda não confirmada, apesar de suspeitas (OMS, 2021).

O vírus se espalha pelos países através do fluxo global (Redes) de pessoas e mercadorias, sendo os *hubs* como os portos e aeroportos, os primeiros pontos de disseminação da doença, seguido por metrópoles nacionais (CASTILHO, 2020; GOMES; CALDEIRA, 2020). Assim, a doença vai se disseminando pelos municípios, por meio da difusão hierárquica (FONT, 2007) e heterárquica (CATELAN, 2012) das malhas urbanas.

Até que as primeiras medidas de isolamento fossem criadas e que fossem efetivamente aplicadas, a rotina pouco mudou. A demora para agir induziu diversas “bombas biológicas”, termo este utilizado pelo Prefeito de Bergamo (Itália), Giorgio Gori, para descrever aquele que foi um dos jogos mais importantes da história do clube da cidade, o confronto entre Atalanta e Valencia. Estima-se que os quarenta mil torcedores que viajaram até Milão para acompanhar a partida foram contaminados e retornaram a suas residências em Bergamo. O evento foi determinante para que a região se tornasse um dos primeiros epicentros da doença na Europa. Os Estados nacionais deliberaram ações de controle social, restrição de fronteiras marítimas, aéreas e terrestres, impedindo o comércio, dentre outras atividades que provocaram impactos econômicos.

A crise, que inicialmente seria apenas sanitária, também passaria a ser uma crise social e econômica. Após a OMS fazer as primeiras recomendações de quarentena, o setor de transportes foi um dos primeiros a ser impactado, juntamente com o turismo. A

Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) apontou que no ano de 2018, a quantidade de passageiros transportados foi superior a quatro bilhões de pessoas; em uma projeção de 2020, as perdas até o mês de abril eram em 314 bilhões de dólares. O turismo, que em 2018 foi responsável por 10% do PIB global e 319 milhões de empregos, foi diretamente afetado pelo transporte paralisado, assim como toda a indústria, impactando cadeias produtivas inteiras.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) projetou um encolhimento do comércio internacional entre 13% e 32%, devido a pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento econômico global de aproximadamente -3%.

Na Indústria, os produtos afetados são diversos, os beneficiados são do ramo alimentício e os prejudicados pertencem ao ramo de bens de consumo, como os veículos, afetando positivamente a agropecuária e prejudicando o extrativismo.

Os impactos econômicos totais ainda são preliminares, mas faremos algumas considerações. No curto prazo, podemos observar o desabastecimento microeconômico das produções nacionais e do mercado consumidor; falência de pequenas e médias empresas; fuga e queda do mercado de capitais; congelamento das atividades de empresas multinacionais; aumento do desemprego; diminuição dos investimentos diretos estrangeiros (GULLO, 2020). No longo prazo, as implicações são crescimento negativo internacional e desaceleração e desequilíbrios das economias globais (CHINAGLIA, 2020). Neste contexto, o setor de esporte também foi atingido com a pandemia do novo coronavírus.

Neste trabalho, buscou-se analisar a atuação dos Estados Nacionais, Organização Não Governamental Internacional (ONGI's)<sup>1</sup>, Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG's), institutos governamentais do esporte e entidades esportivas durante os principais surtos epidemiológicos na Era Contemporânea: a Gripe Espanhola (H1N1) – 1918, Meningite – 1975, Sars (SARS-CoV) – 2003, Gripe Aviária (H5N1) – 2006, Gripe Suína (H1N1) – 2009, Ebola – 2014, MERS (MERS-CoV) – 2015, Zika vírus e Chicungunha (CHIKV) – 2016, e Coronavírus (SARS-CoV-2) – 2020, 2021 e 2022. Deste modo, buscar-se-á identificar e periodizar os principais (mega)eventos esportivos afetados por agentes patogênicos.

---

<sup>1</sup> ONGI é uma classificação para organizações transnacionais sem atores estatais, de acordo com Rodrigues (2015 *apud* KEOHANE; NYE, 1977).

Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o impacto da pandemia no setor de esporte. Para tanto, o trabalho baseou-se na coleta de dados de fontes jornalísticas e organizações internacionais, como a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Federação Internacional de Futebol e Associados (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI), entre outros, leitura de livros, artigos e participação em colóquios com o grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais (NUPERG).

Os eventos destacados são aqueles que atualmente possuem relevância em relação a outros, que os classificam como megaeventos. São eventos que no passado ainda rumavam as grandes magnitudes que hoje possuem e que são organizados por ONGI's com o potencial de influência e poder similares a dos Estados nacionais, fato esse que os legitima não apenas entre as demais instituições de poder, mas também socialmente, contudo, podem variar de uma escala local, como a Associação de Basquete Nacional (NBA), até uma escala global, como os Jogos Olímpicos.

Esta pesquisa é resultado das percepções identificadas durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado de “A Geopolítica dos esportes e o papel dos BRICS na organização de megaeventos”, da dissertação em desenvolvimento intitulada de “Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a Geopolítica do Esporte” e do colóquio do NUPERG “A pandemia de coronavírus e as implicações no sistema financeiro global”.

Os megaeventos foram os objetos de pesquisa do TCC e da dissertação, mas eventos de natureza menor também foram elencados e observados, assim como os impactos dos surtos epidemiológicos durante o período proposto.

Este texto está estruturado, além da introdução e considerações finais, em duas seções: no primeiro tópico abordaremos o contexto da pandemia no mundo contemporâneo e em diferentes momentos; no segundo tópico teceremos algumas considerações iniciais sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus no setor de esportes, principalmente nos anos de 2020 e 2021. Assim, neste trabalho, propomos uma periodização em quadro dos principais eventos esportivos que foram afetados por agentes patológicos, durante a Era Contemporânea.

## O esporte em tempos de pandemia: um contexto global

No que se refere à esportes, dificilmente não pensamos na Antiga Grécia, um dos berços da civilização ocidental e que nos proveu parte do pensamento político e social vigente. No contexto grego, praticar atividades físicas era um processo de purificação da alma, em busca da beleza corporal, uma vez que, não seria possível alcançar a perfeição sem essa premissa (RUBIO, 2002). Os Jogos Pan-Helênicos, o conjunto das quatro competições maiores, os Jogos Olímpicos, Jogos Píticos, Jogos Ístmicos e os Jogos Nemeus, com o propósito de valorização dos corpos, a busca pela perfeição, de ritualística e da exaltação divina (RUBIO, 2002).

O esporte na Antiguidade é comumente associado a Grécia, porém a generalização deve ser evitada. O futebol teve sua raiz na China há mais de dois mil anos (FIFA, 2004), assim como outros esportes que eram praticados em outros territórios espalhados pelo planeta. No período da Idade Média, os esportes eram pouco estimulados no Ocidente, tal fato se demonstra na atitude do Imperador Romano Teodósio I que aboliu os jogos Pan-Helênicos, pois não concordou em abrigar um evento que homenageava os “deuses pagãos”.

A Idade Moderna, período este que se destaca pelos movimentos inflexíveis ao anterior, como o iluminismo, e ao resgate dos elementos culturais da Antiguidade, foi importante pelo resgate de diversos elementos culturais esquecidos pelo tempo, dentre eles o esporte. O resgate feito buscou não apenas a prática esportiva em si, mas trouxe consigo todo o contexto do *status* social que o mesmo possuía. Por outro lado, a relação com a religião, ritualística e divindades deixaria de existir, para que a racionalidade assumisse esse posto (ATHAYDE *et al.*, 2016).

No século XIX, o futebol contemporâneo era resgatado em universidades britânicas, assim como o *rugby* e *críquete*, sendo pensado, posteriormente formulado, sistematizado e regulamentado. A chegada do futebol no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, se fez pela chegada dos imigrantes ingleses para trabalhar nas lavouras de café, desse modo, os primeiros pontos desta prática no Brasil foram as cidades que eram cortadas pela ferrovia São Paulo Railway (Jundiaí – Santos) (DUARTE, 2013).

Neste contexto, os Jogos Olímpicos foram repensados por Pierre de Coubertin e resgatados pelo COI, tem-se que em 1896 os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram

criados. Não possuíam o apelo e a grandeza dos dias atuais ou a característica religiosa da Antiguidade, mas foi um movimento importante para a história dos esportes modernos.

De forma genérica, podemos elencar cultura de acordo com Tylor, ao destacar: “Culture, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.” (TYLOR, 1920, p. 18).<sup>2</sup>

Esta definição sintetiza tudo aquilo que é produzido pela sociedade como parte de uma cultura, e nesse sentido, o esporte é um “fenômeno cultural” (ATHAYDE *et al.*, 2016 p. 490).

O esporte carrega a competitividade como um dos seus principais pilares, afinal, só há um vencedor; tal fato estimula as disputas e as rivalidades que são intensificadas através do uso de bandeiras, camisas e hinos, embasados com narrativas e discursos históricos. São elementos que causam uma sensação de pertencimento de identidade social (DAMO, 2002; COELHO, 2004).

O esporte, como elemento cultural, também se faz como um fator social (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021), podendo desempenhar diversos papéis na atualidade:

Dentro do sistema capitalista, o fenômeno esportivo desempenhou diferentes papéis/funções. Em tempos de acentuada tensão entre burguesia e proletariado (capital e trabalho), as classes dirigentes utilizaram as práticas esportivas como uma estratégia de alienação, despolitização e arrefecimento das reivindicações políticas e trabalhistas. No interstício de tempo demarcado pela 2ª Guerra Mundial, o esporte foi subjugado à sua dimensão sociopolítica, utilizado como aparelho ideológico de determinados regimes políticos específicos (fascismo e nazismo). É uma época marcada por uma aproximação do Estado ao esporte com forte caráter interventor. Trata-se de um momento histórico no qual os governantes exploram com mais ênfase a capacidade ideopolítica do esporte, expressa por sua dimensão alienante e funcionalidade propagandística (ATHAYDE *et al.*, 2016, p. 493).

O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige, do praticante, dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora.[...] Na busca desse

---

<sup>2</sup> A cultura, falada em seu amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo indivíduo como membro da sociedade (TYLOR, 1920, p. 18 – Tradução Nossa).

objetivo, estão implicados os valores próprios da sociedade atual, como o trabalho alienante, no qual o corpo é usado e manipulado pelo próprio atleta e pela comissão técnica para alcançar o rendimento máximo, em um curto espaço de tempo, atendendo os interesses que gravitam no entorno do espetáculo, como a venda de produtos ou a imagem do patrocinador (RUBIO, 2007, [online]).

Os autores apontam sobre os diversos papéis que os esportes desempenham nas sociedades e nas Relações Internacionais, ou seja, o esporte também possui um aspecto (geo)político, como instrumento de expansão do poder, um pensamento que vai de encontro a Boniface (2014). Entretanto, uma das principais funções é a econômica, uma vez que o mesmo é um produto altamente rentável, do ponto de vista financeiro, como destaca Proni (2014 [online]):

No Brasil, o PIB do esporte teve um crescimento superior ao do PIB global, nos últimos dez anos. As estimativas do volume de dinheiro que gira em função da indústria esportiva têm variado entre 1,5% e 2% do Produto Nacional Bruto (algo entre R\$ 75 bilhões e R\$ 100 bilhões, atualmente).

Proni (2014) faz menção do impacto dos (mega)eventos nas economias dos países – cidades sede, quando sede de competições; fato esse intensificado pelos países emergentes durante o primeiro quarto do século XXI, na busca pela propagação de poder.

A realização de torneios esportivos pode ter efeitos positivos sobre a economia de um município ou mesmo de um país (no caso de um megaevento como a Copa). Tais efeitos são gerados principalmente pelos estímulos à demanda agregada. Para estimar os impactos econômicos do Mundial, é preciso considerar diversos fatores, tais como: 1) os gastos na construção ou reforma das arenas; 2) os investimentos em obras de infraestrutura urbana relacionados com o torneio; 3) os empregos diretos e indiretos propiciados por tais atividades; 4) o impulso no fluxo de turistas durante o torneio e nos anos seguintes; 5) o aumento na dívida pública e/ou na arrecadação fiscal. Os efeitos sobre a taxa de inflação e a taxa de câmbio costumam ser pontuais e temporários. Os benefícios são maiores quando o gasto provém majoritariamente do setor privado ou quando o gasto público deixa um legado de valor. O dinheiro movimentado pelo Comitê Organizador Local e pela Fifa – responsável pela produção do espetáculo e pela comercialização do torneio – não produz impactos econômicos significativos no país, mas podem favorecer algumas poucas empresas (nacionais e estrangeiras) (PRONI, 2014 [online]).

Diante dessas diversas considerações que expõem o esporte como um elemento corriqueiro das sociedades contemporâneas, tende-se a acreditar que o esporte é um objeto de pesquisa exclusivo da Educação Física. Por conta da prática em si, provavelmente tenha

sido a primeira ótica em relação ao esporte, todavia, existe uma demanda pelo conhecimento científico do esporte que é observado por diversas ciências.

Campos e Alfonsi (2014) principiam a ausência dos esportes nas Ciências Sociais, inclusive nos estudos sobre futebol, que seria o caminho supostamente comum devido a sua popularidade, ganhando mais espaço a partir dos anos 1970. Rubio (2007) apresenta a sociologia do esporte como campo recente no campo das ciências psicológicas, essa introduzida após a conquista da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de Futebol Masculino de 1958. Nas Relações Internacionais, o esporte tem seu espaço, como demonstrado por Boniface (2014). Burke (2005) explicita a separação da Educação Física e a inclusão na Ciência Histórica.

[...] Práticas é um dos paradigmas da Nova História Cultural: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica. Graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada, um campo com suas próprias revistas, como o *International Journal of History of Sport* (BURKE, 2005, p. 78).

É fundado que os esportes podem ser explorados em diversas áreas da Geografia, porém estão correlacionados ao campo cultural, pois são considerados partes da construção histórica das sociedades... Assim como na História, temos a Geografia dos Esportes como um ramo da Geografia Cultural.

A priori, a ideia de conviver com surtos epidemiológicos nunca foi uma novidade para o ser humano, que ainda possui índices de higiene e de condições adequadas de vida insuficientes para os parâmetros atuais, em diversas localidades do planeta, inclusive no Brasil. Assim, gostaríamos de conceituar doença, não apenas no sentido biológico, mas como um elemento social, defronte ao pensamento de Laurell (2008, p. 3):

A natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos. Ainda que provavelmente a “história natural” da tuberculose, por exemplo, seja diferente, hoje, do que era há cem anos, não é nos estudos dos tuberculosos que vamos apreender melhor o caráter social da doença, porém nos perfis patológicos que os grupos sociais apresentam.

Os esportes são resultados de toda a integração e trocas de conhecimentos entre povos e indivíduos ao longo da história, se fazendo presente em diversos momentos e em

diversas civilizações, como a grega, romana, chinesa, maia, entre outros povos que pouco se conectaram ou não o fizeram (MELO; FORTES, 2010; CANETTIERI, 2010).

Tornando os esportes modernos como uma somatória do que já existiu na Antiguidade, aliados à sistematização, à inserção tecnológica, à internacionalização das disputas e também como um elemento do lazer e das práticas de incentivo as práticas de saúde, assim caracterizando-o como um fator social e indo de encontro a Andrés (2020, p. 14).

O esporte moderno, produto de um processo de transformação de jogos e passatempos, foi construído na expressão cultural contemporânea mais significativa. Ocupa uma gama preeminente na indústria do espetáculo e do entretenimento, mas também se infiltrou e convive no lar e na vida cotidiana das pessoas [...] é um fato social multidimensional no qual interagem numerosos agentes e involucra áreas transcendentales para a vida dos seres humanos. Não apenas conquista a atenção pública, senão que tem ganho espaços na agenda política. Principalmente superou amplamente os limites de uma concepção instrumental e subsidiária para ser concebido como agente de desenvolvimento ao longo de um processo evolutivo constante.

O autor Andrés (2020) estabelece o esporte como um processo cultural em constante evolução, um ponto de intersecção e de superposição inserido no tempo e no espaço geográfico, e interligado pelas redes, assim sofrendo influência dos elementos do Poder.

As doenças e os esportes, como elementos sociais e que aqui se relacionam, são objetos que quando relacionados são pouco explorados pela Geografia, possivelmente pela falta de oportunidade histórica. O atual momento de inflexão possivelmente incentivará diversos trabalhos nesse sentido, como este artigo.

No caso dos megaeventos, que para tal definição usaremos a de Hall (2006), as trocas são intensificadas e o esporte pode atuar como fator e um vetor de doenças, pois a prática esportiva envolve a participação de diversas pessoas, mesmo nas práticas individuais, o que provoca uma troca de informação e contato entre pessoas. “[...] grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã.” (HALL, 2006, p. 59).

Ainda se discute se os megaeventos realmente atuam como pontos de disseminação de doenças. Gundlapalli *et al.* (2006), no primeiro estudo sistemático de influenza tipo A e B

em evento esportivo internacional (Jogos Olímpicos de Inverno – 2002), destacam a viabilidade de criar um ambiente epidemiológico controlado. Cardazzi *et al.* (2020) afirmam que as cidades dos Estados Unidos da América (EUA) que dispuseram novas franquias instaladas tiveram índices de mortalidade por gripe aumentados, assim como Stoecker *et al.* (2016) que identificam um aumento do índice de mortalidade por gripe em cidades que participam do *Super Bowl*. Orr *et al.* (2001) observaram um grupo de casos de meningite meningocócica no Reino Unido que foi associado ao comparecimento a uma partida de *rugby*, contudo, Williams *et al.* (2009) fazem o questionamento desse raciocínio, concluindo que megaeventos são pouco relevantes na disseminação de doenças.

During the 2006 FIFA World Cup there was no increase in reported infectious episodes, and the expected number of additional cases was low [...]is absence of evidence of any increase in overall infectious disease events is consistent with the findings from other event surveillance reports. At the EURO 2004 football tournament in Portugal, no visitors were found to be affected by infectious disease outbreaks, and the number of outbreaks in the local population did not exceed expected values based on data from the preceding 3 years. At the Sydney Olympics in 2000, the number of infectious disease notifications was in line with the numbers from the preceding and following years. A similar picture was reported from surveillance during the millennium year in Rome (WILLIAMS *et al.*, 2009, p. 602-603)<sup>3</sup>.

Diante dessas considerações iniciais, o Quadro 1 é uma síntese dos principais (mega)eventos afetados pelas epidemias, os quais explanaremos a seguir.

---

<sup>3</sup>Durante a Copa do Mundo FIFA de 2006, não houve aumento nos episódios infecciosos relatados, e o número esperado de casos adicionais era baixo [...]está ausência de evidência de qualquer aumento nos eventos gerais de doenças infecciosas é consistente com achados de outros relatórios de vigilância de eventos. No torneio de futebol EURO 2004, em Portugal, não foi detectado nenhum visitante afetado por surtos de doenças infecciosas e o número de surtos na população local não excedeu os valores esperados com base nos dados dos 3 anos anteriores. Nas Olimpíadas de Sydney em 2000, o número de notificações de doenças infecciosas estava em linha com os números dos anos anteriores e seguintes. Uma imagem semelhante foi relatada durante a vigilância durante o ano do milênio em Roma (WILLIAMS *et al.*, 2009 – Tradução Nossa).

**Quadro 1.** Principais eventos esportivos atingidos por doenças antes do SARS-CoV-2

| Ano  | Organizador           | Competição                            | Local                      | Status  | Agente etiológico                          |
|------|-----------------------|---------------------------------------|----------------------------|---|--|
| 1897 | Associação de Futebol | Copa da Inglaterra                    | Middlesbrough, Reino Unido | Jogos adiados   | Vírus variola                              |
| 1918 | NHL                   | Final - Liga Nacional de Hóquei (EUA) | Estados Unidos             | Suspensa  | Influenza H1N1                             |
|      | FGF                   | Campeonato Gaúcho de Futebol          | Rio Grande do Sul, Brasil  |   |  |
|      | CONMEBOL              | Copa América de Futebol Masculino     | Rio de Janeiro, Brasil     | Adiada para 1919  |  |
|      | FERJ                  | Campeonato Carioca de Futebol         |                            |   |  |
|      | LPF                   | Campeonato Paulista de Futebol        |                            | Jogos adiados   |  |
| 1975 | ODEPA                 | Jogos Pan-Americanos                  | São Paulo, Brasil          | Mudança de sede para a Cidade do México   | Meningite                                  |
| 2000 | COI                   | Jogos Olímpicos de Verão              | Sydney, Austrália          | Alerta de qualidade do ar   | Excesso de pólen no ar durante a primavera |
| 2002 | FIFA                  | Copa do Mundo de Futebol Masculino    | Japão e Coreia             | Alerta e monitoramento  | EEB - Doença da vaca louca                 |
| 2003 | FIFA                  | Copa do Mundo de Futebol Feminino     | China                      | Mudança de sede para os Estados Unidos  | Coronavírus SARS-CoV                       |
| 2006 | FIFA                  | Copa do Mundo de Futebol Masculino    | Alemanha                   | Alerta e monitoramento  | Influenza H1N5 - Gripe Aviária             |
|      | COA                   | Jogos Asiáticos da Juventude          | Cingapura                  |   |  |
| 2009 | CONMEBOL              | Copa Libertadores Masculina           | México                     | Retirou-se as equipes mexicanas, que retomaram em 2010 do mesmo ponto de onde estavam | Influenza H1N1 - Gripe Suína               |
| 2015 | CAF                   | Copa Africana de Nações Masculino     | Marrocos                   | Mudança de sede para Guiné Equatorial   | Ebola                                      |
|      | FISU                  | Universiada de Verão                  | Gwangju, Coreia            |   | MERS-CoV                                   |
| 2016 | COI                   | Jogos Olímpicos de Verão              | Rio de Janeiro, Brasil     | Alerta e monitoramento  | Zika vírus e Vírus Chicungunha             |
|      |                       | Jogos Paralímpicos de Verão           |                            |   |  |

Fonte: O próprio autor (2021).

### **Varíola – 1897**

A varíola é uma doença milenar e presente em diversos momentos da história das sociedades (TOLEDO JÚNIOR, 2015), porém sua erradicação apenas foi certificada na década de 1980, pela OMS. Na última década do século XIX um surto de varíola atingiu a Grã-Bretanha. A cidade de Middlesbrough (Reino Unido) sofreu um surto de varíola em dezembro de 1897, levando a cidade a desordem e ao caos, em apenas três meses. Em paralelo, o time da cidade, de mesmo nome, seguia uma trajetória inédita na semifinal da Copa da Inglaterra<sup>4</sup>, até que a Federação de Futebol optou por adiar o jogo e realizá-lo em Broton (Reino Unido).

O fato foi inédito, até então nunca uma competição esportiva de caráter oficial teve de ser adiada por um surto pandêmico. As medidas foram excepcionais, mas se assemelham aos protocolos que foram adotados em outros momentos de surtos, como veremos no desenrolar da pesquisa.

### **Influenza H1N1 (Gripe Espanhola) – 1918**

Depois do coronavírus (SARS-CoV-2), as comparações com a influenza pneumônica foram inevitáveis, posto que foi a maior pandemia do século XX, com índices de vítimas indeterminados, mas que variam de 50 a 100 milhões de pessoas (TALHA *et al*, 2020).

O contexto de 1918 era conturbado, afinal, a Primeira Grande Guerra ainda estava em andamento, tal fato provocou uma demora para a descoberta da nova doença, enquanto era disseminada pela guerra.

A consequência do contexto esportivo é similar ao atual, diversos eventos foram cancelados ou adiados, entretanto, as obrigações financeiras e as pressões sociais, aliadas à falta de acesso ao conhecimento forçavam a volta dos esportes em meio a uma crise sanitária.

A Europa estava toda mobilizada, com grandes cidades totalmente destruídas por conta da guerra, fazendo com que diversas competições esportivas já estivessem canceladas; todavia, o FC Barcelona inscreveu o clube no Campeonato Catalão, mesmo o Campeonato Espanhol estando cancelado. Atitude essa que confrontou a Coroa Espanhola em mais uma situação em que o esporte foi um meio político.

---

<sup>4</sup> A Copa da Inglaterra é a competição de futebol mais antiga do mundo.

O contexto europeu é diferente em 2020, as Américas assim como a África, a Ásia e a Oceania possuem semelhanças com o atual momento, preservando suas proporções. O Campeonato Australiano de *rugby* foi ameaçado (MASTERS, 2021), mas continuou sem público. Nos EUA, um dos principais afetados no início da pandemia, os efeitos foram impactantes, a *Stanley Cup* (Beisebol) foi cancelada e outras competições de menor importância tiveram o mesmo fim ou foram adiadas, além de diversos atletas que morreram da doença, assim como no Brasil, que entre as competições mais impactadas estão o Campeonato Paulista, Carioca, Pernambucano, etc.

### **Meningite – 1975**

Neste tópico falaremos sobre um dos surtos de meningite que se iniciou no Brasil na década de 1930 e que se estendeu por décadas, alterando momentos de surto, mas que atuou com o período mais intenso durante os anos de 1974 e 1975 (VRANJAC, 1988; SILVEIRA; MARQUES, 2015; BARATA; MORAES, 2015).

Somente nos anos de 1974-1975 foram registrados cerca de três vezes mais casos de meningite do que aqueles verificados nas quatro décadas anteriores: foram 46.514 notificações, contra cerca de 15.066 do período anterior. O principal estado atingido pela doença foi São Paulo, com 26.120 casos registrados entre 1974-1975, dos quais cerca de 23.185 casos somente na capital. A doença também apresentou alto índice de incidência na Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás e nos três estados da região Sul (SILVEIRA; MARQUES, 2015, p. 95).

O contexto brasileiro era de uma ditadura militar, que tentava apresentar o país como uma nova potência que estava nascendo. Através do ufanismo, o governo exaltava o esporte e o usava como forma de propagação de poder (CHAIM, 2014). Diante do “milagre econômico”<sup>5</sup>, os números do surto de meningite demonstravam a realidade de um país periférico, o que desagradava o governo militar. De forma concomitante, é um período também chamado de “anos de chumbo”, pela repressão e a censura imposta aos meios de comunicação (SCHNEIDER; TAVARES; MUSSE, 2015).

No mesmo contexto, o Chile sofreu um golpe de estado em 1973<sup>6</sup>, o que levou a organização dos VII Jogos Pan-americanos a transferir sua sede para São Paulo – 1975. Em

---

<sup>5</sup> Milagre econômico é um período que corresponde de 1969 a 1975, no qual, o Brasil teve altos índices de crescimento econômicos (% PIB) anuais.

<sup>6</sup> Golpe de Estado militar que derrubou o regime democrático e o presidente, iniciando a ditadura do governo

meio ao surto, o governo tentou censurar os dados e a informação, mas não foi suficiente, a cidade de São Paulo também foi descartada como sede, desagradando o governo brasileiro. Sediar o evento e ainda assim gerir bem uma crise sanitária seria o cenário ideal das aspirações geopolíticas dos governantes, contudo, o evento aconteceu na Cidade do México.

Indo de encontro a esse contexto brasileiro, Moreau, Wilson e Duault (2021, p. 225) explanam da importância da gestão do surto e dos esportes, que se encaixa diversos contextos, além deste brasileiro.

Additionally, sporting competition achievements and epidemic management successes are often socially conceptualized as a reflection of personal or national competence, thus relating to phenomena such as heroization and positive in-group identification (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021, p. 255).<sup>7</sup>

### **Sars (SARS-CoV) – 2003**

A primeira pandemia do século XXI foi descoberta em 2002, tendo seu ápice em 2003 e controlada em 2004. A SARS teve seu epicentro na China e neste mesmo país seria sediada a Copa do Mundo de Futebol Feminino em 2003, mas a sede foi alterada para os EUA em consequência da doença (LONGMAN, 2003). Como forma de compensação, a China sediou a edição seguinte, no ano de 2007.

### **Influenza H1N1 (Gripe Suína) – 2009**

A popularmente chamada de gripe suína, é um vírus respiratório que surgiu no México em 2009, e foi uma epidemia que possuiu o contexto mais semelhante ao do COVID-19, neste século (OMS, 2009). Grandes polos de aglomeração foram temporariamente fechados, como escolas, universidades, eventos esportivos, entre outros; todavia, numa escala inferior ao atual momento.

Por ser de certa forma recente, ocorreu em um momento em que a globalização já havia se estabelecido pelo planeta, assim é possível observar uma variedade de eventos que

---

Pinochet (1973-1990)

<sup>7</sup> Além disso, o êxito na realização das competições esportivas e o sucesso na gestão da epidemia são frequentemente conceituados socialmente, como um reflexo da competência pessoal ou nacional, relacionando-se, assim, com fenômenos, como a heroização e a identificação positiva dentro do grupo (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021 p. 255 – Tradução Nossa).

foram impactados pela “nova” H1N1. Apenas uma semana após a OMS declarar o estado de pandemia, em Cingapura, aconteceram os Jogos Asiáticos da Juventude, com uma série de medidas e planos de ação que garantiram a biossegurança do evento (LIM *et al.*, 2010).

O México, que foi o epicentro da pandemia, conseqüentemente foi um dos mais afetados, assim como a Copa Libertadores. A competição foi uma das principais afetadas por essa pandemia de 2009, uma vez que os clubes mexicanos foram excluídos, pois não poderiam jogar no seu território, tampouco viajar para outros países. O Chivas Guadalajara e o San Luís foram os clubes afetados pela mediada e na edição seguinte puderam “continuar” do mesmo ponto que estavam na temporada anterior. Diversas outras competições optaram por adiar ou cancelar os eventos em território mexicano que, posteriormente, se expandiu para algumas áreas regiões dos EUA e para os países central-americanos, como a série de corridas A1 GP.

#### **Ebola – 2014**

O ebola é um vírus que provoca uma doença relativamente nova em seres humanos, em comparação com outras doenças que são seculares, como a varíola ou o câncer. Surgiu em 1976 às margens do Rio Ebola, no Congo e, após diversos momentos de surto e controle da doença, a mesma ressurgiu na parte central e ocidental da África em 2013 (MAPHANGA; HENAMA, 2019).

**Quadro 2.** Ilustração dos países com transmissão e distribuição generalizada e intensa de casos

| <b>País</b> | <b>Total de casos</b> | <b>Mortes confirmadas</b>            | <b>Período</b> |
|-------------|-----------------------|--------------------------------------|----------------|
| Guiné       | 1919 casos            | 1166 mortes                          | 11 nov. 2014   |
| Libéria     | 6878 casos            | 2812 mortes                          | 10 nov. 2014   |
| Serra Leoa  | 5586 casos            | 1187 mortes                          | 11 nov. 2014   |
| Mali        | 5 casos               | 60-61 mortes                         | 2014           |
| Nigéria     | 20 casos              | 8 mortes                             | 10 out. 2014   |
| Senegal     | 1 caso                | Senegal foi declarado livre do Ebola | 17 out. 2014   |

**Fonte:** MAPHANGA; HENAMA (2019, p. 4, tradução nossa).

O surto de 2013, em Guiné, impactou de forma direta a maior competição entre nações do continente africano, a Copa Africana de Nações que, inicialmente, seria realizada

no Marrocos, que foi assombrado pela crise sanitária instaurada no continente e inflada pela mídia árabe, uma vez que quatro dos países contaminados já estavam confirmados no torneio, assim as autoridades marroquinas desistiram do torneio (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021). A desistência da sede causou um desconforto entre a Confederação Africana de Futebol (CAF) e o Governo do Reino do Marrocos que implicou numa retaliação, a suspensão do país do torneio. O país que esperava um aumento de 10% do PIB em 2013, por influência da cadeia produtiva do turismo, entendeu que a Copa de Nações pouco influenciaria nesse valor (MAPHANGA; HENAMA, 2019).

### **Outros casos**

Neste tópico daremos espaços para as doenças que causam impactos mínimos nos (mega)eventos esportivos, mas que devem ser consideradas pela oportunidade histórica.

A FIFA monitorou de perto a situação da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), popularmente conhecida como “doença da vaca louca” que vitimou algumas pessoas no Japão meses antes da Copa do Mundo de Futebol de 2002.

Nas Olimpíadas de Sydney – 2000, a situação é atípica, no qual o evento seria realizado na primavera, período que há excesso de pólen no ar e que poderia dificultar a respiração dos atletas, mas não se teve relatos de complicações.

Em 2006, a Alemanha se mostrou preocupada através de diversos membros do Governo - como Bärbel Höhn - parte do parlamento alemão, com a popularmente chamada de Gripe Aviária (H5N1), tais considerações foram de encontro com coordenador do programa de combates de pandemias da OMS, Klaus Stöhr, no entanto a biossegurança do evento foi assegurada (UOL, 2006).

Por fim, o vírus de Zika foi assunto meses antes das Olimpíadas no Rio de Janeiro – 2016. A cidade passava por um surto da doença, além da Chikungunya e da Dengue. Diversos atletas desistiram da competição e cientistas pediram até o adiamento dos jogos através de uma carta aberta direcionada ao COI e a OMS (OMS, 2016; ATTARAN, 2016), que garantiram a Zika como de baixo risco, assim os jogos aconteceram normalmente (FAPESP, 2017). Nesse mesmo ano, Porto Rico teve um surto de Zika e após pressão dos atletas e da sociedade civil, a Liga Profissional de Beisebol – EUA (MLB) tirou os jogos que seriam realizados na ilha caribenha.

## O SARV-COV 2, o vírus que parou o mundo

A pandemia do coronavírus produziu impactos em diversos setores da economia, e não poderia ser diferente no setor de esportes, que envolve toda uma cadeia produtiva. Neste sentido, diversos eventos foram impactados como os Jogos Olímpicos, a Maratona de Vancouver (Canadá) e o Torneio de Wimbledon (Reino Unido). O Comitê Local dos Jogos Olímpicos de Tóquio estima um custo adicional de US\$ 2,4 bilhões, em virtude do adiamento para o ano de 2021, sendo apenas uma das diversas outras competições do mundo esportivo que foram afetadas.

A COVID-19 vem causando os maiores impactos a nível global desde a gripe espanhola, os confinamentos (*lockdown*) impostos pelos governos quase que paralisaram países inteiros por semanas, quebrando as redes do capital e causando danos graves na economia global. A intensidade dos impactos da COVID-19 talvez sejam maiores que os de outras doenças, mas não é exclusivo, e o esporte sempre foi afetado. É prematuro afirmar com precisão todos os danos causados pela COVID, sejam eles sociais ou econômicos, contudo, é de nosso conhecimento que o ramo cultural foi um dos mais afetados pela brusca parada na economia.

Sendo o esporte todo interligado na rede da globalização, quando paralisado, toda a cadeia produtiva do esporte é afetada, desde os vendedores ambulantes no entorno dos estádios, às companhias de transporte, os clubes... todos foram diretamente afetados, uma vez que as principais competições estão ocorrendo sem público.

Até poucos meses antes haviam dúvidas se as Olimpíadas, de fato, aconteceriam em 2021. A biossegurança do evento foi assegurada pelo COI, mesmo com relativo atraso, através de acordo com a Pfizer para assegurar que todos do corpo técnico dos jogos fossem vacinados. No entanto, o COI afirmou que aproximadamente 20% dos atletas optaram, por motivos particulares, não tomar a vacina.

O impacto político da COVID-19 sob o Primeiro Ministro do Japão foi intenso. Inicialmente, prometeu através do Comitê Organizador de Tóquio, que fariam os Jogos mais baratos da história, fato esse que se inverteu após adiar os Jogos Olímpicos para 2021.

A União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) cogitou oferecer a vacinação coletiva aos atletas durante a Eurocopa Masculina de Futebol (2021), mas repassou esta responsabilidade às seleções nacionais, sob o argumento de que a vacinação deveria

ocorrer priorizando os grupos de risco e não beneficiando grupos minoritários (os atletas), enquanto não havia vacina para população geral.

Partindo da ótica das relações de poder, a FIFA, o COI e outras organizações supranacionais esportivas não se apegam ao relacionamento apenas com os Estados nacionais, esse diálogo é expandido a outras figuras importantes que compõem a governança global, tais atitudes inserem as ONGI's no cenário Internacional.

É interessante para o Estado, importante ator dentro da governança global, que associe seu nome à organização de um evento desportivo. Torna-se atrativo sediar um grande evento FIFA, além da visibilidade que o país terá (sob os pontos de vista social, político e econômico). Há também um sentimento ideológico-nacionalista da população, a movimentação da economia, além do fato de que o país-sede se torna polo turístico mundial durante o evento. O soft power se observa através de atos nos quais a FIFA tem como objetivo atrair a confiança de seus parceiros. Um elemento que se observa, por exemplo, é que a FIFA possui seu site em cinco idiomas (inglês, espanhol, francês, alemão e árabe), mas também, de acordo com o próximo país-sede da Copa do Mundo de futebol masculino – seu maior evento – há também o idioma do país no site (PIZZARO, 2017, p. 14-15).

As instituições esportivas procuram atrelar sua imagem às boas práticas, costumes e valores morais universais que condizem com a prática esportiva, participando de programas de propagação da paz, como o *Handshake for Peace*, de desenvolvimento social, dentre outros.

Mas os elementos do discurso da FIFA de seu objetivo de responsabilidade social ficam claros nos programas da entidade. Os principais deles, alguns em parceria com a ONU e ONGs, são: Fair Play; Say no to Racism; Handshake for Peace; Football for Hope; Football for the Planet; Together, we can beat Ebola (PIZZARO, 2017, p. 11).

Apegando-se aos programas de desenvolvimento social que atuam há mais de 35 anos na FIFA, é possível observar a busca da entidade por criar programas de ajuda humanitária, como o programa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), na Namíbia, uma ação conjunta da entidade com o COI e a ONU. Estas relações foram intensificadas com a campanha “Juntos podemos parar o HIV e a AIDS” (PIZZARO, 2015). São projetos que buscam atelhar a imagem da FIFA a causas humanitárias comuns.

Durante a crise de Ebola, na África Ocidental, a FIFA efetivou a primeira campanha de saúde de emergência de sua história. Liderando o projeto, a entidade contou com o auxílio da ONU, através da OMS e do Banco Mundial, para o combate da doença, assim a entidade

não apenas utiliza o esporte através do *Soft Power* (NYE, 2002), como também se beneficia do contexto, em situações epidemiológicas.

A Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL), uma autarquia esportiva e braço da FIFA na América do Sul, recebeu uma doação de cinquenta mil doses da vacina feita pelo laboratório Sinovac, para garantir a biossegurança do seu evento, a Copa América de Futebol (Brasil), tornando-se a primeira organização civil do mundo a realizar vacinação. A doação constata que a China não apenas faz suas estratégias baseadas no *Soft Power* (OLIVEIRA, FERNANDES, 2020) com Estados Nações, mas agora, busca produzir essa relação com entidades esportivas, uma vez que as mesmas controlam o esporte, o maior impulsionador de informações neste século XXI.

Listar todos os eventos esportivos, de naturezas e categorias diversas, afetados pela COVID-19, resultaria numa compilação de milhares de competições esportivas, por isso destacaremos os principais torneios (Quadro 2). Um adendo ao Torneio de Wimbledon (Tênis) que faz pagamentos anuais próximos a US\$ 2 milhões a uma seguradora que assegura uma indenização para caso algo acontecesse e impedisse a realização da competição. É o único caso de uma competição de magnitude considerável que teve seu impacto reduzido, o seguro do torneio inclui catástrofes naturais e instabilidades na biossegurança, como a atual crise sanitária (ESPN, 2020).

Depois de muita incerteza, os Jogos Olímpicos de Verão ocorreram em 2021, seguido por período de baixa nos índices de novos casos e óbitos. Porém, as novas variantes, em especial a *delta* e *ômicon*, trouxeram a insegurança ao calendário esportivo internacional. A vacinação vem sendo feita de maneira desigual pelos territórios, o que provoca questionamentos sobre a real viabilidade das Olimpíadas de Inverno e a Copa do Mundo de Futebol que estão marcados para 2022, com ou sem a presença de público.

**Quadro 3.** Principais competições afetadas pela pandemia do SARS-CoV-2

| Ano        | Organizador                 | Competição                                     | Local                                     | Status  |
|------------|-----------------------------|--|---|---|
| 2020       | COI                         | Jogos Olímpicos de Verão                       | Toquio, Japão                             | Adiado para 2021 e República Democrática da Coreia e Guiné optaram por não enviar atletas                       |
|            |                             | Jogos Paralímpicos                             |   |   |
|            | Boston Athletic Association | Maratona de Boston                             | Boston, Estados Unidos                    | Cancelada   |
|            | FIA                         | Formula 1                                      | Competição global                         | Corridas adiadas, e mudança no local das provas e suspensão de provas   |
|            | FIM                         | Campeonato Mundial de MotoGP                   |   |   |
|            | UCI                         | WorldTour de 2020                              |   |   |
|            | UEFA                        | Eurocopa de Futebol Masculino                  | Europa                                    | Adiado para 2021  |
|            |                             | Liga dos Campeões de Futebol Masculino         |   |   |
|            |                             | Liga Europa                                    |   |   |
|            | CONMEBOL                    | Copa Libertadores da América Masculino         | América do Sul                            | Seria realizado na Argentina e Colômbia, porém com o adiamento para 2021 o evento foi transferido para o Brasil |
|            |                             | Copa América de Futebol Masculino              | Brasil                                    |   |
|            |                             | Final - Copa Libertadores da América Masculino | Rio de Janeiro, Brasil                    | Adiado para 2021  |
|            |                             | Copa Libertadores da América Feminino          | Santiago, Chile                           | Foi adiado para 2021 e sede foi transferida para Argentina e novamente remanejado para Paraguai e Uruguai       |
|            | CONCACAF                    | Liga dos Campeões da CONCACAF                  | América do Norte e Central                | Inicialmente suspensa e depois retomada com outro formato   |
|            | ITF e LTA                   | Torneio de Wimbledon                           | Londres                                   | Suspensa  |
| ITF e FFT  | Torneio de Roland Garros    | Paris  | Adiado para setembro                      |   |
| ITF e USTA | US Open                     | Nova York                                      | Diversos atletas desistiram da competição |   |
| NFL        | NFL                         | Estados Unidos                                 | Adiamento das partidas.                   |   |
| NBA        | NBA                         |  |   |   |
| NHL        | NHL                         |  |   |   |
| AFC        | Liga dos Campeões da Ásia   | Ásia   |   |   |
| 2021       | CAF                         | Copa Africana de Nações                        | África                                    |   |
|            | FISU                        | Universíada de Verão                           | Chendbu, China                            | Adiada para 2022  |
|            | EOC                         | Festival Olímpico Europeu da Juventude         | Banská Bystrica, Eslováquia               |   |
|            | FIFA                        | Mundial de Clubes                              | China                                     | Adiada por tempo indeterminado  |
|            | COI                         | Jogos Olímpicos de Verão da Juventude          | Dakar, Senegal                            | Adiada para 2026  |
|            | FIA                         | Formula 1                                      | Competição global                         | Corridas adiadas, mudança no local das provas e suspensão de provas   |
|            | FIM                         | Campeonato Mundial de MotoGP                   |   |   |
|            | UCI                         | WorldTour de 2020                              |   |   |
|            | NFL                         | NFL  | Estados Unidos                            | Adiamento das partidas.   |
| NBA        | NBA                         |  |   |   |
| NHL        | NHL                         |  |   |   |
| 2022       | COI                         | Jogos Olímpicos de Inverno                     | Pequim, China                             | Alerta e monitoramento<br>A Nova Zelândia não enviará representantes  |
|            | FIFA                        | Copa do Mundo de Futebol Masculino             | Catar                                     | Alerta e monitoramento  |

Fonte: O próprio autor (2021).

## Considerações finais

Em outros momentos da história, eventos foram cancelados, adiados ou tiveram suas sedes substituídas por impactos de epidemias, como a Copa Africana de Nações de 2015 e os jogos Pan-Americanos de 1975. A Geografia busca a compreensão mais ampla da análise espacial nos cenários da globalização, espacialização e cartografia, demografia, urbanização, economia e política, e neste trabalho abordamos os eventos esportivos que foram diretamente influenciados por doenças impulsionadas pela globalização.

Até a escrita deste artigo, a pandemia causada pelo COVID-19 (SARS-CoV-2) ainda se faz presente, o que nos impede de tecer considerações maiores. Contudo, o ano de 2020 nos ofereceu uma série de fatos inéditos: pela primeira vez os Jogos Olímpicos foram adiados e ainda se questiona a realização de outros eventos como as Olimpíadas de Inverno, a Copa do Mundo do Catar e diversos outros (mega)eventos que foram postergados ou cancelados em virtude a pandemia.

Apesar do momento ser atípico, ele não é exclusivo. Pudemos observar que na história recente do esporte, as doenças se fizeram presentes na agenda esportiva, mas o impacto socioeconômico e político ocasionado pelo novo coronavírus é inédito. Nunca antes a indústria do esporte sofreu um impacto dessa magnitude e atingindo todos os níveis dessa cadeia de forma simultânea.

As ONGI's estão aplicando e sendo influenciadas pelas estratégias do *Soft Power*, uma vez que, o poder das mesmas é comparado ao dos Estados nacionais; o contexto de crises sanitárias se faz oportuno para este meio de propagação do poder, assim os agentes internacionais intensificam seu poder de atuação na governa global.

## Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente, e do Núcleo de Pesquisa e Estudos Regionais (NUPERG). Salientamos que o presente trabalho foi produzido com o auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – processo nº 160786/2021-5, o qual conferimos nossos agradecimentos. As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas nesta pesquisa são de responsabilidade do autor e não necessariamente correspondem a visão do CNPq.

## Referências

- ANDRÉS, F. C. **O Esporte em tempos de pandemia: um olhar desde Ibero-América**. Montevideu; Paris: Documento síntese – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3u54tVa>>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- ATHAYDE, P. *et al.* O esporte como direito à cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016. DOI: 10.5216/rpp.v19i2.34049. Disponível em: <<https://bit.ly/3eDY6RZ>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ATTARAN *et al.*, Off the podium: why public health concerns for global spread of zika virus means that Rio de Janeiro's 2016 Olympic Games must not proceed. **Harvard Public Health Review**, Cambridge, v. 10, primavera 2016. Disponível em: <<https://bitly.com/P0Xd4>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BARATA, R. B.; MORAES, J. C. A doença Meningocócica na Cidade de São Paulo durante o Século XX. *In*: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C.; FILHO, C. B. (orgs). **As Enfermidades e suas Metáforas: Epidemias, Vacinação e Produção de Conhecimento**. v. 7. São Paulo: [s. n.], 2015. cap. 5, p. 95-112. Disponível em: <<https://bit.ly/32WzQVG>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BONIFACE, P. **Géopolitique du sport**. Paris: Armand Colin, 2014. ISBN: 978-22-002-8961-4.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. ISBN: 978-85-7110-838-7 Disponível em: <<https://bit.ly/3x2oQpW>>. Acesso em: 30 maio 2021.
- CAMPOS, F.; ALFONSI, D. **Futebol: objeto das Ciências Humanas**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2014. ISBN: 978-85-8181-595-4.
- CANETTIERI, T. A Importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 116-128, jun./dez. 2010. Disponível em: <<https://bitly.com/CNBpU>>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- CARDAZZI, A. *et al.* Professional Sporting Events Increase Seasonal Influenza Mortality in US Cities. **Economics Faculty Working Papers Series**, Morgantown, v. 8 n. 20, p. 1-53, 16 jun. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3voXXsj>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CASTILHO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Pragmatismo Político**. [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ubKeFn>>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescolares e cidades médias**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- CHAIM, A. R. M. **A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2014.tde-02042014-095412. Disponível em: <<https://bit.ly/2S8NXVY>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

CHINAGLIA, P. H. A vulnerabilidade da globalização financeira: reflexões sobre os impactos da pandemia coronavírus na economia global neoliberal em 2020. **Espaço e Economia [online]**, Rio de Janeiro, n. 20, 23 dez. 2020. DOI: 10.4000/espacoeconomia.17523. Disponível em: <<https://bit.ly/3xxrnGu>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

COELHO, J. N. Ondulando a bandeira: futebol e identidade nacional. **Relações Internacionais**, Portugal, v. 1, n. 2, p. 119-140. Disponível em: <<https://bit.ly/3gL3W6G>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COI. **International Olympic Committee**, 2021. Disponível em: <<https://www.olympic.org/olympic-games/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. ISBN: 8570256353 Disponível em: <<https://bit.ly/3gNc86o>>. Acesso em: 20 out. 2019.

DUARTE, O. **A história dos esportes**. 6. ed. São Paulo: Editora Senac, 2013.

FIFA. **International Federation of Association Football**, 2021. Disponível em: <<https://fifa.fans/32sJuCo/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FMI. **Fundo Monetário Internacional**. Disponível em: <<https://bit.ly/3wSbMC2/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

FONT, A. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS FILHO, N. G. (org.). **Dispersão urbana**: diálogo sobre pesquisas Brasil - Europa. São Paulo: LAP - Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007, p. 61-73.

GOMES, P. S; CALDEIRA, R. F. C. O que a rede urbana-regional do Brasil tem a dizer sobre o avanço da Covid-19? Ponderações para uma agenda urbana-regional atual e pós pandemia. **Revista Espaço e Economia[online]: Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 20, 26 dez. 2020. DOI: 10.4000/espacoeconomia.17912. Disponível em: <<https://bityli.com/13OUd>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GRIPE aviária na Alemanha gera terror biológico às vésperas da Copa. **UOL ESPORTES**, São Paulo, 21 fev. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3vjffai>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GULLO, M. C. R. A economia na pandemia COVID-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidades**, Caxias do Sul, v. 3, n. 12 (Especial COVID 19), p. 1-8, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a05>. Disponível em: <<https://bit.ly/2QZ9uQh>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

- GUNDLAPALLI, A. *et al.* Influenza, Winter Olympiad, 2002. **Emerging infectious diseases**, Atlanta, v. 12, n. 1, p. 144-146, jan. 2006. DOI: <https://doi.org/10.3201/eid1201.050645>. Disponível em: <<https://bit.ly/3xsF49P>>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (ed.). **Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon.** (Número Especial: The Sociological Review Monograph Series) Thousand Oaks: 1 dez. 2006. v. 54, p. 59-70. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00653.x>. Disponível em: <<https://bit.ly/3ntbOuZ>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- IATA. **Resumo anual.** Montreal, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3eAVaWb>>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- LAURELL, A. C. A saúde doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Cidade do México, v. 2, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes. 30 abr. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3u14w44>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- LIM, H. C *et al.* The influenza A (H1N1-2009) experience at the inaugural Asian Youth Games Singapore 2009: Mass gathering during a developing pandemic. **British Journal of Sports Medicine**, Reino Unido, v. 44, p. 528-532, 2 jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1136/bjsem.2009.069831>. Disponível em: <https://bit.ly/wzz9E>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- LONGMAN, J.; SOCCER, U. S. Replaces China as Host of Soccer's Women's World Cup. **The New York Times**, Nova York, 27 mar. 2003. Disponível em: <https://nyti.ms/2QZazaN>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- MAPHANGA, P.; HENAMA, U. The Tourism Impact of Ebola in Africa: Lessons on Crisis Management. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, Helderkruin, v. 8, n. 3. p. 1-13. Disponível em: <<https://bit.ly/sA7oM>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- MASTERS, R. How rugby league survived the Spanish Flu a hundred years ago. **The Sydney Morning Herald**, Sydney, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3vuR4G9>>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- MELO, V. A.; FORTES, R. A. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras: Revista de História – PPGH/FCH/UFGD**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3aLb5Ah>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- MOREAU, N.; ROY, M.; WILSON, A.; DUAULT, L. A. “Life is more important than football”: Comparative analysis of Tweets and Facebook comments regarding the cancellation of the 2015 African Cup of Nations in Morocco. **International Review for the Sociology of Sport [online]**, v. 56, n. 2, p. 252-275, 20 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1012690219899610>. Disponível em: <<https://bit.ly/1wMm7>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

NÃO deu zika nas Olimpíadas no Rio. **Pesquisa Fapesp**. 260ª ed. São Paulo, out. 2017. Disponível em: <<https://bitly.com/cSUfQ>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

NYE JÚNIOR, J. S. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. Tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo. ISBN: 978-85-71394-17-9. Disponível em: <<https://bit.ly/2TaItKD>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. C. G. de; FERNANDES, F. G. C. Soft power em tempos de quarentena: as estratégias da diplomacia chinesa em meio à pandemia de Covid-19. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, Brasília, n. 27, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://bitly.com/Dkiwi>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OMS. **Pandemic H1N1 2009**: Report of Regional Consultation on Pandemic H1N1 2009 and Strengthening Country Capacity for Pandemic Preparedness. Tailândia, 9-11 jul. 2009. Disponível em: <<https://bitly.com/iezLl>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OMS. **Organização Mundial da Saúde [online]**. Zika virus and the Olympic and Paralympic Games Rio 2016, 12 maio 2016. Disponível em: <<https://bitly.com/RM4MB>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OMS. **WHO-convended Global Study of Origins of SARS-CoV-2: China Part**. Genebra, 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3xo5QQC>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ORR, H, *et al.* Cluster of meningococcal disease in rugby match spectators. **Communicable Disease and Public Health**, Bethesda, v. 4, n. 4, p. 316–318, dez. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2QtkGox>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PIZARRO, J. O. **FIFA e Governança Global**: atuação a partir da análise do Soft Power (1990-2015). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <<https://bitly.com/ftCe4>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PIZZARO, J. O. A FIFA e o Soft Power do futebol nas Relações Internacionais. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://bitly.com/dovH4>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PRONI, M. W. A economia do esporte em tempos de Copa do Mundo. **ComCiência**, Campinas, n. 157, abr. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3nxfaxs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RODRIGUES, M. R. **O poder institucional da FIFA como ator não estatal na política internacional**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia). Coimbra: UC, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/30AhRHs>>. Acesso em: 29 set. 2021.

RUBIO, K. Do Olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 130-143, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2002.138705>. Disponível em: <<https://bit.ly/3xwYOZZ>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RUBIO, K. Ética e compromisso social na psicologia do esporte. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 304-315, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200011>. Disponível em: <<https://bit.ly/2R7FPUY>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SCHNEIDER, C.; TAVARES, M.; MUSSE, C. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, out. /dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v9i4.995>. Disponível em: <<https://bit.ly/3tYFwKJ>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, E. S. P. **A Geopolítica dos esportes e o papel dos Brics na organização de megaeventos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SILVEIRA, A. J. T.; MARQUES, R. C. A Epidemia de Meningite em Minas Gerais na década de 1970. *In*: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C.; FILHO, C. B. (orgs.). **As Enfermidades e suas Metáforas: Epidemias, Vacinação e Produção de Conhecimento**. v. 7, São Paulo: [s. n.], Coleção medicina, saúde e história, 2015. cap. 4, p. 71-94. Disponível em: <<https://bit.ly/32WzQVG>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

STOECKER, C. *et al.* Success is something to sneeze at: Influenza mortality in cities that participate in the Super Bowl. **American Journal of Health Economics**, Chicago, v. 2, n. 1, p. 125-143, Inverno, 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.1162/AJHE\\_a\\_00036](http://dx.doi.org/10.1162/AJHE_a_00036). Disponível em: <<https://bit.ly/3xv7hgh>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TALHA, N. *et al.* H1N1 Influenza. **NCBI - National Center for Biotechnology Information**, Bethesda, 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ns2wiU>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TOLEDO JÚNIOR, A. C. C. História da Varíola. **Rev. méd. Minas Gerais**, v. 15, n. 1, p. 58-65, jan./mar. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3xvevko>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TRADE set to plunge as COVID-19 pandemic upends global economy. **OMC**, 8 abr. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3NEkt9G>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. Londres: Murray, 1920. OCLC: urn:oclc:record:848435487. Disponível em: <<https://bit.ly/3u4H9qn>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VRANJAC, A. **Meningites de etilogia indeterminada no municípios de São Paulo, 1960 a 1977**. 1988. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/T.6.2018.tde-05012018-092602. Disponível em: <<https://bit.ly/3dW3MaQ>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

WILLIAMS, C. J. *et al.* FIFA World Cup 2006 in Germany: Enhanced surveillance improved timeliness and detection. **Epidemiology & Infection**. **Cambridge University Press**, Cambridge, v. 137, n. 4, p. 597-605, 31 jul. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S095026880800112X>. Disponível em: <<https://bit.ly/2Qu4RxV>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

WIMBLEDON pagou seguro em caso de pandemia por 17 anos e agora receberá R\$ 722 milhões mesmo com torneio cancelado. **ESPN.com**, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/glOl5>. Acesso em: 1 maio 2021.

## USO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E CONFLITO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PEQUENA CIDADE DO SEMIÁRIDO POTIGUAR<sup>1</sup>

**Vinícius Domingos Aires de Almeida<sup>2</sup>**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

**Paulo Victor Menezes Vieira<sup>3</sup>**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

**Isabel Cristina Silva Ferreira<sup>4</sup>**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

**Nathália Helane Simão da Silva<sup>5</sup>**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

**Filipe da Silva Peixoto<sup>6</sup>**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

### Resumo

Como citar:

ALMEIDA, V. D. A. *et al.* Uso das águas subterrâneas e conflito no abastecimento de água em pequena cidade do semiárido potiguar. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 92-110. DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9070>

**Recebido em:** 2021-12-10

**Devolvido para correções:** 2021-03-28

**Aceito em:** 2022-06-26

**Publicado em:** 2022-09-22

Inserido no contexto hidroclimático de constantes secas no semiárido brasileiro, o núcleo urbano do município de Riacho de Santana/RN tem sofrido colapso no abastecimento público de forma recorrente. A partir desse problema, surgiram conflitos de dominialidade do serviço de abastecimento entre a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte - CAERN e comerciantes locais que abastecem parte da população da cidade, no entanto sem a garantia de qualidade adequada e sem atribuição legal para exercer tal serviço. O presente trabalho buscou, assim, caracterizar esses conflitos e suas consequências para os usuários. Para isso, foi realizado cadastro de poços na área e dimensionamento dos serviços públicos e alternativo de abastecimento de água, isso ocorreu por meio de entrevistas abertas realizadas com a direção regional da CAERN, com os comerciantes da água e com famílias que utilizam desse serviço. O conflito se estabeleceu, sobretudo, pela intermitência do abastecimento da água devido à falta de fontes seguras de água, quando foram construídos 3 poços, os quais servem de fonte hídrica para a distribuição de água feita pelos comerciantes locais de forma clandestina, mediante a pagamento de mensalidade.

**Palavras-chave:** Abastecimento de água; Semiárido; Conflitos pela água

<sup>1</sup>Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup>Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Bolsista, professor auxiliar de alunos deficientes pela Prefeitura Municipal de Mossoró na Escola Municipal Dinarte Mariz. Exerceu o cargo de Professor de História na Prefeitura Municipal de Riacho de Santana - RN na Escola Municipal João Bernardino de Lima, de março de 2020 a dezembro de 2020.

E-mail: [vinicius1729@hotmail.com](mailto:vinicius1729@hotmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8034-1803>

<sup>3</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). É membro do Laboratório de Educação Geográfica (LEG/UERN) e do Laboratório de Geoprocessamento (LABGEO/UERN). Pesquisador integrado ao Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica (GPEG) e do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. Possui experiência na área de Geografia Humana e Geografia Escolar, com ênfase em projetos de ensino e de meio ambiente.

E-mail: [paulomenezes744@gmail.com](mailto:paulomenezes744@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7711-1767>

<sup>4</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2022). Experiência na área de Geografia Física, com ênfase em Geoprocessamento e Hidrogeografia, atuando principalmente nos temas: águas subterrâneas, águas urbanas e gestão de recursos hídricos no semiárido. Membro do Laboratório de Geoprocessamento (LABGEO). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Geografia Física do Semiárido (GEOFISA).

E-mail: [isabelferro070@gmail.com](mailto:isabelferro070@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3588-9968>

<sup>5</sup> Acadêmica em Licenciatura de Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Ingressante no semestre 2018.1. Atualmente realizando trabalho de extensão no Laboratório de Alfabetização Motora - LAM.

E-mail: [nathaliahelane9@gmail.com](mailto:nathaliahelane9@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9606-4794>

<sup>6</sup> Geógrafo, mestre e doutor em Hidrogeologia e Gestão de Recursos Hídricos (UFC). É professor do Departamento de Geografia da UERN e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e em Ciências Naturais (PPGCN) da UERN. Tem experiência em estudos integrados em Hidrogeografia e Hidrogeologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de recursos hídricos no semiárido, águas urbanas, geoprocessamento aplicado aos recursos hídricos e à qualidade sanitária, segurança hídrica e conflitos pelo uso da água.

E-mail: [felipepeixoto@uern.br](mailto:felipepeixoto@uern.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5409-3001>

## USO DE AGUAS SUBTERRÁNEAS Y CONFLICTOS EN EL SUMINISTRO DE AGUA EN LA PEQUEÑA CIUDAD SEMIÁRIDA DE POTIGUAR

### Resumen

Situado en el contexto hidroclimático de constantes sequías en el semiárido brasileño, el núcleo urbano del municipio de Riacho de Santana/RN ha sufrido colapso en el abastecimiento público de forma recurrente. A partir de ese problema, surgieron conflictos de dominio del servicio de abastecimiento entre la Compañía de Agua y Alcantarillado del Rio Grande del Norte - CAERN y comerciantes locales que abastecen parte de la población de la ciudad, sin embargo, sin la garantía de calidad adecuada y sin atribución adecuada para ejercer tal servicio. El presente trabajo buscó, así, caracterizar esos conflictos y sus consecuencias para los usuarios. Para ello, se llevó a cabo el registro de pozos en el área y el dimensionamiento de los servicios públicos y el abastecimiento alternativo de agua, que se llevó a cabo a través de entrevistas abiertas realizada

con la dirección regional de CAERN, con los comerciantes de agua, y con familias que utilicen dicho servicio. El conflicto se estableció, sobre todo por la intermitencia del suministro de agua debido a la falta de fuentes seguras de agua, cuando se construyeron 3 pozos, los cuales sirven de fuente hídrica para la distribución de agua hecha por los comerciantes locales de forma clandestina, mediante el pago de mensualidad.

**Palabras clave:** Suministro de agua; Semi-árido; Conflictos por el agua

## USE OF THE GRONDWATER AND CONFLICTS IN WATER SUPPLY IN POTIGUAR SEMIARID SMALL CITY

---

### Abstract

Inserted in the hydroclimatic context of constant droughts in the Brazilian semiarid region, the urban core in the city of Riacho de Santana/RN has suffered a recurrent collapse in public supply. From this problem, conflicts about the dominance of the supply service ascended between the Water Company and Sewage of the Rio Grande do Norte (Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte) - CAERN and local traders who supply part of the city's population, however without adequate quality assurance and legal attribution to perform such service. The present work, therefore, sought to characterize these conflicts and their consequences for users, with the regional director of CAERN, water traders, and families that use this service. The conflict was established, mainly due to the intermittence of water supply due to the lack of safe sources of water, when 3 wells were built, which serve as a water source for the clandestine distribution of water made by local traders, upon payment of monthly payment.

**Keywords:** Water supply; Semi-arid; Water over conflicts

### Introdução

De acordo com Victorino (2007), analisando a problemática da água no contexto global, o acesso à água potável não tem apenas a escassez climática como único motivo, outro agravante é o grande aumento da população mundial, quando somente no século passado, vimos triplicar a quantidade de pessoas no mundo, além do aumento do consumo em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento. Esse quadro resultou no aumento da necessidade de se produzir mais alimentos nas lavouras, crescendo o desmatamento e uso de água para irrigação. Se não houver saídas reais para o consumo consciente e correto dos recursos hídricos, há projeção de um mundo caótico (BACCI; PATACA, 2008). Para Peixoto (2020), uma das abordagens possíveis de se estudar a crise

hídrica sobre o enfoque da Geografia é tomar a água enquanto recurso espacialmente localizado, apropriado por diferentes grupos para distintos usos e interesses.

No Nordeste Semiárido, em áreas onde predominam o embasamento cristalino, como é o caso da região do Alto Oeste potiguar, a dificuldade de abastecimento público de água é muito frequente principalmente em pequenos municípios, pois além das irregularidades climáticas e escassez de fontes hídricas, a água subterrânea se limita à sistemas hidrogeológicos cristalino-fissurais ou aluviões que, apresentam majoritariamente vazões e qualidade da água limitadas, no que diz respeito ao excesso de salinidade, isso somado a falta de infraestrutura hídrica para o abastecimento.

Nesse contexto, sendo a água caracterizada como um atributo do território, há disputas pelo controle desse recurso que podem comprometer os usos futuros desse, sobretudo, em locais onde há acentuada escassez. Para entender as disputas em torno da água como recurso do território, é necessário, primeiramente, reconhecer o Território como um espaço definido por e a partir de relações de poder, é sobre essa ótica que os grupos sociais promovem práticas espaciais restringindo acesso a recursos, locomoção, fronteiras instrumentaliza e altera o território (SOUZA, 2020).

De acordo com Castro (2005, p. 41),

[...] as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, de modo mais adequado aos seus interesses.

Convém ressaltar que o conflito, nesse contexto, deve ser compreendido como resultante do contexto das relações sociais que se materializam no território. O conflito é, portanto, inerente à estrutura e à dinâmica social devido às suas vinculações de ordem política, dadas as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais, como assim expressam Ribeiro *et al.* (2019, p. 1022),

O conflito social tem a sua origem na estrutura e integra a dinâmica das sociedades. Está intimamente ligado à estrutura das relações de poder, à sua legitimação e das posições daí resultantes de acordo com o contexto em que se processa, legitimando-se pelo reconhecimento e visibilidade pública dos atores sociais.

Vianna (2005) observa, ainda, que o conflito é uma oposição ou embate entre diferentes forças e interesses, indicando que atores sociais estão em disputa por um objetivo: o controle do território, de uma população, de um recurso natural. O território se modifica em função do quadro resultante como produto das relações de poder em jogo a partir da atuação dos grupos sociais.

O conflito não necessariamente acarreta confronto, em situações na qual o direito básico à água é negado, devido a omissão do poder público ou controle da água por grupos hegemônicos, inexoravelmente se instala uma situação de conflito. Peixoto (2020) afirma que em áreas mais isoladas do Nordeste Semiárido, com acentuada dificuldade de acesso a fontes seguras de abastecimento, ocorrem disputas de grupos hegemônicos locais no acesso e distribuição da água de forma alternativa, aproveitando o vácuo produzido pela falta de eficiência das prestadoras legais do serviço.

Para aprofundamento dessa problemática, o gerenciamento dos recursos hídricos é assegurado no Art. n. 21 da Constituição Federal de 1988, na qual todos os recursos hídricos encontrados em área nacional são considerados de posse da União. A Lei nº 9.433 de 1997 atribui como responsabilidade dos estados a gestão dos recursos hídricos em bacias que se encontram integralmente em seus limites territoriais. Tal gestão atribui competência ao estado em garantir, através de investimentos e políticas de conservação dos recursos hídricos, a qualidade da água, assim como seu acesso por parte da sociedade de forma igualitária conforme as necessidades (MORAIS; FADUL; CERQUEIRA, 2018).

A atribuição legal do abastecimento de água é de competência dos municípios, os quais podem atender diretamente a esse serviço por meio de Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs, ou mediante contrato, que regulamenta o serviço prestado por empresa pública ou privada, observando os termos e condições preconizadas pelos órgãos de regulamentação. De acordo com a Constituição Federal (1988), no Art. n. 30, compete aos municípios: I- legislar sobre assunto de interesse local, ao município; VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Segundo a Política Nacional do Saneamento Básico, Lei nº 11.445 de 2007, no seu Art. n. 3, os municípios podem organizar blocos para viabilizar logística e economicamente o abastecimento de água. Segundo a Lei nº 14.026,

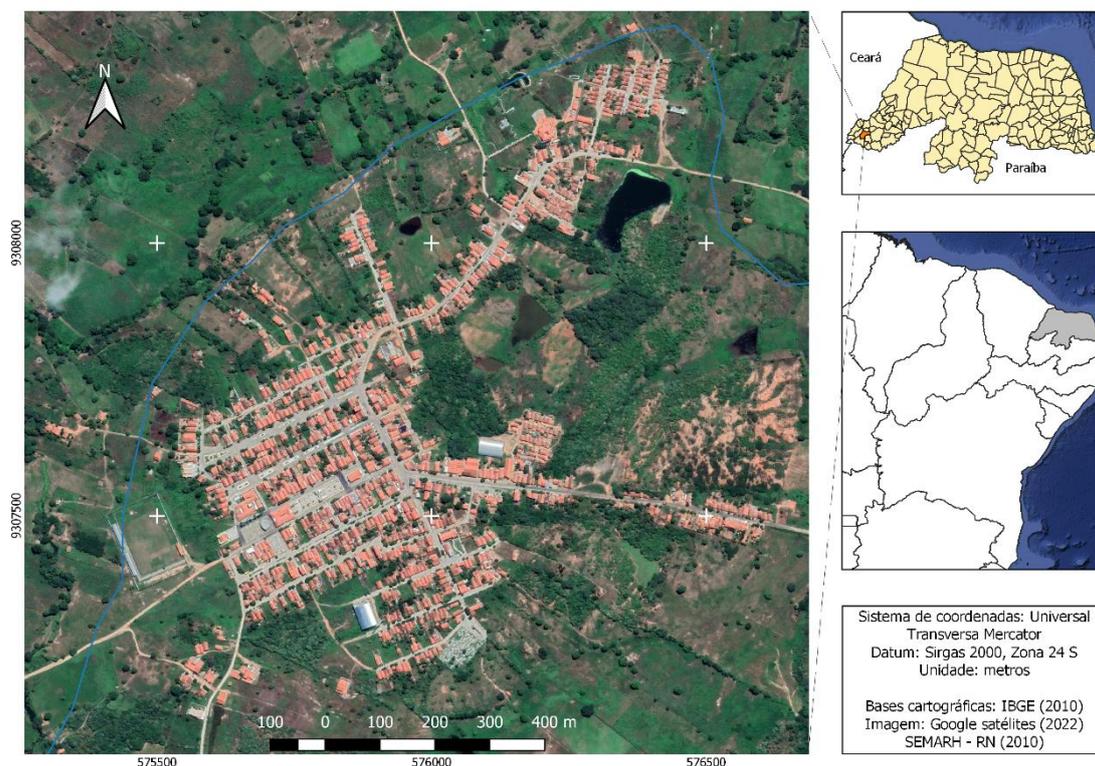
de 15 de julho de 2020, conhecida como novo marco legal do saneamento básico, estabelece no seu Art. n. 3, Inciso I. estabelecendo que:

O abastecimento de água potável constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição.

O conflito aqui se instala devido à instabilidade nas condições de abastecimento de água, principalmente quanto a escassez em períodos críticos do ano. Essa é condição atribuída a falta de fontes hídricas adequadas em oferta e qualidades adequadas ao abastecimento a cidade. Dessa maneira, a omissão de um serviço básico é entendida como bloqueio ou negação ao direito à cidade em sua utopia revolucionária, pois priva a sociedade da reprodução plena da vida e instrumentaliza o habitat reduzindo-o de suas múltiplas determinações ao nível do econômico (PRIETO, 2010).

No núcleo urbano do município de Riacho de Santana – RN, localizado no alto oeste potiguar e inserido na bacia hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró (Figura 1), sendo a população estimada em 4.194 habitantes para a totalidade do município, de acordo com o IBGE, o conflito se dá a partir da negação de um direito básico à água em quantidade e qualidade suficiente para garantia da segurança hídrica, e nesse ambiente de escassez hídrica ocorreu a produção de um sistema alternativo/clandestino de distribuição, resultante de práticas sociais desenvolvidas por um grupo de comerciantes, chamados aqui de “comerciantes da água”, disputando assim o abastecimento hídrico da população urbana com o detentor legal do direito de provê esse serviço, a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte - CAERN.

Tendo em vista a baixa qualidade dos serviços prestados pela empresa responsável, com meses de colapso recorrente no abastecimento, o desenvolvimento do serviço alternativo atinge parte significativa da população, porém existindo problemas de ordem legal, além da falta de monitoramento na qualidade da água, não havendo qualquer controle da qualidade da água consumida.

**Figura 1.** Mapa de localização da área de estudo

**Fonte:** Autores (2022).

Diante do exposto, o presente trabalho buscou, assim, caracterizar esses conflitos e suas consequências para os usuários, a partir da realização de cadastros de fontes/poços, dimensionamento dos serviços públicos e alternativo de abastecimento e conhecimento das condições de abastecimento a partir de entrevistas abertas com os atores envolvidos.

## Metodologia

O processo metodológico foi dividido em quatro etapas. Primeiramente, foi realizado levantamento bibliográfico, no qual foi feito o levantamento de dados e de informações sobre a área de estudo e a problemática investigada. Na etapa seguinte, no trabalho de campo, foram realizadas nos dias 3, 4 e 5 de março de 2019, entrevistas abertas com 7 moradores com idades entre 60 e 95 anos. Essas entrevistas foram realizadas com a finalidade de entender o processo histórico de ocupação da cidade, bem como o histórico e condições atuais de abastecimento.

Para essa aplicação não foi necessária submissão ao comitê de ética de pesquisa, pois esta pesquisa foi realizada como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na área de Ciências Sociais, tratando-se de um levantamento de dados com bases agregadas sem a possibilidade de identificação dos sujeitos. Em virtude da preservação do anonimato dos entrevistados, foram escolhidas letras de forma aleatória para se referir aos entrevistados. Além disso, uma entrevista formal, enviada via e-mail ao escritório da CAERN – Regional Alto Oeste, acerca do abastecimento urbano realizado em Riacho de Santana, até abril de 2019, buscando informações sobre o abastecimento da área de estudo, sendo, portanto, informações de domínio público.

A continuação do trabalho de campo, realizado em maio de 2019, voltou-se ao levantamento de fontes hídricas locais, virtualmente, os poços que abastecem a cidade, ao mesmo tempo que foram realizadas entrevistas abertas com os proprietários desses poços, por esse meio, foi informado quais os poços eram utilizados para o abastecimento alternativo/ clandestino e os utilizados para abastecimento individual, bem como seus outros usos. Esses dados serviram para dimensionar os usuários do sistema alternativo de abastecimento, para efeito de identificação e classificação. Essas informações foram levantadas juntamente aos fornecedores de água do serviço alternativo, descritos como “comerciantes da água”.

Por último, foi realizada a análise e integração dos dados e a produção dos gráficos, tabelas e mapas produzidos por meio do LibreOffice *writer* versão 6.1 e por meio de estruturação de um Sistema de Informação Geográfica - SIG, utilizando o software Qgis, versão 3.20 *A Corunã*, para integração, análise espacial e apresentação dos dados levantados, enquanto os dados levantados nas entrevistas foram tratados por meio da análise qualitativa de análise de discurso e são apresentados ao logo do texto.

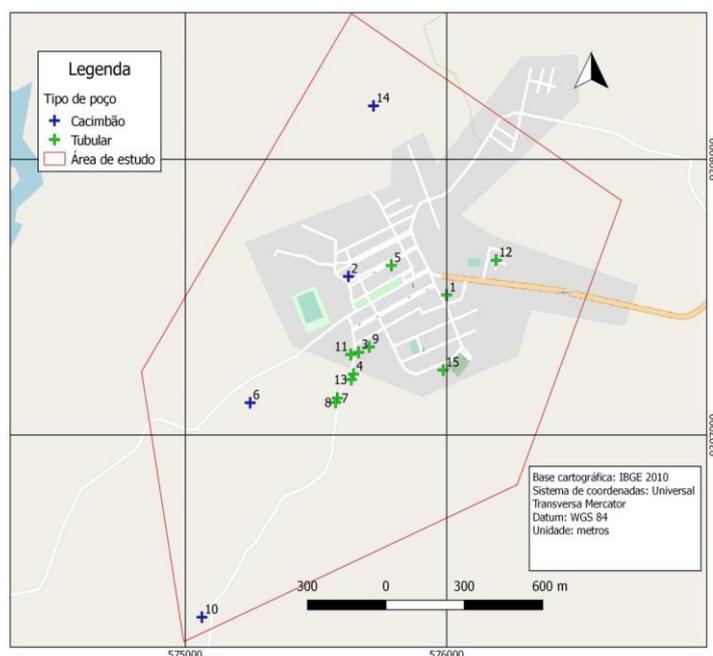
## **Resultados e discussão**

### **Fontes e tipos de captação**

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram cadastrados 15 poços. Nenhum dos poços tubulares cadastrados obedecem aos critérios estabelecidos pela NBR 12212 (ABNT, 1996), em relação a sua proteção da obra de captação, desde o perímetro de proteção, até a

cimentação em volta do tubo de proteção. Do total de poços cadastrados pode-se notar que os poços 2, 6, 10 e 14 são do tipo cacimbão e os demais são do tipo tubular (figura 2), assim como podemos observar também a distinção de ambos os tipos de poços encontrados em Riacho de Santana (Figuras 3 e 4).

**Figura 2.** Mapa de tipo de poço



**Fonte:** Almeida (2019).

Vasconcelos (2014) coloca os poços em dois grupos, escavados ou tubulares, dos quais ele subdivide os poços escavados utilizando como critério o diâmetro e tipo de revestimento, subdividindo, assim, em poços dos tipos cacimbão e cacimba. Para o autor, “As cacimbas são consideradas como poços escavados, sem revestimento, sendo bastante comuns em leitos de rios sazonais ou nas margens de reservatórios de águas superficiais” (VASCONCELOS, 2014, p. 6).

O que difere a cacimba do cacimbão é o revestimento:

Considera-se cacimbões todos os poços que possuem diâmetro superior a meio metro e inferior a cinco metros e que possuam um revestimento lateral. Em algumas situações esses poços são fechados com tampas, impedindo assim a identificação da profundidade do revestimento, ou seja, não é possível saber, se é parcial ou se é total (VASCONCELOS, 2014, p. 7).

**Figura 3.** Poço tipo cacimbão

**Fonte:** Almeida (2019).

**Figura 4.** Poço tipo tubular

**Fonte:** Almeida (2019).

O único poço do tipo cacimbão (poço 2) na qual se encontra dentro da área urbana foi cavado em 1973. Os poços 10 e 6 foram construídos em 1992 e 1993, respectivamente, já o poço 14 é mais recente tendo como data de construção o ano de 2016.

Do total de poços cadastrados, 12 estão localizados dentro da área urbana do município e apenas 3 poços encontram-se nas proximidades, na qual caracterizam-se por serem áreas de transição entre o leito menor e leito maior do Rio Santana, afluente do Rio Apodi-Mossoró. Assim, estima-se que os poços captam água, majoritariamente, do aquífero aluvionar.

Nas figuras (5, 6, 7 e 8) pode-se observar os poços cadastrados como tipo cacimbão, onde o poço 2 (Figura 8) se diferencia por possuir uma tampa de proteção cimentada.

**Figura 5.** Poço 10, cavado em 1992

**Fonte:** Almeida (2019).

**Figura 6.** Poço 6, cavado em 1993

**Fonte:** Almeida (2019).

**Figura 7.** Poço 14, cavado em 2016

Fonte: Almeida (2019).

**Figura 8.** Poço 2, cavado em 1973

Fonte: Almeida (2019).

### Usos da água subterrânea

Enquanto os usos, onze poços (figura 9) são utilizados exclusivamente para o abastecimento urbano, o que corresponde a 73,33% do total de poços na área urbana do município. Outros quatro poços, que equivalem a 26,67%, são utilizados para mais de um tipo de uso, abastecimento urbano assim como também para a irrigação no cultivo de produtos de subsistência humana e animal à exemplo de milho, feijão e sorgo.

Foi observado que, dentre todos os poços cadastrados neste trabalho, apenas um poço conta com testes de análises laboratoriais que comprovem a qualidade da água para o uso e/ou consumo humano, o poço 10, porém, o proprietário do poço disse não ter o direito da outorga para uso do recurso hídrico.

O poço 11 foi perfurado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte sendo que o órgão responsável pela manutenção e distribuição da água é a prefeitura municipal da cidade. O mesmo serve para o abastecimento público da população do município. Quando procurada, a prefeitura de Riacho de Santana não soube informar todos os dados a respeito da ficha construtiva do poço, foi informado apenas a profundidade e o ano de perfuração do mesmo. Na ocasião, percebeu-se que a prefeitura não possui nenhum documento que registre a qualidade da água atestada perante análises laboratoriais, mas que foram feitas análises da água por parte da equipe que perfurou o poço.

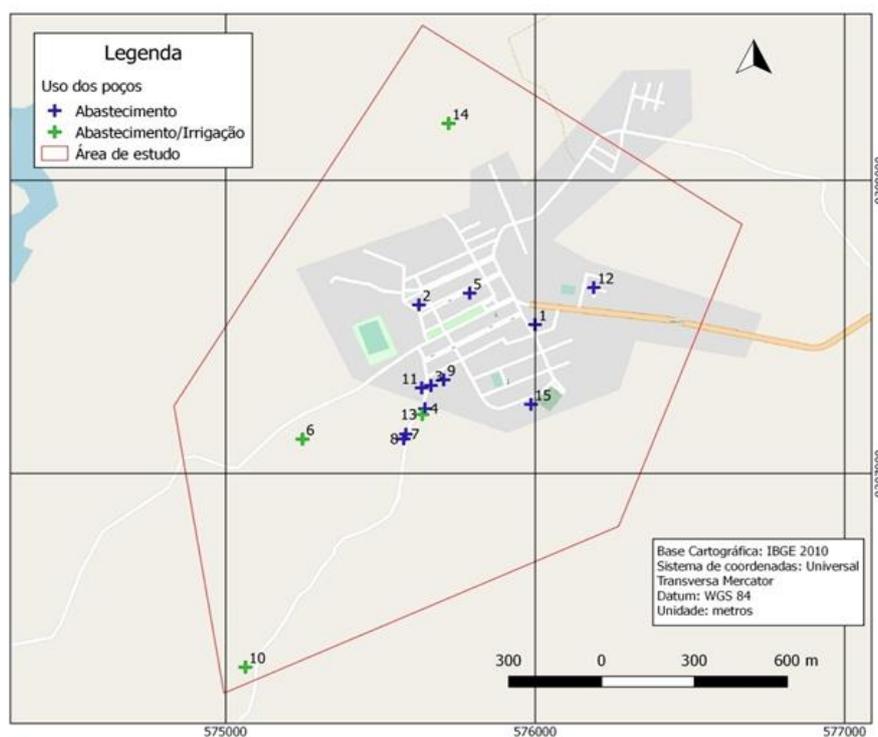
Os demais poços não possuem testes de vazão e qualidade da água, também não possuem outorga ou autorização do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) para promover o abastecimento urbano da cidade. Tal ato vai contra o

artigo 4º, parágrafo III e IV da Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Lei nº 6.908, de 01 de julho de 1996, onde dá à outorga como direito de uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos do estado.

Os proprietários dos poços que não possuem o direito da retirada dos recursos hídricos estão infringindo leis, de acordo com o artigo 1º, capítulos I e IV, da Lei Complementar nº 569, de 19 de abril de 2016, que caracteriza como infração utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade sem o direito a outorga, assim como perfurar poços para retirada de água subterrânea sem a devida autorização legal pelos órgãos competentes. Estas pessoas estão ainda passíveis à penalidades que vão de advertências e multas até o embargo total da obra.

Os poços que são utilizados para abastecimento urbano assim como para irrigação são os poços 4, 6, 10 e 14 (Figura 9).

**Figura 9.** Mapa do uso dos poços cadastrados



**Fonte:** Almeida (2019).

Quando analisamos as fontes potenciais de poluição que os poços estudados estavam sujeitos a serem expostos, foi observado que o poço 2, do tipo cacimbão, o mais antigo de todos os poços cadastrados, pode ter risco maior de poluição com relação aos outros poços. O mesmo é localizado na área urbana de Riacho de Santana, possuindo 9 metros de profundidade e se localizando no quintal de uma residência, cercado por fossas sépticas e rudimentares tanto da residência da proprietária do poço como das residências vizinhas.

A proprietária do poço relatou que em tempos de cortes parciais ou totais no abastecimento de água por meio da CAERN, vizinhos utilizam água do cacimbão. A mesma relatou acerca da sua preocupação e receio em liberar a água para essas pessoas, uma vez que sua fossa está localizada muito próxima ao poço, a cerca de 3m de distância.

No entanto, ressalta-se a limitação do presente estudo quanto a comprovação de contaminação da água. Pois, para isso são necessárias análises laboratoriais a partir de amostras da água dos poços. Mesmo sem as análises da água, a preocupação em torno da qualidade do recurso hídrico se faz óbvia devido à proximidade com reais fontes de poluição, sendo, portanto, necessário o monitoramento da qualidade da água desses poços, sobretudo àqueles utilizados para fins potáveis e preparo de alimentos.

### **Conflito no Abastecimento municipal**

A origem da cidade de Riacho de Santana – RN se dá a partir da busca pela água em decorrência dos efeitos da seca, como Fernandes e Laís (2010) afirmam, a partir de 1888, com a chegada crescente de famílias oriundas de cidades vizinhas, iniciou-se o processo de ocupação de terras que hoje forma o núcleo urbano do município de Riacho de Santana, pessoas fugidas da seca encontraram terras férteis às margens do Rio Santana, que tem origem na cidade de Luís Gomes - RN. Com o crescimento populacional do núcleo urbano, se fez essencial o abastecimento hídrico e, até então o abastecimento da cidade foi responsabilidade dos próprios moradores, que se utilizavam de poços manuais, principalmente cacimbas escavadas no leito do rio. Como relata o senhor G durante entrevista:

A gente sempre pegou água nas cacimbas. Naquele tempo nem tinha cacimbão ainda. A gente cavava as cacimbas dentro do rio quando ele tava seco, e quando o rio tava com cheia nós “pegava” do rio mesmo, água nas ancoretas, e trazia pra casa nos jumentos, todo mundo na rua fazia assim, não tinha essa história de água encanada ainda não.

A condição tipicamente intermitente dos canais no semiárido nordestino é relatada acima. Atualmente, devido a péssima qualidade adequada da água e disponibilidade de água no canal do rio durante 2 a 4 meses do ano, impossibilita o Riacho que dá nome ao município de ser utilizado como fonte de abastecimento.

A partir de 1979 o abastecimento hídrico de Riacho de Santana passou a ser a cargo da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN. No decorrer dos anos, a captação de água passou a ser utilizada a partir de mais fontes, por meio da construção de poços. São utilizados dois poços para captação de água e abastecimento de água por meio do sistema convencional operado pela CAERN: um poço sendo do tipo cacimbão, localizado na zona rural no sítio Sobradinho; e o outro poço do tipo tubular, localizado no sítio Carnaubal, zona rural do município de Água Nova, que faz limite ao norte com Riacho de Santana.

Quando questionada sobre a demanda de água dos usuários do município, foi informado pela CAERN (2019) que ela vem conseguindo atender regularmente toda a demanda atual do município. De fato, o abastecimento é feito por meio de rodízio entre setores da cidade, visto que o volume deliberado é insuficiente para o atendimento de toda população urbana, conforme se identificou nas entrevistas com os consumidores, que responderam e usam o abastecimento da CAERN. De acordo com Macedo, Troleis e Almeida (2021), em estudo realizado no Semiárido Potiguar na região de Caicó, constataram que os municípios são extremamente vulneráveis ao desabastecimento devido as condições naturais de baixa oferta de fontes seguras de abastecimento, infraestrutura inadequada e períodos prolongados de estiagem.

Os consumidores reclamaram da falta de água na cidade, onde o sistema de rodízio não vem sendo suficiente para atender todas as necessidades da população, os mesmos declararam ainda esperar em média quatro dias para receberem água em suas torneiras.

Assim os “comerciantes da água” organizaram-se para produzir um sistema alternativo, disponível para parte da população por uma quantia de mensal de 50,00 R\$, as

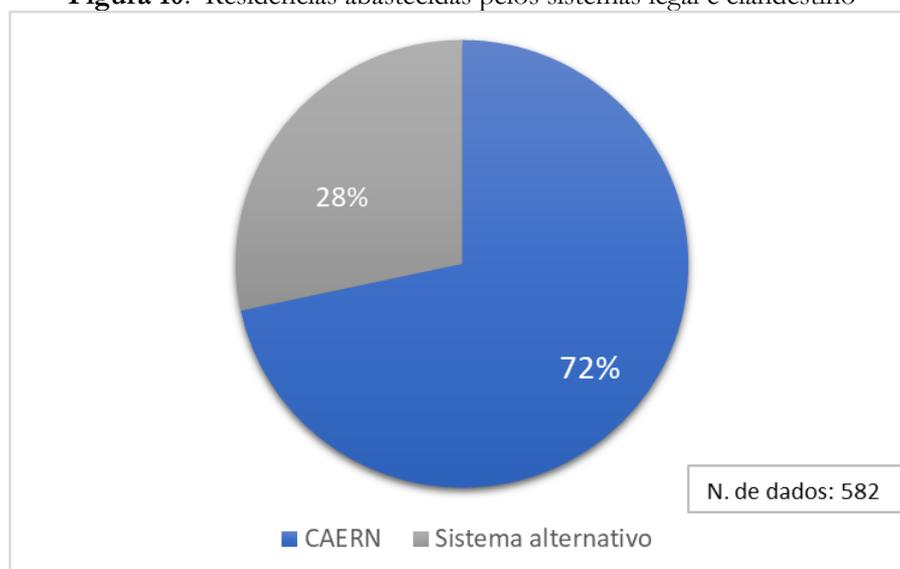
fontes de abastecimento desses sistemas são poços construídos na própria área urbana do município, sendo que não ocorre nenhum tipo de tratamento prévio, portanto, a água é distribuída de forma bruta e sem qualquer controle de sua qualidade. Assim, esse conflito se estabelece pelo controle do serviço de abastecimento da água entre os próprios comerciantes locais e a CAERN. O conflito, nesse contexto não possui característica de confronto, mas claramente inflige regras bem estabelecidas pela legislação, como foi discutido anteriormente.

De acordo com Peixoto (2020, p. 56):

Quando a água passa a exercer uma função social, a mensuração econômica é implementada, direta ou/e indiretamente. Direta quando a água dotada de valor econômico intrínseco, seja na forma de bem comum, sobre a tutela do estado, seja na forma de bem privado sobre o domínio de empresa ou indivíduos.

Assim, a apropriação e acesso à água por meio de poços particulares, dota os “comerciantes da água” de domínio do recurso e condições de distribuição por meio de uso da rede já existente ou rede implementada com recursos próprios. Foi observado que o abastecimento alternativo como um negócio vem ganhando força no município pela baixa qualidade do serviço de abastecimento prestado pela CAERN. Atualmente, 417 domicílios são atendidos pela rede de distribuição de água da companhia, enquanto o setor alternativo, comandado pelos “comerciantes da água”, tem abastecido 165 domicílios (figura 10).

**Figura 10.** Residências abastecidas pelos sistemas legal e clandestino



**Fonte:** Almeida (2019).

Além da disputa pelo uso e comercialização da água entre o serviço alternativo e serviço legal, existe também o conflito entre os comerciantes locais. Eles disputam o poder sobre o território da área urbana do município, realizando obras de distribuição de água, como a instalação de encanamentos e construção de poços para compor o maior número de residências à sua clientela.

Muitas das residências estão ligadas a rede de distribuição da CAERN, porém em consequência das constantes faltas de água também estão ligadas a rede alternativa para garantia da segurança hídrica de suas famílias. Além disso, o consumo de água sem a garantia da qualidade para potabilidade e demais usos pode acarretar sérios danos à saúde pública. Queiroz, Heller e Silva (2009) identificaram que parâmetros como turbidez e presença de coliformes fecais estão muito relacionados a Doenças Diarreicas Agudas - DDA, que por sua vez é um sintoma que pode ter origem em muitas doenças, sendo grande parte destas doenças de veiculação hídrica.

Analisando a correlação entre o abastecimento convencional e alternativo no estado de Tocantins, Pereira *et al.* (2021) postulam que as soluções alternativas de abastecimento possuem maior susceptibilidade de provocarem sintomas de DDA. Fora as questões legais evidenciadas nesse conflito, é necessário maior controle do poder público, implementando sistemas eficientes de convivência com a seca e combater práticas de oportunismos de lucro com a venda da água.

## Conclusão

Foram cadastrados e analisados durante a coleta de dados do trabalho, 15 poços onde todos se encontram ligados ao abastecimento urbano municipal. Sendo que 3 desses poços estão nas imediações da cidade, mas participam, também, do abastecimento urbano, por meio da adução da água desses poços até a cidade, os outros 12 poços estão inseridos na área urbana consolidada, sendo apenas um desses poços do tipo cacimbão, os demais são poços tubulares.

Nenhum dos poços tubulares cadastrados obedecem aos critérios estabelecidos pela NBR 12212 (ABNT, 1996), em relação a sua proteção da obra de captação, desde o perímetro de proteção até a cimentação em volta do tubo de proteção. Assim como também foram

identificadas fontes potenciais de poluição e contaminação da água subterrânea, com destaque para o poço 2, do tipo cacimbão, que está sujeito a contaminação pela proximidade das fossas sépticas e rudimentares presentes no meio urbano.

Foi possível compreender o processo histórico de escassez hídrica ocorrido na região, assim como suas consequências que, por falta de fontes hídricas e infraestrutura para suprir a demanda hídrica da cidade, tem ocorrido a intermitência no abastecimento por parte da CAERN, ocasionando assim, o surgimento dos pontos de abastecimento urbano alternativos concentrados nos “comerciantes da água”.

A análise de dados e informações nos permitiu caracterizar o abastecimento hídrico urbano na cidade, onde foi configurada uma situação de conflito, marcada por graves irregularidades no abastecimento municipal, onde comerciantes perfuraram poços sem nenhum tipo de pesquisa acerca da qualidade da água explorada, todos eles sem outorga para abastecimento doméstico e sem serviço de tratamento de água. Ocorre uma operação de comercialização e cobrança pelo uso da água de forma completamente ilegal, sendo o dito sistema clandestino responsável pelo abastecimento hídrico urbano de 28% das residências em Riacho de Santana.

Constatou-se a ineficiência das autoridades legais pela fiscalização no uso dos recursos hídricos e fiscalização no abastecimento de água. Foi ainda notado que a necessidade de funcionamento da gestão de recursos hídricos entre todos os setores que a compõem, como órgãos responsáveis a exemplo do IGARN, o setor público, reais interessados pelo uso dos recursos hídricos subterrâneos e toda sociedade civil, para que se chegue a um real entendimento dos riscos que a sociedade está correndo ao fazer uso de águas subterrâneas sem tratamento ou comprovação de sua qualidade, assim como para garantir a proteção dos recursos hídricos subterrâneos existentes na área urbana do município, impedindo a apropriação privada e ilegal desse bem.

## Referências

ALMEIDA, V. D. A. **Conflitos de uso da água no ambiente de escassez hídrica no município de Riacho de Santana – RN**. 2019. Monografia (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS. **Poços para captação de água: Definições**. Disponível em: <[http://www.abas.org/educacao\\_pocos.php](http://www.abas.org/educacao_pocos.php)>. Acesso em: 7 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12212**: Projeto de poço para captação de água subterrânea. Rio de Janeiro: [S. n.], maio 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12244**: Construção de poços para captação de água subterrânea. Rio de Janeiro: [S. n.], maio 1992.

BACCI, D.; PATACA, E. Educação para a água. **Estudos Avançados**, v. 22 n. 63, p. 211-226. USP. 2008.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Política Nacional de Saneamento Básico**. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN. **Quadro de abastecimento**. Disponível em: <<http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/caern/DOC/DOC00000000176563.PDF>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FERNANDES, B.; LAÍS, J. **Da aroeira à cidade nos caminhos do Rio Santana**. Riacho de Santana: Prefeitura de Riacho de Santana, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. (online). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/riacho-de-santana/panorama>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MACEDO, Y. M.; TROLEIS, A. L.; ALMEIDA, L. Q. Risco de desabastecimento hídrico na região Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v. 14, n. 6, 2021, p. 3711-3735. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbge/article/view/250779>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MORAES, J. L. M.; FADUL, E.; CERQUEIRA, L. S. Limites e desafios na gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: um estudo nos estados do nordeste do Brasil. **Read. Revista eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 24, n. 1. p. 238-264, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/read/a/nVyShJZgm9cJjknK6w3Vy8h/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PEIXOTO, F. S. **Por uma Geografia das águas: ensaio sobre território e recursos hídricos no Nordeste Setentrional**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

PRIETO, G. Privação e violações do direito à água e ao saneamento na periferia da metrópole capitalista. In: SONKAJARVI, H.; VITAL, A. V. **A Água no Brasil: conflitos, atores, práticas**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 63 – 98.

QUEIROZ, J. T. M.; HELLER, L.; SILVA, S. R. Análise da correlação de ocorrência da doença diarreica aguda com a qualidade da água para consumo humano no município de Vitória-ES. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 18, n. 3. p. 479-489. 2009.

RIBEIRO, M. M. R.; AMORIN, A. L.; FERREIRA, J. G.; SCHMIDT, L. Bacias hidrográficas compartilhadas no Brasil e na Península Ibérica: buscando consensos via mecanismos de resolução de conflitos. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; SOBRAL, M. do C. (Orgs). **Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2019, p. 1020-1046.

RIO GRANDE DO NORTE, Lei Complementar nº 569, de 19 de abril de 2016. Dispõe sobre as infrações e a aplicação de penalidades no âmbito da política estadual de recursos hídricos do Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. nº 13.664, Data: 20.04.2016. p. 1.

RIO GRANDE DO NORTE, Lei nº 6.908, de 01 de setembro de 1996. **Política estadual de recursos hídricos**. Natal, 1996. Disponível em: <[https://www.abas.org/arquivos/LEI-N%c2%ba6.908-97\\_RN.pdf](https://www.abas.org/arquivos/LEI-N%c2%ba6.908-97_RN.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VASCONCELOS, M. B. **Poços para captação de águas subterrâneas: Revisão de conceitos e proposta de nomenclatura**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, CPRM, 18. Fortaleza, **Anais [...]** 2014. Disponível em: <<https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/28288>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

VIANNA, P. “A água vai acabar?” In: ALBUQUERQUE, E. (Org.). **Que país é esse**. São Paulo: Globo, 2005. p. 217-234.

VICTORINO, C. J. A. **Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.



## A GEOHISTORICIDADE CAMPONESA EM “A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE”<sup>1</sup>

**Gerlane Gomes da Rocha**<sup>2</sup>  
*Universidade Federal de Pernambuco*  
**Rodrigo Dutra Gomes**<sup>3</sup>  
*Universidade Federal de Pernambuco*

### Resumo

Como citar:

ROCHA, G. G. da.; GOMES, R. D. A. Geohistoricidade camponesa em “A Terra e o homem no Nordeste”. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 111-128.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9039>

**Recebido em:** 2021-11-15

**Devolvido para correções:** 2022-03-08

**Aceito em:** 2022-04-05

**Publicado em:** 2022-09-22

A partir do livro “A terra e o homem no Nordeste,” escrito pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, as direções metodológicas referentes ao campesinato nordestino mudam de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão pautada nos conflitos territoriais e contradições sociais dessa região. Assim, por meio da análise dessa obra e do pensamento geohistórico de Manuel Correia de Andrade pode-se entender a construção do campesinato nas sub-regiões nordestinas sob uma perspectiva crítica. Para realizar esse resgate interpretativo será utilizada a abordagem contextual do Geógrafo francês Vicente Berdoulay (2003, 2017) que consiste, de forma geral, em analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com os contextos no qual o cientista e os objetos de estudo estão situados. Dentro da espacialidade nordestina nota-se uma diferenciação entre as suas sub-regiões que foram produzidas por fatores históricos e geográficos. Com isso, mesmo que as relações de exploração do campesinato se repitam nessas sub-regiões, os fatores que levam a esse cenário não são necessariamente iguais. No combate às contradições espaciais existentes na região Nordeste a junção de camponeses em sindicatos, cooperativas e movimentos rurais é uma ação que pode fazer frente a essas contradições.

**Palavras-chave:** Nordeste; Conflitos; Manuel Correia de Andrade

<sup>1</sup>Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021 e passou por revisões e melhorias para publicação nesta edição especial.

<sup>2</sup>Graduada em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa de História do Pensamento Geográfico e Epistemologia da Geografia (GEHPEG) e estudante de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE/CNPQ).

E-mail: [gerlanegomesrocha@gmail.com](mailto:gerlanegomesrocha@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0746-4150>

<sup>3</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, graduado e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pós-doutorado - FAPESP.

E-mail: [rdutragomes@gmail.com](mailto:rdutragomes@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6452-3933>

## LA GEOHISTORIA CAMPESINA EN "LA TIERRA Y EL HOMBRE EN EL NORESTE"

---

### Resumen

A partir del libro "La tierra y el hombre en el Noreste," escrito por el geógrafo Manuel Correia de Andrade, las direcciones metodológicas referentes al campesinado en la región cambian de una perspectiva ambientalista descriptiva para una discusión pautada en los conflictos territoriales y contradicciones sociales. Así, por medio del análisis de esa obra y del pensamiento geohistórico de Manuel Correia de Andrade se puede entender la construcción del campesinado en las subregiones en Noreste desde una perspectiva crítica. Para realizar ese rescate interpretativo se utilizará un enfoque contextual del geógrafo francés Vicente Berdoulay (2003, 2017) que consiste, de forma general, en analizar la conjunción de la lógica interna y del contenido de la ciencia con los contextos en los que el científico y los objetos de estudio están situados. Dentro de la espacialidad se nota una diferenciación entre sus subregiones producidas por factores históricos y geográficos. Con eso, aunque las relaciones de explotación del campesinado se repitan en esas subregiones, los factores que llevan a ese escenario no son necesariamente iguales. En el combate a las contradicciones espaciales existentes en la región Noreste la unión de campesinos en sindicatos; cooperativas y movimientos rurales es una acción que puede hacer frente a esas contradicciones.

**Palabras clave:** Noreste; Conflictos; Manuel Correia de Andrade

## PEASANT GEOHISTORICITY IN "THE LAND AND MAN IN THE NORTHEAST"

---

### Abstract

From the book "The land and the man in the Northeast," written by the geographer, Manuel Correia de Andrade, methodological directions regarding the Northeastern peasantry change from a descriptive environmentalist perspective to a discussion based on territorial conflicts and social contradictions of this region. Thus, through the analysis of this work and the geohistorical thinking of Manuel Correia de Andrade, one can understand the construction of the peasantry in the Northeastern sub-regions from a critical geopolitical perspective. To perform this interpretative rescue, a contextual approach by the French geographer Vicente Berdoulay (2003, 2017), generally consists of analyzing the conjunction of internal logic and the content of science with the contexts in which the scientist and the objects of study are situated. There is a differentiation between its sub-regions produced by historical and geographical factors within the Northeastern spatiality. Thus, even if the relations of exploitation of the peasantry are repeated in these sub-regions, the factors that lead to this scenario are not necessarily equal. In the fight against the spatial contradictions existing in the Northeast region, the joining of peasants in unions; cooperatives, and rural movements is an action that can address these contradictions.

**Keywords:** Northeast; Conflicts; Manuel Correia de Andrade

## Introdução

O livro “A terra e o homem no Nordeste” escrito pelo geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade e publicado originalmente em 1963 renovou as direções metodológicas sobre a interpretação do campesinato nordestino. Nele ocorreu a mudança de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão guiada pelo método histórico e dialético.

Com isso, se estabeleceu a partir daí o emprego de noções referentes à organização do espaço agrário mediante relações de trabalho e produção, colocando o fator humano e social no centro do debate. Constituiu-se uma ruptura interpretativa precursora na Geografia Brasileira, que, interrompida pela ditadura militar de 1964, serviu depois de referência às leituras críticas que chegaram no final da década de 1970 (período de abertura política) e se afirmaram nas décadas de 1980 e 1990. Cabe assim, trazer à tona essa leitura geohistórica do campesinato nordestino a partir de Manuel Correia de Andrade e da sua obra que antecedeu e anunciou abordagens mais críticas na Geografia Brasileira.

Em termos gerais, a região Nordeste apresenta dentro do seu território uma multiplicidade de características físicas, sociais e culturais que a fazem ser uma espacialidade de contrastes, um “mosaico” (ANDRADE, 1973). Em suas diversas sub-regiões os fatores geográficos e históricos modificaram as condições sociais do campesinato e de suas relações produtivas. Manuel Correia de Andrade buscou problematizar essa diversidade numa leitura regional enquanto totalidades históricas, que guiou suas reflexões sobre o contexto da formação do campesinato e seus conflitos.

Nesta direção, pretende-se apresentar a trajetória de vida espacialmente delimitada de Manuel Correia de Andrade e aspectos de seu pensamento social. No caso, busca-se também resgatar sua análise da espacialidade do campesinato no Nordeste a partir de uma leitura geohistórica (ANDRADE, 1973). Neste mesmo movimento confrontamos, ao longo da argumentação, as rupturas, continuidades e contradições de sua leitura frente às proposições contemporâneas do campesinato Nordestino.

## Metodologia

Para orientar a pesquisa utilizou-se a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas às disciplinas e teorias, quanto às influências externas nas quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados.

Essa abordagem está dividida em 5 etapas: 1) Reconhecimento da existência de sistemas estruturados de pensamento, ao mesmo momento em que há continuidade de certas percepções; 2) Não estabelecer dicotomias entre fatores internos da ciência (teorias, conceitos) e fatores externos (contexto da sociedade da época, economia, política e poder); 3) Não negligenciar ou hierarquizar tendências geográficas; 4) Analisar algumas das questões principais que afligiam o contexto social da região estudada; 5) Problematizar os “círculos de afinidade” onde os autores e personagens se inserem, para compreender o pensamento científico da época.

Somando-se a esses aspectos, foi realizada uma espacialização para compreender e contextualizar o território da vida e as obras de Manuel Correia de Andrade, com a finalidade de buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições (MACHADO, 2019). Em complemento a esses direcionamentos foram obtidos dados secundários pela pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e pela utilização de outras obras de Manuel Correia de Andrade: “O pensamento geográfico e a realidade brasileira” (1977), “Poder político e produção do espaço” (1984) e “O caso do Nordeste brasileiro” (1985).

O presente artigo está organizado em três partes, sendo essas compostas por um ou mais pressupostos da abordagem contextual. A primeira parte, “Manuel Correia de Andrade: uma Geografia social”, está inserida nos pressupostos 2º e 4º e discorre sobre as características históricas, sociais e geográficas nas quais o autor conviveu, bem como as discussões feitas dentro da ciência geográfica no período. Na segunda parte, “Geohistoricidade do campesinato nordestino”, se utilizou o 4º pressuposto para destacar o contexto histórico e sua interferência na formação territorial das sub-regiões do Nordeste, assim como nas relações produtivas no campo e na construção do campesinato. Por fim, a terceira parte “Rupturas, continuidades e contradições”, foi desenvolvida a partir das percepções do 1º pressuposto, a fim de analisar os mecanismos que continuam ou se modificaram no espaço agrário nordestino, correlacionando dados do censo agropecuário e normas jurídicas com as proposições de Andrade (1973).

### **Manuel Correia de Andrade: uma Geografia social**

Manuel Correia de Andrade trouxe para a reflexão da espacialidade do Nordeste um debate político de caráter libertário, com o intuito de analisar de forma crítica o desenvolvimento das relações de poder que se reproduziam regionalmente. Desse modo,

estabeleceu e analisou marcos históricos que fundamentaram a construção do sistema latifundiário nordestino, a exemplo da divisão inicial em capitânicas hereditárias. Nesse caso, se afastou das tendências que buscavam naturalizar os problemas sociais dessa região. Para tanto, destacou que a dinâmica territorial interferia no estabelecimento dos conflitos e das desigualdades presentes no Nordeste. Esse processo, por sua vez, precisaria ser estudado por meio de uma perspectiva histórica e dialética sem a naturalização do espaço geográfico.

Destaca-se que tão importante quanto o discurso teórico de Andrade se faz também a sua prática social e política exercida durante a sua vida. Manuel Correia de Oliveira Andrade, nasceu em 1922, no Engenho Jundiá localizado em Vicência, Zona da Mata, Norte de Pernambuco. O convívio no Engenho Jundiá com trabalhadores rurais possibilitou um olhar crítico sobre o tema da reforma agrária e dos conflitos territoriais no campo. Assim, mergulhado num ambiente aristocrático, patriarcal e desigual, Manuel Correia observou a necessidade de uma reforma agrária que modificasse as estruturas sociais, muito baseadas em heranças do sistema colonial europeu. Alinhadas a essa influência espacial, se tem as características da conjuntura política do Brasil e do Nordeste que contribuíram no seu engajamento político.

Na década de 1930, no auge da Revolução Constitucionalista, Manuel Correia de Andrade mudou-se para o Recife, centro político do Nordeste na época, com o objetivo de cursar Direito. No mesmo período cursou licenciatura em História e Geografia, essa dupla formação o fez não dissociar os princípios históricos da formação do espaço. Durante a sua formação acadêmica, entrou em contato com organizações estudantis e diretórios acadêmicos. Posteriormente, participou assiduamente da oposição ao Estado Novo (1937-1945), regime de carácter antidemocrático empreendido por Getúlio Vargas. Esse cenário, junto com a preocupação com as classes empobrecidas, fez com que também ingressasse em 1942 no Partido Comunista.

Entre 1950 e 1960, com a criação dos primeiros núcleos institucionalizados de Geografia em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade começou a exercer, respectivamente, a carreira de professor da educação básica e do ensino superior. Nesses espaços contribuiu para o alicerçamento da Geografia institucional no Estado. Destacar esses aspectos biográficos é um fator importante, pois faz parte de uma abordagem espacial que compreende e contextualiza o território da vida e as obras do autor, com a finalidade de

buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições, conforme apontam Berdoulay (2003, 2017) e Machado (2019).

Em compromisso com uma geografia de caráter humanístico e social, Manuel Correia de Andrade não compreendia uma separação rígida entre as ciências sociais. Desse modo, contrariava as dicotomias existentes na conceituação epistemológica da Geografia que fazia distinções entre os fenômenos físicos e humanos. Assim, conforme relata em entrevista concedida à Leite (2000), pensava a ciência social como algo único que foi desmembrado em alguns ramos a exemplo da História, Geografia, Economia e Sociologia que deveriam se complementar de forma interdisciplinar. Tal fator é importante para o entendimento do pensamento interdisciplinar desenvolvido pelo autor, pois em suas obras buscou alinhar o conhecimento geográfico com análises históricas, dialéticas, sociais e econômicas.

Destaca-se que os trabalhos científicos de Geografia produzidos no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 não contemplavam essa visão de historicidade crítica do espaço geográfico e nem abarcavam um estudo de abrangência escalar nas correlações espaciais. Sobre isso, Andrade (1977) salienta que:

Os trabalhos em Geografia eram feitos com uma preocupação muito local, mediante análises de pequenas áreas e descrição de paisagens, quase sempre sem uma preocupação de generalidades, de correlação de causa e isolando-se dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, mais preocupados com os aspectos culturais da Geografia que com a sua possibilidade de utilização política e social. (ANDRADE, 1977, p. 11).

Nesse período, a Geografia não era compreendida como um conhecimento voltado para a solução de problemas de desigualdade estrutural e social do Brasil, pois as escalas de análise eram bastante limitadas. A diversidade de fatos regionais e inter-regionais também não eram analisadas de forma correlatas. Esse fator se deve à influência, na época, da Geografia Regional nas primeiras gerações de geógrafos brasileiros, baseada na tradição francesa do possibilismo e na alemã do determinismo geográfico. Com isso, o viés descritivo se tornava predominante. Assim, Manuel Correia de Andrade pode ser inserido num movimento de renovação da ciência geográfica que passou por contestações entre 1950 e 1970 dos seus preceitos internos defendidos pelo positivismo e neopositivismo, surgia então uma geografia de abordagem crítica (SAQUET, 2010).

No final da década de 1950 e início da década de 1960 surgem novas perspectivas sobre os estudos regionais no Nordeste com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1959), no Governo de Juscelino Kubitschek. Esse projeto é um desdobramento de outros relacionados ao planejamento regional do Nordeste, a exemplo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A partir de então, a ciência geográfica passa a atuar, principalmente no Nordeste brasileiro, em projetos desenvolvimentistas e de planejamento, visando não apenas descrever, mas solucionar os problemas regionais.

Pontua-se, porém, que mesmo marcando um avanço com esse novo direcionamento científico e estatal, as estruturas sociais permaneceram não problematizadas e as políticas públicas tomaram um caráter assistencialista que, em parte, subsidiaram empreendimentos de grandes proprietários rurais. Essa dinâmica de inversão do direcionamento final de políticas públicas foi estudada por Andrade no livro “O caso do Nordeste brasileiro” (1985), no qual analisou as origens e os agentes perpetuadores do subdesenvolvimento da região Nordeste. Além disso, essas políticas de financiamento favoreceram algumas culturas alimentares (arroz, soja, café etc.) em detrimento de outras, bem como o tamanho da propriedade e a região em que essa se localizava.

Sobre essa temática, Andrade (1985) relata a importância do aspecto político em relação ao espaço produzido na região Nordeste:

[...] de vez que, em termos nordestinos, os grupos oligárquicos e seus aliados burgueses detêm o controle do poder, restando a organização e as reivindicações das camadas populares e, no plano nacional, apesar de possuírem uma elevada porcentagem dos representantes do povo no parlamento tem pouco poder frente às arregimentadas políticas do Sudeste. (ANDRADE, 1985, p. 16).

O livro “A terra e o homem do Nordeste”, principal obra de Manuel Correia de Andrade, retrata bem esse processo de desigualdade e subdesenvolvimento regional quando destaca o controle dos grupos oligárquicos locais sobre a verba governamental proveniente para a região. Na busca por analisar as relações entre o ser humano e suas atividades produtivas, destacando o uso da terra, ocupação e as formas de trabalho no Nordeste, Andrade (1973) se depara com uma estrutura social totalmente hierarquizada.

No que concerne a aspectos geopolíticos desse subdesenvolvimento regional, Andrade (1985) também destaca mecanismos de controle externo que interferem na formação espacial, social e econômica do Nordeste:

O espaço nordestino foi produzido em quatro séculos e meio de colonização, em função do atendimento da demanda de produtos alimentícios e de matérias primas do mercado externo. Posteriormente o crescimento de outras regiões do Brasil transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão de obra a essas regiões (ANDRADE, 1985, p. 11).

Pode-se afirmar, portanto, que as relações econômicas e geopolíticas do Nordeste não estavam voltadas para o desenvolvimento homogêneo da região. Nesse sentido, as riquezas produzidas no território nordestino foram historicamente transferidas para outras áreas, auxiliando no crescimento econômico da região sudeste do Brasil, por exemplo. Além disso, a concentração de terras persistiu dentro da própria espacialidade do Nordeste, o que acabou por criar uma situação de precarização das relações sociais no campo.

Como pode-se notar, o geógrafo Manuel Correia de Andrade ao longo da sua trajetória acadêmica sempre refletiu e atuou em prol da resolução de problemas sociais da região Nordeste, sendo a questão agrária o principal foco de análise. Em 1963, devido à repercussão da publicação da obra “A terra e o homem do Nordeste” e à sua atuação intelectual, foi convidado para compor o cargo de diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), no Governo de Miguel Arraes. Esse órgão tinha como objetivo ampliar o crédito e a assistência técnica aos pequenos produtores rurais do Estado de Pernambuco, levando em conta uma política de desenvolvimento agrário. Contudo, a atuação desse órgão limitou-se até o início da Ditadura militar em 1964, conforme aponta Andrade (2021).

Considerando que Pernambuco foi o Estado onde se alastrou o movimento das Ligas Camponesas e o Governo de Miguel Arraes, muitas vezes visto como aliado da questão agrária, as figuras políticas e intelectuais ligadas a esse governo acabaram sendo identificadas como subversivas. Em consequência dessa série de fatores e da repercussão do livro “A terra e o homem no Nordeste”, Manuel Correia de Andrade foi convocado a depor na Delegacia de Ordem Social. Esse depoimento decorreu em sua prisão domiciliar por três meses. Sobre esse assunto, em entrevista à Araújo (2002, p. 112), Manuel Correia de Andrade cita o ocorrido: “[...] quando veio o golpe de 1964, o livro foi apreendido e eu fui preso. Já Arraes

havia me colocado em um cargo de confiança, durante o seu Governo, por causa do livro”. Nesse sentido, ao mesmo tempo que esse livro lhe proporcionou uma projeção e reconhecimento acadêmico também lhe rendeu repressões por parte das estruturas presentes na Ditadura Militar.

Dessa forma, a importância de Manuel Correia de Andrade se deve à atuação que teve, como militante, professor, pesquisador e escritor para as Ciências Humanas e Sociais, e, ao legado deixado através de suas obras para as gerações que vieram depois dele. Dedicando a sua vida a decifrar a Geografia, a História e as relações de poder no Nordeste, buscou compreender as singularidades territoriais e políticas presentes na espacialidade nordestina.

### **Geohistoricidade do campesinato nordestino**

Até meados da década de 1910 ainda não existia um ideal geográfico, histórico e cultural do conjunto nordestino. A representação dessa parte do Brasil estava vinculada, majoritariamente, às percepções ambientalistas e eugênicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Esse fator influenciou também na forma como essa região foi retratada em pesquisas científicas e estudos geográficos nas décadas posteriores. A descrição dos fatores naturais e climáticos foi preponderante enquanto que os conflitos de classes, produzidos pela hierarquização social na região, não eram analisados sobre um método crítico.

Com isso, a publicação em 1963 do livro “A terra e o homem no Nordeste” de Manuel Correia de Andrade traz uma nova forma de analisar a região Nordeste, sobretudo, a respeito do espaço agrário. Em um contexto no qual surgiram reivindicações camponesas acerca da reforma agrária e uma turbulência política, esse livro não foi bem recebido. Tal rejeição inicial da própria geografia brasileira se estabeleceu por causa da forma política e crítica com que a estrutura agrária da região Nordeste foi analisada.

O livro “A terra e o homem no Nordeste” passou por várias revisões ao longo dos anos, com a finalidade de manter o debate presente nessa obra sempre atualizado. Em termos de regionalização, a espacialidade nordestina é analisada neste livro a partir de 5 sub-regiões, são essas: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Setentrional, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Para atingir essa regionalização, Manuel Correia fez uma análise do Nordeste por meio da formação territorial do Brasil, na qual as estruturas produtivas impostas pelos colonizadores e pelas elites locais estavam submetidas. Dessa forma, cada

uma dessas divisões apresentava espacialidades e características próprias, advindas de influências naturais e principalmente histórica da sua formação territorial, assim como exerciam uma polarização nas suas áreas circunvizinhas (ANDRADE, 2019).

Sendo a primeira área do Brasil a ser habitada, o Litoral Nordestino e a Zona da Mata foram atingidos com o processo de colonização e divisão territorial, a partir da lógica das capitanias hereditárias, visando a produção da cana-de-açúcar em grandes áreas monocultoras. Esse sistema de produção ligado ao *plantation* resultou numa sociedade de classes estratificada e racializada com pouca mobilidade social. Assim, foram construídas as estruturas agrárias do sistema de engenho, tanto do ponto de vista social quanto econômico. O Brasil passa então a servir a interesses externos, sendo a sua produção agrícola e comercial mercantil objetivando atender a demanda europeia, o que, por sua vez, agravou a situação social e reflete essa herança colonial até os dias atuais (PRADO JÚNIOR, 1980).

Para atender as demandas produtivas desse sistema, a principal mão de obra explorada por muito tempo foi a escravizada negra que além das atividades açucareiras se ocupava de demandas domésticas e da lavoura de produtos alimentícios de primeira ordem. Em contrapartida, pode-se ver, segundo Andrade (1973) que “No século XIX os velhos engenhos que durante três séculos haviam tido uma evolução muito lenta, foram sacudidos por uma série de inovações que melhoraram a técnica agrícola e transformaram profundamente tantos os processos industriais, como os de transportes.” (ANDRADE, 1973, p. 96).

Também nesse período o trabalho livre se disseminou a baixo custo salarial, o que agravou a condição dos camponeses afetados pela problemática da moradia precária. Após a abolição dos escravizados, estes passaram a fazer parte dessa massa produtiva submissa aos desmandos dos coronéis locais devido à sua vulnerabilidade socioeconômica e política. As consequências do trabalho exploratório, mal remunerado e desumanizado resultam no empobrecimento do trabalhador rural, na alimentação deficitária e nas condições sanitárias precarizadas. Neste contexto, os camponeses, somando-se a essa situação, sobreviviam geralmente em sistemas de foros, como herança do sistema de produção dos engenhos, no qual famílias camponesas recebiam uma pequena parte de terra do engenho (sítio) para desenvolver suas atividades agrícolas de subsistência, devolvendo em troca parte da sua produção ou sua força de trabalho e uma quantia em dinheiro (ANDRADE, 1973).

No século XX, entretanto, ocorreu no Nordeste brasileiro a entrada de capital de empresas transnacionais e vindas da região Sudeste, promovendo a substituição do latifúndio tradicional e oligárquico pelo latifúndio moderno capitalista. Tal mecanização do processo produtivo resultou em uma especialização da força de trabalho, o que gerou impactos sociais por causa da liberação da mão de obra. Em consequência desse processo, as usinas passaram a comprar as terras dos engenhos mudando o sistema de relações territoriais.

Essas usinas eram dirigidas por grupos empresariais que detinham altíssimo capital para comprar mais terras e investir no processo de produção e mecanização do cultivo da cana de açúcar. Somando-se a esses fatores, tinham apoio do governo na construção de infraestrutura de escoamento e distribuição de mercadoria. Esse cenário acarretou um aumento na tensão social no campo, com isso, os foreiros, por não terem documentos comprobatórios de posse das terras, acabaram sendo expulsos ou inseridos no processo de proletarianização das usinas.

Dentro dessa lógica de acumulação capitalista, surgiram dinâmicas contraditórias representadas pelas Ligas Camponesas que vieram reivindicar o espaço camponês produzido no campo nordestino. A sede inicial desse levante se estruturou com a fundação, em 1955, da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galiléia, localizado na Zona da Mata do município pernambucano de Vitória de Santo Antão (ANDRADE, 1973). As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, criadas inicialmente no estado de Pernambuco que se expandiram posteriormente para a Paraíba e outras regiões do Brasil. Pode-se dizer que as Ligas exerceram atividade intensa entre 1955 e 1964, após esse período houveram perseguições e desarticulação do movimento. Observando esse quadro de modificação técnica e produtiva no espaço rural nordestino, Andrade (1973) concluiu que o aumento do grau de desenvolvimento industrial no Nordeste Açucareiro era acompanhado da proporcional precarização das condições de trabalho.

Além da produção da cana de açúcar, o desenvolvimento da atividade pecuária e algodoeira no Agreste (zona de transição entre a área de mata e o semiárido nordestino) é de suma importância para compreender as características históricas do campesinato no Nordeste. A região Agreste, diferente da região açucareira, teve um povoamento tardio que foi dinamizado a partir da pecuária. O surto algodoeiro se deu no século XVIII, proporcionado por demandas externas de matérias primas para a Revolução Industrial que

se desenvolvia na Inglaterra. A cultura do algodão sofreu com oscilações de acordo com a flutuação do comércio internacional e proporcionou o desenvolvimento da área semiárida. Dentro desse sistema, a mão de obra utilizada na cultura do algodão era em grande parte livre, sendo moradores de condição/foreiros que buscavam nas terras dos latifundiários um local de segurança e abrigo. A impossibilidade de obter terras próprias entre classes empobrecidas generaliza esses casos.

Ao retratar o Agreste nordestino, Andrade (1973) destacou as pequenas propriedades locais que produziam culturas agrícolas para a subsistência (roça, milho, feijão) e pequenos rebanhos. Essa produção, para além do mercado interno, se estabeleceu devido ao aumento do número de engenhos, resultado da ampliação da produção da cana de açúcar. Nota-se que essas pequenas propriedades não tinham meios técnicos para se desenvolver, cabendo então ao Estado criar programas de assistência técnica e financeira para auxiliá-las em paralelo com a organização coletiva do campesinato local. As relações de trabalho e produção nas outras sub-regiões do Nordeste se assemelhavam basicamente às próprias condições de parceria, aos sistemas de foros e à exploração da mão de obra. Contudo, a formação histórica e geográfica, bem como as características naturais e culturais entre as regiões eram bastante diversas.

A pecuária e o latifúndio foram importantes para o povoamento e conquista do Sertão e do Litoral Setentrional. A pecuária extensiva sertaneja foi o primeiro expoente do processo de povoamento de outras áreas do território da colônia para além do litoral, seguido da exploração de recursos minerais como o ouro e o diamante, no atual sudeste brasileiro. O Litoral Setentrional, além das atividades mencionadas, estava muito ligado ao extrativismo da carnaúba, a partir do aproveitamento de toda a sua matéria prima.

No aspecto populacional, destaca-se a intensificação do fenômeno da migração, da década de 1960 a 1990, da população nordestina para as demais regiões do Brasil e principalmente a migração dos sertanejos para outras sub-regiões do Nordeste. Em tal contexto, procurava-se identificar as adversidades naturais como causadoras isoladas do subdesenvolvimento local. Devido às características climáticas locais, marcada por grandes períodos de seca, se estabeleceu uma visão determinista e ambientalista para descrever os habitantes dessa sub-região.

Desse modo, foram criadas narrativas difundidas por órgãos oficiais, jornais, revistas e pela literatura da época que auxiliaram na construção dessa imagem do sertanejo,

vítima da seca extrema e da fome. Essas leituras não identificavam a problemática da concentração de terras, das relações de trabalho abusivas e do desvio de recursos públicos como fatores essenciais no subdesenvolvimento local. Calavam-se também para a expropriação de pequenos agricultores sem-terra que, por décadas, trabalhavam e residiam em grandes propriedades na forma de arrendamento.

Já o Meio Norte e a Guiana Maranhense foram áreas que sofreram influência da ocupação francesa, se diferenciando cultural e geograficamente das outras sub-regiões do Nordeste. As principais atividades produtivas, neste caso, eram o extrativismo do babaçu nas áreas úmidas e a presença da pecuária realizada ao sul do Maranhão de forma extensiva, além da exportação de algodão e arroz. Essas atividades demandavam uma crescente mão de obra, representada inicialmente pela exploração indígena, o que despontou em constantes conflitos com os jesuítas. Após 1756, entretanto, mudou-se a força de trabalho por meio do tráfico negreiro em grande escala.

Dentro desse sistema de escravização houveram conflitos e fugas representados pelos quilombos e, posteriormente, pela Revolta da Balaiada (1838-1841). Em relação às outras sub-regiões, o Meio Norte e a Guiana Maranhense tinham uma área pouco povoada e terras devolutas que foram ocupadas por posseiros. Com o desenvolvimento local, por meio da criação de infraestruturas de transporte, se tem a expulsão desses posseiros por empresas e grandes proprietários de terra. Esse fenômeno intensificou o processo de grilagem, de forma que, sem condições sociais e distantes de grandes centros urbanos, os posseiros se viam à mercê desse sistema.

Essa regionalização apresentada diz respeito ao que foi discutido por Manuel Correia no livro “A terra e o homem no Nordeste” já em sua primeira edição, e foi reafirmada nas edições posteriores. Entretanto, é importante ressaltar que em outros livros como “Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia Nordestina” (ANDRADE, 1987) se traz em complemento a essa abordagem a questão das zonas geoeconômicas presentes em cada uma das sub-regiões nordestinas.

Diante desses problemas enfrentados na construção espacial da região Nordeste, Andrade (1973) apontou a organização dos camponeses em cooperativas de produção como um mecanismo de luta contra as explorações presentes no campo. Assim, de forma organizada, poderiam reivindicar seus direitos e dar visibilidade à urgência da reforma agrária e dos conflitos do espaço agrário brasileiro.

### **Rupturas, continuidades e contradições**

Na contemporaneidade pode-se considerar, em contraponto a algumas teorias clássicas da Geografia Agrária (Kautsky, Lênin) que descreveram o fim do campesinato e a sua inevitável assimilação pelo capital, que o modo de vida camponês ainda pode ser visto como ativo no campo, sendo vivenciado por pequenos produtores que se baseiam em uma agricultura camponesa de cunho familiar (ALVES, 2009). Esse setor persiste como um segmento social de expressiva importância socioeconômica no contexto regional nordestino, gerando ocupações produtivas para mais de 4,7 milhões de pessoas (IBGE, 2017), sendo a sua participação na paisagem rural da região algo incontestável. Esse resultado é consequência do processo de resistência e luta constante das famílias camponesas e do esforço coletivo de suas organizações pela manutenção das pequenas propriedades agrícolas (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Contudo, como bem salientou Andrade (1973), o domínio de grandes latifúndios permanece de forma estrutural na agricultura brasileira. De acordo com o censo agropecuário realizado em 2017, houve um aumento de 2,7% da concentração de terras no Brasil se comparados com os dados do censo anterior de 2006. Assim, em 2017 o país possuía 51.203 estabelecimentos com mil hectares ou mais, que representavam somente 1,0% do total, mas concentravam 47,6% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

Nesse ponto, é importante fazer um esclarecimento histórico. O período da década de 1960, época de publicação do livro “A terra e o homem no Nordeste”, foi marcado pelo avanço autoritário da Ditadura Militar (1964-1988), com isso o debate sobre questões sociais e fundiárias tornou-se ainda mais delicado e subversivo. As elites políticas e latifundiárias viam nesse debate um empecilho para o processo de efetivação da modernização da agricultura e refuncionalização da concentração de terra, assim a conjuntura política acentuou consideravelmente o tabu referente à discussão dessas temáticas sócio territoriais.

Na região Nordeste isso se fez mais presente, principalmente considerando as repercussões do avanço das Ligas Camponesas na Zona da Mata nordestina desde a década de 1950. Entre as décadas de 1960 e 1970, a maior parte das mortes de camponeses em conflitos no Brasil ocorreram no Nordeste, tendo como mandatários os latifundiários na intenção de silenciar o levante difundido pelas Ligas (OLIVEIRA, 2001).

Diante desse cenário de conflitos e disparidades sociais, Andrade (1973) refletiu e difundiu a situação agrária como uma das mais urgentes, pois a concentração de terras estruturava a lógica da desigualdade e desmandos sociais. Para mudar esse sistema deveria ser posta em prática uma reforma agrária que respeitasse as diversidades regionais e modificasse as estruturas sociais. Ainda como resultado da Ditadura Militar, por duas décadas, mesmo com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984, a questão da reforma agrária não foi concretizada de forma prática e efetiva em termos de política pública.

A partir disso é possível afirmar que o Estado desempenhou um papel estratégico na manutenção da dinâmica das relações entre os modos de produção e as estruturas sociais. Na década de 1980, por exemplo, o Estado agiu a favor das grandes empresas, distribuindo crédito e permitindo o uso de terras antes não apropriadas (ANDRADE, 1984). Com isso, as áreas rurais passaram por transformações sociais e constantes redefinições espaciais, econômicas e demográficas. O processo de mecanização foi intensificado junto com o investimento do capital financeiro, o crescimento acelerado do agronegócio, mas também das tensões ambientais, territoriais e a especulação de terras agrícolas.

Posteriormente, o período de redemocratização, a nova fase política no Brasil, pode ser definida por diversas tentativas de ajustes fiscais e pela inserção do país na lógica da globalização e do neoliberalismo. No que concerne à legislação trabalhista no campo, houveram avanços em comparação com o período em que o livro “A terra e homem no Nordeste” foi publicado. Assim, o trabalho rural esteve devidamente regulado por normas jurídicas da década de 1970 e no artigo 7º da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988). Antes disso já havia ocorrido um processo de sindicalização rural empreendido no Governo de Getúlio Vargas e no Governo de João Goulart (DEZEMONE, 2015). Porém, só a partir da Constituição Federal de 1988 foi possível uma unificação dos direitos de trabalhadores urbanos e rurais, tanto no que concerne às questões trabalhistas, quanto no que se refere aos temas previdenciários.

Além dessas medidas, foram criadas políticas públicas para combater trabalhos análogos à escravidão, bem como mecanismos de endividamento e o aliciamento. Esses mecanismos de coerção e subjugação, como visto, foram relatados por Andrade (1973) ao caracterizar as relações de trabalho do campesinato nordestino. Mas mesmo assim, ainda são

comuns cenas de trabalhadores rurais sendo resgatados de situações de escravidão no Brasil, demonstrando-se, com isso, que essa problemática está longe de ser superada.

Essas contradições dentro dos avanços do capital no campo brasileiro são características inerentes à lógica neoliberal. A presença do agronegócio se agravou durante o período da Ditadura militar, se dinamizando nos governos neoliberais subsequentes e teve seu apogeu no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em grande medida, a expansão do agronegócio só se viabilizou com o apoio do Estado que criou as condições políticas, jurídicas e de infraestrutura para o crescimento dessa forma de acumulação de capital (CAMPOS; CAMPOS; CASTILHOS, 2017). Diante disso, é possível afirmar conforme Andrade (1984) que:

O processo de produção do espaço é, conseqüentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade em ação do Estado que a representa não se procede de forma linear, mas sofre contestações, contradições que reformulam os princípios e as ações. (ANDRADE, 1984, p. 17).

Essa colocação de Manuel Correia de Andrade ajuda a explicar o processo dialético de avanço e ao mesmo tempo de retrocessos que ocorrem dentro do campo brasileiro. Em complemento, concordando com a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017), é possível observar que houveram sistemas de pensamento que mudaram, ao mesmo modo que também ocorreram continuidades de relações tradicionais.

### **Considerações Finais**

Manuel Correia de Andrade concebeu o Nordeste como uma região marcada por características sociais, naturais, culturais e relações produtivas diversas, apresentando-o a partir de uma leitura histórico-dialética das suas estruturas econômicas, políticas e territoriais. Desse modo, enfrentou um discurso que buscava descrever os fatores fisiológicos locais para identificar as adversidades naturais como causadoras do subdesenvolvimento da região.

Nesse sentido, os estudos produzidos por Manuel Correia serviram então como um mecanismo de denúncia das desigualdades presentes no Nordeste, oriundas da sua formação socioeconômica, territorial e política. Em uma época em que muitas dessas questões eram naturalizadas, seus estudos apresentaram uma renovação para as discussões

geográficas realizadas sobre a espacialidade nordestina, possibilitando novas conclusões sobre essa região e os seus problemas estruturais.

Em específico, no livro “A terra e o homem no Nordeste”, Manuel Correia trouxe à tona, por meio da narrativa histórica e geográfica, a exploração às quais os camponeses nordestinos estavam submetidos. A partir disso, evidenciou-se a construção dialética do espaço rural mediante transformações e demandas de cada período histórico, com as forças políticas buscando atender aos interesses dos grupos dominantes. A organização do campesinato em associações e sindicatos fez frente a esse processo, como foi visto na ação das Ligas Camponesas e em movimentos mais recentes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir da reforma política e democrática do Brasil, na década de 1980 e como resultado da pressão dos movimentos rurais no campo, foram institucionalizados uma série de direitos aos trabalhadores rurais. Contudo, se estabelece em contrapartida a esse processo, a não efetivação da reforma agrária, o que definiu os caminhos que continuam a nortear o desequilíbrio de poderes e as desigualdades advindas da concentração de terras nessa região.

## Referências

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, F. D. Importância das teorias agrárias para a Geografia rural. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, 2009.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, 1977.

ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim - Massangana, 1984.

ANDRADE, M. C. **O caso do Nordeste brasileiro**. Pernambuco: ASA, 1985.

ANDRADE, T. L. C. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, T. L. C. **Entrevista com Thais de Lourdes Correia de Andrade.** Entrevista concedida a Gerlane Gomes da Rocha e Rodrigo Dutra Gomes, em 15 de julho de 2021.

AQUINO, J. R.; ALVES, M.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Rev. Econ.** v. 51, p. 31-54, agosto de 2020.

ARAÚJO, R. de C. B. de; BERNARDES, D.; FERNANDES, E. M. (Org.). **O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade.** Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

BERDOULAY, V. **The Contextual Approach, em Geography, Ideology, and Social Concern.** Organizado por D.R. Stoddart. Traduzido por Márcia Trigueiro. London: Blackwell, 1981.

BRASIL, Constituição (1988). **Capítulo II – Dos Direitos Sociais Art.7.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S.; CASTILHOS, C. C. Estado e agronegócio no Brasil uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio. In: MEDEIROS, R. M. V.; CASTILHOS, C. C. **Dinâmicas do espaço agrário: Velhos e novos territórios.** Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2014.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste açucareiro.** 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Agências de Notícias, Censo Agropecuário, 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.censo-agro-207gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LEITE, J. C. O Homem do Nordeste. **Teoria e debate**, Edição 45, 2000. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do livro, 1980.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ**, ano. 12, n. 21, v. 2, 2010.



## CULTURA UNIVERSITÁRIA E EXPERIÊNCIA DE JUVENTUDE DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP - PRESIDENTE PRUDENTE<sup>1</sup>

João Pedro Turino Silva<sup>2</sup>

*Universidade Estadual Paulista –*

*Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP*

### Resumo

Como citar:

SILVA, J. P. T. Cultura universitária e experiência de juventude de estudantes de geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 129-151. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9079>

**Recebido em:** 2021-12-15

**Devolvido para correções:** 2022-03-04

**Aceito em:** 2022-05-20

**Publicado em:** 2022-09-22

Este artigo tem como foco de análise a cultura universitária construída no curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP), Presidente Prudente, mais particularmente a partir da experiência de jovens estudantes do segundo e terceiro anos do curso, compreendendo quem são esses estudantes, refletindo acerca de trajetórias, origem, cotidiano, projetos, tempo livre e lazer. Este texto é produto de uma pesquisa de iniciação científica que ao relacionar os conceitos de território e lugar, culturas juvenis e experiências de juventude procura se aproximar da identidade/vivência desses estudantes do curso de Geografia do 2º e 3º ano, que tiveram uma experiência concreta recente, devido a pandemia do Covid-19. Articulam-se estratégias quantitativas e qualitativas de produção de informação, tais como a aplicação de questionários, dados da Seção de Graduação da Universidade, realização de entrevistas e grupos focais. Os resultados apontam para um perfil de estudante e uma cultura singular, mas, diversificadas experiências de juventude com fortes traços universitários mesmo em aspectos extraclasse, no cotidiano e tempo livre desses sujeitos.

**Palavras-chave:** Cultura Juvenil Universitária; Estudantes de Geografia; Juventudes; UNESP- Presidente Prudente

<sup>1</sup>Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorridas em 2021, sendo inserido aqui nesta edição especial revisado com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup> Bolsista da CAPES, possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP, é integrante do Grupo de Pesquisa em Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR) e do Laboratório de Estudos Urbanos e do Território (LETUR). Mestrando do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas, com pesquisa acerca da Geografia das Juventudes/Geografia Urbana, amparada pela CAPES, com um projeto intitulado: Direito à (Univer)Cidade? Experiências de Juventude(s) dos estudantes de Geografia da FCT/UNESP e CPTL-UFMS. E-mail: jp\_turino@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3230-744>



## CULTURA UNIVERSITARIA Y EXPERIENCIA JUVENIL DE LOS ESTUDIANTES DE GEOGRAFÍA DE LA FCT/UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE

### Resumen

Este artículo se centra en el análisis de la cultura universitaria construida en el curso de Geografía de la Facultad de Ciencias y Tecnología de la Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP), Presidente Prudente, más particularmente a partir de la experiencia de jóvenes estudiantes de segundo y tercer año de la carrera, comprendiendo quiénes son estos estudiantes, reflexionando sobre sus trayectorias, origen, vida cotidiana, proyectos, tiempo libre y ocio. Este texto es producto de una investigación de iniciación científica que, al relacionar los conceptos de territorio y lugar, culturas juveniles y experiencias juveniles, busca acercarse a la identidad/experiencia de estos estudiantes de 2° y 3° año de Geografía, quienes tuvieron una experiencia concreta reciente, debido a la pandemia de Covid-19. Se articulan estrategias cuantitativas y cualitativas para la producción de información, como la aplicación de cuestionarios, datos de la Sección de Pregrado de la Universidad, entrevistas y grupos focales. Los resultados apuntan a un perfil de estudiante y una cultura única, pero diversificadas experiencias juveniles con fuertes rasgos universitarios incluso en aspectos extracurriculares, en la vida cotidiana y el tiempo libre de estos sujetos.

**Palabras clave:** Cultura Juvenil Universitaria; Estudiantes de geografía; jóvenes; UNESP

## UNIVERSITY CULTURE AND YOUTH EXPERIENCE OF GEOGRAPHY STUDENTS FROM FCT/UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE

### Abstract

This article focuses on the analysis of the university culture built in the Geography course at the Faculty of Sciences and Technology of the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP), Presidente Prudente, more particularly from the experience of young students in the second and third years of the course, understanding who these students are, reflecting on their trajectories, origin, daily life, projects, free time and leisure. This text is the product of a scientific initiation research that, by relating the concepts of territory and place, youth cultures and youth experiences, seeks to approach the identity/experience of these 2nd and 3rd year Geography students, who had a recent concrete experience, due to the Covid-19 pandemic. Quantitative and qualitative strategies for the production of information are articulated, such as the application of questionnaires, data from the University's Undergraduate Section, interviews and focus groups. The results point to a student profile and a unique culture, but diversified youth experiences with strong university traits even in extracurricular aspects, in the daily life and free time of these subjects.

**Keywords:** University Youth Culture; Geography students; Youths; UNESP-Presidente Prudente

## Introdução

Esse texto é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (iniciação científica), cujo resultado também foi apresentado em forma de Monografia para a conclusão do curso de bacharel em Geografia. Inicialmente o objeto de pesquisa era o processo de adaptação dos estudantes do 1º e 2º ano do curso de Geografia. A pandemia exigiu que o foco fosse para o 2º e 3º ano de curso, pois os calouros de 2020 não tiveram vivência universitária significativa. Frente a esses desafios, as turmas que tiveram sua experiência de juventude integrada à universidade e à sua cultura constituíram o objetivo do estudo. A singularidade da Geografia perante os outros cursos e sua pluralidade interna instigaram a buscar informações quantitativas e qualitativas das pessoas que compõem a graduação, em especial, o segundo e o terceiro ano, que se apresentam como anos de transição, além de ser perceptível os maiores números de evasão.

O registro de atividades e identidades criadas também motivaram a busca de conhecimento mais aprofundado, desconsiderando meras especulações, que explicavam os estereótipos, dilemas e tradições do curso – ainda que estas possam ser entendidas como imagens que circulam e fazem apelos aos estudantes ingressantes. Vale também pontuar que o curso de Geografia tem certa tradição na FCT/UNESP, no bairro que circunda a universidade e na própria cidade, já formando estudantes há mais de 60 anos. Com o recorte temático no campo da Geografia das Juventudes, escolheu-se trabalhar especificamente a questão da cultura universitária dos estudantes do segundo e terceiro ano de Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP Campus de Presidente Prudente, um universo de pesquisa constituído por cerca de 110 pessoas, divididas em duas turmas, 69 pessoas no 2º ano e 41 pessoas no 3º ano.

Além disso, este mesmo universo é internamente diversificado, visto que os estudantes se diferenciam em inúmeros pontos, desde suas cidades de origem, passando pelos locais atuais de residência, formas de relacionamento com o curso e com a vida universitária em geral, aos estilos musicais e locais de convivência, bem como a questões ligadas ao gênero, renda e cor da pele.

Essa pesquisa teve como objetivos específicos os seguintes: (a) Conhecer o perfil dos/as estudantes do segundo e terceiro ano de Geografia, seus percursos até o curso da

FCT/UNESP, bem como suas experiências prévias de juventude; (b) Identificar os espaços e práticas de interação social, os percursos e rotinas dos estudantes, para conhecer suas formas de socialização e os tempos, espaços e práticas de sociabilidade informais, feitos de estudantes para estudantes; e (c) Conhecer os processos de socialização nos espaços mais institucionais extraclasse e como nestes contextos de interação participam da constituição da cultura universitária e da instituição da identidade dos estudantes ingressantes com o curso.

Neste artigo, elucidam-se alguns desses pontos, mas de forma mais central discorre-se um pouco sobre o perfil dos estudantes investigados, os sujeitos que compõem a graduação em Geografia, principalmente no 2º e 3º ano de curso. Para chegar a isso, realiza-se uma breve discussão, que contextualiza o curso de Geografia da FCT/UNESP (que se confunde em alguns momentos com a história do próprio campus) histórica e espacialmente; apresenta-se a metodologia e os instrumentos metodológicos utilizados para a geração de informação, discussão acerca de conceitos geográficos que colaboram para a compreensão da espacialidade/sociabilidade desses estudantes, busca-se nos estudos sobre juventude(s) alguns outros conceitos que são chave na compreensão dessa “identidade geográfica” dos graduandos em questão (culturas juvenis, juventudes); apresentam-se, em seguida, informações obtidas na pesquisa que nos revelam o perfil (ora qualitativo, ora quantitativo) dos estudantes pesquisados e, por fim, com algumas considerações.

### **Desenvolvimento e Contextualização**

Antes do texto procurar responder quem são os estudantes de Geografia do 2º e 3º ano da FCT/UNESP, vale a pena resgatar o texto de Oliveira (2012), que expõe a trajetória do curso de Geografia no Brasil. Segundo a autora, em 1926 é criada a escola superior de Geografia. Nas décadas seguintes, um movimento chamado “escolanovismo”, liderado por Anísio Teixeira, impactou o pensamento geográfico, esse movimento buscava uma escola nova, que pudesse integrar/pensar um projeto de identidade nacional e a construção de uma nação em si, ainda pouco integrada, passava por um momento político que almejava um estado-nação forte. A escola da Universidade de São Paulo (USP) com forte influência francesa, vai trazer as ideias de Vidal de La Blache para a formação dos professores de Geografia ali graduados; e seguindo fiéis a Geografia francesa, a relação homem-natureza é

tomada com o objeto de investigação da Geografia brasileira, tendo como foco os estudos regionais.

A partir dos anos de 1950, as tecnologias de mapeamento e orientação espacial se mostraram importantes na política, na economia e no campo militar, impactando também o pensamento geográfico, que ficou mais técnico, internacionalmente. Ainda na década de 1950 se assiste a movimentações importantes pelo país, reivindicando o direito ao ensino superior, esse movimento vai perdurar mesmo na ditadura militar (SAVIANI, 2010) sendo protagonizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). A FCT/UNESP é criada no contexto de ditadura militar, em 1968, mas o curso de Geografia surgiu antes, como nos coloca Künzli (2019, p.3), sendo fruto da luta e persistência de militantes pela educação:

O Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP nasceu após a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior, no ano de 1957. Enquanto algumas Faculdades tiveram seu início em 1957 ou 1958, em Presidente Prudente a Faculdade só começou a funcionar em maio de 1959, após um grande movimento político/popular que culminou com a chamada “Noite da Faculdade”, uma grande manifestação na praça 9 de Julho reunindo estudantes, políticos, inclusive o Deputado Estadual Márcio Porto, autor da lei de criação, bem como a população que clamava pela faculdade em Presidente Prudente. Assim, em abril de 1959 a sua instalação foi autorizada. O vestibular se deu nos últimos dias de abril deste ano e em 03 de maio foram proferidas as aulas inaugurais dos dois cursos então criados: Geografia, pelo Professor diretor Doutor Joaquim Alfredo da Fonseca e pela Pedagogia, o Professor Padre Valdemar Valle Martins. As primeiras aulas foram ministradas no então Colégio Técnico Joaquim Murtinho, hoje Objetivo. Logo a faculdade foi transferida para a Escola de Primeiro Grau “Professora Góes Brandão” criada, mas não instalada e já de início pequena para comportar uma Faculdade.

Ainda segundo Künzli (2019), a faculdade se mudou mais uma vez antes de se alocar onde está até hoje, em 1960 os cursos foram lecionados no Colégio “Tannel Abbud” onde havia mais espaço e mais salas, possibilitando a criação de um curso de História. Apenas em 1968 a faculdade foi instalada na área do atual campus, onde haveria espaço para que se ampliasse os edifícios e instalações. Vale lembrar que na década de 1960 nasceu a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), importante associação no posicionamento contra a ditadura civil militar (OLIVEIRA, 2012). Em 1988 o curso de Geografia tem a primeira turma de pós-graduação, e hoje se encontra com 22 docentes, oferecendo o maior quadro de grupos de pesquisa da FCT/UNESP.

Passando por tantos períodos diferentes, o curso de Geografia da FCT/UNESP vai carregar marcas, tradições e cicatrizes dos diferentes momentos. Uma delas é a questão da luta, a militância política, importante prática para o surgimento da universidade e do curso de Geografia em si. Nas entrevistas realizadas e nos grupos focais o tema da política e da preocupação dos estudantes de Geografia com a luta do movimento estudantil são parte da cultura universitária do curso, fazendo parte da experiência de juventude dos graduandos em Geografia da FCT/UNESP.

Outra marca que já podemos identificar desde seu surgimento é a estrutura do próprio campus. Buffa e Pinto (2016), vão colocar que durante a ditadura militar houve a construção de inúmeros campus universitários que seguiram o modelo de campus das universidades norte americanas, com grandes áreas verdes, distante da cidade e separando espacialmente as áreas do conhecimento (blocos e departamentos diferentes para cada curso); a distância da cidade e a presença das áreas verdes seria um apelo a (suposta) distância necessária do observador/pesquisador para com a cidade em si. Apesar de sua instalação inicial afastada da cidade, hoje a universidade integra a malha urbana de Presidente Prudente. Na Figura 1 nota-se as dimensões do campus da FCT/UNESP e sua localização, evidenciando a presença do campus já dentro da malha urbana.

**Figura 1.** Localização da Unesp – P. Prudente.



**Fonte:** Google Satélite (imagem de satélite-22°1' Sul,51°4' Oeste), 2021. **Elaboração:** o autor.

Os dois círculos vermelhos indicam as duas grandes partes do campus, que tem sua área Norte (círculo de cima, enquanto o segundo círculo, mais abaixo, representando a área Sul do campus. O bairro do Jardim Das Rosas (o qual o campus está inserido) e seus arredores resguardam um circuito de encontros e sociabilidade entre os estudantes pesquisados, que disseram passar seus respectivos tempos livre e momentos de lazer, ora dentro do campus, ora em repúblicas, bares e outros como veremos adiante.

Na Figura 2, vemos melhor a estrutura interna do campus que separado em 3 grandes áreas, nos mostra o bloco de salas de aula de Geografia situado na área Sul, contendo na sua entrada uma praça (em amarelo). Essa praça, conhecida como a “Praça da Geografia”, é um importante ponto de encontro e sociabilidade, durante os intervalos, ou antes e depois das aulas. Outros espaços que também foram bastante colocados e se revelaram importantes espaços de formação da cultura universitária foram o Restaurante Universitário (R.U), assim como a cantina, ambos também na área Sul e próximos ao bloco da Geografia. Na área central, há a biblioteca e uma praça à sua frente, ambos espaços pertinentes na sociabilidade dos estudantes do curso de Geografia.

Figura 2. Localização da Unesp-P. Prudente - Campus, 2020.



Fonte: Site Oficial da FCT/UNESP-Presidente Prudente, 2021.

Diante dessa breve contextualização do curso de Geografia no Brasil e da situação universitária no país, o recorte temático aqui contemplado não pode servir de base para analisar a cultura universitária da juventude brasileira como um todo, muito menos um perfil geral dos estudantes de ensino superior.

### **Lugar e Território**

Ao longo da pesquisa houve a necessidade de encontrar conceitos geográficos que pudessem colaborar com o que foi identificado no espaço universitário, e percebeu-se um espaço não só palco das práticas espaciais dos estudantes de Geografia, mas também, um espaço parte da experiência de juventude e da cultura universitária identificada no curso de Geografia. Dessa forma, os conceitos geográficos que se somariam à nossa discussão seriam lugar e território, ambos exprimem, nas definições encontradas, ideias pertinentes para se pensar as culturas juvenis e a experiência de juventude nas cidades. E com a preocupação de “espacializar” a discussão, vale a pena apreender o objeto investigado, a partir da espacialidade (e sociabilidade) desses sujeitos.

Massey (1991) traz um conceito de lugar interessante, aquele onde há a interação, a troca, a reunião. Para a autora “trata-se na verdade, de um lugar de *encontro*” (1991, p. 184); um encontro de múltiplas trajetórias em processo, que se iniciaram em outros contextos e escalas, mas que vão se encontrar no aqui/agora do lugar. Ora, não se trata disso? Estudantes das mais variadas trajetórias e origens, se encontram em uma universidade, em um curso, em uma cultura.

Compreende-se a universidade como esse lugar, que está em processo de transformação, que se faz diferente a cada momento, é dinâmico, (des)construído pelos inúmeros encontros entre os estudantes que fazem do espaço universitário parte de quem são, que o tornam lugar. Esse encontro é na maioria das vezes um encontro de trajetórias muitíssimo diferentes, origens diversas que no espaço universitário trazem suas experiências, recordando Turra Neto (2015), tão plurais e aleatórias. Trajetórias de vida que se ligam às trajetórias institucionais e mesmo à trajetória da Geografia brasileira, feita em alguma medida na graduação e na pós-graduação da FCT/UNESP. Tudo isto se encontra no aqui/agora do lugar e o constitui na sua complexidade; a universidade em uma perspectiva de lugar proposto por Massey (1991), se mistura com o que não é institucional, com os seus arredores, com o

cotidiano da cidade como um todo, cujo movimento a (des)afeta e a constitui (essa perspectiva do espaço universitário, é chave para entendermos mais adiante a questão da cultura universitária identificada no curso de Geografia).

Todavia, a universidade também é território. Turra Neto (2000) em busca de elaborar um conceito que lhe permitisse abordar as culturas juvenis urbanas, afirma que os territórios são uma construção social sobre determinado espaço que envolve uma apropriação simbólica e concreta. Definição próxima a de Haesbaert (2004, p. 23) para quem o território também guarda essa dualidade.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados.

Logo, ainda nos baseando em Haesbaert (2004), entendemos o território funcional enquanto processo de dominação, quando há o princípio da exclusividade (unifuncional) e o território como recurso e valor de troca; o território se faz simbólico quando há o processo de apropriação, o princípio da múltipla territorialidade/identidade e a existência do território como símbolo (abrigo e lar).

A universidade é, sem dúvida, um território de exercício do poder institucional, das regras e normas que regem a vida universitária e estabelecem como tudo deve ser e funcionar. Mas é também um espaço apropriado pelos estudantes, no fluir da sua experiência enquanto jovens universitários, para muitos, o centro de sua vida social e da sua experiência juvenil. É assim, que neste encontro há sempre conflitos, entre uma concepção de espaço universitário e uma vivência de espaço universitário, uma perspectiva “adulta” e outra “juvenil” que negociam permanentemente, fazendo do campus um território contestado. Os jovens universitários ressignificam os espaços dos grupos de pesquisa, da biblioteca, das praças, ao espaço do diretório acadêmico.

Por outro lado, e pensando que a cultura universitária não se limita à universidade ou ao espaço físico do campus, mas extrapola para a cidade, o território enquanto símbolo (assim como a ideia de lugar acima tratada) traz contribuições ao nosso debate acerca dos jovens estudantes universitários, o pertencimento presente nos discursos de quem faz parte de uma república, os espaços de sociabilidade no bar, nos parques, e mesmo no shopping,

indicam que a territorialidade da cultura universitária é mais difusa, embora que quando levado em conta os ambientes mais frequentados pelos estudantes que têm sua origem fora de Presidente Prudente se revela circunscrita a certo quadrante da cidade, enquanto os que sempre moraram aqui apresentam outros circuitos. De todo modo, também aí ocorrem disputas e ressignificações de espaços.

Desta maneira, avança-se na compreensão do perfil dos sujeitos investigados que (re)territorializam o espaço institucional, os arredores do campus e outros espaços; enquanto os sujeitos se (re)encontram, dividem experiências e cruzam trajetórias. Nessas práticas, vão se revelando sujeitos que compartilham de espaços, caminhos, lazer e tempo livre; reforçando a ideia de cultura juvenil, como veremos mais adiante.

### Metodologia

A pesquisa, como todas as outras, iniciou-se com um levantamento bibliográfico, levando em consideração as contribuições de Silva, Silva e Junckes (2009) que defendem que a priori precisa ser desenhado o problema de pesquisa em questão, problema esse que ao longo de várias reuniões entre eu e o orientador da pesquisa foram se formulando melhor, como mencionado na introdução, tínhamos a curiosidade acerca dos estudantes de Geografia dos anos de adaptação (1º e 2º ano), como se daria a adaptação, integração e imersão desses sujeitos na cultura universitária em questão, porém no ano de 2020, com a pandemia do COVID-19, a universidade se viu em uma situação singular, assim como, os estudantes, a experiência de universidade dos calouros daquele ano foi mínima, via ensino remoto, limitada às telas do computador e do celular nas aulas pelo *Google Meet*.

Priorizou-se o 2º e 3º ano, que ingressaram na universidade respectivamente nos anos de 2019 e 2018. A questão da adaptação, sociabilidade e integração fizeram parte do problema de pesquisa, mas enaltecendo as experiências de juventude e a cultura (juvenil) universitária. A partir disso, realizou-se levantamento bibliográfico preocupado com essas questões, e como orienta Silva, Silva e Junckes (2009) com vigilância e cautela, escolheu-se de forma conjunta com o orientador, os textos mais pertinentes à investigação, organizando-nos por tema.

Nos primeiros meses da pesquisa, buscou-se o levantamento de dados junto aos setores acadêmicos da FCT/UNESP, visando conhecer o perfil dos estudantes do 2º e 3º

ano do curso de Geografia, como forma de se ter um panorama, traços que conduzissem a pesquisa à uma primeira compreensão do tipo de público atendido pela pesquisa, solicitou-se os dados de: escola em que estudaram, cor de pele, cidades de origem, justificativas de desistência (para entender um pouco dos motivos da evasão do curso, o que é uma preocupação do Conselho de Geografia) e número de cotistas e não cotistas à seção de graduação da FCT/UNESP.

Depois do levantamento relatado, efetuou-se a organização de dados, gerando gráficos, tabelas e um mapa, ilustrando melhor o perfil dos estudantes. Doravante, realizou-se a aplicação de questionário aos estudantes dos anos investigados. O questionário foi enviado ao e-mail institucional da universidade, mas, também, em grupos de *WhatsApp*. Baseado em Chagas (2000), o questionário buscou ser claro, trazendo em seu enunciado a justificativa da pesquisa e suas intenções, além da preservação de identidade e outros elementos, o questionário foi aplicado mediante o uso da plataforma *Google Forms*, facilitando a organização dos dados (e cruzamento dos mesmos com os dados da seção de graduação), sendo gerados alguns gráficos e tabelas de forma automática. Tivemos ao todo 44 respostas, o que representa 40% dos estudantes que estão ainda matriculados nos anos considerados. Para o questionário, não apresentou-se distinção entre estudantes do 2º. ou 3º. ano, de modo que as informações serão sempre tratadas nos conjuntos.

Posteriormente realizou-se dois grupos focais, Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002) colocam que os grupos focais são grupos de discussão informal de tamanho reduzido, com o objetivo de obter informações qualitativas sobre o tema pesquisado. Seu objetivo é produzir uma fala em debate, nas contradições e concordâncias entre os envolvidos. O roteiro do grupo focal deve trazer um número bastante reduzido de perguntas que estimulem o debate, porque o objetivo não é que os membros do grupo respondam perguntas ao mediador, mas que debatam entre si a partir de questões que são gerais e comuns.

E assim foi feito, um roteiro que contemplasse poucas questões, mas provocativas e que instigasse o debate; esse instrumento metodológico exige um maior número de pessoas, sendo necessário promover o encontro de 5/6 pessoas no mesmo horário e em uma mesma sala do *Google Meeting* com disposição para debater e expor suas posições. Com o apoio de colegas do grupo de discussão de textos sobre juventude(s), intitulado Geojuves, os

estudantes foram convidados a participarem do grupo focal. Organizou-se um grupo por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp* e as datas e horários foram acordadas.

Devido a pandemia do Covid-19, adaptou-se o procedimento metodológico para a realização de forma virtual, usando da ferramenta *Google Meeting*, realizou-se os dois grupos focais, o primeiro com 6 pessoas, sendo 3 pessoas do 2º ano do curso, e 3 pessoas do 3º ano; enquanto que no segundo grupo focal houve a ausência de uma estudante, ocasionando em um grupo focal com 5 pessoas, 2 do 2º ano e 3 do 3º ano. Vale reforçar aqui a distinção entre a entrevista e o grupo focal, a entrevista apresenta questões singulares e personalizadas, enquanto o grupo focal amplia as ideias, contradições, (des)acordos e opiniões, de estudantes jovens que (com)partilham de muitas experiências e da própria vivência universitária.

Os participantes não possuíam vínculo ou proximidade com o pesquisador ou seus pares, pois primou-se pela diversidade presente nos vários grupos, sujeitos com diferentes sexualidades, trajetórias e etc. A transcrição desses grupos focais foi baseada em Gatti (2005), com a cautela necessária de se identificar temas bem debatidos, outros que quase não geram troca de ideias, enquanto o silêncio pode ser interpretado como uma resposta a determinadas questões.

Por fim, o último instrumento metodológico foram as entrevistas, realizadas segundo os pontos elucidados por Colognese e Mélo (1998), que reforçam a ideia de que o entrevistador não é neutro, e sua presença já afeta as respostas do sujeito, a necessidade de se construir perguntas amistosas, e ter uma postura o menos hostil/amedrontadora possível. As entrevistas eram semiestruturadas, com um roteiro que guiava (sem ser limitante e rígido) a “conversa desinteressada”.

As entrevistas foram também realizadas de forma *online*, pela plataforma do *Google Meeting*, o contato com os estudantes se fez por indicações, assim como o grupo focal, na própria entrevista, ora por disposição, ora a pedido meu, o(a)s entrevistado(a)s indicavam outro(a)s estudantes que estariam dispostos a participar de uma entrevista comigo; assim fiz a transcrição das 4 entrevistas realizadas, 2 estudantes do 2º ano e 2 estudantes do 3º ano.

A partir dessas metodologias, avançou-se na compreensão do objeto de pesquisa investigado, tendo um arcabouço teórico e informacional; a investigação conseguiu fazer conversar as informações e os dados, complementando um ao outro e encaminhando algumas pistas acerca do perfil dos estudantes do curso de Geografia, suas respectivas

experiências de juventude e sua relação tanto com o curso institucional, quanto com a cultura universitária identificada nesta pesquisa.

### **Cultura Juvenil Universitária**

Sem esquecer do objetivo deste texto, urge compreender a cultura universitária em questão para apreender quem são os estudantes do 2º e 3º ano de Geografia da FCT/UNESP. Não em uma perspectiva apenas quantitativa, mas com informações acerca da vida, espacialidade, experiência de juventude, cotidiano e cultura desses graduandos. Assim, inspirado em Pais (1993), Feixa (1999), Dayrell (2001), Turra Neto (2012) e outros, uso das lentes dos estudos de juventudes, tanto no campo da Sociologia, quanto da Geografia (sempre com a preocupação de espacializar a discussão) para debater acerca de questões das juventudes vividas por esses estudantes e a cultura universitária do curso de Geografia. Antes de qualquer coisa, convém dizer que as culturas universitárias são a priori culturas juvenis.

A partir da ideia de Pais (1993), podemos entender a juventude como uma fase da vida que é construída socialmente, e na socialização de grupos juvenis, que compartilham de uma cultura, de práticas próprias, e o mais importante, “fazem nada juntos” (remetendo ao ócio desses jovens) se revelam as “culturas juvenis”, estas culturas se encontram em tempos e espaços distantes dos adultos, que representam alguma autoridade. O termo tem origem na sociologia das juventudes, mas é pertinente a nossa discussão, a escolha do termo “culturas” é explicado por Menegon (2016, p.46):

[...] a Sociologia da Juventude opta pelo termo Culturas Juvenis, pois, além da amplitude de significados que pode lhe ser atribuída, o termo no plural é ainda mais pertinente. Não há limites quando se estuda culturas, há um campo infinito prestes a ser desvelado, seja ele na área da Sociologia da Juventude ou em qualquer outra.

Aproximando-se de Pais (1993), o autor nos apresenta a possibilidade de amplitude que o termo “cultura” nos traz, e quando aplicamos na espacialidade investigada por nós geógrafos, a construção teórica fica ainda mais rica, percebemos sujeitos que interiorizam e exteriorizam relações e vivências entre os seus pares, compartilhando símbolos e valores.

Desenvolvendo a ideia de cultura juvenil enquanto um processo, Dayrell (2001) vai afirmar que esta seria construída por condições concretas da realidade de cada jovem, mas com um e maior enfoque para a sua origem social, essa origem há de limitar ou facilitar o

acesso a diferentes espaços e tempos, assim como se relacionam com os projetos, as esperanças e anseios desses jovens.

Ainda acerca das culturas juvenis, Feixa (1999, p. 84), um importante sociólogo das juventudes, afirma que:

Em um sentido amplo, as culturas juvenis se referem à maneira em que as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção e estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente, no tempo livre, ou em espaços intersticiais da vida institucional (tradução própria).

A partir dessa exposição, a importância de se investigar os estudantes de Geografia, que dentro de uma cultura juvenil inserida em um contexto universitário, logo uma cultura universitária, se expressa não somente nas salas de aula, mas, nos tempos livre, de lazer os quais os estudantes do 2º e 3º anos revelam processos de socialização de jovens entre jovens.

Além disso, para Pais (1993) as culturas juvenis possuem uma dimensão espacial, cheias de significados, (re)apropriam-se de determinados espaços; dessa forma, reforça-se a pertinência dessas culturas à Geografia, como insiste Turra Neto (2012), a sociabilidade só existe no espaço (assim como as culturas juvenis). Assim, há uma verdadeira ressignificação dos espaços e esta prática se revelou nítida também na FCT, pelo identificado em minha pesquisa.

A partir desse entendimento da cultura juvenil, identificamos a cultura universitária como sendo uma cultura juvenil, como já comentado, em um espaço e tempo universitário. Ou seja, é possível identificar na universidade a constituição de uma experiência de juventude bastante particular, que a diferencia de outros contextos.

Baseado em Turra Neto (2015) compreende-se a juventude como experiência, e é sempre uma experiência que se relaciona com outros sujeitos e espacialidades; no caso estudado revelou-se uma experiência de juventude muito próxima às definições de cultura juvenil acima colocadas. O termo faz sempre referência a sociabilidade dos jovens em espaços onde os mesmos estão com certa distância de uma autoridade(adulta), no tempo livre e/ou lazer comum; Pais(1993) cria essa ideia para responder como se dá essa cultura, e ele deixa claro que é no ócio e lazer onde se produz esse tipo de cultura.

Contudo, ao longo da pesquisa identificou-se que a cultura universitária(uma cultura juvenil produzida no contexto universitário) dos estudantes de Geografia tem uma

particularidade, pois para além do tempo livre e lazer, havia não só o compartilhamento de experiências e vivências entre os estudantes, mas também das responsabilidades enquanto alunos, pesquisadores ou mesmo residentes de repúblicas e/ou na moradia estudantil, distantes dos pais, que antes assumiam as responsabilidades de uma casa, agora essas responsabilidades são assumidas pelos próprios estudantes do curso de Geografia.

Severo (2015), ao investigar estudantes do ensino médio, afirma que há uma tensão e dialética vivida pelo mesmo sujeitos, na sua dupla identidade de aluno e jovem. Enquanto aluno, o sujeito muitas vezes precisa deixar de ser o que é, para ficar quieto, obediente e em posição de submissão na sala de aula. Enquanto jovem, é no recreio que se pode ser menos robotizado e mais humano, pode conversar, mexer no celular e praticar outras atividades com seus pares, expressando uma interiorização/exteriorização de identidades, símbolos e valores. Nesse sentido, encontrou-se semelhanças entre o que se entende por cultura universitária e a cultura escolar identificada por Severo (2015), pois ambas trazem **esta** tensão vivida pelos sujeitos, a de estudantes e a de jovem.

Dessa forma, não só identifica-se uma cultura juvenil (leia-se universitária) no curso de Geografia, mas a cultura juvenil universitária (termo o pesquisador e o orientador acharam apropriado para se classificar a situação dos estudantes de Geografia), é uma cultura juvenil mas que abarca mais que apenas o lazer e tempo livre compartilhados, essa cultura juvenil universitária, como já dito, é uma cultura que traz em si as responsabilidades, os desafios e compromissos que se exige de um universitário, estudante.

Ao longo das entrevistas, questionários e grupos focais, percebeu-se que além de uma cultura do “fazer nada juntos”, os estudantes relatavam situações de “estudar juntos”, “participar de atos políticos juntos” e “fazer compras no mercado juntos”; ou seja, situações onde se envolvem práticas de responsabilidade, maturidade, obrigações com a faculdade entre outros. Não cabe aqui aprofundar essa ideia, mas vale ressaltar essa minha interpretação da cultura identificada, pois é a partir dela que podemos compreender um pouco sobre quem são esses estudantes de Geografia; a cultura em questão se revelou ser extremamente politizada, como vemos no excerto, de uma das entrevistas realizadas, a seguir:

“...a militância da Geografia é muito forte, não do curso, mas das pessoas que frequentam esse curso, mais voltado, tipo, pra uma consciência mesmo; acho que essa é a parte que mais me marca na diferença entre os outros cursos.” (Aluna do 2º ano, branca, entrevista).

Turra Neto (2015) deixou claro que as juventudes e as culturas juvenis são em si políticas, assim também são os estudantes de Geografia, que chegam a falar que se a Geografia não está presente nos movimentos, chega a ser um choque, como foi consenso no primeiro grupo focal.

*“...a Geografia representando principalmente no movimento estudantil, atos de paralisação, tipo chega a ser um choque se a Geografia não estiver presente.” (Grupo Focal 1).*

Já no segundo grupo focal realizado, houve apontamentos da questão política dos estudantes do curso de Geografia, mas o termo “cultura academicista” apareceu e gerou engajamento por parte da maioria dos integrantes da discussão, o termo fazia referência a certa “pressão” para se fazer pesquisa ou seguir carreira acadêmica no curso; isso se deu de forma crítica ao próprio curso em si. Como podemos verificar nesse trecho transcrito do 2º grupo focal:

*“...se é muito academicista principalmente na questão de colocar mais mestrado e doutorado, aí a galera sai da licenciatura entra numa sala de aula achando que tá dando aula em universidades e tá fora da universidade, o que me chocou muito na Geografia foi essa questão de não enxergarem o que tem fora da Universidade. São poucas pessoas que se preocupam com o que tem fora da universidade e é só isso.” (Grupo Focal 2).*

Apesar de algumas reclamações pontuais de estudantes para com os professores, principalmente durante o ensino remoto realizado durante a pandemia, a maioria dos estudantes exaltou a relação que tinham com os professores, sendo um fator que diferencia o curso de Geografia dos outros cursos, que segundo os mesmos, é mais rígida do que a que se vê no curso de Geografia; vários relatos de cumplicidade, abertura e boa recepção nos grupos de pesquisa e orientação foram elucidados. A relação entre os estudantes e professores parece ser bem amistosa no curso. Para Bueno (1993), a boa relação entre docentes e estudantes é fundamental na adaptação dos estudantes à vida universitária.

O primeiro grupo focal fez poucas críticas aos professores, apenas pontualmente, em assuntos como saúde mental e ensino remoto, enquanto que nas entrevistas tivemos diversas opiniões, elogios, críticas e mágoas. Em uma das entrevistas, a estudante iniciou a conversa criticando a metodologia de ensino de uma professora, ao passo que elogiou muito outra professora, como abaixo demonstrado.

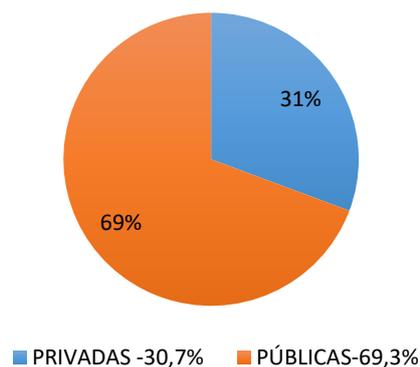
*“...a N\* que maravilhosa como orientadora, ela dá todo o suporte necessário te ajuda de diversas maneiras, assim a N\* é uma mãezona, também eu tive muita sorte de fazer projeto de pesquisa com ela e enfim, estou tentando aproveitar bem né, até esse EAD chegar e a pandemia destruir tudo...” (Aluna do 2º ano, branca, entrevista).*

Podemos perceber que apesar de tudo, a boa relação entre os estudantes e professores no curso de Geografia diferencia e constitui também sua cultura. Dessa forma começam a aparecer pistas de quem são esses estudantes; são sujeitos críticos ao próprio curso, mas que ressaltam a relação amistosa com os professores, são envolvidos com questões políticas, e que compartilham não só o ócio e o tempo livre com seus pares, mas obrigações e responsabilidades.

### O perfil dos estudantes de Geografia da FCT/UNESP

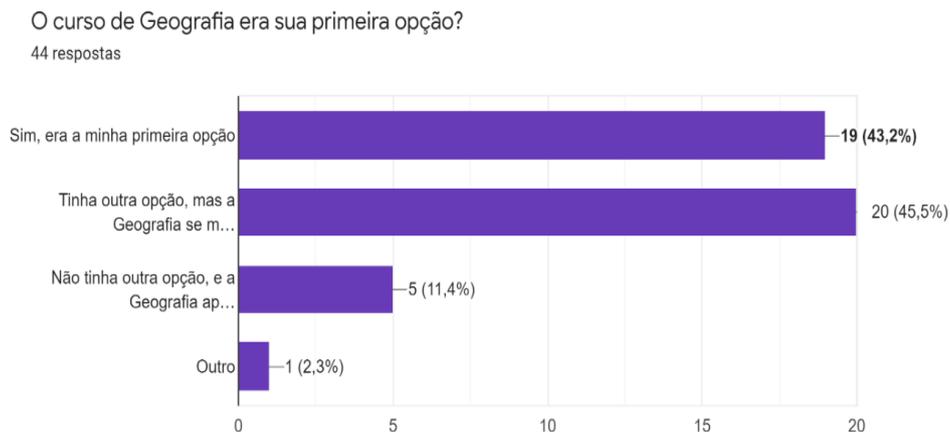
A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, já podemos traçar o perfil mais comum dos estudantes de Geografia, identificados nesses dois anos. São em sua maioria pessoas brancas, oriundas de escolas públicas, que tinham em seus planos outras opções de curso, mas que, por inúmeras razões, encontraram no curso de Geografia uma das opções em potencial (mais viável), isso também se notou em todas as entrevistas realizadas, quando perguntado acerca da trajetória desses estudantes. Podemos confirmar essas informações nas Figuras 3 e 4, gerados através do questionário aplicado e com os dados da seção de graduação.

**Figura 3.** Origem escolar dos estudantes do 2º e 3º ano de Geografia da FCT/UNESP.



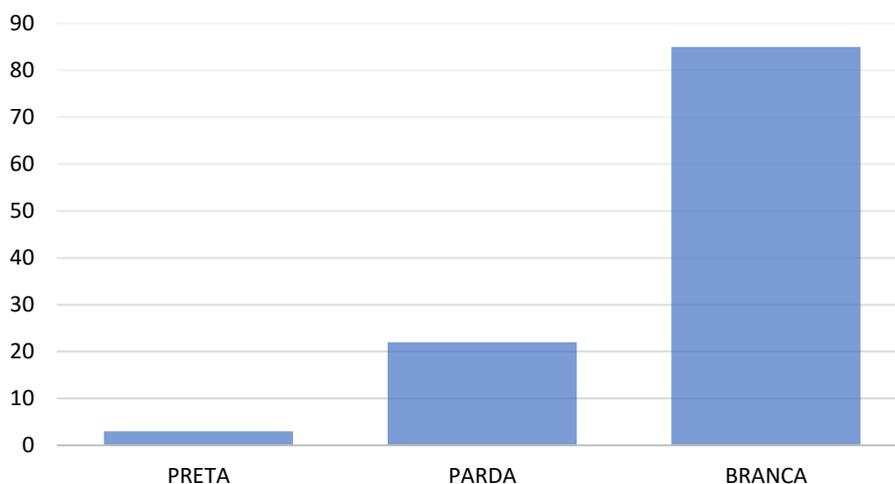
**Fonte:** Questionário aplicado aos estudantes do 2º. e 3º. ano do curso de Geografia da FCT/UNESP, 2020.

**Figura 4.** O curso de Geografia como primeira opção (ou não).



**Fonte:** Questionário aplicado aos estudantes do 2º. e 3º. anos do curso de Geografia da FCT/UNESP, 2020.

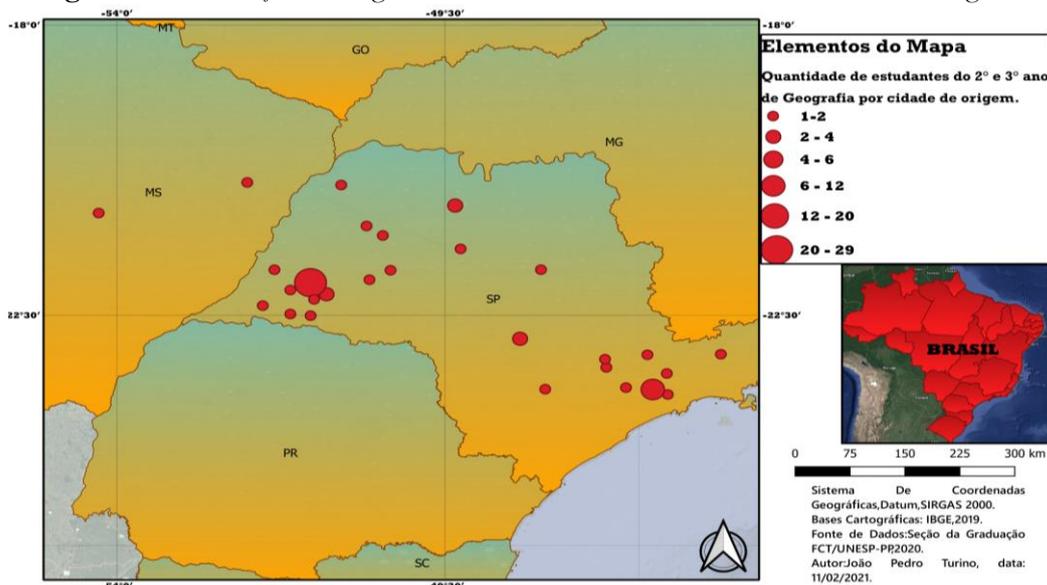
**Figura 5.** Autodeclaração de cor dos estudantes do 2º e 3º ano do curso de Geografia.



**Fonte:** Seção da Graduação, 2020.

A relação com o curso desses estudantes é em geral satisfatória, a maioria passa boa parte do seu dia na FCT/UNESP (para além das aulas), mora em Presidente Prudente, são em sua maioria (quase totalidade) paulistas, sobretudo, da Região Administrativa de Presidente Prudente, ou da Grande São Paulo, ou alguma outra cidade do interior paulista, como podemos ver na Figura 6.

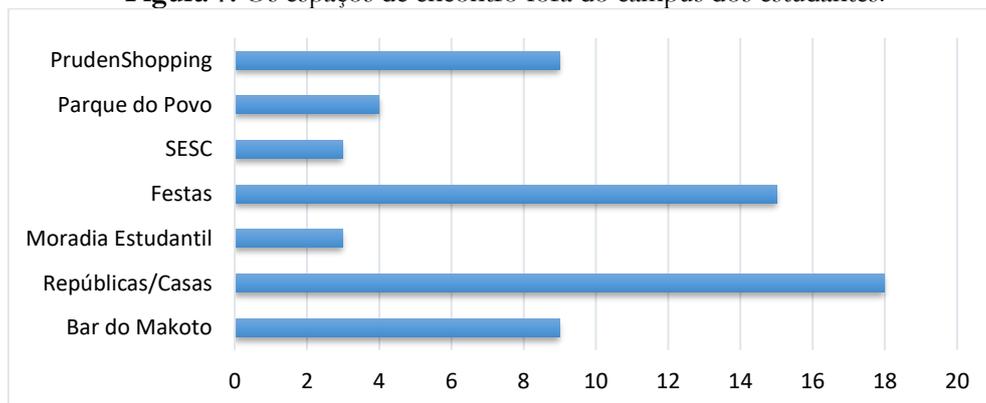
**Figura 6.** Distribuição da origem dos estudantes do 2º e 3º ano do curso de Geografia.



Fonte: Pesquisa de campo. **Elaboração:** autor (2020).

Pude também perceber certos espaços dentro e fora da universidade em que se promove a sociabilidade construtora da cultura desses sujeitos, o *Prudenshopping* (shopping center próximo a universidade), o bar, praças, as repúblicas, as festas e o Parque do Povo (um parque da cidade próximo a universidade), fazem também parte do circuito das interações entre os estudantes do curso, revelando que esse circuito se mantém próximo/dentro da universidade (com algumas exceções, sobretudo, para os estudantes naturais de Presidente Prudente), como se evidencia nas figuras 7 e 8.

**Figura 7.** Os espaços de encontro fora do campus dos estudantes.



Fonte: Questionário aplicado aos estudantes do 2º. e 3º. anos do curso de Geografia da FCT/UNESP, 2020.

**Figura 8.** Os espaços de encontro dentro do campus dos estudantes.



**Fonte:** Questionário aplicado aos estudantes do 2º. e 3º. anos do curso de Geografia da FCT/UNESP, 2020.

O questionário, a seção de graduação, as entrevistas e os grupos focais nos informaram outros aspectos, mas que em um artigo com poucas páginas não é possível de se apresentar de forma completa, mas as informações aqui já conseguem sustentar um perfil de estudante.

### Considerações Finais

Como colocado por Almeida (2004), as juventudes continuam integrando e movimentando as estruturas “adultas” tão institucionalizadas e profissionais. A cultura se faz como resistência integradora e, diante da desesperança imposta pelo neoliberalismo, há a ressignificação do hoje, através das festas, “rolês” e encontros. Em um mundo de crescentes incertezas, a universidade não é mais garantia do amanhã, deve ser também “lugar do hoje”.

Podemos (in)concluir, que na nossa concepção, há uma cultura universitária no curso de Geografia. Mas, diante dos resultados obtidos ao longo da investigação, percebemos vários dos elementos que constituem uma cultura juvenil, presentes no curso de Geografia, como um circuito de “rolês”, incertezas e questões perante o futuro em comum, a resistência que a cultura e práticas dos estudantes apresenta frente à autoridade que se transmuta em autoritarismo e outros inúmeros elementos, como os eventos tradicionais, os locais de encontro e sociabilidade, as pautas de luta e interesses, e aquilo que mais fortalece a cultura

juvenil, segundo Pais (1993), o cotidiano e o tempo livre compartilhados entre os estudantes em sua grande maioria jovens.

É importante também pontuar, que a cultura universitária nesta pesquisa, mostrou ter características que incluem outros elementos, além do “fazer nada juntos” e do dia a dia (como já falado); esses estudantes compartilham pautas políticas, pesquisas, obrigações, tarefas e responsabilidades, assuntos esses, não tão tratados pelos autores que abordam o tema das culturas juvenis, que focam mais em questões como lazer e tempo livre; dessa forma essa cultura universitária em questão, através de nossa perspectiva é uma cultura juvenil, mas abrange outros fatores que são particulares a realidade de jovens universitários, e mais especificamente do curso de Geografia, trata-se então de uma cultura juvenil universitária.

Feixa (2003, p. 136) exclama que "entre os jovens e o ecossistema suburbano produz-se uma profunda simbiose." (2003, p.136). Notei também que entre a universidade e os jovens também há essa simbiose, a universidade e seu envolvimento se constituem também através das práticas espaciais e culturais desses estudantes. Assim, para compreender a instituição FCT/UNESP é necessário compreender os estudantes, agentes do espaço, que ressignificam espaços como proposto na definição de território aqui tratada, enquanto que trajetórias distintas se encontram e transformam o espaço em um *locus* do encontro, (re)produtor de espaços, temporalidades e culturas.

Assim, avançamos um pouco na apreensão de quem são estes estudantes, organizados em culturas juvenis universitárias, em maioria com preocupações políticas, envolvidos com a universidade em horários para além das aulas, são em maioria paulistas, brancos, formados em escolas públicas, vivem em Presidente Prudente, contém um círculo de amigos para além do curso de Geografia e um circuito de encontros próximo a FCT/UNESP, lidando com questões como sustento próprio, locomoção/horários, prazos, mercado de trabalho, evasão e outros.

## Referências

ALMEIDA, L. L. de A. Juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura? **Anais... Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII**, 2004, Coimbra, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004.

- BUENO, J. L. O. A evasão de alunos. **Revista Paideia**, Ribeirão Preto, n. 5, p.9-p.16.1993.
- BUFFA, E.; PINTO, G. de A. O território da Universidade Brasileira: O modelo de campus. **Rev. Bras. Educ.** vol.21 no.67 Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216742> Acesso em: 18 de nov. de 2021.
- CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Revista Administração online**. São Paulo, SP, v. 1, n. 1.2000. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod\\_resource/content/0/O\\_questionari\\_ona\\_pesqui\\_sacientifica.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionari_ona_pesqui_sacientifica.pdf). Acesso em 23/11/2021.
- COLOGNESE, S.; MELLO, J. L. B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **Anais... Encontro Da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, XVIII, 2002, Ouro Preto. Ouro Preto: Associação brasileira de estudos populacionais, 2002. p.1-26.
- DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em belo horizonte**. 2001. 412 f. Tese [Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- FEIXA, C. A cidade secreta: os espaços quotidianos dos jovens. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 3, p.125-140, 2003.
- FEIXA, C. De culturas, subculturas y estilos. In: FEIXA, C.. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1999. p. 84-105.
- GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2005.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, UFF-Niterói, Ano XIX, n. 17, p.19-46, 2004.
- KÜNZLI, R. A Geografia em Presidente Prudente-60 anos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 41, p. 03-09, 2019.
- MASSEY, D. 1991. Global sense of place. **Marxim Today**, v. 6, p. 24-28, 1991.
- MENEGON, R. R. **Culturas juvenis e jovens do ensino superior: em busca de caminhos para formação inicial e a prática educativa na educação física**. 2016. 228f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2016.

OLIVEIRA, M. F. Da R. Formação do Professor de Geografia: Ensino e Pesquisa. **Anais... Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, VI, 2012, São Cristóvão: Universidade Federal do Sergipe, 2012. p.1- 14.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa- Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

SAVIANI, D. A expansão do Ensino Superior no Brasil. **Póiesis Pedagógica**. V.8, N.2, p.4- 17, v. 9, 2010.

SEVERO, R.C.B.S. Identidades Juvenis Contemporâneas e Espaços e Tempos Escolares: Algo Está Fora Da Ordem? **Revista Nonada**, Porto Alegre RS, n. 24, p. 27-39, 2015.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. **Construindo a Ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Instituto Cultural de Jornalistas do Paraná, 2009.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: na confluência entre as orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L.M. (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015. p119-136.

TURRA NETO, N. Do Território aos Territórios. In: SOUZA, A. J. De.; SOUZA, E. B.C De; MAGNOMI JÚNIOR, L. (org.). **Paisagem, Território e Região: Em busca da Identidade**. Cascável: Editora Edunioeste, 2000. P.87-101.

TURRA NETO, N. **Múltiplas Trajetórias Juvenis Territórios e Rede de Sociabilidade**. Jundiaí-São Paulo: Paco Editora, 2012.



## THINK TANKS ULTRALIBERAIS: O CASO DO DISCURSO DO INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19(2021)<sup>1</sup>

Leandro Nieves Ribeiro<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente, Brasil

### Resumo

Como citar:

RIBEIRO, L. N. Think Tanks Ultraliberais: o caso do discurso do Instituto Mises Brasil sobre a pandemia do Covid – 19 (2021). **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 152-180.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9134>

Recebido em: 2021-12-29

Devolvido para correções: 2022-02-23

Aceito em: 2022-05-09

Publicado em: 2022-09-22

*Think tanks* são institutos públicos ou privados que objetivam influenciar a opinião pública e até de políticas públicas em diversas áreas como educação, política, meio ambiente, saúde, segurança pública. A mundialização de *think tanks* e rápida expansão, bem como a recente literatura científica, demonstram que essas instituições são relevantes demais no cenário mundial, pois tentam persuadir a opinião pública com seus interesses políticos e econômicos, além de reproduzirem a colonização do pensamento ultraliberal. O objetivo do texto é analisar o discurso do Instituto Ludwig Von Mises-Brasil sobre a pandemia da Covid-19 através dos materiais publicados no seu site, entre janeiro e dezembro de 2021. A nossa hipótese é que o Instituto Mises Brasil potencializa o avanço do conservadorismo ao reproduzirem a desinformação, o negacionismo e teorias conspiratórias sobre a pandemia da Covid-19. Além disso, o discurso ultraliberal, defensor da liberdade individual, tensiona com a sociedade democrática e com as medidas adotadas pelas organizações públicas e governos para combater a pandemia.

**Palavras-chave:** Think tanks; Ultraliberalismo; Instituto Ludwig Von Mises – Brasil; Análise do discurso; Covid-19

<sup>1</sup>A origem desse artigo ocorreu com a publicação do trabalho completo com o mesmo título nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT-UNESP. Entretanto, o presente artigo sofreu diversas modificações seja na sua estrutura, no recorte temporal do material analisado (que alterou de três meses para um ano), no aprofundamento de temas e devidas correções para publicação nesta revista.

<sup>2</sup>Licenciado (2013) e mestre (2016) em Geografia pela FCT-Unesp e especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria (2020) pela Unoeste. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Atualmente é Doutorando em Geografia pela FCT-Unesp e bolsista da Capes-Proex.

E-mail: [leandro.nieves@unesp.br](mailto:leandro.nieves@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4862-5395>

## THINK TANKS ULTRALIBERAIIS EN BRASIL: EL CASO DEL DISCURSO DEL INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN 2021

### Resumen

Los *think tanks* son institutos públicos o privados que tienen como objetivo influir en la opinión pública y incluso en las políticas públicas en diversas áreas como educación, política, medio ambiente, salud, seguridad pública. La globalización de los *think tanks* y la rápida expansión, así como la literatura científica reciente, demuestran que estas instituciones son muy relevantes en el escenario mundial, ya que tratan de persuadir a la opinión pública con sus intereses políticos y económicos, además de reproducir la colonización de ultraliberales. El objetivo del texto es analizar el discurso del Instituto Ludwig Von Mises-Brasil sobre la pandemia Covid-19 a través de materiales publicados en su sitio web, entre enero y diciembre de 2021. Nuestra hipótesis es que el Instituto Mises Brasil potencia el avance del conservadurismo por reproducir teorías de desinformación, negación y conspiración sobre la pandemia de Covid-19. Además, el discurso ultraliberal, que defiende la libertad individual, ejerce presión sobre la sociedad democrática y las medidas adoptadas por los organismos públicos y los gobiernos para combatir la pandemia.

**Palabras clave:** Think tanks; Ultraliberalismo; Instituto Ludwig Von Mises – Brasil; Análisis del discurso; Covid-19

## THINK TANKS ULTRALIBERAIIS IN BRAZIL: THE CASE OF THE MISES BRASIL INSTITUTE SPEECH ON THE COVID-19 PANDEMIC IN 2021

### Abstract

Think tanks are public or private institutes which aim to influence public opinion and even public policies in various areas such as education, politics, environment, health, public safety. The globalization of think tanks and rapid expansion, as well as recent scientific literature, demonstrate that these institutions are very relevant on the world stage, as they try to persuade public opinion with their political and economic interests, in addition to reproducing the colonization of ultraliberal thought. The aim of the text is to analyze the Ludwig Von Mises-Brasil Institute's discourse on the Covid-19 pandemic through its materials published on its website, between January and December 2021. Our hypothesis is that the Mises Brasil Institute enhances the advance of conservatism by reproducing disinformation, denial and conspiracy theories about the Covid-19 pandemic. In addition, the ultraliberal discourse, which defends individual freedom, puts pressure on democratic society and the measures adopted by public organizations and governments to combat the pandemic.

**Keywords:** Think tanks; Ultraliberalism; Ludwig Von Mises Institute – Brazil, discourse analysis; Covid-19

## Introdução

*Think tank* é uma instituição de intelectuais e pesquisa que objetiva influenciar a opinião pública e as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública, entre outros. Existem mais de 11 mil *think tanks* no mundo, concentrando-se nos países hegemônicos e emergentes, com destaque para o Brasil, como o segundo maior país latino-americano com estes institutos.

Estes *think tanks* possuem diferentes correntes ideológicas e paradigmáticas que exercem influência no pensamento na sociedade civil, que repercutem nas disputas territoriais materiais e imateriais da sociedade. A pesquisa preocupa-se com os institutos ultraliberais<sup>1</sup> que potencializam a conflitualidade e o conservadorismo ao reproduzirem a desinformação - interpretações equivocadas, desqualificantes ou sem uma visão crítica como uma estratégia política - que determinam o desenvolvimento territorial, paradigmático e o avanço do conservadorismo na sociedade com tensões na sociedade democrática.

O presente artigo busca analisar o discurso do Instituto Ludwig Von Mises - Brasil - também chamado de Instituto Mises Brasil (IMB) ou apenas Mises Brasil - por ser o *think tank* ultraliberal mais popular entre os jovens brasileiros e que defende uma visão pró-mercado, pró-privatização e outras relacionadas à corrente libertária e ultraliberal. Além disso, este *think tank* contribuiu para a formação do contra-público ultraliberal, proporcionando o aumento do conservadorismo, o que corroborou com o golpe-*impeachment* da Dilma Rousseff em 2016, cooperou para radicalidade política e a eleição de políticos ultraliberais conservadores em 2016, 2018 e 2020.

Como estudo de caso deste artigo delimitou-se a análise de materiais publicados no site do IMB sobre a pandemia da Covid-19 (Sars-CoV-2), entre janeiro e dezembro de 2021. O contexto pandêmico é atual e favorece a análise das implicações da ideologia ultraliberal e o conservadorismo promovidas por esse instituto. Para isso, utilizarei a metodologia da análise do discurso nos materiais publicados no site do IMB para identificar e examinar o

---

<sup>1</sup> O ultraliberalismo, conforme explicaremos posteriormente, é entendido como uma visão mais radical do capitalismo de livre mercado, tendo diferentes grupos como o objetivismo, o minarquismo, o libertarianismo e o anarco-capitalismo.

funcionamento do discurso ultraliberal que defende a liberdade acima das medidas de restrição (do isolamento social, quarentena e o *lockdown*) e de segurança (do uso de máscara, álcool em gel e de vacina).

O artigo foi subdividido em 4 seções, na primeira seção aborda-se o contexto dos *think tanks* no mundo e no Brasil, destacando as principais discussões acadêmicas como o conceito, tradução e a escassez de pesquisa. Analisa-se a origem e mundialização dos *think tanks*, problematizando a concentração nos países desenvolvidos e emergentes, como o caso estadunidense. No final desta seção, apresenta-se um brevemente histórico dos primeiros institutos brasileiros, que surgiram na década de 1950 e os atuais, destacando os *think tanks* ultraliberais.

Na segunda seção enfatiza-se a relevância e problematiza-se a intencionalidade e as consequências desses institutos na sociedade, como forma de colonização do pensamento e da disputa territorial, paradigmática e geopolítica. Dialogando com o conceito de contra-público ultraliberal, busca-se compreender como os *think tanks* ultraliberais contribuíram para a territorialidade conservadora, aumento da radicalidade política e produção de desinformação e negacionismo. Na terceira seção apresenta-se o histórico do Instituto Mises Brasil, descrevendo a sua origem, funcionamento, materiais e demais informações que mostram como influenciam a opinião pública. Por fim, na quarta seção, o discurso do instituto sobre a pandemia do Covid-19 é exposto, considerando os textos publicados entre janeiro e dezembro de 2021, refletindo sobre os efeitos do discurso ultraliberal na sociedade.

### **Os *Think Tank* no mundo e no Brasil**

O termo *think tank* possui uma variedade de traduções como pensadores ofensivos, reservatório de ideias, usina de ideias, centros de cérebro e institutos permanentes de pesquisas (RIGOLIN, HAYASHI, 2012; ROCHA, 2018). Independente da tradução, os *think tanks* são entendidos como instituições de intelectuais e pesquisa, de origem pública ou privada, que objetivam influenciar a opinião pública e as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública, entre outros (HAUCK, 2015).

Cátia Costa (2017) destaca que os *think tanks* são as instituições que mais influenciam as políticas públicas a nível mundial e mesmo com essa relevância há poucos estudos sobre esses institutos. Conforme explica Secchi e Ito (2016) os *think tanks* são atores invisíveis e desconhecidos da população e que “as pessoas não conhecem sequer o termo *think tank*, exceção feita aos acadêmicos e jornalistas que vivem na comunidade epistêmica de políticas públicas” (SECCHI, ITO, 2016, p.346). No Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre essas instituições, tanto nas áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e Geografia são recentes e relativamente escassas (RIGOLIN, HAYASHI, 2012).

Hauck (2015) afirma que os primeiros *think tanks* tiveram sua origem nos EUA no início do século XX, passaram por profundas metamorfoses tornando-as mais complexas devido às crescentes concorrências entre elas, das hibridizações causadas pelos específicos contextos nacionais e até pelo desenvolvimento da globalização e da transnacionalização. A origem do termo “*think tank*” remonta ao jargão militar estadunidense das salas secretas destinadas às discussões durante a guerra (HAUCK, 2015; RIGOLIN, HAYASHI, 2012). Após a Segunda Guerra Mundial, o jargão ganhou notoriedade e sucesso com a expansão e influência estadunidense, promovendo a mundialização desses institutos. Somente entre 2016 e 2019 os *think tanks* cresceram 702% no mundo (INSTITUTO MILLENIUM, 2019), o que demonstra a demasiada relevância deles.

Para identificar a quantidade desses *think tanks* recorre-se a McGann (2021), do Instituto Lauder<sup>2</sup> da Universidade da Pensilvânia. No relatório do ano de 2020 foi identificado ao todo 11.175 mil institutos que estão espalhados em todos os continentes: a América do Norte (21,4%), Europa (26,2%) e Ásia e Oceania (30,3%) agrupam juntos 77,9% dos institutos no mundo, enquanto, a África e o Oriente Médio (11,4%), a América do Sul e Central (10,6%) reservam 22% (MCGANN, 2021). Esse dado evidencia que os países hegemônicos, seguido dos países emergentes, dominam a maioria dos *think tanks*, enquanto os países periféricos não possuem institutos próprios. Mesmo assim, é importante observar que mesmo que os países periféricos não tenham institutos próprios, diversos institutos estrangeiros atuam em outros países formando redes de influências transnacionais.

---

<sup>2</sup> Desde 2008, o Instituto Lauder publica um relatório anual chamado de *Global Go To Think Tanks* que identifica, registra e acompanha anualmente os principais no mundo (MCGANN, 2021).

Outro dado expressivo do mesmo relatório é a concentração nos EUA, que comporta sozinho 91,9% de institutos na América do Norte e 19,7% de institutos no mundo. Para ilustrar a concentração basta compará-los com os demais países com mais *think tanks*, como a China (12,6%), Índia (5,5%), Reino Unido (4,6%), Coreia do Sul (3,7%), França (2,5%), Alemanha (2,4%), Argentina (2,3%), Brasil (1,7%) e Vietnã (1,6%) (MCGANN, 2021). Resumindo o dado, os EUA têm: 1,5 vezes institutos a mais do que a China; 11,5 vezes a mais do que o Brasil; 1,7 vezes a mais do que juntos têm a África e Oriente Médio e o mesmo valor a mais também do que a América Latina. Esses dados demonstram a enorme influência e poderio estadunidense no mundo.

No Brasil foram identificados 190 *think tanks* (MCGANN, 2021), o que parece um número relativamente baixo, principalmente se comparado aos EUA. Contudo, o Brasil ocupa o segundo posto de país com mais institutos na América Latina e na América do Sul, sendo superado apenas pela Argentina com 262 institutos. Entre o período de 2008 e 2020, o relatório indicou no Brasil um crescimento acumulado de 387% de *think tanks*, o que fez o país ultrapassar a 24ª posição para a 9ª em 2020, e alcançar pela primeira vez o posto dos 10 países com mais institutos no mundo. No período de 2019 para 2020 houve o maior crescimento de *think tanks* no Brasil com 84%, superando o crescimento anual de 69% entre 2009 e 2010. Esses dados permitem aferir diversas reflexões sobre o motivo, a intencionalidade, a dimensão e o impacto desses institutos nesses países que promovem um interesse e disputa territorial, paradigmática e geopolítica (RIBEIRO, 2021a, 2021b).

De acordo com Secchi e Ito (2016), os primeiros *think tanks* brasileiros surgiram, entre a década de 1940 e 1950, com a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1944, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) em 1954, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Posteriormente, em especial após os anos 1980 e 1990, surgiram diferentes e variados tipos de *think tanks*: universitários (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e a FGV), grupos de interesse (Dieese e o Instituto de Transporte e Logística), com fins lucrativos (Patri Políticas Públicas), partidos políticos (Fundação Perseu Abramo) e de legado (Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Instituto Lula) (SECCHI, ITO, 2016).

Os principais e atuais exemplos de *think tanks* no Brasil, segundo McGann (2021), são a já citada FGV, o Instituto Millenium (IMIL), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Núcleo de Estudos da Violência (NEV USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Instituto Liberdade (IL-RS), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e entre outros. Estes institutos são de diferentes áreas de atuação (administração, ciência e tecnológica, políticas sociais, educação, política externa, economia, meio ambiente, saúde...), de característica (centros de pesquisa, grupos de pesquisa, institutos de pesquisas) e de financiamento (setor privado, público e ou até de organização sem fins lucrativos).

Dentre essas variedades de *think tanks* no Brasil há os ultraliberais como o Instituto Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Mises Brasil e outros que defendem postulados tais como: “imposto é roubo” e o “Estado é agressor”. Como já explicado, o presente artigo centra atenção apenas no IMB, tendo como estudo de caso o discurso do ultraliberalismo e seus efeitos durante a pandemia do Covid-19. A hipótese é que a disseminação desses discursos contribuíram e dificultaram as ações de governos e da sociedade no combate da pandemia, justamente pelo discurso ultraliberal ser contrário às medidas de restrição (do distanciamento, quarentena e o *lockdown*), à obrigatoriedade do uso de máscara e vacina. A seguir apresenta-se a discussão sobre os *think tanks* ultraliberais.

### **Problematizações sobre os Think Tanks Ultraliberais**

Para iniciar as problematizações cito Rigolin e Hayashi (2012, p.22) que afirmam que “se as ideias importam, é natural que o estudo dos *think tanks* seja igualmente importante, porque estas são as instituições que ajudam a propagá-las”. Os *think tanks* são instituições relevantes para a sociedade civil ao oferecer conhecimento científico ou técnico que possa contribuir favoravelmente com a sociedade, seja influenciando a opinião pública ou auxiliando na criação de políticas públicas. Contudo, questiona-se nesse artigo a intencionalidade e o efeito negativo que determinados *think tanks* têm na propagação de ideias à sociedade, como o aumento do pensamento conservador, negacionista e desinformador, denominado de territorialidade conservadora (RIBEIRO, 2021a).

Nesse sentido, os *think tanks* defensores do pensamento econômico neoliberal e de outras correntes liberais, como o ultraliberalismo, são pensamentos com diferenças e semelhanças (ROCHA, 2018). Para ilustrar, define-se o neoliberalismo como a política econômica adotada principalmente pela Escola de Chicago, e reproduzida pelo Consenso de Washington de 1989, defensora do Estado mínimo. Já o ultraliberalismo é, como explica Rocha (2018), uma referência a ideologia pró-mercado mais radical em relação ao neoliberalismo e defensora do *laissez-faire*, como o objetivismo<sup>3</sup>, minarquismo<sup>4</sup>, o libertarianismo<sup>5</sup> e os anarcocapitalistas (Ancaps)<sup>6</sup>. Embora sejam diferentes, as duas correntes têm muita proximidade a tal ponto de serem confundidas<sup>7</sup> (MATO, 2007; ROCHA, 2018).

Conforme explica Solano e Rocha (2019), o pensamento econômico neoliberal tem várias dimensões que ultrapassam as relações capitalistas e funcionam como um sistema normativo que abarca discursos e práticas sociais e morais conservadoras. Por isso, de acordo com a concepção das autoras, é possível identificar nessa ideologia uma relação com a homofobia, sexismo, racismo e xenofobismo, considerando-os como pensamentos conservadores. No mesmo sentido, afirmo que o ultraliberalismo também possui relação com o conservadorismo. E assim, considero que os *think tanks*, seja neoliberal, ultraliberal ou de qualquer ideologia, estabelecem uma reprodução da colonização do pensamento, seja por meio de uma cultura civilizatória ou da concepção de modernidade (CECENÑA, 2013).

Ademais, esses institutos contribuem para uma formação da opinião pública com um consenso de que o desenvolvimento neoliberal ou ultraliberal é o caminho a ser seguido e busca tranquilizar a consciência social ao parecer como incontestável. Para Gomez (2008, p.249), o referido consenso “[...] goza de una legitimidade incontestable [...] [y] aparece como el bálsamo necesario para tranquilizar la consciencia social” e é reproduzido pelos organismos supranacionais,

<sup>3</sup> O objetivismo é a defesa radical do capitalismo de livre mercado (ROCHA, 2018).

<sup>4</sup> O minarquismo é a concepção de que as únicas instituições que devem existir sejam relacionadas à justiça e à segurança pública (ROCHA, 2018).

<sup>5</sup> O libertarianismo é a defesa radical do capitalismo sem restrições de qualquer tipo, seja na moral ou na política da liberdade dos seres humanos de não serem coagidos uns pelos outros (ROCHA, 2018).

<sup>6</sup> O anarcocapitalismo (Ancaps) defende a abolição do Estado, manutenção da propriedade privada, o livre-mercado e a soberania individual (ROCHA, 2018).

<sup>7</sup> Mato (2007) nos ajuda a entender essa confusão em dois pontos: primeiro, que muitos dos promotores dessas ideias não se autodefinem como neoliberais, e sim como liberais; e segundo, que muitos deles apontam que as políticas comumente chamadas de neoliberais não são verdadeiramente liberais. Além disso, Rocha (2018) explica também que o uso da palavra “neo” não é bem aceita pelos liberais clássicos.

como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as políticas econômicas mundiais. De acordo com Mato (2007), além dessas organizações supranacionais existe uma rede de influências das ideias neoliberais ou ultraliberais que não se restringe a economistas ou políticos, mas também abarca grupos, organizações e institutos nacionais da sociedade civil da nova direita (CASEMIRO, 2018).

Como explica Mato (2007), depois da Segunda Guerra Mundial, o Friederich Hayek convidou 36 economistas, historiadores e filósofos para se reunirem em *Mont Pelerin* na Suíça para debater sobre os rumos da economia e do Estado na visão do liberalismo. Esse encontro serviu para que, em 10 de abril de 1947, fosse fundada a Sociedade *Mont Pelerin* com o objetivo de promover as ideias liberais e debater as teses defendidas por Hayek no livro “O caminho da servidão” (1945). Além dessa sociedade, Mato (2007) explica que Anthony Fisher, ao desejar seguir carreira política para defender o pensamento liberal, foi aconselhado pelo Hayek a evitar a política e a procurar incidir diretamente sobre os intelectuais, pois são estes os que influenciam a opinião pública e os políticos. Fisher, então, criou em 1981 a estadunidense *Atlas Economic Research Foundation* (formalmente chamada de *Atlas Network*), que hoje é uma importante rede de 200 *think tanks* em 67 países que articula e financia outros institutos de pesquisas e/ou organizações (neo)liberais latino-americanas.

É importante destacar que o Atlas e sua rede foram intencionalmente criados para defender o pensamento liberal e para influenciar a sociedade na reprodução de consensos. Outras organizações e institutos também foram criadas com o mesmo objetivo, como o Colóquio Walter Lippman (1938) e o *Foundation for Economic Education* (1946), entre outras (ROCHA, 2018). Assim pode-se afirmar que para divulgação e influência do pensamento liberal foi primordial criar organizações e institutos para reproduzir o consenso. Portanto, considera-se que esses institutos funcionam como instrumento para a disputa territorial, paradigmática e geopolítica (FERNANDES, 2005; RAFFESTIN, 1993; RIBEIRO, 2021a).

Os *think tanks* ultraliberais influenciam a opinião pública de diferentes formas: com textos, como o caso do Instituto Mises Brasil com o “Por que não é crime dirigir alcoolizado” (ROCKWELL, 2008), com publicações de imagens e memes nas redes sociais, *podcasts*, vídeos, tradução de livros, panfletos, *e-books* e *slogans*, como “Imposto é roubo”, “Menos Marx, mais Mises”, “Direitos humanos para humanos direitos” (ROCHA, 2018; SOLANO,

ROCHA, 2019). Com esses materiais, o IMB reproduz as ideias ultraliberais que influenciam a população formando, o que Rocha (2018) denomina de contra-público ultraliberal<sup>8</sup>.

Esse contra-público ultraliberal, que afetou sobretudo uma população jovem e de profissionais liberais de classe média e alta com acesso à internet e redes sociais como o Orkut, partilham de uma mesma identidade, interesse e discurso tão conflitivo com a cultura dominante que eles “[...] correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes (cujos discursos e modos de vida são tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais)” (ROCHA, 2018, p.20). Como consequência, esse contra-público ultraliberal contribuiu para o avanço da onda conservadora no Brasil e da radicalidade política através de sua articulação com os movimentos sociais conservadores e outros grupos e líderes da nova direita.

Para ilustrar, as manifestações pró-*impeachment* da Dilma Rousseff em junho de 2013 e até 2016 foram organizadas, sobretudo pelo Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>9</sup>, que possui afinidades e uma rede de relação com os *think tanks* conservadores (SOLANO, ROCHA, 2019). De acordo com Solano e Rocha (2019), o MBL foi criado por Fábio Ostermann, atualmente deputado estadual do Rio Grande do Sul, antes um integrante do grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL). O EPL no Brasil foi criado em 2010, com participação de Fábio, Juliano Torres e Anthony Ling, esse último é filho de William Ling do Instituto Liberdade e Instituto de Estudos Empresariais, uma filial do *Students For Liberty* dos EUA. Uma importante relação é que o EPL foi organizado pela *Atlas Network*, aquela importante rede de *think tanks* ultraliberais já citada, o que evidencia os interesses estrangeiros neoliberais e ultraliberais com a articulação da nova direita no Brasil.

Além disso, as lideranças do MBL têm uma estreita relação com os *think tanks* ultraliberais e com os líderes de cada instituto. O Instituto Liberal, bem como o atual presidente Rodrigo Constantino dos Santos, um dos fundadores do Instituto Millenium e

---

<sup>8</sup> O conceito de contra-público ultraliberal utilizado por Rocha (2018) foi adaptado do crítico literário estadunidense Michael Warner, como forma de superar a teorização de esfera pública e contra-públicos de Jürgen Habermas e de contra-públicos subalternos de Nancy Fraser. De acordo com Rocha (2018), Warner define o termo contra-público quando membros são persuadidos por uma performatividade disruptiva.

<sup>9</sup> O MBL foi responsável por lançar figuras políticas como Kim Kataguari (cofundador e coordenador), Fernando Holiday (coordenador nacional), Arthur do Val (membro do MBL e youtuber do canal Mamãe Falei) e outros que disputaram as eleições posteriores como 2016, 2018 e 2020

colunista da Jovem Pan e de canais do YouTube articula-se com o MBL. O MBL também possui proximidade com o Hélio Beltrão (que é o presidente e criador do Instituto Mises Brasil), o “guru da nova direita” Olavo de Carvalho e com muitos outros influenciadores conservadores (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). Em resumo, há uma rede de *think tanks* ultraliberais que fortaleceu o recrudescimento da nova direita (RIBEIRO, 2021a, 2022a, 2022b).

Essas manifestações anticorrupção fortaleceram o sentimento antipetista e a defesa de projetos sociais mais (neo)liberais, como medidas de austeridade, reformas trabalhistas, flexibilização das leis ambientais e entre outras. Para Carvalho (2018, p. 114), as medidas adotadas após o golpe, que destituiu Dilma Rousseff, mostravam que “...boa parte da elite econômica desejava-se salvar-se dos custos de umas das maiores crises econômicas da história recente, impondo-os sobre o restante da sociedade”. Essa necropolítica<sup>10</sup> econômica no governo de Michel Temer se amplificou no governo de Jair Bolsonaro com uma mistura de ódio e política “antipetista”, “anticorrupção” e o “marxismo cultural”, onde o medo de uma “ameaça comunista” promoveu uma guerra cultural estimulando o ódio e a perseguição contra políticos, intelectuais, artistas, grupos, movimentos sociais e entre outros que aderem ao espectro político da esquerda (CARAPANÃ, 2018). O ódio e o radicalismo político, que são ferramentas da guerra de discurso, geram tensões conflitantes e ameaçadoras para a sociedade, a democracia e ao bem-estar-social (RIBEIRO, 2022a; 2022b).

### **Instituto Ludwig Von Mises no Brasil**

O Instituto Ludwig Von Mises – Brasil ou como é popularmente chamado de Instituto Mises Brasil (IMB) foi fundado em São Paulo no ano de 2007. O IMB foi criado como uma adaptação brasileira do Instituto Von Mises do EUA, homenageando o liberal

---

<sup>10</sup> O termo necropolítica foi criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, com base no conceito de biopolítica de Michael Foucault, que é entendida como a arbitrariedade do Estado em decidir quem deve viver e quem deve morrer, pelo qual a população de baixa renda é a principal vítima. Essa governamentalidade ocorre quando o Estado reduz ou deixa de investir em políticas públicas que afeta os mais pobres ou age com violência ou discriminação em regiões periféricas (MBEMBE, 2011). Portanto, o que relaciono no governo Temer com a necropolítica é justamente as medidas adotadas após o golpe-*impeachment* que afetam o bem-estar-social da população mais pobre como as políticas de austeridade, reforma trabalhista, flexibilização das leis ambientais, limite do teto de gatos e entre outras.

Ludwig Von Mises que é cultuado pelos liberais por supostamente ter refutado a teoria do cálculo socialista ao publicar o livro “O Cálculo Econômico sob o Socialismo” (1920).

O Mises Brasil tem um site oficial<sup>11</sup> que se apresenta com o objetivo de produzir e disseminar os estudos econômicos que promovam princípios liberais, como o livre mercado e a defesa da propriedade privada e redução do Estado na economia (MISES BRASIL, 20??). O instituto reproduz os pensamentos da Escola Austríaca, que conforme já explicado versa sobre uma ideologia pró-mercado mais radical do capitalismo, inclusive, aliando-se com os chamados anarcocapitalista (Ancaps), com a ideia de que “imposto é roubo” e que, principalmente, lutam contra o Estado e a favor das empresas capitalistas (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). Entre as principais referências intelectuais do IMB estão Ludwig Von Mises (1881-1973), Friedrich Hayek (1899-1992)<sup>12</sup> e Murray Newton Rothbard (1926-1995).

Por meio da produção de diversos materiais (textos curtos, artigos de autoria própria ou traduzidos de autores conceituados da Escola Austríaca ou da sede do Instituto estadunidense) o IMB propaga as suas ideias sobre temas da economia, política, direito, filosofia e assuntos atuais. Dentre alguns textos publicados pelo instituto destaca-se “Se você gosta da natureza, privatize-a” (13 de janeiro de 2011), “Os artistas, os defensivos agrícolas e a máxima de Nelson Rodrigues”, “Ao contrário do que diz o senso comum, não existem recursos naturais” ou “Quem realmente cria monopólio, oligopólios e cartéis?” (25 de junho de 2020). São através desses materiais textuais, com títulos sensacionalistas, diretos e que busca mostrar uma verdade absoluta o instituto influencia a opinião pública.

No menu do site tem outras seções como de ensino, *podcast*, multimídia e agenda com eventos do IMB, que mostram também a diversidade de formas de persuasão. Na parte de ensino é oferecido: uma pós-graduação, que é uma especialização de 18 meses em Escola Austríaca com custo total de R\$10.782; a escola de verão, que oferece quatro dias de cursos num custo de R\$899,00; e a revista Mises, que foi criada em 2013 com o nome de “MISES:

<sup>11</sup> O site oficial do Instituto Mises Brasil é em <http://www.mises.org.br/>

<sup>12</sup> Hayek também pode ser considerado por alguns intelectuais como pertencente à escola neoliberal por defender que o Estado deve atuar ativamente na regulação para o funcionamento do livre-mercado (ROCHA, 2018). Entretanto, Hayek foi o responsável por retomar o pensamento da Escola Austríaca no século XX, o que causou uma cisão entre os *new liberals*.

Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia” e publica textos mais científicos, tendo autores estrangeiros e brasileiros como o economista Adriano Paranaíba (professor de Economia do Instituto Federal de Goiás) e o economicista Fabio Barbieri (professor da Faculdade de Economia e Administração da USP).

O *podcast* do Mises Brasil é um programa semanal, com atualmente 459 episódios, até 28 de dezembro, e conduzido por Rodrigo Saraiva Marinho, que se apresenta como advogado, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e liderança do Partido Novo. O tema do programa de *podcast* segue a linha do pensamento do instituto tendo como títulos “307º Como privatizar os correios?” (12 de março de 2018), “316º -A verdade sobre Cuba” (14 de maio de 2018), “410º - Libertários podem fazer a diferença” (01 de junho de 2020) ou “415º - Como desestatizar o Brasil” (06 de julho de 2020). Ainda sobre o *podcast*, foram encontrados programas com propaganda política do Partido Novo, como o programa 432º que convida o candidato a prefeito de SP, o Arthur do Val (25 de novembro de 2020), do canal de YouTube Mamãe Falei e membro do MBL, e o 433º com a vereadora Janaína Lima de SP (8 de dezembro de 2020). É importante relatar a presença do conservador monarquista Luiz Philippe de Orleans e Bragança<sup>13</sup> em dois *podcasts*: no episódio “221º - Luiz Philippe de Orleans e Bragança” (03 de junho de 2016) e 282º- Por que o Brasil é um país atrasado (29 de agosto de 2017).

Na seção de multimídia há uma biblioteca digital, com *e-books* de diversos títulos como: a “Anatomia do Estado”, “A ética da liberdade”, “A grande depressão americana” de autoria de Rothbard; “Ação humana: um tratado de economia” e “A Mentalidade Anticapitalista” de Ludwig Mises; e até livros de brasileiros como “Artigos para se entender a crise” do economista Leandro Roque, a “A economia do intervencionismo” do economista Fabio Barbieri e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho” do advogado Rodrigo Marinho. Foi interessante notar que ao fazer o *download* do *e-book*, é necessário preencher um cadastro para receber e-mails com boletim de novidades sobre as atividades, cursos e texto do IMB.

---

<sup>13</sup> Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família dos imperadores brasileiro, estreou na política em 2018 como deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL). Segundo Jiménez (2019), o próprio presidente Bolsonaro, na época do PSL, cogitava escolher o atual deputado federal como vice-presidente de sua chapa. Porém o Bolsonaro acabou desistindo da nova chapa por causa de fotos comprometedoras de Luiz.

No site há também uma loja virtual com venda de camisetas, caneca e bandeira com *slogans* de “imposto é roubo”, “mais liberdade, menos Estado”, “*Be Nice, don’t be communist?*”, e tem um campo para receber doações financeiras e até um clube de benefícios. Esse clube oferece diversos tipos de benefícios e de custo, desde o mais básico ao mais completo, com pagamento anual de R\$700,00 ou até R\$10.000,00 que dependendo da sua contribuição receberá brindes como 1 livro, 1 gravata do IMB, acesso a conteúdo exclusivos, desconto na pós-graduação que eles oferecerem, participação no grupo do Telegram, acesso VIP a eventos e até o Brasão do IMB.

Além do *site*, o IMB tem redes sociais e contas oficiais<sup>14</sup> no Facebook (274.977 seguidores), Twitter (44.538), Instagram (103.000 seguidores), Youtube (75.000 inscritos) e LinkedIn (8.185 seguidores) que, principalmente, divulgam seus próprios materiais do *site* e outros de seus interesses que versam sobre a ideologia ultraliberal. Em Mises Brasil (2019, não paginado), o instituto é referenciado como “líder em diversas categorias do *ranking* IMPACTO DIGITAL” de *think tanks* liberais com mais seguidores nas redes sociais fora dos EUA, o que demonstra a popularidade do Mises Brasil que chama atenção por reproduzir um pensamento radical para a opinião pública.

O presidente do instituto é Hélio Marcos Coutinho Beltrão<sup>15</sup>, que fundou o Instituto Millenium, e que participa ativamente em diversos espaços no IMB desde a publicação de textos de sua autoria, em *podcast* ou em vídeos e até nos cursos. Hélio também tem uma aproximação com os demais *think tanks*, como o Millenium e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e com as demais organizações da nova direita, como os já citados MBL e EPL. Além disso, Mori (2020) entrevistou o presidente do instituto ultraliberal, pela BBC News Brasil São Paulo, que afirmou ter uma relação muito próxima com Ministro da Economia Paulo Guedes (que também fundou o Instituto Millenium), demonstrando uma afinidade política e econômica com o governo Bolsonaro. Uma outra aproximação com o presidente Bolsonaro<sup>16</sup>, é a defesa pública do uso da hidroxicloroquina para combater a

<sup>14</sup> Informações verificadas no dia 29 de dezembro de 2021.

<sup>15</sup> O nome completo é Hélio Marcos Coutinho Beltrão, que é filho do ex-ministro Hélio Marcos Pena Beltrão dos governos militares de Costa e Silva e de Figueiredo.

<sup>16</sup> O presidente Jair Bolsonaro assim como o ex-presidente estadunidense Donald Trump recomendaram fortemente o uso de hidroxicloroquina para combater a pandemia da Covid-19 (CORACCINI, 2021).

pandemia da Covid-19 em um vídeo no Youtube do IMB<sup>17</sup>, *podcast* do IMB<sup>18</sup> e principalmente em seu *Twitter* pessoal e na coluna da Folha de SP (BELTRÃO, 2020) por parte do presidente do instituto. É importante ressaltar que a OMS concluiu em 02 de março de 2021, que a hidroxicloroquina não funciona no tratamento contra a Covid-19, e que seu uso pode causar efeitos adversos (CORACCINI, 2021). Na próxima seção, analisa-se o discurso do IMB sobre a pandemia do Covid-19.

### **Análise do discurso do Mises Brasil sobre a Pandemia**

A análise do discurso do Mises Brasil sobre a pandemia da Covid-19 foi feita com material publicado no site oficial no período entre janeiro e dezembro de 2021. A intenção é identificar a conflitualidade do pensamento ultraliberal sobre a atuação do governo brasileiro no combate à pandemia.

Antes de começar a analisar o discurso é relevante explicar a metodologia. A análise do discurso utilizada foi proposta por Barros (2015), que fez uma adaptação da metodologia da corrente francesa de Michel Pêcheux com a ferramenta da interdiscursividade, que é uma relação entre a ideologia e a formação discursiva. Intenciona-se com a análise, avaliando a busca pelo efeito de sentido que é a relação entre língua e ideologia, uma vez que os textos não são neutros. Portanto, propõe-se entender os “atravessamentos discursivos”, isto é, de identificar no texto os principais argumentos e a lógica ultraliberal.

O Mises Brasil publicou diversos tipos de materiais como artigos, textos e *podcast* sobre a pandemia do Covid-19 desde de 2020. Buscando um melhor recorte, utilizei o campo de pesquisa no *site* palavras-chave como Covid-19, *lockdown* e vacina, o que nos indicou 12 textos publicados entre janeiro e dezembro de 2021. Desse total, selecionei os textos com referências diretas nos títulos, o que levou a excluir dois textos cujo tema margeavam outros assuntos e não debatiam os assuntos desejados<sup>19</sup>. Pela limitação de páginas desse artigo,

---

<sup>17</sup> O vídeo foi publicado no dia 25 de março de 2020 com o título “O lockdown, a hidroxicloroquina e o uso off-label - Hélio Beltrão entrevista Claudio Lottenberg” e está disponível em <https://youtu.be/tJP9sdlzS7c>

<sup>18</sup> O *podcast* citado é o “401º - COVID-19: Consequências e possíveis soluções (Hélio Beltrão)”, publicado no dia 30 de março de 2020.

<sup>19</sup> Os textos excluídos tratavam sobre o funcionalismo público, “luta de classes” na concepção da direita e por fim, a “tragédia” de querer o mundo.

selecionei 3 textos principais para cada palavra-chave, ou seja, são 3 textos sobre Covid-19, mais 3 sobre *lockdown* e mais 3 sobre vacinas - que serão apresentados nessa mesma ordem.

O primeiro texto é intitulado de “E se o Coronavírus houvesse se espalhado sem ser detectado?” (05 de fevereiro de 2021) e assinado pelo estadunidense John Tamny, editor do site *Real Clear Markets* e contribuidor da Revista Forbes. Tamny (2021, não paginado) inicia o texto questionando “como seria se o coronavírus houvesse se espalhado, mas sem jamais ser diagnosticado ou detectado?” após afirmar que os *lockdowns* são “inefcazes, trágicos e desnecessários” e responde que existe um “pânico global” sobre a pandemia. Ao longo do texto, o autor imagina se a atual pandemia da Covid-19 ocorresse há 100 anos comparando que antes “ninguém poderia se dar ao luxo de ficar em casa” e que o “povo teria se revoltado”. Alega que a expectativa de vida a 100 anos atrás era relativamente baixa e que por causa de doenças como pneumonia, tuberculose, meningite não havia um “número suficientemente alto de idosos” e que por isso, o vírus “talvez nem sequer teria sido descoberto”.

Nesse pensamento, Tamny (2021, não paginado) reflete que “Não é exagero nenhum dizer que o coronavírus é um vírus ‘para o mundo rico’. Fechar o comércio, proibir as pessoas de trabalhar” e viver do “assistencialismo do governo é um arranjo que apenas sociedades muito ricas podem se dar ao luxo de implantar”. Também diz que “apenas em um mundo em que os idosos são realmente velhos é que o vírus consegue ter qualquer correlação notável com a morte”, ignorando que as novas variantes atingem os demais grupos como crianças, jovens e adultos. O autor ainda avalia que o “vírus já estava aqui” ao dizer que é uma “questão de lógica” que o “vírus começou a circular pelo mundo em algum momento do segundo semestre de 2019, se não ainda antes” do dia 31 de dezembro de 2019, data do primeiro alerta sobre o coronavírus em Wuhan, na China. E ainda trata que a diferença de é que agora tem a “histeria” e finaliza que o melhor caminho” seria “deixar as pessoas viverem suas vidas”, com “liberdade”, e que os “jovens sejam infectados” para desenvolverem a imunidade, numa clara ideia de naturalização da morte ou até da necropolítica (MBEMBE, 2011).

O segundo texto é “A tirania, enquanto ela vigora, não é reconhecida por suas vítimas” (27 de fevereiro de 2021), de autoria do estadunidense Donald Boudreaux, que se

define como ex-presidente da organização liberal estadunidense Fundação por uma Educação Econômica. O texto apresenta como tema central a associação de que medidas restritivas são ferramentas da tirania ao ser “impostas” de forma “violenta, unilateral e criminosa”, o que chama de “socialismo sanitário”. Para Bourdreaux (2021a, não paginado), “a tirania sempre conta com o amplo apoio de suas vítimas, a maioria das pessoas que vive sob ela não tem conhecimento do terrível destino que as aguarda” e que as pessoas “acreditando que as ordens de *lockdown*, os decretos sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras e o fechamento de escolas são necessários para evitar perdas incalculáveis de vidas, as pessoas obedecem”. No raciocínio do autor, o “socialismo sanitário” impõe autoritariamente as medidas restritivas com “exageros e meias-verdades”, sem explicar ou debater o que é exagero e meia-verdade. Busca convencer o leitor de que as preocupações sanitárias são exageradas e que “[...] como acontece com toda tirania, a verdade acabará por emergir” e que no futuro “nossos filhos e netos darão risadas” sobre a pandemia do Covid-19, sem comentar sobre a quantidade de óbitos, o colapso de saúde em vários países e das variantes.

O terceiro texto “Com o enorme rombo orçamentário gerado pela Covid-19, por que não descriminalizar os jogos?” (29 de abril de 2021) de Pedro Costa e Daniel Homem de Carvalho, defende a descriminalização de jogos de azar como forma reforçar os cofres públicos do “enorme rombo orçamentário” causado pela pandemia. Costa e Carvalho (2021, não paginado) afirmam que “jogos são uma atividade econômica como qualquer outra: envolvem riscos e há tanto chances de ganhos quanto de perda” e que “não são mais arriscados do que abrir uma padaria, um salão de beleza...”. São críticos a “monopolização” do governo federal sobre a Loteria, o que chamam de “hipocrisia” e de que o “governo não odeia concorrência”, defendendo que não se pode proibir pessoas de jogar, pois fere a liberdade mais básica do indivíduo.

O quarto texto é “*Lockdown: a nova ideologia totalitária*” (26 de fevereiro de 2021) e tem autoria do estadunidense Jeffrey Tucker, Diretor-Editorial *do American Institute for Economic Research*. Tucker (2021, não paginado) compara o *lockdown* como um instrumento dos regimes totalitários como o fascismo, e afirma que existe essa nova ideologia chamada de “lockdownismo” onde pessoas “foram colocadas em prisão domiciliar” e que “milhões

de empreendedores e trabalhadores foram humilhados pelo estado, o qual, além de proibi-los de trabalhar, ainda afirmou que suas atividades não eram essenciais para ninguém” (TUCKER, 2021, não paginado). Na visão liberal do autor, a liberdade individual não pode ser restringida pelo Estado e a empresa e os empregos são colocados como mais importantes do que a proteção de indivíduos. A contaminação e a morte pelo Covid-19 são colocadas como fatores naturais, inclusive, de que existe uma “neurose com uma sociedade sem patógenos” (TUCKER, 2021, não paginado), banalizando as doenças.

O quinto texto é “Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o *lockdown*” (23 de março de 2021) e novamente de autoria de Bourdreaux. No início do texto é alertado que o autor tem diploma de bacharel em economia e direito, o que “melhorou acentuadamente [...] [sua] capacidade de avaliar políticas e processos econômicos” e discorre que muitos economistas que nunca estudaram formalmente direito têm “análise política equivocadas e conselhos irrealistas e contraproducentes” e até “análises e conselhos ruins” sobre as externalidades. Aqui percebe-se uma tentativa de conferir ao autor a validação de sua afirmação através de sua formação. Bourdreaux (2021b, não paginado) afirma que “*lockdowns* ignoram conceitos básicos de externalidade” e reforça a mesma “lógica” dos textos já citados, da banalização da Covid-19, em que a nossa sociedade sempre teve risco de doenças e que a imunidade natural (sem vacina) seria “melhor”. Nesse texto, o autor tenta justificar seu argumento afirmando que “que cada um de nós sempre, e inevitavelmente, expeliu para o ar que respiramos bactérias e vírus que potencialmente prejudicam [...] e às vezes matam [...] outras pessoas” e que “a vida como a conhecemos nunca poderia existir se cada um de nós tivesse o ‘direito de estar livre dessas bactérias e vírus espalhados por outras pessoas’ (BOURDREAUX, 2021b, não paginado).

Ao banalizar a Covid-19 e outros vírus, o autor afirma que desde 2020 existe um “medo histórico de Covid” feito por políticos e pela mídia e que “não faz sentido nenhum – nem em termos legais, nem em termos econômicos” de restringir a circulação e funcionamento de serviços. Afirma ainda que as pessoas vulneráveis devem se proteger das “externalidades de terceiros”, e não que “terceiros tenham suas vidas destruídas em troca de não respirarem sobre pessoas que podem e devem se proteger”. Completa que quem tem medo de ser contaminado tem “liberdade de ficar em casa”, mas que essa pessoa “não tem

o direito de proibir outras de manterem sua rotina diária [e] [...] tampouco de proibi-las de respirar em público”. Finaliza o texto, dizendo que as medidas de restrições foram “impostas com violência – em 2020”, sem especificar casos, e apela para o sensacionalismo de que “teme que essa regra destrutiva permanecerá [...] por muito tempo” (BOURDREAUX, 2021b, não paginado).

O sexto texto é “A melhor maneira de combater a atual carestia: reabrir todas as economias” (08 de junho) do estadunidense Anthony Geller. Geller (2021) faz uma análise econômica de que a pandemia aumentou a demanda nas indústrias no mundo por insumos e matéria-prima, o que levou a redução da oferta e aumento nos preços. O autor chama esse aumento de preços de colapso e argumenta que isso é temporário, desde que não tenha mais *lockdowns*. Para resolver o problema, o autor diz que “a solução é reabrir tudo” em relação às determinações de isolamento e lockdown, de uma forma bem simplista e sem considerar o aumento de contágios e mortes.

No sétimo texto, “Todas as vacinas importam — inclusive as importadas por empresas privadas” (08 de abril de 2021), de autoria de Hélio Beltrão e Anthony Geller, critica a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que suspendeu as decisões judiciais que autorizaram empresas privadas a importar vacinas sem a obrigação de doação integral para a União. A atual legislação, a lei Nº14.125/2021, permite que uma empresa compre doses de vacina desde que doe integralmente tudo para o Sistema Único de Saúde (SUS) até que o governo vacine os grupos prioritários (BRASIL, 2021). Para Beltrão e Geller (2021, não paginado), a lei atual é “bizarra” e que “quem realmente é ‘pela vida’ e ‘pela saúde’ tem de apoiar a compra e a destruição de vacinas por entes privados” e que “quanto mais vacinas forem importadas, maior será a oferta de vacinas em território nacional” é “melhor para todos os que querem se vacinar”.

Os autores não questionam sobre o ritmo da produção da vacina, se há oferta de insumos e entre outras questões técnicas. E ainda, afirmam que os argumentos contrários à compra de vacinas pela iniciativa privada são “no mínimo, esdrúxulos” e que “não há argumentação racional nenhuma”. No caso são transcritos trechos de discursos de políticos de esquerda, como o psolista Marcelo Freixo, os petistas Gleisi Hoffmann e Alexandre

Padilha e outros, que questionam que a compra pode levar a um descontrole sobre a política de vacinação e na desigualdade e elitização no acesso da vacina.

O oitavo texto “O atual sistema de patentes prejudica a inovação que pretendia incentivar” (12 de maio de 2021) de Hélio Beltrão critica principalmente que não existe propriedade intelectual e sim um monopólio protegido pelo estado e faz uma discussão sobre a quebra de patentes durante a pandemia. Beltrão afirma que a questão de quebra patentes na pandemia pode “piorar o que já é péssimo” ao se quebrar contratos de forma súbita e pondera que essa ação é feita por governos populistas que “querem ter tudo ao mesmo tempo” e que acaba desestimulando o investimento em inovações. Entretanto, o autor não aborda no texto que a quebra na pandemia, além de ser temporária, busca diminuir o preço dos imunizantes para torná-las mais acessíveis e para garantir mais possibilidade de vacinação nos países pobres, que justamente vem sendo distribuídos e aplicados de forma desigual.

Por fim o último texto é “Passaportes de vacina: uma maneira garantida de os regimes expandirem seus poderes” (20 de setembro) escritos pelos estadunidenses Martin Kulldorff (bioestatístico, epidemiologista e professor da Universidade de Harvard.) e Jay Bhattacharya (médico, economicista e professor da Universidade de Stanford), que ambos fazem parte do *Great Barrington Declaration*, que é um manifesto de epidemiologistas contrários às medidas de restrição, segurança e entre outras no combate a pandemia do Covid-19 (GREAT BARRINGTON DECLARATION, 2020). Kulldorff e Bhattacharya (2021) criticam principalmente que o passaporte de vacina é “ao mesmo tempo simples e estritamente autoritária” e que seu objetivo não é uma “forma de aliviar restrições, mas sim [...] um esquema coercitivo de forçar vacinações”. Explicam que o passaporte é “sem sentido, injusto e discriminatório”, pois a “ideia de que todas as pessoas do mundo precisam ser vacinadas é tão cientificamente insensata quanto a ideia de que ninguém precisa” (KULLDORFF, BHATTACHARYA, 2021). Além disso, afirmam que “as vacinas de Covid são essenciais para pessoas idosas e para aquelas com comorbidades” e que “as pessoas que já foram infectadas já estão imunes” (KULLDORFF, BHATTACHARYA, 2021), sem considerar em questão as variantes da Covid-19.

Feito a apresentação dos textos, agora sigo para a análise geral. Em primeiro lugar é relevante destacar que os autores são majoritariamente estadunidenses, apenas 3 são

brasileiros (Hélio Beltrão, Pedro Costa e Daniel de Carvalho). Essa predominância estrangeira demonstra como o pensamento liberal estadunidense domina esse instituto, o que permite relacionar o instituto como reprodutor do consenso liberal e ignorando as particularidades históricas, políticas, econômicas e sociais das regiões brasileiras.

Uma outra análise geral é que há dois discursos comuns nos textos analisados. O primeiro é que a imposição das medidas restritivas pelo Estado é compreendida como uma forma autoritária, totalitária ou disfarçada de um “socialismo sanitário”, pois na ótica ultraliberal as restrições, lockdown, uso obrigatório de máscara e de vacinação são uma afronta a liberdade individual. Essa associação é uma interpretação forçada, pois inverte o entendimento que a liberdade individual é mais relevante que a saúde coletiva e além de demonstrar o conspiracionismo. A inversão do entendimento de liberdade ocorre pois, como explica Mariutti (2017), o termo “liberdade individual” ganha diferentes conotações entre os precursores do liberalismo desde a Revolução Francesa e da democracia moderna, tornando-se então polissêmica e conceitualmente confusa entre a liberdade dos antigos e do moderno<sup>20</sup>. Assim, a concepção de liberdade dos ultraliberais gera tensões com a sociedade democrática e com os governos que seguiram corretamente as recomendações sanitárias.

Outro fator que mostra que a compreensão de liberdade é inversa está relacionado com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, pelo qual determina que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos...” (BRASIL, 1988). Esse artigo demonstra que as medidas de restrição (do distanciamento social, quarentena e o *lockdown*) e segurança (como o uso de máscara e de vacinação) são necessárias, pois a saúde coletiva é dever do governo e, portanto, que a saúde coletiva deve estar acima da liberdade individual. Dessa forma, o pensamento ultraliberal provoca uma tensão e conflitualidade com o estado

---

<sup>20</sup> A questão ocorre com Benjamim Constant, no livro “Da liberdade dos Antigos comparada à dos modernos” quando interpreta o individualismo e a possibilidade de autonomia na sociedade moderna na Revolução Francesa. Constant critica a liberdade dos antigos, que era constituída pela participação ativa e constante do poder coletivo e coercitivo, e defende a liberdade dos modernos, que para ele deveria ser segurança dos privilégios privados. Segundo Mariutti (2017) a liberdade dos antigos era adequada às condições da sociedade de seu tempo, enquanto a liberdade dos modernos havia uma concepção de se submeter apenas às leis mas na garantia de ser protegido contra a arbitrariedade e que a “liberdade individual privada deve se sobrepor às deliberações e aos deveres públicos” (p.3-4). O mesmo autor ainda afirma que a concepção de liberdade de Constant é oriunda do *laissez-faire*, o que se configura numa liberdade (negativa) em que o Estado deve assegurar o livre-comércio sem interferir no mercado e garantir a liberdade individual.

democrático de direito. Cruz (2021, não paginado), em matéria da Nexo, relaciona os perigos do pensamento dos defensores da liberdade durante a pandemia e reflete que “sem medidas restritivas, o Brasil ficará também sem perspectiva de sair do colapso sanitário em que se encontra”. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), essas medidas de restrição e de segurança são indicadas para retardar a transmissão do coronavírus, embora, reconheça que elas possam afetar a sociedade e até de gerar a crise econômica.

As medidas de distanciamento físico em grande escala e as restrições de movimento, frequentemente chamadas de 'travamentos', podem retardar a transmissão do COVID-19 ao limitar o contato entre as pessoas. No entanto, essas medidas podem ter um impacto negativo profundo sobre os indivíduos, comunidades e sociedades, ao trazer a vida social e econômica quase ao fim. [...] A OMS reconhece que, em certos pontos, alguns países não tiveram escolha a não ser emitir pedidos de permanência em casa e outras medidas para ganhar tempo (OMS, 2020).

Portanto, a concepção da OMS é que se necessário, os governos devem adotar medidas de restrição e segurança para evitar ao máximo os agravamentos na saúde, mesmo que tais medidas tenham consequências econômicas e sociais. No caso da vacinação em massa, cito Pedro Villardi, coordenador de Projetos do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, em entrevista para o podcast Café da Manhã (2021) que diz “...que a vacinação é uma estratégia de saúde pública coletiva e não existe imunidade individual. Ou o mundo inteiro está seguro, ou ninguém está seguro”. Esse trecho reforça três fatos: da necessidade da quebra de patentes temporária para baratear a vacinação; da vacinação de todos os grupos etários; e do esforço para a vacinação mundial, e não apenas nos países mais desenvolvidos.

Pelas reflexões acima, considero que os textos dos autores ultraliberais, além de tensionar a sociedade contra o estado democrático de direito, são sensacionalistas e desinformadores ao ignorar que as medidas restritivas e de segurança intencionam evitar o colapso de saúde nos hospitais com ocupação máxima de leitos nos hospitais, do descontrole de contaminações e surgimento de novas variantes. De fato, não existe uma saída fácil para combater a pandemia da Covid-19, entretanto, a saúde coletiva deve ser mantida acima da liberdade individual e até da economia - afinal, “a economia se recupera, já as vidas não!”. Portanto, as estratégias de quarentena, *lockdown*, obrigatoriedade de uso de máscara e vacinas

são necessárias para a saúde coletiva. Em relação às vacinas, os textos ultraliberais desinformam o leitor quando relacionam que nem todas as faixas etárias precisam de vacinação contra o Covid-19, como jovens e crianças, e que a imunidade natural é suficiente para evitar problemas sanitários. Sobre a distribuição de vacinas e da quebra temporária de patentes, o discurso ultraliberal reafirma o interesse no investimento privado, na lucratividade da empresa e no individualismo.

O segundo discurso comum é que existe uma ideia de “neura, histeria e exagero” sobre a pandemia do Covid-19, o que prejudica o pensamento crítico e que ignora os mais de 246,7 mil infectados e mais de 5 milhões de morte no mundo<sup>21</sup>, das novas variantes como Alfa, Beta, Gama, Delta e Ômicron, do colapso de saúde e na dificuldade de vacinação de países menos desenvolvidos. Essa visão ultraliberal, além de confundir a opinião pública, tem estreita relação com o negacionismo e o conspiracionismo – tal como uma dominação do “marxismo cultural”, que são pensamentos presentes na maioria dos grupos conservadores (MARIUTTI, 2020) da nova direita brasileira.

Conforme analisado, os textos reproduzem o discurso ultraliberal com a defesa da liberdade individual e da elite empresarial que ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil, banalizando a doença e minimizando os seus impactos para a população mais pobre e vulnerável. Como consequência, esse discurso promove a desinformação, negacionismo científico e a teoria conspiratória que promovem, sobretudo, a radicalidade política com o aumento do contra-público ultraliberal e da influência conservadora na opinião pública (ROCHA, 2018; SOLANO, ROCHA, 2019).

## Conclusões

*Think tanks* são instituições relevantes para a sociedade ao buscarem influenciar a opinião e políticas públicas por meio de pesquisas, artigos científicos, textos em blogs, episódios de *podcast*, vídeos de Youtube e entre outras formas. Criados nos EUA no século XX, os *thinks tanks* passaram por profundas metamorfoses tornando-se mais complexas. A mundialização e expansão dos *think tanks* possibilitaram que os *think tanks* tornassem ainda

---

<sup>21</sup> Dados retirados de matéria da CNN com data de publicação e referência no dia 01 de novembro de 2021 (BEECH, KWON, 2021).

mais poderosas. A maioria dessas instituições e as mais influentes estão nos países hegemônicos, como os EUA, e até nos principais emergentes, como a China, o que representa uma relação de interesse, poder e uma reprodução da colonização do pensamento nos países periféricos ou do consenso como forma de cultura civilizatória. O Brasil é o segundo país com maior quantidade de *think tanks* na América Latina, representando, portanto, uma relevância geopolítica de *think tanks* que, paradigmaticamente disputam territórios e poder no país.

Os primeiros institutos brasileiros foram criados nas décadas de 1940 e 1950, e entre os diversos tipos e doutrinas econômicas defendidas pelos *think tanks*, problematizei nesse artigo a ascensão de institutos ultraliberais. Dentre esses institutos, foquei no mais popular, como o Instituto Ludwig von Mises-Brasil. Esse instituto brasileiro homenageia o pensador Ludwig Mises e foi criado em 2007 pelo conservador Hélio Beltrão, que teve afinidade com o governo Bolsonaro. O IMB através de seu site oficial e de suas redes sociais, reproduz o pensamento da Escola Austríaca, denominada de ultraliberalismo, por meio de materiais publicados como textos, artigos, cursos, podcast, vídeo no Youtube e até com venda de camisetas e canecas com frases como “Menos Marx, Mais Mises” e “Imposto é roubo”. Essa corrente de pensamento econômico defende uma visão mais radical de liberalismo, principalmente com os libertários e anarcocapitalistas que defendem o fim do Estado, a privatização, o livre-mercado e a liberdade individual, o que eleva a conflitualidade e o conservadorismo.

Como visto, esses *think tanks* ultraliberais contribuíram para a formação do contrapúblico ultraliberal que promoveu a territorialidade conservadora nas ruas desde 2013 e nas redes sociais que levaram à radicalidade política e ao golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Além disso, foi identificada uma ampla rede de influência de *think tanks*, movimentos sociais, influenciadores e organizações conservadoras que fortaleceram o recrudescimento da nova direita, possibilitando a eleição de políticos ultraliberais conservadores desde 2016 e do aumento da influência conservadora.

A partir da metodologia da análise de discurso, nos materiais publicados em 2021 sobre a pandemia da Covid-19, foi possível avaliar que o Instituto Mises Brasil reproduziu o pensamento de que as medidas de restrição e segurança são formas de autoritarismo ou

totalitarismo que ferem a liberdade individual e que prejudicam a economia. Esse discurso gera tensões na sociedade ao criticar as medidas de restrição e segurança que os governos utilizaram para o combate à pandemia, ignorando a saúde coletiva, o colapso dos hospitais, a aparição de novas variantes da Covid-19 e a importância da vacinação em massa. Além disso, foi identificado na análise que os textos ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil contribuindo para a desinformação, o negacionismo e o conspiracionismo que promovem a disputa territorial e informacional.

### Referências

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BELTRÃO, Helio. Liberem a hidroxicloroquina. **Folha de SP**. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/03/liberem-a>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BELTRÃO, Helio. GELLER, Anthony. Todas as vacinas importam — inclusive as importadas por empresas privadas. **MISES BRASIL**. 08 abr.2021. Disponível em <https://www.mises.org.br/article/3339/todas-as-vacinas>. Acesso em: 12 dez.2021.

BELTRÃO, Helio. O atual sistema de patentes prejudica a inovação que pretendia incentivar. **MISES BRASIL**. 12 mai.2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3348/o-atual>. Acesso em: 12 dez.2021.

BRASIL. Lei nº14.125/2021. **Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado**. Brasília, 10 mar.2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.125> Acesso em: 12 dez.2021

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

BEECH, Samantha. KWON, Jake. Número de mortos por Covid-19 no mundo passa de 5 milhões. **CNN**. 01 nov. 2021. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mundo-passa-a-marca-de-5-milhoes-de-mortes-causadas-pela-covid-19/> Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

BOUDREAUX, Donald. A tirania, enquanto ela vigora, não é reconhecida por suas vítimas. **MISES BRASIL**. 27 fev. 2021. 2021a. Disponível em:

<https://www.mises.org.br/article/3317/a-tirania-enquanto-ela-vigora-nao-e-reconhecida-por-suas-vitimas> . Acesso em 12 fev.2021.

BOUDREAUX, Donald. Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o *lockdown*. **MISES BRASIL**. 23 mar.2021. 2021b. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3335/poderiam-ao-menos-ter-a-decencia> . Acesso em: 12 fev.2021.

CAFÉ DA MANHÃ: **O mundo deve quebrar as patentes das vacinas?** Entrevistado: Pedro Villardi. Entrevistador: Magê Flores, Mauricio Meireles. Folha de SP. 7 abr.2021. Podcast.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CECEÑA, Ana Esther. Subvertir la modernidad para vivir bien. In: ORNELAS, Raul; BATRA, Armando (coords.). **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. Primeira edição. UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, México, 2013, p.91-128.

CORACCINI, Raphael. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN**. 02 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos> Acesso em: 15 mar. 2021.

COSTA, Cátia Miriam. Think Tanks num mundo globalizado. **Revista Janus**, Lisboa, v1., [s.i], p.110-111, 2017. Disponível em: <http://janusonline.pt>. Acesso em 08 mar. 2020.

COSTA, Pedro. CARVALHO, Daniel Homem. Com o enorme rombo orçamentário gerado pela Covid-19, por que não descriminalizar os jogos. **MISES BRASIL**. 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3345/com-o-enorme-rombo-orcamentario-gerado-pela-covid-19>. Acesso em: 12 dez.2021.

CRUZ, Isabela. Como o exercício da 'liberdade' afeta a coletividade na pandemia. 10 abr. 2021. **Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/10/> Acesso em: 03 mar.2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL**. A.6 n.16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

GOMEZ, Jorge Ramon Montenegro. “Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural em América latina.” In: FERNANDES, (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.249-274.

GELLER, Anthony. A melhor maneira de combater a atual carestia: reabrir todas as economias. **MISES BRASIL**. 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3355/a-melhor-maneira-de-combater>. Acesso em: 12 dez.2021.

GREAT BARRINGTON DECLARATION. **The Great Barrington Declaration**. 20 out.2020. Massachusetts: EUA. Disponível em: <https://gbdeclaration.org/> Acesso em: 20 jan.2021

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

INSTITUTO MILLENIUM. O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade? **Revista Exame**. 26 jun.2019. Disponível em <https://exame.com/blog/instituto-millennium/o-que-pensar-sobre-o-projeto-que-criminaliza-o-abuso-de-autoridade/>. Acesso em: 04 out. 2020.

JIMÉNEZ, Carla. O nem príncipe nem vice da política brasileira. **El País**. 15 nov.2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573833639>. Acesso em: 25 jan. 2021.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. People's Friendship University of Russia: Expressão Popular, Moscou, 2015.

KULLDORFF, Martin. BHATTACHARYA, Jay. Passaportes de vacina: uma maneira garantida de os regimes expandirem seus poderes. **MISES BRASIL**. 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3347/passaportes-de-vacina-uma-maneira-garantida-de-os-regimes-expandirem-seus-poderes-> .Acesso em: 12 dez.2021.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. **Textos para discussão**. Unicamp, Campinas, n.380, maio.2020.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Introdução ao pensamento liberal: sobre a liberdade em Benjamim Constant e em Alexis de Tocqueville. **Textos para discussão**. Unicamp, Campinas, n.285, fev. 2017.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. **CLACSO**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires. Julio 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. [s.l]: Melusina, 2011.

MCGANN, James G., **2020 Global Go To Think Tank Index Report**. Instituto Lauder, Universidade da Pensilvania, EUA, 2021. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/think\\_tanks/18](https://repository.upenn.edu/think_tanks/18) Acesso em: 18 mar. 2021.

MISES BRASIL. Quem somos. **Mises Brasil**. 20???. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/About.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MISES BRASIL. **MISES BRASIL 2019**. Panfleto digital com projetos nas redes sociais. 24f. 2019. Disponível em: <https://clube.mises.org.br/assets/doc/projetos.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MORI, Letícia. 'Se Bolsonaro acha que vai tirar o lado liberal e continuar com o mesmo apoio, está enganado', diz presidente do Instituto Mises. **BBC Brasil**. 14 ago.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53774028>. Acesso em: 12 dez.2021.

OMS. Doença por coronavírus (COVID-19): imunidade de rebanho, lockdowns e COVID-19. Redação. **Organização Mundial da Saúde**. 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/herd-immunity-lockdowns-and-covid-19>. Acesso em: 15 jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p 20-33, mar. 2012.

ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises"**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCKWELL, Lew. Por que não é crime dirigir alcoolizado. **MISES BRASIL**. 24 jun. 2008. Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=115> Acesso em 05 jan. 2021.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A rede de think tanks (neo)liberais: entre a persuasão e o avanço do neoconservadorismo no Brasil. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78056>. Acesso em: 21 dez.2021

RIBEIRO, Leandro Nieves. Think tanks (neo)liberais no Brasil: o caso do discurso ultraliberal do Instituto Mises Brasil sobre a Pandemia covid-19 em 2021. **Anais SEMANA DE GEOGRAFIA**, 21, 2021. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2021b. p.85-112. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13DDp9x>. Acesso em: 21 dez.2021

RIBEIRO, Leandro Nieves. Entre a persuasão e o avanço do (neo)conservadorismo: o contrapúblico ultraliberal formado pelos think tanks (neo)liberais no Brasil. **Anais SEMANA DE HISTÓRIA**, 20, 2021. Samambaia: UFG, 2022a (no prelo).

RIBEIRO, Leandro Nieves. Think tanks e a territorialidade neoconservadora da nova direita no brasil: uma análise do discurso do instituto liberal no e pós-golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff até as eleições de 2018. **Anais JORNADA DO TRABALHO**, 21, 2021. Santa Maria: UFSM, 2022b (no prelo).

SECCHI, Leonardo. ITO, Letícia Elena. *Think tanks* e universidade no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 46, p. 334-354, jan./jun. 2016.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**. A crise política no Brasil. 1a edição. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

TUCKER, Jeffrey. Lockdown: a nova ideologia totalitária. **MISES BRASIL**. 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3298/lockdown-a-nova-ideologia-totalitaria>. Acesso em: 12 fev.2020.

TAMNY, John. E se o Coronavírus houvesse se espalhado sem ser detectado?" **MISES BRASIL**. 05 fev.2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3327/e-se-o-coronavirus-houvesse-se-espalhado-sem-ser-detectado> . Acesso em: 12 fev.2020.



## TRABALHO, GÊNERO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)<sup>1</sup>

Maria Aparecida Martins dos Santos<sup>2</sup>  
*Universidade Estadual Paulista*

### Resumo

Como citar:

SANTOS, M. A. M. dos. Trabalho, gênero e subordinação do campesinato no Pontal do Paranapanema (São Paulo). **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 181-199.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9132>

**Recebido em:** 2021-12-29

**Devolvido para correções:** 2022-02-01

**Aceito em:** 2022-09-15

**Publicado em:** 2022-09-22

O presente artigo objetiva apresentar resultados de pesquisa do trabalho de conclusão de curso e debates teóricos alcançados no desenvolvimento da pesquisa de nível mestrado. Desse modo, tecemos discussões sobre a subordinação do campesinato, através da integração na produção de pepinos na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo), sobretudo, no que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção. Dessa forma, consideramos que a pesquisa científica, ao mesmo tempo em que, identificou as estratégias de subordinação da empresa que determina o pacote de produção de pepinos, também demonstrou que a mesma fortalece a desigualdade de gênero invisibilizando o trabalho da mulher camponesa.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Subordinação; Produção de pepinos; Gênero

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup>Licenciada e Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma universidade. É membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT e do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema - NEAPO.

E-mail: [maria.martins@unesp.br](mailto:maria.martins@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2932-5303>

## TRABAJO, GÉNERO Y SUBORDINACIÓN DE LOS CAMPESINOS EN PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)

### Resumen

El presente artículo tiene como objetivo presentar los resultados de investigación obtenidos a través del trabajo de finalización del curso y los debates teóricos alcanzados en el desarrollo de la investigación de nivel de maestría. De esta manera, se discute la subordinación del campesinado, a través de la integración en la producción de pepinos en la región de Pontal do Paranapanema (São Paulo), especialmente en lo que respecta a las relaciones laborales, al mismo tiempo que identificó las estrategias de subordinación de la empresa que determina el paquete productivo del pepino, también mostró que fortalece la desigualdad de género invisibilizando el trabajo de las mujeres campesinas. En este marco que la investigación científica, al mismo tiempo que identificó las estrategias de subordinación de la empresa que determina el paquete productivo del pepino, también mostró que fortalece la desigualdad de género invisibilizando el trabajo de las mujeres campesinas.

**Palabras clave:** Cuestión agraria; Subordinación de los campesinos; Producción de pepinos; Género

## LABOR, GENDER AND SUBORDINATION OF THE PEASANTRY IN PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)

### Abstract

This article aims to introduce the results of the research, obtained through the course conclusion and theoretical debates achieved in the development of master's level research. In this way, we discussed the subordination of the peasantry, through integration in the production of cucumbers in the Pontal do Paranapanema region (São Paulo), above all, with regard to the labor relations of women in this production model. Thus, we consider that scientific research, while identifying the subordination strategies of the company that determines the cucumber production package, also demonstrated that it strengthens gender inequality by making the labor of rural women invisible.

**Keywords:** Agrarian question; Subordination of the peasantry; Cucumber production; Gender

## Introdução

Este artigo traz para o debate os resultados obtidos no trabalho de conclusão de curso (2018) e as reflexões teóricas alcançadas através do desenvolvimento da pesquisa em nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente. Queremos, por meio dele, oferecer discussões pertinentes aos estudos sobre a subordinação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo) ao que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção.

A região do Pontal do Paranapanema é localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, tendo sua formação territorial caracterizada por intensos conflitos agrários, uma vez que, seu território é compreendido pelo embate de povos indígenas e os primeiros colonizadores, seguido das grilagens de terras (falsificação de documentos para titularização de terras), pela intervenção do Estado que procurava retomá-las (terras devolutas) e pelo processo de ocupação e a luta pela terra. Por isso, entendemos que a ciência geográfica ocupa um lugar importante nas pesquisas científicas sobre os conflitos territoriais agrários que emergem neste território. Estudar a reprodução do campesinato implica, para nós, uma atenção fundamental para as discussões sobre as relações de gênero e como elas se expressam através da forma de organização da produção, da comercialização e das relações comunitárias.

As mulheres camponesas desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento no campo. Estão organizadas na busca por direitos e autonomia dentro do lote, atuando e decidindo sobre as atividades relacionadas ao trabalho produtivo, por exemplo, na produção de alimentos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indica que as mulheres camponesas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos no mundo, no Brasil cerca de 20% da agricultura estão nas mãos delas, além da preocupação com meio ambiente e garantia da Soberania Alimentar, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade. Porém, o processo de emancipação do trabalho produtivo é fruto de muita luta, marcado e reafirmado pela opressão de gênero que invisibiliza e subordinada o trabalho da mulher, no sentido que as atividades produtivas são extensão do trabalho do homem, visto apenas como uma ajuda e o trabalho reprodutivo

como obrigação e responsabilidade da figura feminina, vinculado à papéis socialmente construídos e atribuídos ao gênero.

É desta forma que delimitamos o recorte do nosso objetivo para o entendimento das relações de trabalho das mulheres camponesas, principalmente na dimensão da produção de alimentos nos assentamentos rurais de reforma agrária. Para chegar até este objetivo nós selecionamos para o recorte analítico o envolvimento das mulheres na produção de pepinos para conserva na região do Pontal, entendendo-o como uma estratégia do capital agroindustrial para subordinar o campesinato por meio do controle da forma de organização da produção, da renda e da rotina de trabalho.

Nossa proposta se ancorou nos recursos metodológicos da pesquisa qualitativa, nos apoiando em entrevista semiestruturada para construção de informações primárias que foram confrontadas com o referencial teórico, tais como Federici (2019), Esteve (2017), Bombardi (2011), Thomaz Jr. (2010), Tavares dos Santos (1984), que nos dão o suporte para qualificar o debate de nossa pesquisa. O recorte empírico da pesquisa inclui a escala do Pontal do Paranapanema e do lote (para desenvolvimento da metodologia crítica). Na seleção do perfil das famílias para o estudo considerou-se aquelas em que a mulher trabalhava diretamente na produção de pepinos. Os trabalhos de campo foram fundamentais para o acompanhar a família e sua jornada de trabalho na produção de pepinos.

## **Desenvolvimento**

O trabalho na agricultura com raízes na mão de obra da família camponesa, expressa condições de libertação e de emancipação, sendo a terra a base da propriedade do trabalho familiar camponês (SOUSA e CONCEIÇÃO, 2010). “Um dos princípios desse modelo seria o resgate dos valores que os camponeses construíram ao longo da sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si” (SILIPRANDI, 2015, p. 294). Cada membro da família possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família há uma divisão técnica do trabalho produtivo entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho produtivo, enquanto o trabalho reprodutivo é de incumbência muitas vezes exclusiva da(s) mulher(es) da família.

Entretanto, quando problematizamos a divisão técnica e sexual do trabalho da forma como ela é historicamente construída constatamos que, tanto no campo quanto na

cidade, há atividades socialmente atribuídas às relações de gênero. Entendemos gênero como:

[...] uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado [...] (SCOTT, 1995, p. 5).

Desse modo, podemos considerar que o capitalismo se aproveitou da condição das atribuições de gênero e a imposição do trabalho reprodutivo à mulher transformando essas relações em um ato de amor, sendo que o “nosso papel como mulher é sermos servas felizes e amorosas” (FEDERECI, 2019, p. 44). Portanto, o trabalho doméstico é umas das faces da função de reprodutora, resultando em relações opressoras que vêm sendo reafirmadas pelo capitalismo.

Tendo amparo nestes recursos analíticos é que nos preocupamos em entender como se desenvolvem as relações de gênero no campo e como esse processo cria características específicas a partir do processo de integração da agricultura camponesa ao capital, verticalizado na produção de pepinos.

A integração das famílias no cultivo de pepinos estabelece uma relação de trabalho destrutiva, pois controla o tempo, a produção e o trabalho da/do camponesa/ês impondo uma intensa jornada de trabalho e o uso excessivo de agrotóxicos que a empresa julga necessário. A rotina trabalho da família na integração destrutiva segue o calendário determinado pela empresa, ou seja, eles se veem obrigados a realizar atividades submetendo-se ao tempo e às formas de organização do trabalho imposto pela lógica de produção capitalista, sendo esta quem determina o período de preparo do solo, do plantio e entrega final do produto. Desse modo, com a pesquisa identificamos que as estratégias de produção (aquela que beneficia a empresa) está na subordinação do trabalho das famílias camponesas, ou seja, dentro desse pacote de produção há uma determinação de como deve ser o trabalho aliado às lógicas de exploração e o uso excessivo de venenos.

De modo geral, constatamos que as formas de alterações do trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JR., 2011) uma “modernização perversa que, ao invés de libertar, emancipar o trabalhador, deixa-

o subordinado, oprimido e explorado” (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p. 70). Em nosso recorte de estudo, vemos que as famílias produtoras de pepinos se veem sem autonomia no trabalho e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente, pelas implicações causadas pelos agrotóxicos, uma vez que não há políticas públicas que apareçam como alternativa a essa integração destrutiva.

A bibliografia indica que a finalidade do capital é controlar o trabalho e a/o trabalhadora/or, objetivando através desse controle a possibilidade de acumular riqueza e eliminando dessa forma a característica de trabalhadora/or livre. Nesse sentido, a/o trabalhadora/or deve ser proprietário apenas da sua força de trabalho e no caso das/os camponesas/es produtores da terra (essa capaz de gerar o produto final) para que sendo libertos (neste caso não são proprietários) do produto final (pepino) eles vendem sua força de trabalho que é necessária para a produção dos pepinos para a empresa. O reflexo do avanço do capital no campo efetiva a expropriação do trabalho da família camponesa e monopoliza sua terra.

Sendo assim, as camponesas e os camponeses têm sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, “o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial” (TAVARES, 1984, p. 129).

Além da subordinação do trabalho, a empresa controla a família através da imposição via empréstimo de venenos. Durante a safra, as famílias recebiam visitas periódicas do técnico que os instruíam sobre formas de trabalhar na produção e o manuseio de aplicação dos venenos, lembrando que, além dessa instrução de como produzir as famílias estavam também submetidas à ação dos agrotóxicos e ao ritmo de crescimento dos pepinos.

Sobre a exposição aos riscos pelo uso de venenos, de acordo com Dossiê ABRASCO (2015), o Brasil lidera o *ranking* no consumo de agrotóxicos levando o país a consumir sozinho cerca de 1/5 deles. Bombardi (2011) aponta que é alarmante o consumo de agrotóxicos no país e que isso seria decorrente, principalmente, da expansão da produção das *commodities*, relacionado principalmente para a produção de combustível. O uso de venenos na produção de pepinos também é determinado pela empresa e relacionado às

alterações de trabalho. Desse modo, além da submissão a intensa jornada de trabalho, a família está exposta a riscos de intoxicação e contaminação pelo contato direto ou indireto diário aos agrotóxicos comprovando a integração destrutiva da família.

Há de se considerar que um dos principais motivos das famílias apostarem nessa produção é pela ausência do Estado, na criação e manutenção de políticas públicas. Com o golpe de 2016 as políticas públicas foram se esvaziando e na atualidade, o que temos é um projeto combinado de destruição das políticas públicas com a perseguição e criminalização dos movimentos sociais.

O enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>1</sup>, que incentivava as famílias camponesas a produzirem alimentos que eram comprados via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que os destinavam a centros de apoio social, conforme aponta Leal (2017). O mesmo autor salienta que:

Os camponeses, incentivados pelo MST, e mediante parcerias com as instituições públicas responsáveis que estavam se envolvendo e apostando no Programa, vislumbraram que poderiam ser beneficiados. Aumentar e diversificar a produção de alimentos para atender a demanda dos trabalhadores dos centros urbanos e acampados sem terras em situação de insegurança alimentar, objetivo desde há muito reivindicado pelo movimento social, se apresentava como factível. (LEAL, 2017, p. 46).

Era expressiva a forma como o programa se expressava nos assentamentos rurais incentivando as jovens e os jovens e visibilizando o trabalho da mulher estabelecendo novas relações de trabalho, ou seja, pois configuraram novas formas de relações sociais e econômicas dentro das famílias, isso porque as famílias tinham para onde escoar suas produções.

---

<sup>1</sup> O Programa foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O PAA tem como principal objetivo estimular o campesinato por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Posteriormente a criação do PAA foi conquistada a modificação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar sejam para aquisição de alimentos oriundos da agricultura de base familiar. A criação do PAA e a promulgação da Lei Nº 11947 trouxeram nova importância e dinamismo para o mercado institucional. Isso tem estimulado os governos a criarem seus próprios programas de compra de alimentos, a exemplo do Programa da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) do Governo do Estado de São Paulo, que incentiva os camponeses a direcionarem a produção para esse tipo de mercado. A constituição do PAA também foi importante na derrubada da lei de licitações para aquisição de alimentos oriundos do campesinato no mercado institucional (LEAL, 2017).

Porém, a partir de 2016 começamos a presenciar um desmonte significativo das políticas públicas destinadas ao campo, sobretudo a partir do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT), onde o retrocesso se tornou mais expressivo, principalmente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A fragilidade do programa também se sucede da burocracia para a execução das chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e outras políticas públicas, sobretudo ao que diz respeito à complexidade com a documentação a ser entregue (REIS, 2015; LEAL, 2017) ocasionado atrasos para a aprovação das propostas no ano de 2015. A documentação diz respeito aos projetos que as associações e cooperativas de camponesas e camponeses, que consistem em um conjunto de atas, DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf), prestação de contas, etc. Essas associações e cooperativas na maioria das vezes não contam com pessoas especializadas em secretaria e contabilidade, tendo que recorrer à ajuda de parceiros ou secretarias municipais de agricultura, o que acaba resultando em atrasos, gastos e outros prejuízos.

Com o cenário que leva ao fim e/ou diminuição do PAA na região do Pontal do Paranapanema, um dos desafios postos às famílias camponesas é que sem o programa elas têm dificuldade em vender sua produção de alimentos e/ou se manterem na terra. Uma das alternativas “fáceis” encontradas por essas famílias é a produção de pepinos.

Ao analisarmos essas questões que foram pontuadas acima, houve a necessidade de entender como eram e são estabelecidas as relações de trabalho das mulheres envolvidas na produção de pepinos, desse modo, abaixo sistematizamos através das entrevistas como é organizada a jornada de trabalho durante os noventa dias de cultivo:

a) **Preparo do solo:** O preparo do solo quando a empresa avisa a família os meses certos de produção dura cerca de 60 dias, porém quando não há o aviso prévio o preparado dura apenas 1 dia. As atividades realizadas são: tombar a terra (tombaço), adubação (realizada com fertilizante e esterco de galinha), enlonamento do solo, montagem da estrutura. Neste estágio trabalha toda a família sem a necessidade da contratação de mão-de-obra.

**Figura 1.** Preparo do solo e infraestrutura para plantio de pepinos



**Fonte:** Acervo pessoal.

b) **Plantio:** No momento do plantio a família contrata diaristas durando um dia de trabalho. A atividade neste estágio é a semeadura (lançar as sementes de pepinos no solo).

c) **Instalação dos fitilhos:** A família instala os fitilhos logo após a semeadura. Essa atividade dura 4 dias de trabalho. E a família o considerou leve, porém cansativo. Mulher e homem.

d) **Poda e condução pelos fitilhos:** Essa atividade dura 15 dias necessitando do envolvimento de toda família. Em alguns dias surge a necessidade da contratação do diarista. Esse período foi considerado de trabalho intenso, cansativo manifestando dores nas pernas, costas e cabeça. Ela é realizada agachada e durante os dias com o crescimento das plantas é realizada a posição de agachar e levantar o dia todo.

**Figura 2.** Preparo da infraestrutura: amarração dos fitilhos



Fonte: Acervo pessoal.

e) **Crescimento das plantas:** O crescimento das plantas dura cerca de 25 dias e é considerado uma atividade mais leve que exige acompanhamento e pulverização diariamente, expondo a família a riscos de intoxicação.

**Figura 3.** Crescimento das plantas



Fonte: Acervo pessoal.

f) **Colheita:** O último estágio da safra de pepinos é a colheita e também é o mais intenso. Para que não ocorra perdas de produção é necessário trabalhar o dia todo extrapolando a rotina da família. O trabalho se inicia às 06h00 da manhã e vai até às 22h00. As atividades realizadas são a colheita e ensacamento dos pepinos. Além de organizar e enviar para empresa (frete).

**Figura 4.** Colheita dos pepinos



**Fonte:** Acervo pessoal.

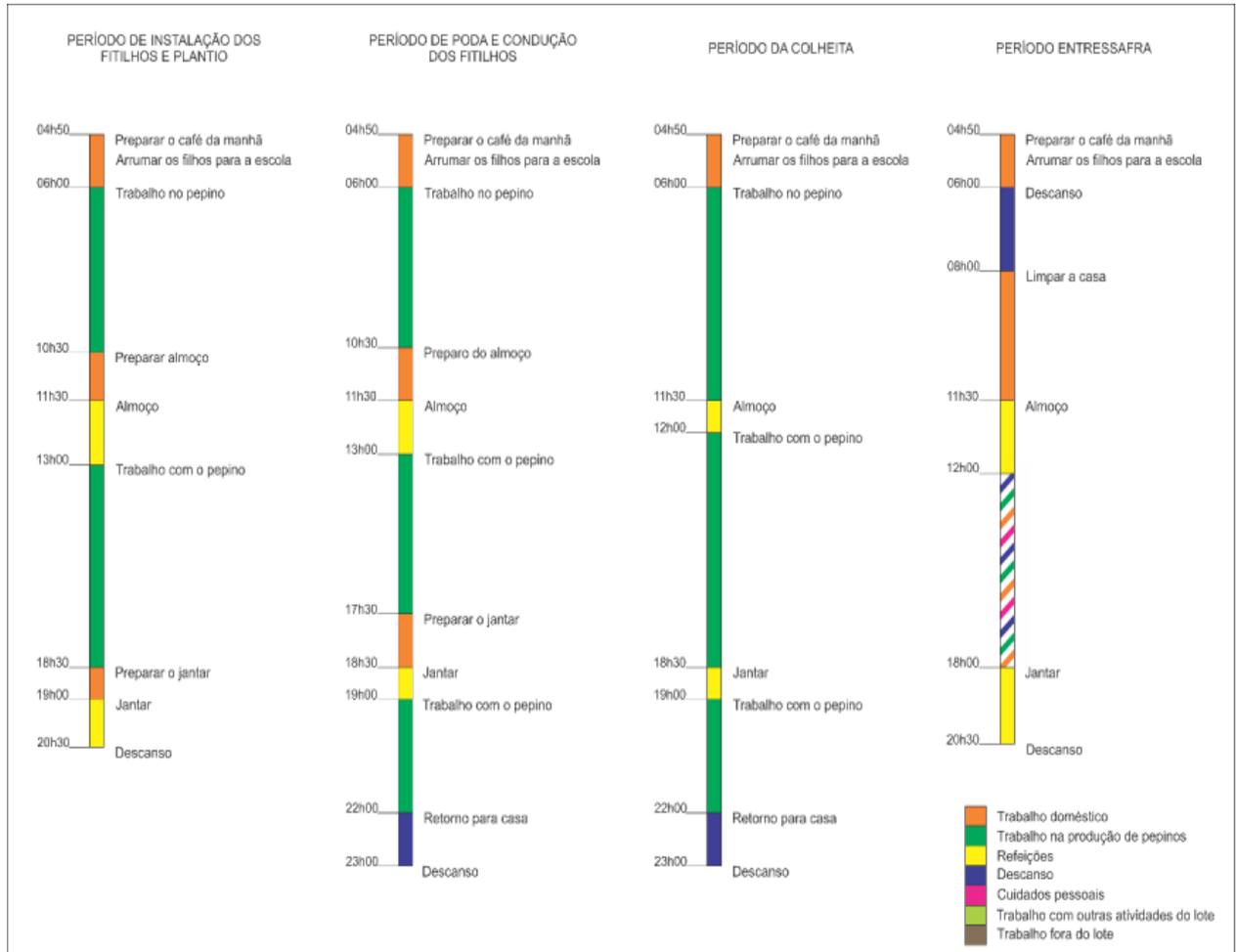
Esse detalhamento de cada etapa do trabalho destrutivo, construímos como forma de representar a degradante e extenuante jornada de trabalho, relógios individuais (figuras 01 e 02) da mulher e do homem<sup>2</sup>. Eles irão ilustrar a rotina de trabalho da família na produção de pepinos e no período entressafras. É importante destacar que no período entressafras utilizamos diversas colorações em um mesmo período, pois a família se envolve em

---

<sup>2</sup> É importante considerarmos que não são apenas a mulher e o homem que trabalham na produção, em grande parte dos casos, todos da família contribuem com as atividades. Como nosso objetivo é tratar especificamente do trabalho da mulher utilizamos como exemplos estes dois sujeitos.

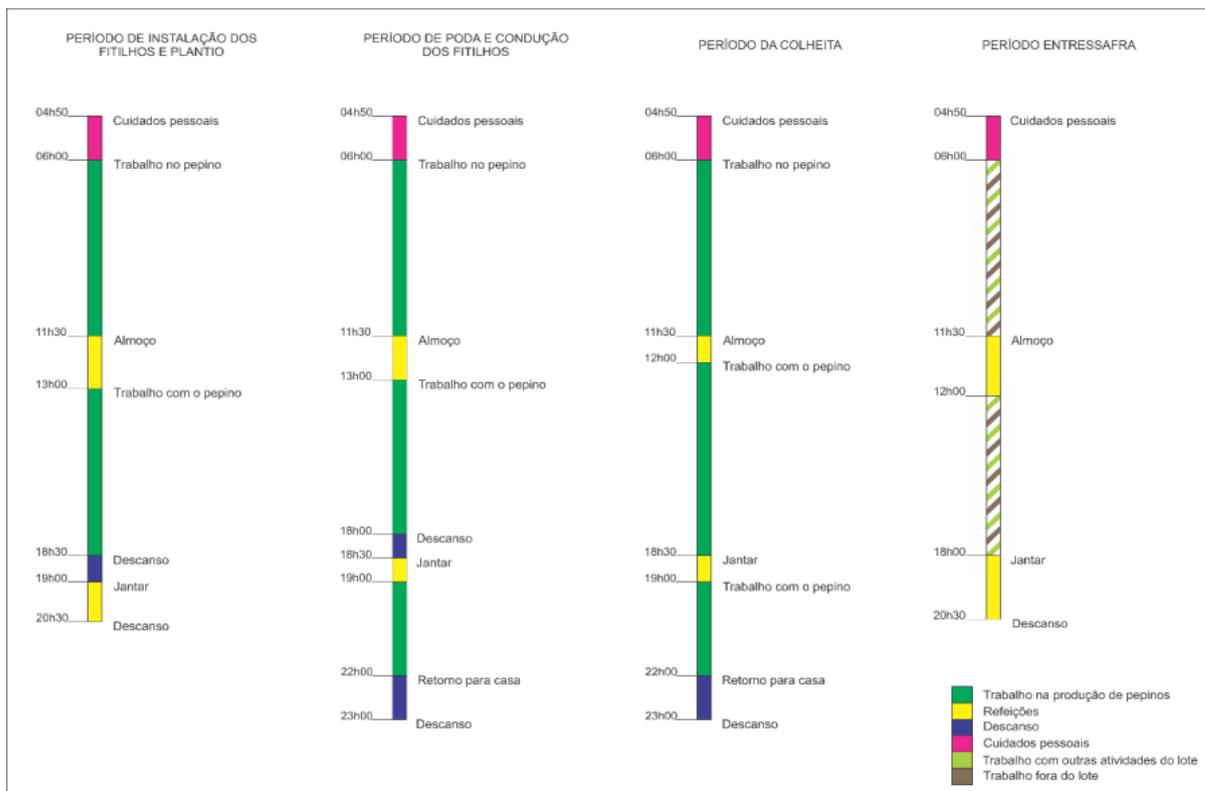
diferentes atividades, por exemplo, a mulher há dias que ela se dedica em cuidados com a beleza e dias que ela prepara pães e doces. O homem alguns dias trabalha no interior do assentamento e outros em atividades no interior do lote.

**Figura 5.** Rotina de trabalho da mulher



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 6. Rotina de trabalho do homem



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A jornada se inicia entre as 04h50 e as 05h00 da manhã. O trabalho doméstico é de responsabilidade da mulher. O cuidado com a família (preparar os filhos para ir à escola, cuidar da saúde, se preocupar com o bem-estar) também é de incumbência feminina, do mesmo modo que ela trabalha em todos os momentos da safra de 90 dias revelando a tripla jornada de trabalho.

É bastante evidente as análises teóricas que trouxemos neste texto quando observamos a representação das jornadas de trabalho. A rotina da mulher explicita o controle que o capitalismo e o patriarcado conseguem ter nas atividades de manutenção da vida. E a representação das diversas formas de violências da natureza e dos corpos.

Dentro do conjunto de análises visualizamos que a dimensão divisão técnica e sexual do trabalho para a produção de pepinos, criada pelos próprios membros da família, reforça o que é estrutural na nossa sociedade, considerando o conservadorismo do conjunto de papéis que estabelecem que determinados procedimentos laborais são de responsabilidade

da mulher ou do homem que merece atenção específica. Em geral, na maioria dos casos os homens são responsáveis pela aplicação dos venenos, pelo trabalho durante a montagem da estrutura, no plantio e na colheita. As mulheres se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher, além do serviço doméstico. As/os jovens e/ou as/os filhas/os colaboram mais durante a colheita quando o trabalho se torna mais intenso e em algumas atividades domésticas, principalmente as filhas. Essa divisão tem exposto a mulher a uma condição de subordinação pela autoridade do marido com seu trabalho em muitos casos definido apenas como uma ajuda familiar, a invisibilizando.

Outro aspecto interessante que Esteve (2017) destaca, sobre essa subordinação da mulher dentro dos assentamentos é que ela é um sujeito privado, isto é, todas as atividades em caráter privado tais os que já destacamos; trabalho doméstico, cuidado com os filhos e família, cuidado com a saúde da família, na maioria das vezes é todo sobre responsabilidade da figura feminina, enquanto o homem é uma figura pública, que estabelece relações muito mais incisivas com a comunidade, com o trabalho assalariado, participação em associações etc..

Se pensarmos na dimensão da renda, na maioria das vezes a mulher não possui independência econômica, elas não recebem remuneração alguma diretamente pelo trabalho que realizam, ficando à mercê dos maridos. Quando retomamos a análise da ilustração dos relógios, observamos que a mulher é envolvida em uma tripla jornada de trabalho que se divide em: cuidado da família, trabalho doméstico e o trabalho na produção dos pepinos, é na grande parte das condições das famílias elas não possuem remuneração direta a essas relações de trabalho da sua rotina.

Finalmente, estamos considerando que a produção de pepinos, integrada ao capital, tem como marcas fundantes o processo de subordinação do trabalho das famílias camponesas e na opressão de gênero. Quando uma família se entrega aos fetiches do capital, o faz com a prerrogativa de melhores condições de trabalho (oferta de assistência técnica e recursos materiais) e rápido retorno financeiro como garantia de renda, mas que, na verdade o que se materializa no cotidiano são os riscos iminentes para a saúde das famílias, e reafirmação da divisão sexual do trabalho e na designação de papéis específicos para mulheres e homens. É importante esclarecer que o sentido deste trabalho é a denúncia das estratégias de subordinação empenhadas pela empresa simbolizada pelo capitalismo.

E, dentro desta relação, que as mulheres são submetidas a condições degradantes de trabalho pelo processo produtivo do pepino de conserva que ao mesmo tempo que subordina seu trabalho enquanto sujeito histórico e social do campesinato reafirma as violências e opressões de gênero.

Porém, devemos considerar a importante atuação que as mulheres camponesas desempenham na produção e reprodução, pois elas produzem mais da metade dos alimentos consumidos, “produzindo alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando as sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade” (SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2016, p. 04).

É desta forma que também queremos agregar neste projeto a discussão sobre agroecologia, buscando uma análise sobre o protagonismo do trabalho da mulher camponesa no processo de transição agroecológica. Siliprandi (2015) denota que:

As lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo que ajudem os significados da sustentabilidade a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores, enfim – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, iria se apoiar em outras relações de produção e de apropriação da natureza (SILIPRANDI, 2015, p. 292-293).

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação camponesa, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e promovendo mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico, modelo este que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O protagonismo da mulher na agroecologia nos chamou atenção quando nos propusemos a desenvolver a pesquisa de mestrado, pois as discussões anteriores demonstraram como a construção social invisibilizou e invisibiliza o trabalho da mulher, quando nos deparamos com um modelo de produção que as reconhece, percebemos a mudança na valorização dada às questões de gênero.

Além disso, são principalmente as mulheres que se envolvem com a agroecologia, estudos produzidos pela SOF apresentam a importância da auto-organização das mulheres que protagonizam na linha de frente das esferas produtivas, segundo eles as experiências das camponesas ocupam os seguintes espaços:

[...] cooperativas, grupos de mulheres, feiras livres, grupos de compra, redes de economia solidária – para, enfim, chegar ao tema dos mercados institucionais. Sua importância para a autonomia das mulheres do campo, suas vantagens, seus desafios e as ameaças de retrocesso que rondam esses programas. Nesses debates, ficam claras as inter-relações entre a autonomia econômica, política e pessoal das mulheres, como processos simultâneos, um sustentando o outro (SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2016, p. 4).

Esse conjunto de contribuições que pautamos, nos permitem refletir que durante a construção da sociedade as mulheres sempre foram colocadas em uma condição de silenciamento oprimidas e acorrentadas pelas relações de opressão de gênero, porém, existem formas de produção e reprodução que emancipam o trabalho da mulher, neste caso a agroecologia.

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação do campesinato, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e a promoção de mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O agronegócio é caracterizado pela exploração dos territórios e o desenvolvimento do capitalismo no campo, a agricultura nesse modelo de produção é responsável pelo consumo em grande escala de agrotóxicos que adoecem a fauna, a flora, a saúde humana e animal. A agroecologia vai contra tudo isso, pois ela respeita a vida, o meio ambiente e o modo de vida dos sujeitos.

## Conclusão

As reflexões postas neste texto nos oferecem conteúdo para compreender como se relacionam gênero, trabalho e subordinação no Pontal do Paranapanema na condição da

produção de pepinos. Com ele, fazemos uma denúncia das estratégias destrutivas do capital e do patriarcado. Entendemos que o campesinato no Brasil tem sido considerado pelo Estado como uma classe à margem da sociedade, uma vez que, este não tem se dedicado na formulação e planejamento de políticas públicas efetivas que criem possibilidades concretas de reprodução socioterritorial destes sujeitos, não lhes restando alternativas de sobrevivência senão pela via da subordinação.

A nossa metodologia teve uma posição crítica ao representar essas informações apuradas nas pesquisas de campo. O desenvolvimento do capitalismo no campo violenta todos os dias o campesinato e a terra, explicitados principalmente no controle do trabalho e da terra da família camponesa e isso é alarmante.

As mulheres camponesas são marcadas por constantes disputas pelo corpo e pela terra. Da terra, pela concentração, pela expropriação, pela subordinação do trabalho do campesinato, pelo uso excessivo de agrotóxicos e tudo aquilo que o capital destrutivo simboliza. E do corpo, pela sua invisibilização enquanto mulher na sociedade e no campo. Usando o exemplo da dimensão da produção, em grande parte mesmo as mulheres atuando na linha de frente na produção, o trabalho delas é visto apenas como um ajuda. Essa invisibilidade da mulher é marcada pelo machismo e o capitalismo só sustenta essas opressões de gêneros.

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa no qual a família camponesa se encontra subordinada a realizar atividades submetendo-se ao tempo e à rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atrelados às dinâmicas da natureza. Já na agricultura da indústria está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

Entretanto, temos alternativas que firmam um compromisso social, político e econômico contra esse modelo destrutivo de produção e opressão, uma delas é a agroecologia. A agroecologia aparece como uma dimensão concreta que garante a emancipação do campesinato e das mulheres camponesas em seus territórios. É um modelo de vida que garante trabalho digno às famílias do campo e a Soberania Alimentar da

sociedade. As mulheres camponesas têm papel fundamental nesse processo e na produção agroecológica elas são os principais sujeitos que defendem a manutenção da agroecologia.

## Referências

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossie-agrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossie-agrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

ALVES, G. **Trabalho e Cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. 1. ed. Bauru/SP: Canal Editora, 2014.

BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Mulheres camponesas na América Latina e Caribe têm menos acesso a crédito que homens**. Publicado em: 18/07/2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-mulheres-camponesas-na-america-latina-e-caribe-tem-menos-acesso-a-credito-que-homens/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

FEDERICI, S. **O ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema - SP no contexto dos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LÔBO, E. S. **A questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho**. São Paulo: Perspectivas, 1981.

REIS, A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistências em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. **Mulheres do Campo Construindo Autonomia Experiências de Comercialização**. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>> Acesso em: 30 set. 2019.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada**, v. 11, n. 1, p. 64-76, jun. 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A.; FRANÇA JUNIOR, L. B. (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. 1. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5.

## COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIONALIZAÇÕES DO IBGE DE 1990 E 2017 EM MINAS GERAIS: BREVES DISCUSSÕES<sup>1</sup>

**Marina Gabriele Amarante Santos<sup>2</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)*

**Ana Márcia Moreira Alvim<sup>3</sup>**

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)*

### Resumo

Como citar:

SANTOS, M. G. A.; ALVIM, A. M. M.  
Comparação entre as regionalizações do IBGE de 1990 e 2017 em Minas Gerais: breves discussões. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 200-224.  
DOI:  
<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9084>

**Recebido em:** 2021-12-20

**Devolvido para correções:** 2022-06-20

**Aceito em:** 2022-07-20

**Publicado em:** 2022-09-22

Em 2017 foi realizada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma nova regionalização do território brasileiro, as denominadas regiões geográficas intermediárias e imediatas, em substituição às mesorregiões e microrregiões de 1990. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE considerando a hierarquia urbana do Estado de Minas Gerais constante no IBGE (2008). A hipótese da pesquisa é de que o IBGE levou em consideração, na nova regionalização, as redes urbanas, a hierarquia das cidades e as áreas conurbadas entre os municípios. Metodologicamente, este trabalho pautou-se na leitura das duas regionalizações e referenciais teóricos da área de Geografia Regional. Na regionalização de 1990 foram identificadas para Minas Gerais 12 mesorregiões e 66 microrregiões, já na de 2017, 13 regiões geográficas intermediárias e 70 regiões geográficas imediatas. Os limites das regiões mudaram, afinal, as relações entre os municípios se alteraram em função do processo de urbanização, do crescimento econômico, das políticas públicas, da Constituição de 1988 e das áreas conurbadas, modificando a organização do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Regionalizações; Regiões Geográficas; Mesorregiões e Microrregiões; Hierarquia de Cidades

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021 e passou por revisões e melhorias para publicação nesta edição especial.

<sup>2</sup> Geógrafa e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

E-mail: [amarantemarinageo@gmail.com](mailto:amarantemarinageo@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6190-659X>

<sup>3</sup> Doutora, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

E-mail: [ammalvim@gmail.com](mailto:ammalvim@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4749-7224>

## COMPARICI N DE LAS REGIONALIZACION ES DEL IBGE DE 1990 Y 2017 EN MINAS GERAIS: BREVE DISCUSIÓN

### Resumen

En 2017, el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística realiz  una nueva regionalización del territorio brasileño, las denominadas regiones geográficas intermedias e inmediatas, en sustitución de las mesorregiones y microrregiones de 1990. Por lo tanto, el objetivo general de la investigación es comparar las regionalizaciones de 1990 y 2017 del IBGE considerando la jerarquía urbana del Estado de Minas Gerais contenida en el IBGE (2008). La hipótesis de la investigación es que el IBGE tuvo en cuenta, en la nueva regionalización, las redes urbanas, la jerarquía de las ciudades y las áreas conurbadas entre los municipios. Metodológicamente, este trabajo se basó en la lectura de las dos regionalizaciones y referentes teóricos en el área de Geografía Regional. En la regionalización de 1990 se identificaron 12 mesorregiones y 66 microrregiones para Minas Gerais, mientras que en la de 2017 se identificaron 13 regiones geográficas intermedias y 70 regiones geográficas inmediatas. Los límites de las regiones cambiaron, después de todo, las relaciones entre los municipios cambiaron debido al proceso de urbanización, el crecimiento econ mico, las políticas públicas, la Constitución de 1988 y las áreas conurbadas, modificando la organización del territorio brasileño.

**Palabras clave:** Regionalizaciones; Regiones geográficas; Mesorregiones y microrregiones; Jerarquía de Ciudades

## COMPARISON BETWEEN IBGE'S 1990 AND 2017 REGIONALIZATIONS IN MINAS GERAIS: BRIEF DISCUSSIONS

### Abstract

In 2017, the Brazilian Institute of Geography and Statistics carried out a new regionalization of the Brazilian territory, the so-called intermediate and immediate geographic regions, replacing the mesoregions and microregions of 1990. Therefore, the general objective of the research is to compare the regionalizations of 1990 and 2017 of the IBGE considering the urban hierarchy of the State of Minas Gerais contained in the IBGE (2008). The research hypothesis is that the IBGE took into account, in the new regionalization, the urban networks, the hierarchy of cities and the conurbated areas between the municipalities. Methodologically, this work was based on the reading of the two regionalizations and theoretical references in the area of Regional Geography. In the 1990 regionalization, 12 mesoregions and 66 microregions were identified for Minas Gerais, while in the 2017, 13 intermediate geographic regions and 70 immediate geographic regions were identified. The limits of the regions have changed, after all, the relations between the municipalities have changed due to the urbanization process, economic growth, public policies, the 1988 Constitution and conurbated areas, modifying the organization of the Brazilian territory.

**Keywords:** Regionalizations; Geographic Regions; Mesoregions and Microregions; Hierarchy of Urban Centers

## Introdução

Região e Geografia Regional são respectivamente termo e subárea do conhecimento da Geografia, ambos essenciais para a compreensão das inúmeras regionalizações propostas pelos agentes governamentais. Regionalizar, no seu sentido mais amplo, significa compartimentar o território para devidos fins, sejam eles econômicos, culturais, políticos, sanitários, administrativos, dentre outros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou várias regionalizações do território nacional no intuito de assistir os governos federal e dos Estados brasileiros na gestão do território, tendo sido a compartimentação do território por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas publicada em 1990 e vigente até 2016. Em 2017, o IBGE divulgou nova regionalização, desta vez, por regiões geográficas em substituição a antiga subdivisão do território brasileiro concebida pelo mesmo órgão em 1990. Os municípios foram agregados em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, as quais substituem, respectivamente, as Mesorregiões e Microrregiões. Substituem e logo modificam os limites regionais. Por isso, tem-se por objetivo, neste artigo, comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE, considerando a hierarquia urbana do Estado de Minas Gerais constante no REGIC, (IBGE, 2008). Especificamente, discutiu-se os conceitos de região, análise regional e regionalizações para servirem de aporte teórico à pesquisa.

Dentre os inúmeros aspectos que podem ser considerados na elaboração de uma nova compartimentação do território, destaca-se as redes urbanas e a hierarquia das cidades, por isso, optou-se por considerá-la a partir do documento Região de Influência das Cidades (REGIC/IBGE, 2008). Nesse consta a classificação das cidades e aglomerações urbanas brasileiras em diferentes níveis hierárquicos. Entretanto, para as Unidades da Federação, inclusive Minas Gerais, nele não foram explicitadas todas as cidades que compõem cada um dos níveis hierárquicos, especificamente, os centros de zona e os centros locais. Por isso, optou-se por considerar parcialmente as medianas utilizadas no REGIC com vistas a identificar quantas e quais cidades compõem estes dois últimos níveis.

Diante das questões anteriormente apresentadas, foi formulada a seguinte hipótese: De uma regionalização a outra (1990 e 2017) o IBGE levou em consideração as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas nos municípios e ao propor a regionalização por

regiões geográficas em 2017 se atentou a área de influência das cidades e/ou municípios e as redes urbanas, processo que ora incorporou ou suprimiu áreas circunvizinhas, antes tratada de aglomeração urbana, na regionalização da década de 1990.

A relevância da pesquisa reside no fato de que compreender as subdivisões do território a partir de critérios, sejam eles socioeconômicos, ambientais ou culturais, permite aos estudantes e/ou pesquisadores ter uma análise de conjunto. Comparar as duas regionalizações possibilita que estes percebam que a organização do território é processual, ou seja, sofre mudanças ao longo do tempo que conduzem a novas regiões quando se procura identificar semelhanças e diferenciações no território. No caso das regionalizações por mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas foram respeitados os limites políticos-administrativos dos municípios, com vistas a contribuir para a melhor gestão do território, entretanto, a área de influência das Unidades da Federação foi extrapolada, demonstrando a relação entre estas.

Comparar as duas regionalizações, com o intuito de identificar suas diferenças e semelhanças, faz parte do esforço de se compreender as mudanças ocorridas no território mineiro nas últimas décadas, além, é claro, de buscar identificar alguns dos fatores que foram levados em consideração para elaboração da nova regionalização. Ademais, menciona-se que a associação entre as regionalizações propostas pelo IBGE em 1990 e 2017 e a hierarquia de cidades de Minas Gerais podem contribuir para futuros estudos sobre a organização do território.

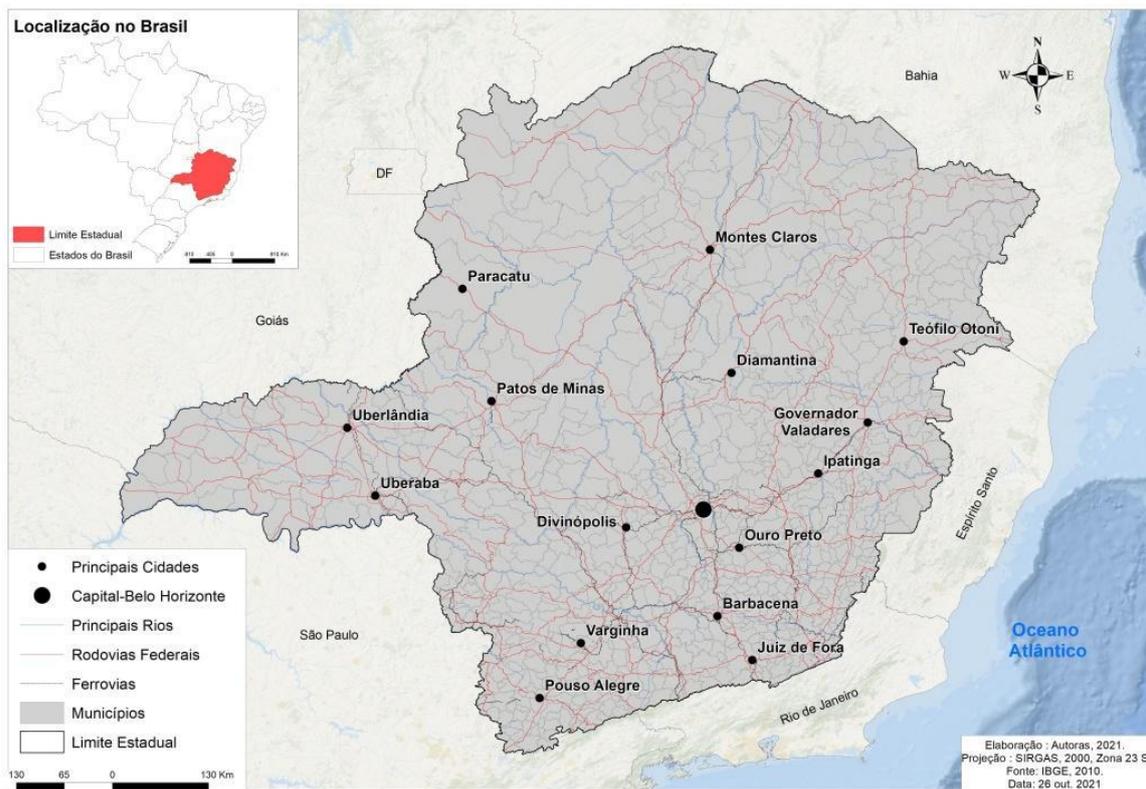
### **Procedimentos Metodológicos**

Em um primeiro momento é importante realizar uma breve contextualização de Minas Gerais, uma unidade da federação localizada na porção sudeste do Brasil, que faz limite com os seguintes estados: Bahia a norte, Espírito Santo a leste, Rio de Janeiro a sudeste, São Paulo a sudoeste e Goiás a oeste (Figura 1). Ao traçar um perfil de norte a sul no estado mineiro, pode-se perceber diversas discrepâncias, seja no que concerne às questões físico-naturais, como clima, solo, seja aos aspectos socioeconômicos tais como dimensão demográfica, urbanização e renda da população.

Por exemplo, a porção nordeste de Minas Gerais, limítrofe ao Estado da Bahia, é marcada por um clima seco, que impacta também em sua vegetação, que é do tipo arbustiva

ou arbórea, além de possuir um histórico de diversos estigmas: pobreza, precariedade habitacional, dentre outros. Já a porção sul, é conhecida na literatura pela produção de produtos diferenciados e de alta especialidade tecnológica, estando nas proximidades de São Paulo, principal pólo econômico e tecnológico do país.

**Figura 1.** Localização de Minas Gerais (BR)-2021



Fonte: AUTORAS (2021).

Na Figura 1 foram destacados alguns dos principais pólos regionais de Minas Gerais, quais sejam: Montes Claros a norte, Diamantina a nordeste, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ipatinga a leste, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Paracatu a oeste, Ouro Preto a sudeste da capital, Pouso Alegre, Varginha a sul, Barbacena e Juiz de Fora a sudeste, além da capital Belo Horizonte, situada na porção central do estado (cidade de maior centralidade no Estado), Figura 1.

Para alcançar objetivo geral da pesquisa, comparar as regionalizações realizadas pelo IBGE em 1990 e 2017, com vistas a identificar os possíveis intuitos de se compartimentar o

território mineiro de maneira diferenciada, formulou-se os seguintes procedimentos metodológicos: I) busca de referenciais teóricos, II) elaboração dos mapeamentos, III) definição da quantidade de municípios por nível hierárquico e IV) análise de resultados.

I) A primeira etapa foi subdividida em duas temáticas: busca de referenciais a respeito de região e análise regional e sobre as regionalizações do IBGE em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas. Para discutir os conceitos de região e análise regional, utilizou-se os pressupostos teóricos dos seguintes autores: Dollfus (1978), Ferreira (1986), Corrêa (2003; 2007), Diniz e Batella (2005), Lencioni (2009), Amorim Filho (2006) e Soares (2015). O debate acerca da compartimentação do território de Minas Gerais em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas intermediárias e imediatas foi realizado a partir das ideias de Diniz e Batella (2005), Haesbert (2010; 2020), Bordieu (2012), IBGE (2015; 2017) e Bertolucci (2019).

II) Na segunda etapa, elaborou-se mapas de Minas Gerais, no software livre *QGis* (Quantum Gis) versão 3.18.1, utilizando-se bases de dados do IBGE (1991, 2010 e 2017). Com o primeiro mapa tinha-se o intuito de demonstrar a localização do Estado de Minas Gerais no Brasil. Com o segundo mapeamento, comparou-se as regionalizações de mesorregiões e de regiões geográficas intermediárias em Minas Gerais, e, com o terceiro, sobrepôs-se os limites territoriais destas para identificar as alterações ocorridas nesta nova regionalização. No quarto e último mapa gerado, comparou-se a população de Minas Gerais em 1991, ano do recenseamento na década de 1990, com o último recenseamento gerado pelo IBGE em 2010.

III) Na terceira etapa realizou-se a contagem da quantidade de cidades e ou municípios<sup>1</sup> que integra cada um dos níveis da hierarquia de Minas Gerais proposta pelo IBGE no REGIC 2007, quais sejam: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. A definição da quantidade de cidades e/ou municípios que compõem estes níveis hierárquicos seguiu a lógica do porte demográfico utilizada pelo IBGE em seu documento *Região de Influências das Cidades* (IBGE, 2008, p. 11-13). Adotou-se a mediana de população definida por este órgão estatístico para cada um dos níveis do Quadro

---

<sup>1</sup> Optou-se por distinguir cidades de municípios pelo fato dos dados utilizados, cuja fonte é o IBGE, serem de origem municipal.

1, por exemplo: no texto do REGIC consta que as Capitais Regionais A são integradas por cidades “com medianas de 955 mil habitantes” e os Centros de Zona B por cidades “com medianas de 23 mil habitantes” (IBGE, 2008, p. 11-13). Para fins de consulta, o destrinchamento da quantidade de população existente em cada nível hierárquico está presente no penúltimo tópico deste artigo, intitulado “tecendo algumas discussões sobre os motivos de se elaborar uma nova regionalização”.

Tendo como base as informações textuais do documento REGIC exemplificadas anteriormente, foram definidos os intervalos de classe do Quadro 1 para a contagem da quantidade de -unidades espaciais em cada um dos níveis que compõem a hierarquia urbana de Minas Gerais e, neste processo, foram levados em consideração todos os 853 municípios do Estado de Minas Gerais.

| <b>Quadro 1. Definição da quantidade de municípios de Minas Gerais por nível hierárquico</b> |  |
|--|--|
| <b>NÍVEL HIERÁRQUICO</b>   | <b>INTERVALO DE CLASSE</b>                       |
| <b>Centros Locais</b>  | De 0 - 9.999 mil habitantes                      |
| <b>Centros de Zona B</b>   | De 10 mil habitantes - 29 mil habitantes         |
| <b>Centros de Zona A</b>   | De 30 mil habitantes - 60 mil habitantes         |
| <b>Centro Sub-Regional A</b>   | De 61 mil habitantes - 75 mil habitantes         |
| <b>Centro Sub-Regional B</b>   | De 76 mil habitantes - 95 mil habitantes         |
| <b>Capital Regional C</b>  | De 96 mil habitantes a 250 mil habitantes        |
| <b>Capital Regional B</b>  | De 251 mil habitantes - 435 mil habitantes       |
| <b>Capital Regional A</b>  | De 436 mil de habitantes - 955 mil de habitantes |
| <b>Metrópole</b>   | De 955 mil habitantes- valor indeterminado       |

Fonte: IBGE (2008, p.11-13); Organização: AUTORAS (2021).

IV) A quarta parte da pesquisa pautou-se na análise dos resultados, que foi realizada com base nos mapeamentos propostos e na breve contextualização de Minas Gerais quanto a sua rede urbana, áreas conurbadas, mudança de seus eixos rodoviários e do fato de que a Constituição de 1988 concedeu aos municípios brasileiros a opção de modificar seus territórios, seja incorporando, desagregando, emancipando ou subdividindo unidades espaciais diversas como os municípios e distintas regiões geográficas.

## Região e Análise Regional

O debate acerca de região e Análise Regional ultrapassa o escopo da definição de região, podendo ser discutido até o próprio cerne da disciplina Geografia. A etimologia da palavra região, segundo o dicionário Aurélio provém do latim “regere”, que significa domínio e poder (FERREIRA, 1986, p.1474). Sendo assim, entende-se a região como uma delimitação político-administrativa, que possui certa autonomia a nível local, mas que subordina-se a poderes de maiores ordens centrais (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 60). A região na visão de Corrêa (2003) é um conceito, diferente de outros autores, como Dollfus (1978), que a consideram como uma categoria de análise. Para Corrêa (2003):

“[...] a região deve ser vista com o um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região” (CORRÊA, 2003, p.22).

O conceito de região difere-se nas correntes de pensamento da geografia tradicional, teórica-quantitativa, crítica e humanística-cultural. No presente trabalho adotam-se as concepções humanístico-culturais, em que o espaço e a região adquirem significado de espaço vivido, quando se considera as relações de um grupo ou povo neste espaço, por meio de seus experimentos, simbolismos e lutas (CORRÊA, 2007, p. 31). Entretanto, pode-se considerar a região como resultado do processo de classificação e hierarquização do espaço, independente da corrente de pensamento a ser adotada. A noção de classificação é pautada no agrupamento de itens semelhantes, de acordo com suas relações e propriedades (SOARES, 2015, p. 29). Lencioni (2009) discute o conceito de região a partir na noção desta ser parte integrante de uma unidade espacial maior, que representaria o “todo”:

O conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e a questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LECIONI, 2009, p. 27-28).

A partir das ideias de Lencioni (2009) entende-se que a noção de região deve ser entendida por meio da mudança de escalas, isto é, da parte ao todo. Dollfus (1978) acrescenta

o fato de que o “espaço regional não é uma porção qualquer da superfície terrestre [...]. É uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto”. O espaço regional é estudado por inúmeras áreas do conhecimento, inclusive pela disciplina geográfica de Análise Regional, que possui como objeto de estudo, na concepção de Dollfus (1978):

[...] a área de extensão de um fenômeno susceptível de conferir individualidade a uma parte do espaço; implica o estudo do mecanismo dos processos que se combinam em sistemas que por sua vez explicam a criação, o crescimento e o desaparecimento de uma região. Mas implica também, como toda pesquisa geográfica, o estabelecimento de comparações. Os estudos regionais não consistem apenas em monografias [...] Esses estudos exigem igualmente que cada fenômeno seja situado no interior de uma escala e que se observem as relações estabelecidas nos diferentes níveis, desde as combinações locais até os grandes conjuntos espaciais. (DOLLFUS, 1978, p.107).

A Análise Regional fundamenta-se no princípio da diferenciação de áreas existente na atividade geográfica, desde os gregos clássicos, que foram adotados por Alfred Hettner, na escola alemã (SOARES, 2015, p. 32). Na abordagem regionalista, em especial da escola francesa, analisa-se pequenas extensões territoriais, que interligam aspectos físicos, sociais, demográficos e culturais à região a ser estudada (AMORIM FILHO, 2006, p. 15). Desse modo, entende-se que a análise do espaço, especificamente aquela destinada ao espaço regional, agrega aspectos físicos e culturais que podem ser identificados pelas diferentes paisagens existentes no espaço urbano-regional. O espaço urbano-regional pode ser compartimentado com diversos fins, dentre eles, o administrativo, que foi levado em consideração pelo IBGE ao formular as regionalizações que serão mencionadas no tópico seguinte.

### **Regionalizações do IBGE: Mesorregiões e Microrregiões (1990) e Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (2017)**

As regionalizações para Bourdieu (2012) integram uma noção de poder engendrada pelos agentes representativos do Estado e pelas classes dominantes que desejam instaurar a noção de ordem e de administração do território. De acordo com Haesbert (2010) a Região, é um recorte e classificação do espaço, e, portanto, sempre que regionaliza-se, algumas concepções são priorizadas em detrimento a outras. Foram muitas às regionalizações

realizadas pelo IBGE, a saber: Zonas Fisiográficas em 1941, Microrregiões Homogêneas em 1969, Regiões Funcionais Urbanas em 1972 (DINIZ; BATELLA, 2005, p. 64-70), mesorregiões e microrregiões em 1990 e Regiões Geográficas em 2017, e, esta pesquisa dará enfoque às duas últimas regionalizações supracitadas.

Em 1990 o IBGE realizou a compartimentação do Brasil em mesorregiões e microrregiões, apresentadas no trabalho intitulado “Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas”. Neste, a mesorregião é definida pelo IBGE (2015) como:

[...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 2015, p.1).

A nomenclatura das mesorregiões se relacionava as características fisiográficas, culturais e socioambientais da região, a exemplo: mesorregião Vale do Rio Doce, se remetendo a bacia do Rio Doce existente nesta área. A partir das mesorregiões, foram definidas as microrregiões, entendidas como “partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço” (IBGE, 2015, p. 1). Tais especificidades estão relacionadas às atividades produtivas existentes em cada unidade da federação, tais como: agropecuária, industrial, dentre outras. Como expresso por Diniz e Batella (2005) o processo de elaboração das mesorregiões e microrregiões “adotou um critério híbrido que contemplou, ao mesmo tempo, preocupações explicitamente humanistas, como uma busca pela identidade regional, sem perder de vista o arsenal metodológico da geografia teórico-quantitativa”, etapa que foi marcada pela interdependência entre os municípios e pela homogeneidade matemática.

O recorte realizado pelo IBGE em 2017 em Regiões Geográficas, por sua vez, foi pautado na rede urbana e seus elementos concretos: hierarquização de centros e sub-centros regionais, fluxos de bens, mercadorias, pessoas e de gestão do território, dentre outros. A nova regionalização acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil, e logo em Minas Gerais, nas três últimas décadas. No lugar das antigas mesorregiões e microrregiões, o órgão propôs Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente.

Os nomes destinados às Regiões Geográficas Intermediárias têm a intenção de ressaltar o maior polo da hierarquia urbana de cada uma delas, no intuito de demonstrar a articulação entre as cidades (IBGE, 2017, p, 1-3). É diferente da regionalização de 1990, na regionalização de 2017 primeiro foram definidas as menores unidades espaciais (as regiões geográficas imediatas), que foram agrupadas em áreas intermediárias, as ditas Regiões Geográficas Intermediárias.

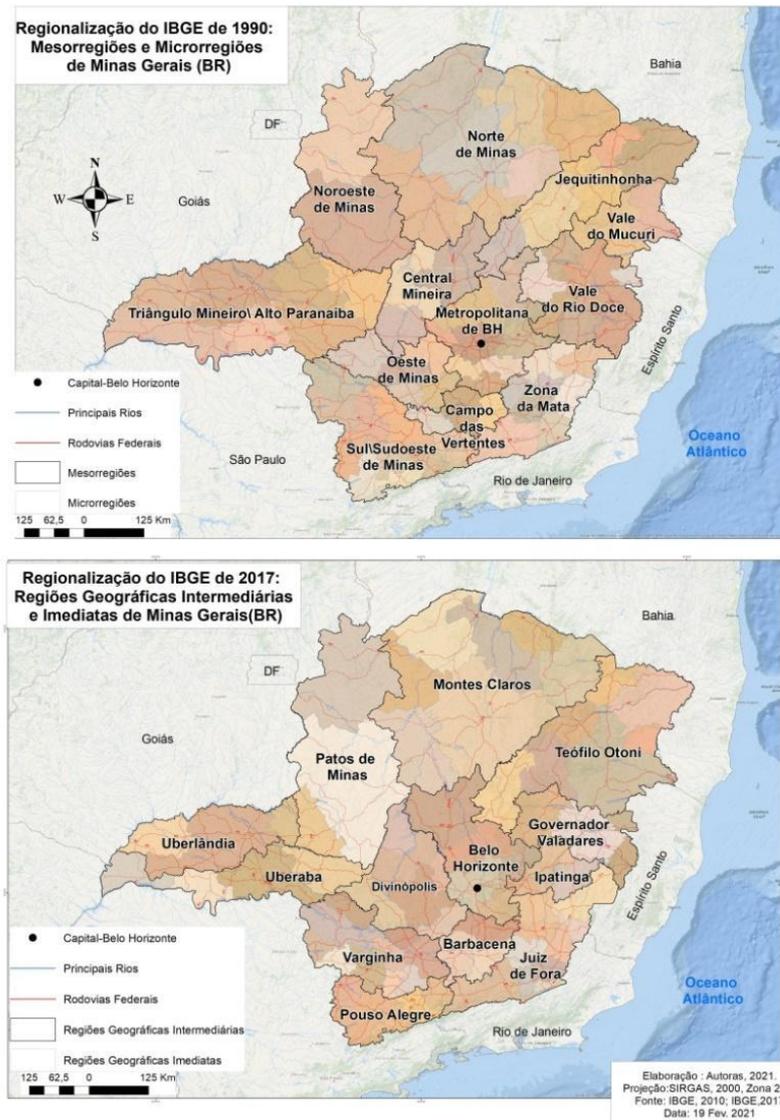
A regionalização por Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias foi feita devido a interesses políticos-administrativos e de planejamento urbano-regional, assim como a maioria das regionalizações brasileiras (HAESBERT, 2020, p. 15). A regionalização de 2017 levou em consideração estudos do IBGE anteriores, são eles: Regiões de Influência de Cidades de 2007, Divisão Urbano-Regional de 2013, Gestão do Território e Logística dos Transportes do Brasil de 2014, Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas de 2016, no intuito de reestruturar o território levando em consideração as mudanças socioespaciais das 3 últimas décadas.

As propostas de regionalização anteriores à regionalização de 2017 em regiões geográficas imediatas e intermediárias segundo Bertolucci (2019) “contavam com suas zonas de influência socioeconômica restritas a unidade da federação”, mesmo quando a interação econômica e demográfica demonstrava que a área de atuação dos municípios excedia os limites estaduais.

### **Mesorregiões e Microrregiões (1990) e Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (2017) do IBGE em Minas Gerais**

Em relação às unidades espaciais utilizadas para analisar os Estados do Brasil, inclusive Minas Gerais, cita-se principalmente os municípios, as mesorregiões, e as Regiões Geográficas, todas estabelecidas pelo IBGE em 1990 e 2017 (Figura 2).

**Figura 2.** Comparação de regionalizações em Minas Gerais-1990 e 2017



**Fonte:** IBGE (2010; 2017) **Organização:** AUTORAS (2021).

A regionalização do IBGE em mesorregiões e microrregiões subdividiu o Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE na década de 1990 foram: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira, Triângulo Mineiro, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Jequitinhonha, Zona da Mata, Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 2 e Quadro 2).

| <b>Quadro 2. Regiões geográficas intermediárias e imediatas de Minas Gerais- 2017</b> |  |
|---|--|
| <b>REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA</b>  | <b>REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS</b>   |
| <b>Belo Horizonte</b>   | Belo Horizonte, Sete Lagoas, Santa-Bárbara, Ouro Preto, Curvelo, Itabira.  |
| <b>Montes Claros</b>  | Montes Claros, Janaúba, Salinas, Januária, Pirapora, São Francisco, Espinosa.  |
| <b>Teófilo Otoni</b>  | Teófilo Otoni, Capelinha, Almenara, Diamantina, Araçuaí, Pedra Azul, Águas Formosas.                                   |
| <b>Governador Valadares</b>   | Governador Valadares, Gunhães, Mantena, Aimorés-Resplendor.  |
| <b>Ipatinga</b>   | Ipatinga, Caratinga e João Monlevade.  |
| <b>Barbacena</b>  | Barbacena, São João Del Rey e Conselheiro Lafaiete.  |
| <b>Varginha</b>   | Varginha, Passos, Alfenas, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Três Pontas, São Sebastião do Paraíso, Campo Belo e Píhumi. |
| <b>Pouso Alegre</b>   | Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá, São Lourenço e Caxambu.  |
| <b>Uberaba</b>  | Uberaba, Araxá, Frutal e Iturama.  |
| <b>Uberlândia</b>   | Uberlândia, Ituiutaba e Monte Carmelo.   |
| <b>Patos de Minas</b>   | Patos, Unai e Patrocínio.  |
| <b>Divinópolis</b>  | Divinópolis, Formiga, Dolores do Indaiá, Pará de Minas, Oliveira e Abaeté.   |
| <b>Juiz de Fora</b>   | Juiz de Fora, Manhuaçu, Ubá, Ponte Nova, Muriaé, Cataguases, Viçosa, Carangola, São João Nepomuceno-Bicas.             |

**Fonte:** IBGE (2017); **Organização:** AUTORAS (2021).

Na regionalização por Regiões Geográficas proposta pelo IBGE, por sua vez, o território mineiro foi subdividido pelas seguintes 13 Regiões Geográficas Intermediárias cujos nomes remetem ao polo regional: Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Varginha, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Juiz de Fora e Divinópolis, (Figura 2 e Quadro 2). As 13 Regiões Geográficas, também foram subdivididas assim como as mesorregiões, mas, ao invés de 66 microrregiões, foram identificadas nesta nova regionalização 70 regiões geográficas imediatas em Minas Gerais (Quadro 2).

E, com o intuito de identificar as mudanças ocorridas de uma regionalização para outra, elaborou-se o mapa da Figura 3, que demonstra, pontualmente, as alterações ocorridas no território mineiro. As mesorregiões Jequitinhonha (51 municípios) e Vale do Mucuri (23 municípios), foram agregadas, constituindo a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (86 municípios). Além destes 74 municípios oriundos da junção das mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri, foram incorporados à Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni 12 municípios: Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serro, Serra Azul de Minas, Campanário, Itambacuri, Nova Módica, Pescador, São José do Divino, Água Boa, Divisa Alegre e Águas Vermelhas, totalizando 86 municípios integrantes desta região geográfica intermediária.

A mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (66 municípios) foi subdividida em duas Regiões Geográficas Intermediárias: Uberlândia (24 municípios) e Uberaba (29 municípios) e sua porção leste, mais especificamente os municípios de Coromandel, Patrocínio, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre, Rio Paranaíba, São Gotardo, Matutina, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Tocantins, Lagoa Formosa e Patos de Minas passaram a integrar uma nova região, a Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas (Figura 3).

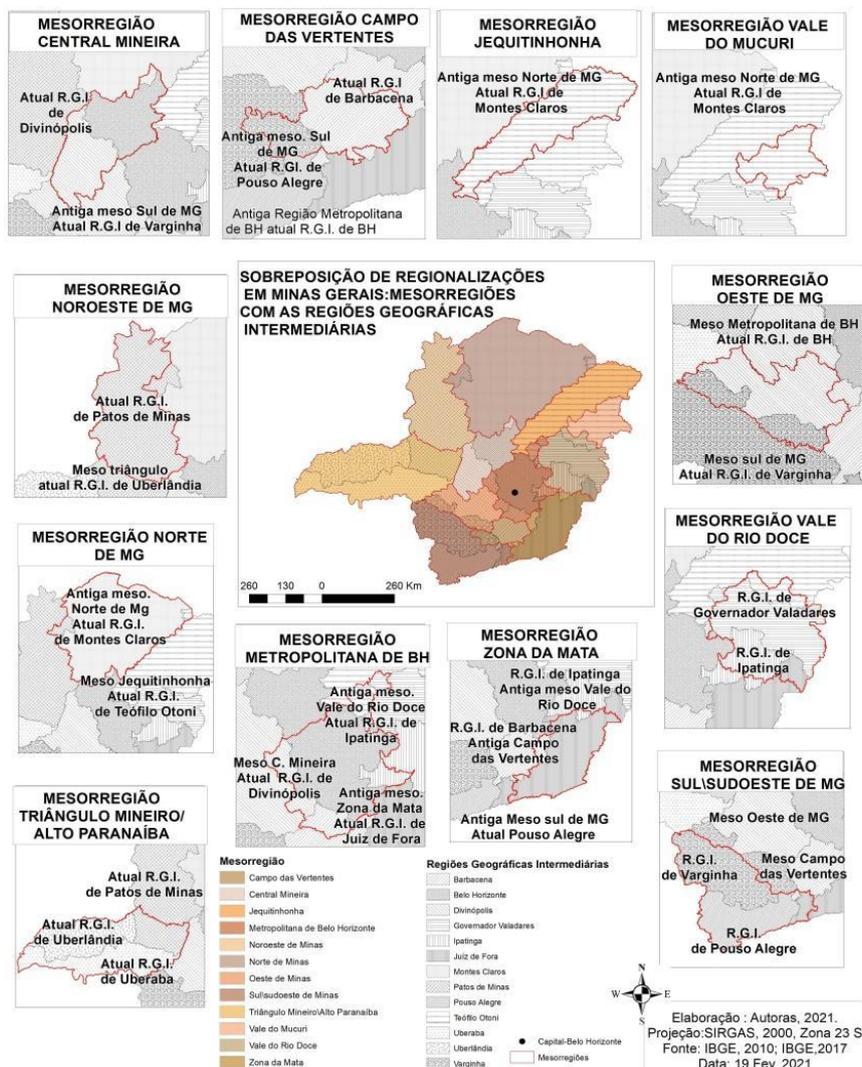
Os municípios da mesorregião Noroeste de Minas (19 municípios) foram incorporados à Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas citada anteriormente, que totalizou 34 municípios integrantes de sua região intermediária. Como expresso, a nova Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas, estendeu-se para a porção leste da antiga mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, incorporando os 13 municípios supracitados no parágrafo anterior, além dos municípios de Urucuia e Riachinho, localizados na mesorregião Norte de Minas na regionalização de 1990.

A mesorregião Norte de Minas (89 municípios) praticamente transformou-se na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (86 municípios), porém os municípios de Riachinho, Urucuia e Águas Vermelhas, não integram essa nova região. Como explicitado, os dois primeiros integram as Regiões Geográficas Intermediárias de Patos de Minas, e o último a Região Intermediária de Teófilo Otoni (Figura 3).

A mesorregião Oeste de Minas (44 municípios) ocupou parte das antigas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Central Mineira, atuais Belo Horizonte e

Divinópolis, respectivamente. Os municípios provenientes da mesorregião Central Mineira são: Papagaios, Maravilhas, Pitangui, Onça do Pitangui, Pequi, Pará de Minas e São José de Varginha e 13 foram os municípios oriundos da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a saber: Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Cedro do Abaeté, Pompéu, Abaeté, Pompéu, Quartel Geral, Serra da Saudade, Estrela do Indaiá, Dolores do Indaiá, Martinho Campos, Bom Despacho e Leandro Ferreira. Essas incorporações e/ou supressões espaciais supracitadas fizeram a mesorregião Oeste de Minas se transformar na atual Região Geográfica Intermediária de Divinópolis, (Figura 3).

**Figura 3.** Sobreposição de regionalizações em Minas Gerais: 1990 e 2017



Fonte: IBGE (2010; 2017) Organização: AUTORAS (2021).

A mesorregião Vale do Rio Doce (102 municípios) se compartimentou nas Regiões Geográficas Intermediárias de Governador Valadares (58 municípios) e Ipatinga (44 municípios). O extremo norte e a porção leste da antiga mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, especificamente os municípios de Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serro, Alvorada de Minas, Bela Vista de Minas, Nova Era, João Monlevade, Rio Piracicaba, São Domingos do Prata, Dionísio e São José do Goiabal foram incorporados à atual região geográfica intermediária de Governador Valadares. E os municípios de Raul Soares e Vermelho Novo, localizados na antiga mesorregião Zona da Mata, foram incorporados à parcela sul da mesorregião Vale do Rio Doce, atual Região Geográfica Intermediária de Ipatinga, (Figura 3).

A Mesorregião Zona da Mata (142 municípios) corresponde praticamente à Região Intermediária de Juiz de Fora (146 municípios), se estendendo até a porção sul da antiga mesorregião Vale do Rio Doce, atual Região Geográfica Intermediária de Ipatinga, abrangendo os municípios de Pocrané, Ipanema, Taparuba, Conceição do Ipanema e Mutum. A porção leste da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, constituída pelos municípios de Alvinópolis e Diogo de Vasconcelos tornaram-se partes integrantes da atual Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

As antigas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (105 municípios) e Central Mineira (30 municípios) deram lugar às Regiões Geográficas Intermediárias de Divinópolis (61 municípios) e Belo Horizonte (74 municípios) (Figura 3). As atuais Regiões Geográficas Intermediárias de Divinópolis, Juiz de Fora, Barbacena, Governador Valadares e Teófilo Otoni, bem como mencionado anteriormente, ocuparam parte da antiga mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (atual Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte). A atual Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte incorporou os municípios de Brasília de Minas, Augusto de Lima, Três Marias, Felixlândia, Morro da Garça, Curvelo, Inimutaba, Santo Hipólito, Presidente Juscelino e Monjolos, situados nas parcelas norte e leste da mesorregião central mineira, atual Região Geográfica de Divinópolis, (Figura 3).

A mesorregião Campo das Vertentes (36 municípios) incorporou os municípios de Piranga, Lamim, Sapucaí Mirim, Rio Espera, Alto do Rio Doce e Cipotânea, situados na borda leste da antiga mesorregião Zona da Mata, 13 municípios da antiga metropolitana de

Belo Horizonte (Belo Horizonte, Jeceaba, São Domingos das Dores, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Casa Grande, Cristiano Ottoni, Santa Rita de Caldas, Itaverava, Catas Altas da Noruega e Ouro Branco, além do município de São Vicente de Minas, anteriormente localizado na antiga mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e se transformou na Região Geográfica Intermediária de Barbacena, composta por 49 municípios mineiros.

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (146 municípios) se transformou nas Regiões Geográficas Intermediárias de Varginha (82 municípios) e Pouso Alegre (80 municípios). Neste processo, 13 municípios da antiga mesorregião Oeste de Minas (Cristais, Aguanil, Campo Belo, Santana do Jacaré, Cana Verde, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Bom Sucesso, Ibituruna, São Roque de Minas, Vargem Bonita, Piumhi e Doresópolis) deslocaram-se para a atual Região Geográfica Intermediária de Varginha, antiga porção norte da mesorregião sul/sudoeste de Minas.

Os municípios de Andrelândia, Bocaina de Minas, Liberdade, Passa Vinte, Arantina, Bom Jardim de Minas, anteriormente situados na porção sul da mesorregião Zona da Mata, atual Juiz de Fora, passaram a constituir a atual Região Geográfica Intermediária de Pouso Alegre, antiga parcela sul da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (Figura 3). Ademais, menciona-se que as redes urbanas, a hierarquia das cidades e as áreas conurbadas entre as regiões foram levadas em consideração na nova regionalização por regiões geográficas, além das transformações espaciais ocorridas da década de 1990 a 2010 como o crescimento populacional e a urbanização dos centros urbano-regionais. A seguir, se fará uma breve discussão sobre essas temáticas, buscando estabelecer relações sobre os intuitos de se elaborar uma nova compartimentação do território brasileiro, mas com foco para Minas Gerais, a unidade espacial escolhida nesta pesquisa.

### **Tecendo algumas discussões sobre os motivos de se elaborar uma nova regionalização**

Por que novas regionalizações são propostas? No caso das regionalizações realizadas pelo IBGE em 1990 e 2017, pode-se mencionar que foram incorporados novos critérios no processo de análise das regiões, pois as condições socioeconômicas, ambientais

e culturais destas foram alteradas. Mas, ao mesmo tempo, a nova subdivisão do território também pode fazer parte do objetivo de mascarar as mazelas que as unidades espaciais ainda vivenciam. Minas Gerais, como apresentado no tópico anterior, possui muitas dissimilaridades nas esferas sociais, econômicas e culturais. Seguindo essa linha de raciocínio, neste tópico alguns dos intuitos de se estabelecer uma nova regionalização serão explanados, quais sejam: as redes urbanas, a hierarquia de cidades, as áreas conurbadas, a Constituição de 1988 e a mudança dos eixos rodoviários.

A mudança da compartimentação do território brasileiro de mesorregiões e microrregiões para Regiões Geográficas se relaciona com a inserção de pólos e redes que reestruturaram as delimitações geográficas, algumas mais aparentes do que outras (IBGE, 2017, p.3). Usufruiu-se dos pressupostos teóricos das redes urbanas e da hierarquia das cidades, inclusive do documento de Região de Influência de Cidades (REGIC) elaborado pelo mesmo órgão estatístico em 2007 e publicado em 2008. As redes são estudadas em diversas áreas do conhecimento, inclusive, na Geografia, a partir das redes urbanas. As redes urbanas são importantes para a organização do território e para os agentes envolvidos no planejamento urbano-regional (ALVIM, 2009, p. 17). A definição da hierarquia da rede urbana brasileira, segundo o REGIC<sup>2</sup> foi realizada tendo como base 5 níveis de centralidade, que também se subdividiram em 2 ou 3 níveis hierárquicos (IBGE, 2008, p. 11).

No primeiro nível hierárquico, têm-se as metrópoles, divididas em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole. No caso brasileiro, a grande metrópole nacional é São Paulo e as metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília. Belo Horizonte, se encaixa na categoria de metrópoles, juntamente com Fortaleza, Manaus, Belém, Recife, Salvador, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Assim, ao realizar a hierarquização de cidades de Minas Gerais, Belo Horizonte seria aquela de mais alto nível hierárquico.

O segundo grau da hierarquia é composto pelas Capitais Regionais, subdivididas em Capital Regional A, com cidades de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos, Capital Regional B, cidades por volta dos 435 mil habitantes e 406 relacionamentos e as Capitais Regionais C, representadas por cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162

---

<sup>2</sup> Sabe-se da existência do REGIC 2018, mas as autoras optaram por utilizar as informações do REGIC 2007 devido a este trabalho comparar a regionalização do IBGE 1990 com a regionalização proposta pelo mesmo órgão estatístico em 2017, anterior a formulação do REGIC 2018.

relacionamentos e vale ressaltar que em Minas Gerais não se têm cidades no nível hierárquico capital regional A, Quadro 3.

| <b>Quadro 3. Hierarquização de cidades de Minas Gerais-2007</b> |                   |  |
|---|-------------------|--|
| <b>NÍVEIS HIERÁRQUICOS</b>                                      | <b>FREQUÊNCIA</b> | <b>CARACTERÍSTICAS</b>   |
| <b>Metrópole</b>  | 1                 | A metrópole de Minas Gerais é Belo Horizonte e possuía por volta de 2.232.747 milhões de habitantes à época dos estudos do REGIC (REGIC, 2007).  |
| <b>Capital Regional A</b>                                       | 0                 | Para Minas Gerais não existem cidades neste grau hierárquico, mas são cidades com medianas de 955 mil habitantes.  |
| <b>Capital Regional B</b>                                       | 3                 | Constituído por 3 cidades, com medianas de 435 mil habitantes. São elas: Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora.   |
| <b>Capital Regional C</b>                                       | 22                | Constituído por 22 cidades, com medianas de 250 mil habitantes. São elas: Passos, Coronel Fabriciano, Itabira, Araguari, Conselheiro Lafaiete, Pouso Alegre, Varginha, Barbacena, Sabará, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Ibirité, Poços de Caldas, Divinópolis, Sete Lagoas, Santa Luzia, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Uberaba, Betim e Contagem. |
| <b>Centro Sub-Regional A</b>                                    | 10                | Constituído por 10 cidades, com aproximadamente 95 mil habitantes. São elas: Vespasiano, Itaúna, Caratinga, São João Del Rei, Lavras, Araxá, Itajubá, Ubá, Ituiutaba e Muriaé.   |
| <b>Centro Sub-Regional B</b>                                    | 17                | Constituído por 17 cidades, com aproximadamente 75 mil habitantes. São elas: Janaúba, Formiga, Januária, Cataguases, Nova Lima, Viçosa, Três Corações, Ouro Preto, João Monlevade, Alfenas, Manhuaçu, Unaí, Timóteo, Pará de Minas, Patrocínio e Paracatu.   |
| <b>Centro de Zona A</b>   | 47                | Constituído por aproximadamente 47 cidades, que possuem medianas de 45 mil habitantes. São exemplos: Diamantina, Capelinha, Carangola, Catalão, Patrocínio e Pará de Minas.  |
| <b>Centro de Zona B</b>   | 239               | Constituído por aproximadamente 239 cidades, com medianas de 23 mil habitantes. São Exemplos: Nanuque, Rio Pomba, Abaeté, Mantena, Pitangui, Arcos.  |
| <b>Centros Locais</b>   | 514               | Constituído por aproximadamente 514 cidades, com população inferior a 10 mil habitantes e cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites de seu município. São exemplos: Rio Casca e Jequeri.   |

Fonte: IBGE (2000; 2008); Organização: AUTORAS (2021).

No nível Capitais Regionais B constam três cidades: Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora; no nível capitais regionais C foram identificadas 22 cidades, a saber: Passos, Coronel Fabriciano, Itabira, Araguari, Conselheiro Lafaiete, Pouso Alegre, Varginha,

Barbacena, Sabará, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Ibitaré, Poços de Caldas, Divinópolis, Sete Lagoas, Santa Luzia, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Uberaba, Betim e Contagem (Quadro 3).

O Centro Sub-regional representa o terceiro nível na hierarquia urbana, dividindo-se em Centro Sub-regional A e Centro Sub-regional B. No Estado, no nível Centro Sub-regional A foram identificadas 10 cidades com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, representado pelas cidades mineiras de Vespasiano, Itaúna, Caratinga, São João Del Rei, Lavras, Araxá, Itajubá, Ubá, Ituiutaba e Muriaé. Como centro sub-regional B constataram-se 17 cidades com 71 mil habitantes e 71 relacionamentos, como por exemplo, Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei (IBGE, 2008, p. 11).

O quarto grau hierárquico, o Centro de Zona, também foi compartimentado em 2 níveis: centro de zona A, representando cidades por volta dos 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, e o Centro de Zona B, cidades com 23 mil pessoas e 16 relacionamentos. Diamantina e Capelinha, que fazem parte da mesorregião Jequitinhonha, são exemplos dos 47 municípios que constituem o grau hierárquico centro de zona A e a cidade de Nanuque da mesorregião Vale do Mucuri, pode ser considerada um centro de zona B, que em Minas Gerais é integrado por aproximadamente 239 municípios.

O quinto e último nível desta hierarquia, o Centro Local, é composto por 514 municípios com população inferior a 10 mil habitantes que atendem demandas locais, não sendo centrais para as unidades espaciais que as rodeiam. São exemplos: Rio Casca e Jequeri, localizados na mesorregião zona da mata mineira (Quadro 3).

A Região de Influência das Cidades, assim como citado anteriormente, foi um dos fatores utilizados na definição da hierarquia das cidades pelo IBGE em 2007. Ao analisar o recorte das Regiões Geográficas, percebe-se que as mesmas também usufruíram desse critério. As Regiões Geográficas Intermediárias de Teófilo Otoni, Uberlândia e Uberaba, são exemplos de áreas que foram reconfiguradas devido a estas apresentarem grande influência regional. As áreas conurbadas entre os municípios também foram levadas em consideração, demonstrando que a área de influência dos pares de municípios e/ou cidades extrapola os limites das regionalizações. A Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas, por exemplo, perdeu parte de seu território para as Regiões Geográficas intermediárias de

Uberlândia e Uberaba, devido à fronteira entre essas unidades espaciais localizarem-se em áreas conurbadas entre essas regiões. Outro exemplo é a junção das antigas mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri na nova Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni, a cidade pólo da região.

A ampliação e melhoria das rodovias existentes no Brasil como um todo e, inclusive em Minas Gerais, ocorrido de 1990 em diante, pode ter facilitado também a intensificação dos fluxos de bens, mercadorias e pessoas entre as Regiões Geográficas O Programa de Pavimentação de Ligações de Acesso aos Municípios-PROACESSO, merece destaque. Tendo sido implantado em Minas Gerais a partir de 2003, corroborou para a intensificação das relações entre cidades de algumas regiões, especialmente no norte do Estado. Conforme a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas de Minas Gerais (SETOP/MG) este programa, por meio da pavimentação de rodovias estaduais e federais, objetivava aumentar a acessibilidade entre os municípios e propiciar uma melhoria da competitividade da economia mineira e o desenvolvimento das regiões de baixo dinamismo (MINAS GERAIS, 2007, p. 20).

Os eixos rodoviários são essenciais aos empreendimentos e equipamentos urbanos; afinal, permitem e/ou facilitam os fluxos de bens, mercados e pessoas a estes, tornando-os mais eficientes economicamente, afinal o deslocamento é custo. Nesse sentido, ao criar um empreendimento e/ou equipamento o investidor procura um local ótimo de instalação; os pontos de entroncamentos de rodovias, por exemplo, facilitam a chegada da matéria-prima ou consumidores de bens ou serviços e facilitam a distribuição e/ou escoamento de seus produtos acabados ou clientes.

A Constituição Federal de 1988 e as emancipações ocorridas de um censo a outro concederam aos municípios segundo Magalhães (2000) a posição de ente federado, que os deixou capazes de elaborar suas próprias leis orgânicas municipais e reestruturar seus territórios. Minas Gerais teve seus municípios passando de 723 para 853 na última década do século passado. Agregando todos os aspectos levados em consideração neste tópico: as redes urbanas, a hierarquia de cidades, a população das cidades e/ou municípios, a Constituição de 1988 e as áreas conurbadas entre as unidades espaciais, menciona-se que a cada regionalização proposta incorporam-se novos elementos que auxiliam o processo de análise do espaço geográfico de forma mais detalhada. Entretanto, uma releitura das questões

regionais, levando em consideração os grupos minoritários e seus desafios, ainda deve ser pensada e/ou aprimorada (HAESBERT, 2020, p. 15).

## Conclusões

As conceituações de região, Análise Regional e regionalizações utilizadas nesta pesquisa auxiliaram na compreensão das regionalizações propostas pelo IBGE de mesorregiões, microrregiões e Regiões Geográficas em Minas Gerais. Ao comparar as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE verificou-se modificações na compartimentação do território de Minas Gerais, que passou de 12 mesorregiões para 13 regiões geográficas intermediárias, devido à inserção de pólos e redes que alteraram o recorte regional de Minas Gerais.

As mudanças dos eixos rodoviários e as políticas de infraestrutura rodoviária, como o PROCESSO permitiram também novas relações aos pares de municípios e/ou cidades que conseguiram distribuir melhor suas mercadorias e instalar seus empreendimentos em locais de mais fácil acesso. Além disso, deve-se mencionar a Constituição de 1988 que concedeu as unidades espaciais maior autonomia para modificar seus territórios, aspecto que pode ter contribuído para a alteração socioeconômica, ambiental, cultural e política das regiões.

A hipótese desta pesquisa foi validada, pois o IBGE levou, de fato, em consideração as redes urbanas, a hierarquia dos centros urbanos, as áreas conurbadas e as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas nas unidades espaciais para propor a regionalização de regiões geográficas. Este processo culminou em uma reestruturação regional, ora suprimindo áreas que se diferenciaram com o tempo, como a mesorregião triângulo mineiro, que se subdividiu em Uberlândia e Uberaba, ora aglutinando áreas com características similares, como as mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri, que se transformaram na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni.

A regionalização de 1990 preservou características socioambientais das regiões como maneira de atribuir nome as mesmas, como por exemplo, as mesorregiões Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, já regionalização de 2017 estava interessada em demonstrar a relação entre os polos de suas regiões geográficas, atribuindo-as ao nome da nova área criada, a exemplo, a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni. A cerca das similaridades entre as duas

regionalizações (1990 e 2017) menciona-se que estas utilizaram como referência os limites municipais, devido ao fato de serem utilizadas como referência para a divulgação de dados estatísticos e muitos dados do IBGE serem elaborados nesta unidade espacial de análise.

De norte a sul, o Estado de Minas Gerais possui municípios e/ou cidades com diferentes graus de urbanização, porte demográfico, índices de desenvolvimento, características fisiográficas e climáticas. Sendo assim, dificilmente se conseguirá fazer uma compartimentação do território fidedigna a realidade, mas deve-se vangloriar que a cada regionalização proposta são incorporados novos aspectos, facilitando a análise do espaço geográfico.

Por fim, menciona-se que não há uma regionalização melhor do que a outra, cada uma foi elaborada em um contexto socioeconômico diferente, com objetivos e demandas distintas. Deve-se levar em conta também que à medida que o território brasileiro e, logo o mineiro for se transformando, novas regionalizações serão propostas para acompanhar tais mudanças e assessorar a proposição de políticas urbanas direcionadas.

### Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de dedicação exclusiva ao mestrado concedida.

### Referências

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Ciudades intermédias y tecnópolis potenciales en Minas Gerais-Brasil. **Tiempo e Espacio**, Chillan (Chile), Universidad del Bio-Bio, n.9-10, p. 23-32, 2000. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/TYE/article/view/1625>. Acesso em: 20 abr.2021.

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e as Abordagens Humanistas/Culturais. **Caderno de Geografia**, v.16, n.26, p.35-58, 2006. Disponível em: [http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25\\_351611.htm](http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25_351611.htm). Acesso em: 07 abr. 2021.

ALVIM, A.M.M. **Análise da Rede Urbana de Minas Gerais a partir de fluxos migratórios**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_o\\_bra=189625](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_o_bra=189625). Acesso em: 19 mar. 2021.

BERTOLUCCI, L. Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil: as regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais. In: BERTOLUCCI JR, L. (Org). **Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil**: as regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais, v. 1/5, 2019, p.1-11. Disponível em: [http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes\\_pe\\_aesdrgiu\\_2019\\_vol01\\_dinamica\\_demografica\\_e\\_recente\\_divisao\\_regional\\_1.pdf](http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_pe_aesdrgiu_2019_vol01_dinamica_demografica_e_recente_divisao_regional_1.pdf). Acesso em: 19 Fev. 2021.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz -16ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p-11-47, 2007.

DINIZ, A. M.A; BATELA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, p. 59 -77, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9208>. Acesso em: 07 abr. 2021.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. 3 ed. Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.

HAESBERT, R. Região, Regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, nº3. p.-2-24, Jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HAESBERT, R. Regionalizações Brasileiras: antigos e novos legados. **Confins-Revue franco-brésilienne de Géographie**. São Paulo, n. 44, p. 1-18, 2020. Doi: <https://doi.org/10.4000/confins.26401>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades, 2007-REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão político administrativa do Brasil**, 2015. Disponível em: [www.ngb.ibge.gov.br](http://www.ngb.ibge.gov.br). Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**-Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, J. L. **Quadros de Poder Municipal**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. **Plano Estratégico de Logística de Transportes (PELT Minas)**- Belo Horizonte: SETOP/MG, 2007. Disponível em:  
<http://www.infraestrutura.mg.gov.br/images/documentos/pelt/PELT%202007.pdf>.  
Acesso em: 15 dez. 2021.

REGIÃO. In: FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, p.1474.

SOARES, T. L. **Indicador de desenvolvimento municipal (2000-2010): atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2015. Dissertação (mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em:  
[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TraInfEspacial\\_SoaresTL\\_1.pdf?ga=2.56541035.1352067646.1602511681-672512445.1596724161](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TraInfEspacial_SoaresTL_1.pdf?ga=2.56541035.1352067646.1602511681-672512445.1596724161). Acesso em: 23 Out.2020.



## AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA E POPULAR EM ARARAQUARA/SP<sup>1</sup>

Renan Augusto Ramos<sup>2</sup>  
*Universidade Estadual de Campinas*

### Resumo

Como citar:

RAMOS, R. A. As consequências da pandemia na geração de trabalho e renda: uma análise exploratória sobre a economia criativa e popular em Araraquara/SP. *Revista Geografia em Atos* (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 225-248.  
DOI:  
<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9088>

**Recebido em:** 2021-12-20  
**Devolvido para correções:** 2022-08-14  
**Aceito em:** 2022-09-13  
**Publicado em:** 2022-09-22

As transformações ocasionadas pela pandemia do Covid-19 são sensíveis em todas as dimensões da sociabilidade humana. Nesse sentido, buscou-se caracterizar os impactos da pandemia nas práticas da economia criativa e popular do município de Araraquara/SP. A suspensão das edições das feiras criativas no espaço público estreitou os canais de trocas dessas atividades. A partir disso, vulnerabilidades anteriores são impulsionadas em função da atual crise sanitária. O objetivo, então, foi realizar uma pesquisa qualitativa sobre os desdobramentos da pandemia na economia criativa e popular de Araraquara/SP. Foram entrevistadas duas atividades recorrentes nas feiras criativas, Amor Retrô e Flores.seremos, a fim de interpretar a nova realidade vivenciada pelas idealizadoras. Ao final da pesquisa, foi possível reconhecer que a suspensão das feiras criativas trouxe impactos não somente de natureza financeira para as responsáveis, mas também nos aspectos da própria sociabilidade que era desenvolvida no espaço público.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Economia criativa e popular; Geração de renda; Pandemia; Araraquara/SP

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara. Atualmente, faz Mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Possui Bolsa de Treinamento Técnico III da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo em função do projeto “A análise da economia popular na costa da Ilha do Maranhão: o Direito ao Mar como efetivação do uso democrático do território”, processo nº 2022/02598-0.

E-mail: [r203548@dac.unicamp.br](mailto:r203548@dac.unicamp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7305-1971>

## LAS CONSECUENCIAS DE LA PANDEMIA EN LA GENERACIÓN DE TRABAJO E INGRESOS: UN ANÁLISIS EXPLORATORIO DE LA ECONOMÍA CREATIVA Y POPULAR EN ARARAQUARA/SP

### Resumen

Las transformaciones provocadas por la pandemia Covid-19 son sensibles en todas las dimensiones de la sociabilidad humana. En este sentido, buscamos caracterizar los impactos de la pandemia en las actividades creativas y populares del municipio de Araraquara/SP. La suspensión de ediciones de ferias creativas en el espacio público estrechó los canales de intercambio de estas actividades. A partir de esto, las vulnerabilidades previas son impulsadas por la actual crisis de salud. El objetivo, entonces, era realizar una investigación cualitativa sobre las consecuencias de la pandemia en la economía creativa y popular de Araraquara/SP. Entrevistamos a dos actividades recurrentes en ferias creativas, Amor Retrô y Flores.seremos, para interpretar la nueva realidad vivida por sus creadores. Al final de la investigación, se pudo reconocer que la suspensión de ferias creativas tuvo impactos no solo de carácter financiero, sino también en los aspectos de sociabilidad en sí, que se desarrollaron en el espacio público.

**Palabras clave:** Mercado laboral; Economía creativa y popular; Generación de ingreso; Pandemia; Araraquara/SP

## THE PANDEMIC CONSEQUENCES ON THE GENERATION OF WORK AND INCOME: AN EXPLORATORY ANALYSIS OF THE CREATIVE AND POPULAR ECONOMY IN ARARAQUARA/SP

### Abstract

The changes brought about by the Covid-19 pandemic are sensitive in all dimensions of human sociability. In this sense, we sought to characterize the impacts of the pandemic on creative and popular economy practices in the municipality of Araraquara/SP. The street market's suspension of editions in the public space narrowed the selling channels for these activities. From this, previous vulnerabilities are driven by the current health crisis. The objective, then, was to carry out a qualitative research about the consequences of the pandemic in the creative and popular economy of Araraquara/SP. We interviewed two recurrent activities in the street markets, Amor Retrô and Flores.seremos, in order to interpret the new reality experienced by the responsible subjects. At the end of the research, it was possible to recognize that the street market's suspension had impacts not only of a financial nature, but also on the aspects of sociability itself, which were developed in the public space.

**Keywords:** Labor market; Creative and popular economy; Income generation; Pandemic; Araraquara/SP

## Introdução

A análise do mercado de trabalho no Brasil precisa levar em consideração o seu processo histórico de formação. O conjunto de atividades econômicas no espaço brasileiro apresenta uma complexa heterogeneidade, com distintos níveis de organização e de tecnologias que não são possíveis deixar de se reconhecer (SILVEIRA, 2015). Coloca-se cada vez mais ênfase nas práticas econômicas que surgem mediante a incapacidade na geração de emprego assalariado e insatisfação com este, devido ao avanço na precarização do trabalho. Desse modo, iniciativas que buscam superar essas problemáticas são constatadas no espaço urbano em função do trabalho autônomo, por conta própria, bem como em função da mobilização de recursos pessoais dos indivíduos (COSTA, 2016).

A economia criativa e popular desenvolvida no município de Araraquara/SP representa essa nova possibilidade de organização econômica no espaço urbano, de acordo com as demandas concretas por provisão social dos sujeitos (RAMOS, 2020). Os indivíduos transformam um conhecimento pessoal em estratégia econômica de geração de renda, destacando a inventividade como auxiliadora na busca pela inserção nos circuitos produtivos da cidade. Em trabalho anterior (RAMOS, 2020), foi possível reconhecer esse segmento enquanto forma de renovação do próprio circuito inferior da economia. A ausência de rendas permanentes faz os sujeitos construir caminhos alternativos de provisão, utilizando-se do trabalho intensivo como principal ferramenta de efetivação das práticas econômicas (SANTOS, 2018).

Vulnerabilidades estruturais são constatadas nessas atividades não somente na dimensão financeira, mas também em relação aos canais reduzidos de trocas para seus agentes. As edições da “Rolêfeira” funcionavam enquanto um importante canal de visibilidade para os sujeitos vinculados ao segmento da economia criativa e popular, pois eram organizadas para proporcionar um local favorável a essas práticas econômicas (RAMOS, 2020). No entanto, a pandemia do novo coronavírus alterou profundamente as relações socioespaciais em todo o território nacional. O município de Araraquara/SP promoveu uma série de estratégias para conter os índices de transmissão do patógeno, impactando diretamente na suspensão do cronograma da “Rolêfeira”. Por todo o ano de 2020 e 2021, suas feiras criativas foram suspensas, reforçando ainda mais as dificuldades estruturais dessas atividades no tocante à distribuição de

suas mercadorias. A não ocorrência desses eventos limitou, portanto, um dos principais espaços de vendas e interações socioespaciais dos responsáveis por essas práticas econômicas.

A proposta de uma análise qualitativa sobre os desdobramentos da crise sanitária no segmento da economia criativa e popular leva em conta a própria reflexão das problemáticas presenciadas na economia popular como um todo. O interesse voltou-se à interpretação das principais decorrências da pandemia em duas atividades do setor: Amor Retrô e Flores.seremos. A escolha se deu em razão de serem práticas econômicas que, frequentemente, utilizavam os espaços das feiras como ambiente amplo de trocas, ressaltando a centralidade desses locais para o andamento dos negócios. Foi elaborado um roteiro semiestruturado de questões que serviram como base para o processo de compreensão da nova conjuntura vivenciada por essas agentes da economia criativa e popular. A partir disso, esse artigo refletiu, em caráter exploratório, não somente sobre os impactos financeiros no interior dessas atividades, mas também sobre os impactos sentidos em outras esferas das relações sociais, tais como a esfera cultural, simbólica e dos encontros promovidos no espaço público.

### **Orientações iniciais para o debate da economia popular**

É inegável que o mercado de trabalho no Brasil apresenta uma dimensão histórica que não pode ser perdida de vista. A urbanização que foi vivenciada de modo intensivo a partir de meados do século XX ampliou exponencialmente as demandas sociais por formas de ocupação no espaço urbano. Os setores mais dinâmicos da economia, com grandes coeficientes de capital, não foram capazes de gerar um volume condizente de empregos em função dessa nova realidade encontrada (MONTENEGRO, 2012). A partir disso, encontra-se uma de tantas outras complexidades do mercado de trabalho no país: a incapacidade crônica de gerar empregos de acordo com as demandas concretas.

Quando falamos de setores intensivos em capital, estão sendo feitas as referências à indústria moderna. O baixo nível de mão de obra necessária ao funcionamento das unidades produtivas está relacionado ao progresso tecnológico que liberou a produção daquela alta demanda por força de trabalho. Desse modo, houve o deslocamento para as atividades representadas pelo segmento de comércio e de serviços, tecnicamente chamados de setor

terciário. Nas cidades brasileiras, assim como nos demais países de capitalismo periférico, ocorre um inchaço desse setor, concentrando números expressivos de sujeitos sociais. Um verdadeiro refúgio aos trabalhadores que necessitam de ocupação econômica (SANTOS, 2018). Ainda, é necessário ressaltar que este não foi capaz de gerar relações suficientes de trabalho mediadas por carteira assinada.

Esse cenário produz uma crise do emprego (MONTENEGRO, 2012). Os conteúdos socioespaciais dos territórios apontam para duas implicações diretas desse fenômeno. A primeira relacionada à insuficiência na geração de emprego formalizado e registrado. Já a segunda, à ampliação de atividades autônomas de pequena escala e com menor expressividade de dinheiro movimentado. A ênfase da nossa reflexão está assentada nesse segundo pilar, ou seja, no conjunto de práticas econômicas que surgem como resposta às demandas por geração de trabalho e renda nas cidades contemporâneas.

Dessa discussão inicial sobre a formação de um mercado de trabalho no país é importante ressaltar dois aspectos observados na realidade. Primeiro, o conjunto de referenciais teóricos e conceituais precisa reconhecer toda essa complexidade expressa empiricamente nas relações de produção. O segundo ponto importante de ser evidenciado se coloca a partir da configuração de outras racionalidades e formas de organização econômica dos sujeitos e grupos sociais. A seguir, serão trazidas as principais considerações desses elementos abordados.

### **Uma abordagem analítica condizente com a dimensão histórica**

O olhar padronizado para a economia é incapaz de observar toda a riqueza e diversidade de práticas econômicas que são encontradas nas cidades dos países periféricos. Hoje, esse fenômeno também se estende aos países centrais, mas iremos restringir o debate ao mundo do capitalismo dependente. Essa inquietação sobre o anacronismo e inaplicabilidade de teorias eurocêntricas e estadunidenses da economia fez com que surgisse, nos anos finais de 1970, o paradigma teórico dos circuitos da economia urbana. Santos (2018) buscou sistematizar uma reflexão sobre a urbanização no Terceiro Mundo, ao colocar no centro do debate as implicações da modernização no território desses países. Em síntese, para superar aquelas complexidades destacadas acima, o geógrafo brasileiro formula sua teoria que demonstra não somente a esfera

da produção, distribuição e consumo, mas que também demonstra a situação geral do trabalho nas cidades.

O fenômeno observado para a construção desse artigo coloca como principal referencial o circuito inferior da economia urbana. A segunda consideração a ser feita articula-se intrinsecamente aos pressupostos existentes nesse subsistema da economia urbana. O circuito inferior diz respeito ao conjunto de atividades que se localizam na fronteira produtiva, o que faz reconhecer, nessas práticas econômicas, suas interlocuções, bem como a própria fluidez entre os setores secundário e terciário (RAMOS, 2020). Sua principal característica é ser produto direto da adaptação do sistema econômico em função da modernização, possibilitando a absorção dos grupos sociais subalternos tanto no universo da produção, distribuição e consumo quanto no universo do trabalho (SANTOS, 2018). Nesse sentido, é visto como o resultado e condição de uma diversidade de situações sociais que produzem distintas feições de atividades econômicas nas cidades.

O circuito inferior da economia é fundamental para compreender as práticas econômicas que surgem como alternativas para a geração de trabalho e renda na atualidade (RAMOS, 2020; 2021). Desse modo, aponta para a singularidade da urbanização na periferia do capitalismo, ao mesmo tempo em que abre espaço para análises sobre o funcionamento das cidades (CATAIA e SILVA, 2013). O interessante é destacar como a economia popular está presente na reflexão e, em certa medida, abarca o setor inferior em seu funcionamento. A racionalidade da economia popular está baseada na busca pelos meios de (re)produção social e material dos grupos vinculados a essas atividades econômicas. Sendo assim, coloca evidência no conjunto de práticas que são organizadas em função dos próprios recursos dos sujeitos (COSTA, 2016). Esses recursos dizem respeito aos instrumentos, ferramentas, capitais próprios e, sobretudo, força de trabalho dos idealizadores. É por essa razão que, no geral, são iniciativas econômicas com escala e abrangência reduzidas.

### **A construção teórica da economia criativa e popular**

O recorte trazido por esse debate percorre a realidade observada no município de Araraquara/SP. Em pesquisa anterior (RAMOS, 2020), foi trabalhada a concepção da economia

criativa enquanto representante de uma feição renovada do circuito inferior da economia urbana. O avanço dessa perspectiva trouxe a ideia desta como uma vertente da economia popular (RAMOS, 2021). Nesse momento, gostaríamos de trazer ênfase para a denominação “economia criativa e popular”. Esse conceito surge para representar o universo de práticas econômicas de pequena escala que utilizam a inventividade dos agentes como principal elemento capaz de gerar renda e trabalho. Em síntese, a economia criativa e popular está relacionada às atividades nas quais os sujeitos transformam um conhecimento pessoal em possibilidade de renda.

A análise e interpretação desse segmento econômico é capaz de articular os elementos teóricos existentes nos debates sobre as transformações contemporâneas em curso no mundo do trabalho. A partir disso, observa-se a importância das práticas econômicas organizadas diretamente com os recursos de seus agentes em função da inventividade. A criatividade surge como alternativa para a capitalização de um determinado conhecimento, transformando-o em uma atividade econômica. O trabalho mobilizado com menores recursos de capitais ganha expressividade no contexto atual das cidades contemporâneas (COSTA, 2016). Sendo assim, a ênfase nesse segmento aparece como um modo de analisar e interpretar toda a heterogeneidade de práticas econômicas encontradas no espaço urbano. Distintas formas de organização dos agentes nesse setor expressam, de modo comum, a busca pelo sustento material dos grupos diretamente relacionados a essas atividades (RAMOS, 2021).

A economia criativa e popular, presente no município de Araraquara/SP, remete ao universo de práticas econômicas no qual a principal racionalidade está orientada para os pressupostos da reprodução social dos grupos responsáveis. Não é possível observá-la em função de uma perspectiva empresarial das lógicas econômicas dominantes, pois a racionalidade presente volta-se para as respostas necessárias às pressões do cotidiano da provisão material (RAMOS, 2020). Nesse sentido, seria semelhante àquilo que Hespanha (2009) apresentou como a lógica operante no interior da economia popular, ou seja, o “princípio de maximização do bem estar e de reprodução econômica do grupo” (HESPANHA, 2009, p. 58). O objetivo dos agentes responsáveis é a inserção na vida econômica, e também social, da cidade por meio dessas estratégias. Em função desse conjunto de considerações teóricas iniciais, conseguiremos caracterizar de modo mais abrangente o setor da economia criativa e popular, as principais

implicações da crise sanitária atual e as estratégias de superação do período.

### As feiras criativas no espaço público de Araraquara/SP

O fenômeno da economia criativa e popular do município de Araraquara/SP apresenta espaços que são voltados às trocas em suas distintas esferas. São trocas não somente de caráter econômico, mas também de natureza simbólica, cultural e imaterial, articulando uma extensa sociabilidade capaz de fomentar a existência empírica desses locais. Um exemplo concreto diz respeito à “Rolêfeira”, cujo objetivo principal é promover a economia criativa, colaborativa e sustentável do município ao construir um canal ativo de visibilidade entre os expositores e potenciais consumidores (RAMOS, 2020). Desde 2017, são organizadas as edições dos eventos pelo coletivo “Rolê”, utilizando o espaço público enquanto substrato físico de uso e ocupação por parte dos segmentos sociais interessados nesse setor da economia.

**Figura 1.** Visão geral da 16ª edição da feira criativa organizada pelo coletivo “Rolê”



**Fonte:** Acervo pessoal do autor (2019).

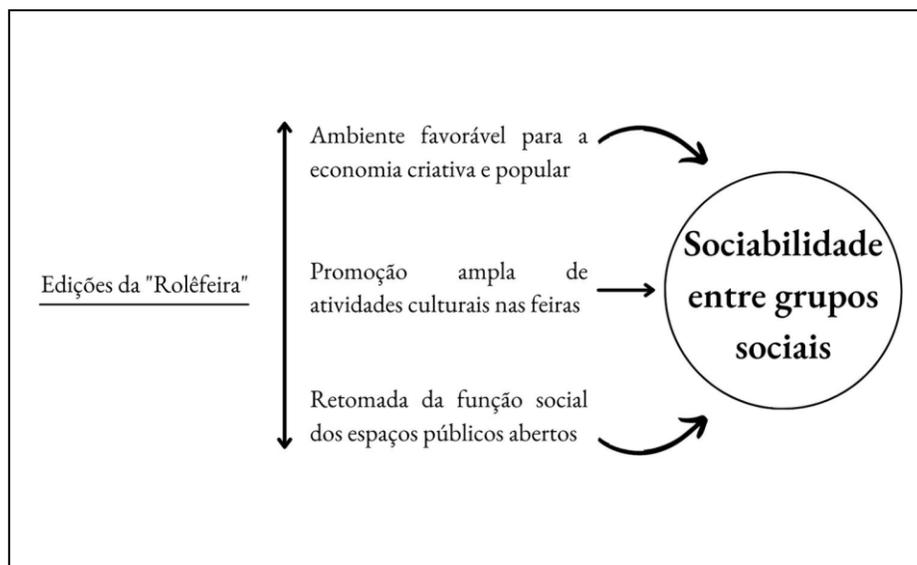
A dinâmica desenvolvida no espaço público da popularmente conhecida como “Praça do Faveral” pressupõe o uso e ocupação por distintos grupos sociais, interagindo em função de suas intencionalidades pessoais (RAMOS, 2020). As práticas socioespaciais desenvolvidas nesse

local estão relacionadas, sobretudo, com a possibilidade de estimular um cotidiano de circulação, de consumo e de lazer por meio das iniciativas culturais. Sobarzo (2006) destacou como os diferentes estratos sociais compartilham o espaço público, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma sociabilidade. Nesse sentido, as edições da “Rolêfeira” demonstram esse exemplo de distintas intencionalidades, vontades e aspirações, que encontram no espaço público de uso compartilhado uma possibilidade de materialização.

Outro aspecto fundamental de ser ressaltado diz respeito ao fortalecimento e retomada do espaço público enquanto ambiente de encontros e trocas por meio das interações sociais. A contemporaneidade lançou luz sobre os empreendimentos privados de lazer, colocando a centralidade dos ambientes coletivos de uso controlado ou restrito. As contribuições de Carlos (2014) sobre essa temática são essenciais para compreender o esvaziamento dos espaços públicos em função da relevância atingida pelos espaços privados. Argumentos como a violência e periculosidade dos locais abertos de uso irrestrito, como as praças, fortalecem ainda mais esse imaginário coletivo sobre a falta de segurança representada por estes. No entanto, iniciativas como as feiras criativas no município de Araraquara/SP levam a destacar a retomada desses lugares como produtores de uma experiência coletiva no espaço urbano.

A “Rolêfeira”, em linhas gerais, articula três principais aspectos no espaço urbano do município. São eles: 1) A construção de um ambiente favorável para os expositores do segmento da economia criativa e popular; 2) A promoção de atividades culturais de lazer ao longo das edições; e 3) A retomada do espaço público enquanto local de sociabilidade entre grupos sociais. Cada uma dessas relações desenvolvidas pela feira criativa estimula a interação de uma rede de sujeitos que vão desde os frequentadores, expositores e artistas, até coletivos da sociedade civil, administração municipal e seus quadros técnicos. Essa questão é fundamental para a análise e interpretação do fenômeno, pois a existência das feiras de economia criativa e popular deve ser vista como o produto de uma intensa articulação entre sujeitos, grupos sociais e esfera pública.

**Figura 2.** Representação dos pilares existentes nas feiras organizadas pelo coletivo “Rolê”



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Porém, a pandemia do Covid-19 causou uma ruptura na continuidade das feiras organizadas pelo coletivo “Rolê”. O coletivo responsável pelas edições dos eventos suspendeu as feiras a partir dos decretos municipais que restringiram o acesso aos espaços públicos coletivos. Não serão retomados aqui cada um dos principais elementos trazidos pelo governo local para o combate da pandemia no município de Araraquara/SP. O objetivo é apenas destacar como o andamento das feiras criativas também ficou impossibilitado em função dessas diretrizes estabelecidas. A partir disso, é necessário reconhecer como o contexto da crise sanitária suspendeu as edições da “Rolêfeira” por todo o ano de 2020 e 2021.

### **Apontamentos iniciais sobre a suspensão do cronograma da “Rolêfeira”**

A descontinuidade na agenda de programação dos eventos trouxe uma série de problemáticas expressivas para o segmento da economia criativa e popular do município. A que talvez seja mais evidente está relacionada com a perda do principal canal de visibilidade e de trocas das práticas econômicas vinculadas a este setor da economia. Essa realidade torna-se ainda mais alarmante a partir do momento em que pesquisas anteriores (RAMOS, 2020; 2021)

apontaram a centralidade dessas feiras para os sujeitos responsáveis por essas atividades criativas. Desse modo, enfrentam as dificuldades decorrentes das ações de distanciamento e isolamento social, tais como os lockdown implementados na cidade, as barreiras sanitárias nos locais de alta circulação e suspensões do uso e ocupação das praças, parques e locais públicos.

A manifestação socioespacial das práticas econômicas de pequena escala perde seus ambientes de vazão das mercadorias devido à necessidade de estar em amplo contato com o consumidor final. Os empreendimentos da economia criativa e popular, por suas características estruturais, estão inseridos em um complexo processo de vulnerabilidade socioeconômica (RAMOS, 2021). Essas atividades são organizadas com os recursos dos próprios agentes, sendo o orçamento familiar diluído no empreendimento e vice-versa, intensificando a sujeição às oscilações conjunturais da realidade social. Seus rendimentos são orientados, sobretudo, às pressões cotidianas da reprodução social do grupo diretamente dependente dessa iniciativa da economia criativa e popular.

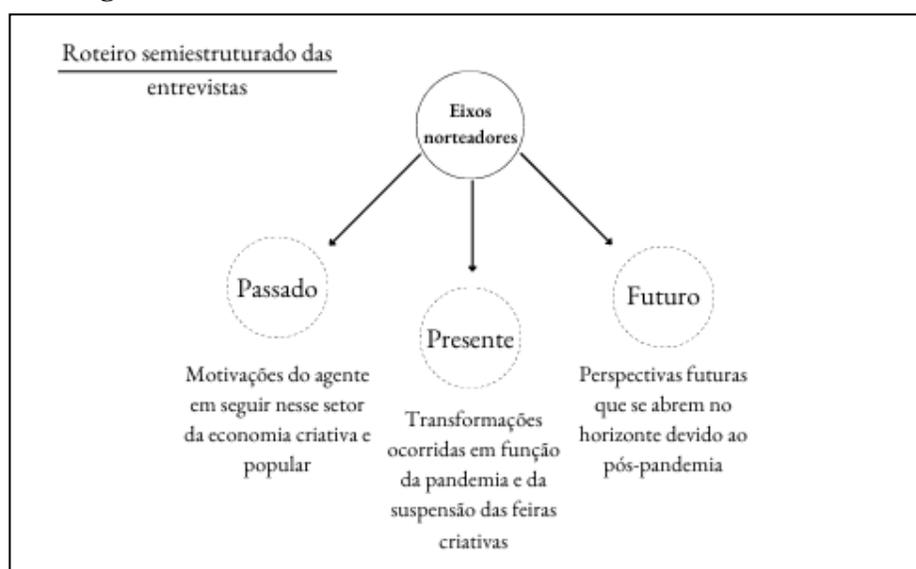
A partir disso, a pandemia do Covid-19 coloca em evidência uma série de vulnerabilidades e questões que não foram anteriormente resolvidas na economia popular. A escala econômica, a abrangência dessas práticas, as dificuldades de ampliação dos negócios, entre outras representam os elementos centrais dessa reflexão do contexto vivenciado pela economia criativa e popular ao longo da pandemia. O interesse é apontar de modo preliminar os principais desdobramentos dessa problemática para os sujeitos responsáveis pelas atividades presentes nas feiras de economia criativa do município de Araraquara/SP. Portanto, existe a necessidade de caracterizar as principais decorrências, bem como as novas iniciativas de organização dos agentes para superar os desdobramentos que se instalaram nesse segmento da economia araraquarense.

### **As implicações concretas vivenciadas por dois empreendimentos**

O contexto da pandemia ampliou, como destacado, as dificuldades já vivenciadas por essas atividades de pequena escala ao estreitar ainda mais os canais de aproximação com os consumidores no espaço público. Para compreender de modo mais profundo essa questão, é importante apresentar as análises sobre as entrevistas concedidas por duas expositoras das feiras organizadas pelo coletivo “Rolê”. Os empreendimentos da economia criativa e popular

analisados foram o Amor Retrô e a Flores.seremos, sendo, respectivamente, pertencentes ao segmento de vestuário e cosmetologia natural. Como destacado anteriormente, escolhemos essas duas atividades por estarem tradicionalmente presentes não somente nas feiras do coletivo “Rolê”, mas também por participarem em outros eventos de natureza semelhante na cidade e região. O roteiro semiestruturado de perguntas, por sua vez, articulou três eixos temporais norteadores, cada um explorando determinado aspecto da realidade no interior dessa prática econômica. A destacar: 1) História da atividade; 2) Realidade atual e; 3) Possibilidades futuras.

**Figura 3.** Eixos norteadores do roteiro semiestruturado das entrevistas



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A metodologia escolhida para apresentar os avanços na interpretação dessa temática de estudo foi a análise dos discursos desenvolvidos por essas agentes para cada uma das questões realizadas. Desse modo, foi possível demonstrar as principais perspectivas existentes de acordo com os eixos norteadores do debate. A primeira pergunta realizada na entrevista procurou compreender as principais motivações dessas agentes em seguir por esse setor da economia criativa e popular, cada qual em seu segmento de atuação. Ou seja, os elementos da trajetória surgidos em sua história de vida que funcionou como fator de interesse para atuar nessa atividade.

O empreendimento Amor Retrô faz parte do segmento de vestuário, e está há mais de 5 anos atuando como uma marca de consumo ressignificado e consciente de roupas, artigos e acessórios, sustentada nos pilares do *slowfashion*<sup>12</sup>. A responsável pelo Amor Retrô ressaltou sua atuação em lojas convencionais do segmento de vestuário, e como essa experiência despertou o interesse por fazer diferente dentro desse universo. As empresas convencionais da moda atuam por meio do que é chamado *defastfashion*, que, em linhas gerais, diz respeito ao ciclo acelerado de construção de necessidades por tendências da moda. Essa racionalidade promove o intenso consumo por recursos naturais no processo produtivo, alimentando uma cultura do descarte em função da sazonalidade das peças. Sendo assim, a visão crítica sobre o assunto e o costume já presente na vida da responsável favoreceram essa inserção na economia criativa e popular de Araraquara/SP. A transformação de um elemento da vida cotidiana em possibilidade de gerar renda é evidenciado, pois o antigo costume de “garimpar” roupas em brechós e bazares fez com que ela idealizasse o seu empreendimento.

**Figura 4.** Visão do empreendimento Amor Retrô na 15ª edição da “Rolêfeira”



**Fonte:** Maiara Di Franco (2019).

<sup>12</sup> Em linhas gerais, o *slowfashion* está relacionado ao movimento de crítica sobre o funcionamento das grandes marcas da moda. Preconiza a reutilização e a ressignificação de peças antigas como forma de superar a lógica acelerada do descarte existente na indústria têxtil atual.

O empreendimento Flores.seremos também apresenta característica semelhante sobre como a história de vida da responsável forneceu os elementos para a sua inserção na economia criativa e popular do município. Sua experiência anterior no mercado de trabalho convencional trouxe uma série de insatisfações com as formas de organização do tempo e do trabalho no antigo emprego. Nesse sentido, preferiu ocupar o seu tempo estimulando a criatividade por meio de outros meios de ocupação. A inserção em uma companhia teatral fez com que, de modo itinerante, tomasse contato com atividades culturais contra hegemônicas. Essa experiência expandiu os horizontes da responsável pela Flores.seremos, fazendo-a ter a certeza de que não tinha interesse por empregos convencionais, com regramento e horas estipuladas em contrato. Após uma viagem para Alto Paraíso/GO, aproximou-se do universo da cosmetologia natural. A fazenda em que se hospedara tinha como regra a proibição de qualquer material de cuidado pessoal que remetesse aos parâmetros da indústria farmacêutica convencional. A partir disso, a memória afetiva desse período, junto do interesse nesse segmento, fez com que surgisse o empreendimento Flores.seremos. Primeiro, voltado ao uso pessoal, depois, aos amigos e, agora, ao público em geral.

**Figura 5.** Visão do empreendimento Flores.seremos na 15ª edição da “Rolêfeira”



**Fonte:** Maiara Di Franco (2019).

As próximas três perguntas estão relacionadas ao eixo norteador do presente, que busca compreender a atualidade dos empreendimentos em função da pandemia do Covid- 19 e seus desdobramentos no município de Araraquara/SP. A primeira delas explora as principais mudanças ocorridas para dar continuidade a suas atividades da economia criativa e popular. A seguir, as considerações trazidas por cada uma das responsáveis.

A idealizadora do Amor Retrô destacou que o início da pandemia foi bastante intenso, pois estava vivenciando o processo de abertura de sua loja física há menos de uma semana. Por outro lado, salientou que esse momento inauguração de um local próprio para o empreendimento trouxe uma potencialidade na organização das operações de sua atividade econômica. Ter a loja física melhorou os controles de estoque, armazenagem e contato com o cliente, ao mesmo tempo em que aprofundou a identidade estética do empreendimento. A responsável reconhece que a melhora nas estratégias de engajamento de suas redes sociais no Instagram e Facebook foi um dos pilares desse processo de transformação. No entanto, é necessária a ressalva de que as feiras criativas ainda eram capazes de movimentar mais trocas econômicas em relação à loja física. A percepção das mudanças iniciais para dar andamento à atividade na pandemia demonstra, portanto, que o fortalecimento das mídias sociais e o espaço físico da loja foram centrais para desenvolver maiores relações com o público alvo do empreendimento.

A Flores.seremos passou por um momento bastante conturbado no início da pandemia pelo fato das vendas sofrerem uma queda bastante expressiva. A dependência da renda gerada nas edições das feiras criativas ficou marcada a partir do momento em que houve a suspensão desses eventos. Nesse sentido, a idealizadora ressalta que aquela antiga interação social valorizada em seu empreendimento foi perdida, pois a sociabilidade no espaço público foi impedida. A partir disso, destacou que as trocas econômicas se tornaram mecânicas, sem a afetividade anteriormente encontrada. Outra questão que torna a pandemia ainda mais sensível está relacionada ao fato de a organização do negócio ocorrer em sua própria residência. Essa feição da economia criativa e popular é encontrada na maioria dessas práticas econômicas do município (RAMOS, 2020; 2021), o que demandou novas formas de organização.

Sobre as estratégias utilizadas para superar essa queda nos rendimentos, a responsável destacou a implementação de um novo sistema de entregas das mercadorias. As vendas realizadas pelo empreendimento agora teriam a possibilidade de adquirir junto a entrega de bicicleta por valores simbólicos adicionais. O sistema foi pensado como forma de efetivar dois principais objetivos, sendo eles: 1) A realização de novas entregas sem que o espaço da própria residência fosse acessado, evitando possíveis contaminações e; 2) Uma estratégia de praticar um tipo de exercício físico, trabalhando a saúde corporal e mental da responsável. Aproveitando o crescimento dessa economia das redes na internet, o empreendimento Flores.seremos também contou com o lançamento de um site com os seus produtos. A idealizadora reconheceu essa nova potencialidade da pandemia, e passou a atuar, com a ajuda de profissionais do marketing e fotografia, nessas plataformas digitais para ganhar visibilidade.

A segunda pergunta relacionada ao eixo norteador do presente procurou abarcar o entendimento sobre os impactos diretos que foram sentidos pela suspensão das feiras de economia criativa e popular no município de Araraquara/SP. Em específico, o objetivo foi compreender o que as responsáveis consideraram como decorrência central para os empreendimentos nesse contexto sem edições da “Rolêfeira”.

A responsável pelo Amor Retrô reconheceu que a suspensão das feiras criativas no espaço público do município trouxe uma série de implicações. Destacou não somente os impactos de natureza financeira, mas também colocou toda a complexidade para além da esfera econômica. Um ponto trazido pela idealizadora foi a diminuição da visibilidade do empreendimento sem esses eventos. Em sua leitura, o principal gatilho de divulgação da atividade estava relacionado às edições desses eventos das feiras, pois o amplo contato com o público na interação presencial proporcionava isso. A perda no alcance de potenciais novos clientes foi estimada em cerca de 50% por parte da responsável. Essa constatação demonstra como as feiras criativas possuíam um papel central em toda a sociabilidade relacionada a esse segmento da economia popular. Em síntese, é preciso pontuar como acontecia todo um giro de capital, trocas simbólicas e econômicas, parcerias, interações sociais e afins nesses locais organizados para a economia criativa e popular.

O processo vivenciado pela idealizadora da Flores.seremos apresenta certa semelhança em relação ao destacado no Amor Retrô. O impacto observado na dimensão ampla das trocas do empreendimento foi colocado como bastante expressivo pela responsável. No entanto, é importante destacar que essas trocas também se estendem para o plano do simbólico, pois são estabelecidas em função da própria percepção dos consumidores sobre o produto. O contato direto com o público alvo funcionava como um termômetro para as práticas da economia criativa e popular, na medida em que a relação aproximada permitia compreender a experiência da pessoa com as mercadorias oferecidas. Outra questão levantada pela responsável diz respeito ao espaço da feira enquanto um ambiente de fomento à própria criatividade. A presença de diversos empreendimentos no mesmo local facilitava o estímulo a novos parâmetros estéticos, tomando como inspiração e referência elementos trazidos por outros sujeitos nos *stands* de exposição. Desse modo, a suspensão desses eventos trouxe implicações nas diversas esferas da interação socioespacial para a responsável da Flores.seremos.

A última pergunta que compõe o eixo norteador do presente teve como objetivo fomentar uma síntese geral sobre o período da pandemia para o empreendimento. Nesse sentido, o roteiro semiestruturado teve como iniciativa a busca por uma verbalização das responsáveis que representasse o balanço geral da crise sanitária para esse segmento da economia criativa e popular.

A responsável pelo Amor Retrô considerou que o período da pandemia, em linhas gerais, representou uma constante flutuação do negócio. Altos e baixos foram a grande feição encontrada para esse contexto da crise sanitária e da suspensão das feiras criativas no espaço público. Nesse sentido, trouxe ênfase ao fato de ter sido necessário trabalhar mais para que o seu empreendimento mantivesse níveis estáveis, com baixas oscilações nas vendas. Por outro lado, apesar da responsável pela Flores.seremos também destacar essa flutuação no empreendimento, reconheceu que houve uma constante queda nas vendas de suas mercadorias. A idealizadora avança, ainda, sobre as questões relacionadas às dificuldades que os sujeitos enfrentam quando resolvem empreender em pequena escala. Deficiências nas políticas públicas, entraves burocráticos, entre tantos outros elementos que funcionam como barreiras para o crescimento dentro desse segmento.

Por fim, a questão relacionada ao eixo norteador do futuro foi pensada como uma forma de levantar considerações a respeito dos horizontes que se abrem no pós-pandemia para os empreendimentos. As potencialidades colocadas com o processo de resolução da crise sanitária, sobretudo em função do avanço nos índices de vacinação no município. A partir disso, reconhecer toda a janela de oportunidades no interior de suas práticas da economia criativa e popular.

A idealizadora do Amor Retrô vê com certo otimismo todo o processo de avanço da vacinação contra o Covid-19. Sua visão está alinhada com a ideia da retomada dos espaços compartilhados, avanço nas interações socioespaciais e busca por amplos canais de sociabilidade. Nesse sentido, acredita que as pessoas estarão com um forte anseio em vivenciar tudo aquilo que a crise sanitária, nos seus piores momentos, impediu de acontecer. Pretende aproveitar esse contexto de potencialidades, ao mesmo tempo em que vai buscar fidelizar ainda mais os seus clientes por meio dos valores preconizados pelo *slowfashion*, pelo consumo consciente e ressignificado. No geral, ressalta a projeção de crescimento do seu empreendimento para o segundo semestre de 2021.

A responsável pela Flores.seremos reconhece que a crise sanitária mostrou uma série de questões relacionadas à vulnerabilidade dos pequenos empreendimentos da economia criativa e popular no município. Problemáticas sociais que se colocam enquanto limitantes estruturais para o avanço e ampliação dos níveis de vida para aqueles que resolvem seguir nesse caminho do trabalho por conta própria. Trouxe à tona a situação encontrada na dimensão do trabalho, a qual os sujeitos precisam desempenhar inúmeras funções para produzirem a provisão de suas vidas. Nesse sentido, faz referência a toda precariedade que é possível observar no mundo do trabalho contemporâneo, disfarçada de empreendedorismo e dinamicidade. A entrevista foi capaz de captar a consciência da idealizadora sobre esses assuntos tão centrais no universo da produção de uma economia de base popular. Então, sua perspectiva futura está orientada para a construção de iniciativas que permitam a geração ampla de renda e provisão, sobretudo iniciativas que estejam no campo do cooperativismo, associativismo e coletivismo. O empreendimento Flores.seremos ainda é o seu objetivo principal para o futuro. No entanto, ressalta que talvez procure engajar uma organização mais sinérgica com outros sujeitos.

### **Considerações gerais sobre o setor da economia criativa e popular**

O mundo do trabalho brasileiro pode ser caracterizado pela existência de diversas racionalidades econômicas. Seu processo de formação reconhece uma heterogeneidade de práticas econômicas que são organizadas em função das múltiplas necessidades concretas dos agentes sociais. A aceitação desse pressuposto permite demonstrar a riqueza, bem como a complexidade, das bases de organização das atividades econômicas no país. O avanço na precarização é um dos fenômenos mais evidentes no mercado de trabalho, vinculados ao processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível (COSTA, 2016). A vulnerabilidade desses agentes econômicos está relacionada, dentre uma série de fatores, à insegurança e instabilidade de seus rendimentos, na medida em que dependem de atividades que oscilam muito frequentemente.

No entanto, a precarização é capaz de se manifestar das formas mais diversas, sem necessariamente significar uma feição em comum. Essa problemática pode ser representada pelas extensas jornadas de trabalho com baixa remuneração, poucas garantias sociais que decorrem de contratos flexibilizados pela terceirização, desempenho de múltiplas funções e afins. Isso significa que a precarização se materializa tanto no interior de práticas econômicas organizadas por relações formais de contrato quanto no conjunto de atividades que surgem como alternativas ao desemprego convencional. Desse modo, as dificuldades no mundo do trabalho atual também impulsionam novas estratégias de composição da renda nos grupos assalariados não hegemônicos. O exemplo da economia criativa e popular reflete esse contexto de sujeitos que organizam pequenas atividades como fonte de complementação da renda (RAMOS, 2020 e 2021), fato expresso em outros autores que pesquisaram o problema do trabalho no espaço urbano contemporâneo (CATAIA e SILVA, 2013).

A economia popular está vinculada à escala socioespacial na qual o sujeito é o grande referencial. O indivíduo pertencente à classe trabalhadora e que utiliza do seu conjunto pessoal de recursos, tanto materiais quanto imateriais, para transformar um determinado conhecimento prático em possibilidade de geração de renda. Destacam-se os sujeitos que organizam suas atividades econômicas em função das demandas concretas da vida social. Porém, a atual pandemia fortalece uma série de impasses sociais e econômicos que tornam ainda mais

complexas as possibilidades de organização dos sujeitos. O recorte empírico do município de Araraquara/SP apresentou a intensificação das dificuldades vivenciadas pelos agentes responsáveis pela economia criativa e popular. A sobreposição de novas vulnerabilidades sobre as antigas demonstrou como a economia popular ainda está permeada de fatores estruturais que são limitantes.

Ainda que seja complexo mensurar quantitativamente esse fenômeno da economia popular, é fundamental destacar a necessidade de novas formas de observação para essa realidade econômica. Cataia e Silva (2013) ressaltaram as dificuldades analíticas que surgem do fato do circuito inferior ser, muitas das vezes, invisível às estatísticas oficiais. Por essa razão, a pesquisa foi construída com uma série de instrumentos metodológicos capazes de, em caráter exploratório, apontar para algumas tendências existentes nesse segmento da economia criativa e popular no contexto da crise sanitária provocada pelo Covid-19. A utilização das entrevistas com as responsáveis pelos empreendimentos Amor Retrô e Flores.seremos permitiu captar um discurso voltado ao próprio exercício de compreensão de suas atividades. Verbalizar sobre cada um dos eixos norteadores trouxe ênfase para elementos que muito dificilmente seriam captados por outras técnicas investigativas e padronizadas.

Essas práticas econômicas pertencentes aos setores populares da sociedade reforçaram no período da pandemia a sua racionalidade voltada ao período curto de tempo. São as necessidades cotidianas que movimentam toda a construção dessas iniciativas de geração de trabalho e renda no espaço urbano. A partir disso, o planejamento das economias locais mostrou-se ainda mais necessário para o contexto da crise sanitária. A transformação de uma lógica hegemônica de atuação pública pode representar a substituição de um paradigma seletivo e excludente socioeconomicamente na dimensão das políticas públicas setoriais (RAMOS, 2021). Em síntese, a realidade trazida pelo Covid-19 alertou para todas as deficiências estruturais que existem nas diversas esferas do acontecimento social, sendo esse artigo um recorte dessas implicações no universo economia criativa e popular.

## Conclusões

As cidades apresentam a característica de serem o produto e a condição de reprodução da sociedade, da vida, bem como das próprias relações sociais entre os indivíduos (SOBARZO, 2006). É no espaço que encontramos as variáveis simbólicas e concretas do acontecimento social que, por meio da constante modificação, são capazes de orientar o cotidiano dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o pressuposto colocado nessa reflexão esteve relacionado às mudanças em vigência no espaço urbano de Araraquara/SP, acentuadas em função da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Analisar e interpretar as transformações no interior das práticas econômicas vinculadas à economia criativa e popular do município permitiram compreender os impactos vivenciados por esses sujeitos que dependem, sobretudo, da presença no espaço público para a geração de renda.

A concentração de distintas formas de organização socioespacial presentes nas cidades contemporâneas abre espaço para interpretações que reconhecem os vários modos de produção e reprodução da vida dos grupos sociais. O embate teórico da economia popular enfatizou as diversas possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano segundo as intencionalidades e racionalidades que procuram realizar a provisão material desses sujeitos. Nesse sentido, a manifestação socioespacial da economia criativa e popular no município de Araraquara/SP faz parte do conjunto de respostas concretas dos indivíduos às dificuldades contemporâneas vivenciadas no mundo do trabalho.

O potencial da economia popular na contemporaneidade diz respeito às suas possibilidades de abranger diversas formas de produção que surgem como alternativas ao emprego formal assalariado (COSTA, 2016). Suas atividades são capazes de incorporar os sujeitos que não conseguem integração no mercado de trabalho convencional. No entanto, é importante ressaltar que essa incapacidade de integração pode ser resultado tanto da ausência do perfil técnico, que demanda um longo período de estudo e qualificação profissional, quanto pela falta de interesse pela carteira assinada em função do avanço de processos como a precarização do trabalho.

A utilização de uma abordagem geográfica para esse fenômeno cumpriu o esforço de renovação do arcabouço teórico-conceitual dessa ciência, revisitando os significados clássicos

do circuito inferior ao tencioná-lo em função do contexto atual. Essa perspectiva converge com a disposição feita por Silveira (2015) no momento em que demonstra que a Geografia precisa reconhecer o dinamismo social, levando em conta a apreensão de novos processos que permitem “alcançar a crítica do real e vislumbrar novos rumos” (SILVEIRA, 2015, p. 258).

As atividades da economia criativa e popular em Araraquara/SP foram caracterizadas como forma de renovação do circuito inferior da economia urbana (RAMOS, 2020). Essas práticas econômicas apresentam uma série de vulnerabilidades que estão vinculadas à baixa escala econômica de suas atividades, bem como à própria necessidade de canais ativos para a realização de suas vendas. As feiras organizadas pelo coletivo “Rolê” são espaços fundamentais de visibilidade para os empreendimentos em função do seu papel central para esse segmento da economia. Dessa forma, a suspensão de seu cronograma ao longo de 2020 e 2021 trouxe impactos nas diversas esferas das práticas econômicas vinculadas a esses espaços de troca.

As principais decorrências desse novo contexto vivenciado na economia criativa e popular de Araraquara/SP foram não somente os impactos financeiros, mas também os impactos simbólicos e imateriais. A suspensão das feiras criativas teve um desdobramento expressivo no andamento dos negócios dessas atividades pelo fato das edições representarem canais fundamentais de troca para os grupos vinculados a esse setor (RAMOS, 2020). As agentes entrevistadas pontuaram que as edições favoreciam a maior estabilidade financeira do negócio, já que alcançavam vendas mais expressivas em relação às demais estratégias de efetivação das mercadorias. No entanto, também reforçaram que as trocas simbólicas sofreram uma ruptura importante devido à sociabilidade que era encontrada nesses eventos. As responsáveis reconheceram que o retorno dos clientes acontecia de forma bem mais simplificada, mantendo uma relação direta com eles. Outro aspecto diz respeito ao encontro e parcerias com os demais expositores das feiras, na medida em que muita articulação conjunta era construída no decorrer das edições das feiras criativas.

Em síntese, o estudo evidenciou as contribuições que as entrevistas trouxeram para interpretar as transformações vivenciadas pelos agentes econômicos da economia criativa e popular em Araraquara/SP. A percepção alcançada demonstrou as novas formas de organização dos sujeitos em função da pandemia do Covid-19. As atividades desse segmento não

hegemônico da economia no município se apoiam no contato direto com o consumidor final em locais como as edições da “Rolêfeira”. Em vista disso, as entrevistas permitiram compreender o novo contexto dessas atividades na crise sanitária, pois deu voz às agentes que pontuaram as implicações e impactos da suspensão das feiras criativas no andamento de seus negócios.

### Agradecimentos

O artigo apresentado é produto das discussões e debates desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho “Geografia, Economia e Trabalho”, ocorrido na XXI Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. O documento reflete o conjunto de agentes e instituições que foram essenciais para o fortalecimento das análises e interpretações apontadas por esse trabalho. Ficam aqui todos os agradecimentos necessários à Comissão Organizadora do evento. Em seguida, é fundamental agradecer o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mediante o processo nº 2019/24895-3. A dedicação exclusiva à pesquisa só foi possível de acontecer em função da segurança oferecida pela bolsa. É necessário também reconhecer o apoio acadêmico oferecido pelos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Ambiental (NEPDUA/CNPQ). A troca de experiências e de perspectivas acadêmicas distintas foi uma esfera formativa extremamente importante para o conjunto de considerações propostas no artigo. Por fim, agradeço à existência da Universidade Pública, que tem cumprido sempre o seu papel pioneiro no desenvolvimento tecnológico e científico do país.

### Referências

CATAIA, M.; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

COSTA, S. C. D. da. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

HESPANHA, P. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 49-63, mar. 2009.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 53, n. 1, p. 147-164, enero-junio, 2012.

RAMOS, R. A. **A manifestação socioespacial da economia popular em Araraquara/SP: uma abordagem geográfica para o caso da Economia Criativa**. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara.

RAMOS, R. A. A atualidade da teoria dos circuitos na compreensão das práticas econômicas populares: o caso da Economia Criativa em Araraquara/SP. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, [S. l.], v. 40, p. 1-12, 2020.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 245-261, 3 nov. 2015.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 10, n. 2, p. 93-111, 30 dez. 2006.



## PRÁTICAS E DISCURSOS DO ESTADO BRASILEIRO NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA DE TURISMO NA “ERA PT”

Roberson da Rocha Buscioli<sup>1</sup>

*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Engenharia e Ciências, Câmpus de Rosana, Brasil*

### Resumo

Como citar:

BUSCIOLI, R. R. Práticas e discursos do Estado Brasileiro na condução da Política de Turismo na “Era PT”. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 249-274.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9113>

Recebido em: 2021-12-27

Devolvido para correções: 2022-02-08

Aceito em: 2022-02-22

Publicado em: 2022-09-22

Neste trabalho buscamos analisar as práticas e discursos do Estado brasileiro na constituição da Política Pública de Turismo, no período considerado como “Era PT”, correspondendo ao período de 2003 a 2016. Foram realizadas, pesquisa bibliográfica, análises de documentos oficiais consultados em centros de documentação, e endereços eletrônicos de órgãos governamentais encarregados institucionalmente de planejar, executar e acompanhar as Políticas Públicas. Como resultados principais observamos que desde os anos de 1990, e em especial após os anos 2000, com a criação do Ministério do Turismo, estabeleceu-se no Brasil um processo de modernização do território, capitaneado pelo Estado a partir de investimentos voltados ao consumo do espaço por meio da atividade turística, materializado em ações deliberadas como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), densidades normativas, financiamentos e incentivos fiscais. Tal processo se deu sob forte influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal financiador externo de tais políticas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Turismo; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Ajuste Espaço Temporal; Desenvolvimento Geográfico Desigual

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup>Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Câmpus de Rosana. Economista pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS, Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

E-mail: [roberson.buscioli@unesp.br](mailto:roberson.buscioli@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2628-9626>

## PRÁCTICAS ESTATALES Y DISCURSOS EN LA DIRECCIÓN DE LA POLÍTICA TURÍSTICA EN BRASIL EN LA “ERA PT”

### Resumen

En este trabajo, buscamos analizar las prácticas y discursos del Estado brasileño en la constitución de la Política Pública de Turismo, en el período considerado como la "Era del PT", correspondiente al período comprendido entre 2003 y 2016. Una investigación y análisis bibliográfico de los documentos oficiales consultados en los centros de documentación, y direcciones electrónicas de los organismos gubernamentales institucionalmente responsables de la planificación, ejecución y seguimiento de las políticas turísticas. Como principales resultados observamos que, a partir de la década de 1990, y especialmente después de la década de 2000, con la creación del Ministerio de Turismo, se estableció en Brasil un proceso de modernización del territorio, liderado por el Estado a partir de inversiones destinadas al consumo del país. espacio a través de la actividad turística, materializada en acciones deliberadas como el Programa de Desarrollo Turístico Sustentable (PRODETUR), densidades regulatorias, financiamiento e incentivos tributarios. Este proceso tuvo lugar bajo la fuerte influencia del Banco Interamericano de Desarrollo, principal financiador externo de tales políticas.

**Palabras clave:** Políticas Públicas de Turismo; Banco Interamericano de Desarrollo; Ajuste de tiempo espacial; Desarrollo geográfico desigual

## STATE PRACTICES AND DISCOURSES IN CONDUCTING TOURISM POLICY IN BRAZIL IN THE “ERA PT”

### Abstract

In this work, we seek to analyze the practices and discourses of the Brazilian State in the constitution of the Public Tourism Policy, in the period considered as the "PT Era", corresponding to the period between 2003 and 2016. A bibliographic research and analysis of official documents consulted in documentation centers were carried out, and electronic addresses of government agencies institutionally responsible for planning, executing and monitoring tourism policies. As main results we observe that since the 1990s, and especially after the 2000s, with the creation of the Ministry of Tourism, a process of modernization of the territory was established in Brazil, led by the State based on investments aimed at the consumption of the space through tourist activity, materialized in deliberate actions such as the Sustainable Tourism Development Program (PRODETUR), regulatory densities, financing and tax incentives. This process took place under the strong influence of the Inter-American Development Bank, the main external financier of such policies.

**Keywords:** Public Tourism Policies; Inter-American Development Bank; Spatial Time Adjustment; Uneven Geographical Development

## Introdução

A prática do turismo tem sido constantemente alvo da ação do Estado - via implementação de programas, densidades normativas<sup>1</sup>/regulamentações, financiamentos e incentivos fiscais – para promover sua mercantilização via ajustamento do espaço. Desde os anos de 1990, e em especial após os anos 2000 com a criação do Ministério do Turismo, estabeleceu-se no Brasil um processo de ajustamento do espaço, promovido/induzido pelo Estado a partir de expressivos investimentos voltados ao consumo do espaço, via atividade turística. Este processo apresentou como característica fundante um padrão de financiamento público – expressado particularmente, no Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como seu principal financiador.

Tais ações foram orientadas pela concentração de investimentos em espaços e setores considerados prioritários no PRODETUR, espaços denominados ao longo do tempo como Áreas de Turismo Prioritárias, Polos Turísticos, Destinos Indutores do Turismo, Rotas Turísticas, produzindo processos de interações e de rearticulações espaciais.

Desse modo, esse trabalho teve como objetivo geral analisar a atuação do Estado brasileiro via Política Pública de Turismo na sua relação com o Capital e suas frações e os desdobramentos dessa política no processo de (re)produção espacial, no período considerado como “Era PT”, correspondendo interregno de 2003 a 2016, compondo os Governos Luiz Inácio Lula da Silva I e II (2003-2006 e 2007-2010) e os Governos Dilma Rousseff, I e II (2011–2014 e 2015-2016) que teve seu segundo mandato interrompido por um Golpe Político Administrativo em 2016.

Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, na qual levantamos literatura geral a respeito das características do Estado, da reprodução do capital, ajuste espaço-temporal e Discurso do Estado. Secundariamente, buscando documentos oficiais através de consulta a centros de documentação, e endereços eletrônicos de órgãos governamentais

---

<sup>1</sup> Para Sarlet (2001), a ideia de densidade normativa, nada mais é do que a capacidade de se definir, em nível constitucional com certo grau de precisão, o conteúdo ou objeto principal de uma determinada norma. Portanto, quanto maior o grau de precisão do objeto/conteúdo da norma, diz-se que apresenta maior densidade normativa, se há uma menor precisão deste objeto, observa-se uma menor densidade normativa, referente ao objeto tratado. É neste sentido que observamos que ao longo do período analisado uma maior densidade normativa nas normas que tratam sobre as Políticas de Turismo.

encarregados institucionalmente de planejar, executar e acompanhar as Políticas Turismo, o universo da pesquisa foi definido na análise dos Planos Nacionais de Turismo e seus programas, buscando identificar as diretrizes básicas da Política Nacional do Turismo. Percorremos por análise do PRODETUR Nacional responsável por materializar as diretrizes da Política Nacional.

### **Convergência e Contradições da “Era PT”**

A “Era PT”, como convencionamos denominar os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, tem sido tema de debates e de uma vasta publicação científica no âmbito das Ciências Humanas. Talvez uma das explicações esteja no fato de que foram mandatos especialmente marcados pelo antagonismo.

Eleitos com ampla base popular, ampliaram e criaram um conjunto de políticas afirmativas para as camadas mais populares da sociedade, assim como, observou-se um aumento real da renda e do consumo da classe média, a ampliação do acesso à universidade, entre outros. Ademais, mantiveram alianças com as antigas oligarquias políticas, não atacando seus interesses de classe, portanto não se consolidando nesse período reformas importantes esperadas, tais como as reformas política, fiscal/tributária, entre outras.

Na leitura de Ab’Saber (2012), desde o princípio o Governo Lula teve como característica a busca por um pacto social, marcado num primeiro momento, principalmente, pela nomeação de Henrique Meirelles, um executivo da área financeira, como presidente do Banco Central, dando nítidos sinais de que manteria a linha neoliberal na gestão da macroeconomia, ao mesmo tempo que em seus discursos, mas não só, foi possível observar a expansão de um conjunto de políticas afirmativas, de crescimento da renda e acesso a serviços públicos.

Além disso, percebe-se uma forte relação do Governo com o setor empresarial, o que Lazzarini (2011) denominou de Capitalismo de Laços, marcado por uma reformulação do modo de inserção do Estado diretamente na economia, são nas palavras do autor um “emaranhado de contatos, aliança de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos”. (LAZZARINI, 2011, p. 3).

Os agentes econômicos buscam essa proximidade com o Estado garantindo-lhes tratamento diferenciado em termos de políticas públicas, e o Estado por sua vez busca

umentar sua centralidade na economia. Tal processo tem início ainda no Governo FHC e se acentua nos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de modo que: “Formam-se alianças, consórcios e emaranhados comerciais entre governo, grupos privados domésticos e multinacionais em torno de projetos empresariais nascentes” (LAZZARINI, 2011, p. 39), constituindo-se uma interdependência entre capital local e estrangeiro.

Singer (2012) apresenta que se tratou de uma “reforma gradual e um pacto conservador”, marcado pela busca, em cada conjuntura, de pontos de equilíbrio da relação Capital-trabalho, não se tratando, portanto, da busca por uma coalizão das contradições. Desse modo, numa conjunção de fatores externos e internos, no “lulismo” foi possível expandir o consumo pelo acesso ao emprego, ativação do mercado interno e distribuição direta de renda, além da ampliação do acesso a serviços como educação de nível superior, tudo isso sem atacar os interesses das oligarquias econômicas.

Todavia, reconhecidas as contradições desse Governo, concordamos com Singer e Loureiro (2016), segundo os quais se tratou, particularmente para os anos entre 2008 e 2014, de um ensaio desenvolvimentista, tardio, todavia contrastando com o neoliberalismo prevalecente no resto do mundo. Discorrem ainda os autores:

Beneficiados pelo *boom* das *commodities*, o reformismo fraco dos governos petistas, apesar de não romper de maneira radical com o padrão estabelecido desde a Nova República, retornou a partir de 2003, de maneira diluída, aspirações derrotadas em 1964. Conseguiu reduzir desigualdades, sobretudo por meio da política de aumento do Salário mínimo e de expansão do emprego, mas também mediante programas específicos, dos quais se poderia destacar o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso à universidade às camadas de mais baixas, entre outros. Ao mesmo tempo, na medida em que buscou avançar sem fazer transformações no plano dos direitos, seja no da economia ou da ideologia - caracterizou-se pela extrema ambiguidade (SINGER; LOUREIRO, 2016, p. [s.n]).

Esses elementos são importantes para compreender o processo de fortalecimento do setor de turismo na estrutura institucional do Governo e a consolidação dos discursos em torno do seu papel no plano nacional, de vetor de desenvolvimento econômico das regiões mais pobres do país, e em consonância com o então preconizado “desenvolvimento sustentável”, iniciado nos anos de 1990, que culminariam em 2003, início do Governo Lula, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003.

## **A Política Nacional de Turismo: da criação do Ministério do Turismo ao Golpe político-administrativo de 2016**

Nesse sentido, em continuidade a tal processo, o Plano Nacional de Turismo (2003– 2007), lançado em 20 de abril de 2003, teve como referencial articulador a consolidação do Ministério do Turismo enquanto órgão responsável pela concretização da atividade turística, agora entendida, segundo discursado pelo governo, em todos os sentidos, como vetor de desenvolvimento nacional.

Num contexto de críticas ao “tamanho” do Estado, sua ampliação dependeria de uma construção discursiva que apresentasse uma racionalidade dessa ampliação. Assim, discursivamente o Plano Nacional de Turismo apresentava que:

O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos (BRASIL, 2003, p. 11).

Em continuidade à produção desses discursos, as qualidades intrínsecas do turismo para combater as desigualdades regionais foram enfatizadas na mensagem do Presidente da República no lançamento do Plano. Observemos:

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos, é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo (BRASIL, 2003, p. 4).

Fica demonstrado o teor ideológico dessa Mensagem, uma vez que as desigualdades regionais são próprias do processo de “Desenvolvimento Geográfico Desigual”, conforme preconizado por Harvey (2018). Tal como foi observado por Cruz (1999), ao avaliar que a implantação de territórios turísticos no Nordeste ao longo dos anos de 1980 e 1990

intensificou a prática turística na região, atraiu investimentos privados em busca da infraestrutura lá instalada etc., todavia, marcado pela concentração espacial de tais investimentos e reproduzindo a lógica excludente.

Como desdobramento desse processo, estudando a evolução do emprego em turismo na região atingida pelo PRODETUR-NE I e II, entre os anos de 1994 e 2010, Buscioli (2019) atenta-se para o fato de que não houve mudanças significativas na espacialização dos empregos gerados. Os dez municípios com mais empregos no setor concentravam, em 1994, 90,23% do total; em 2010, esse valor foi de 87,29%. No outro extremo, os 50% dos municípios com menos emprego em turismo somavam 0,8% dos empregos em 1994; em 2010 esse valor foi de 1,03%, confirmando, portanto, uma lógica de modernização seletiva, que não atingiu as regiões de economia mais deprimida no Nordeste brasileiro.

Esses dados sobre o emprego na área de influência do PRODETUR NE I e II, são importantes por retratar a realidade de uma das áreas em que mais intensamente se aplicou recursos para a constituição de territórios turísticos sob a alegação de redução das desigualdades regionais e da pobreza e que, *grosso modo*, conforme observaremos ao longo das análises, pouco se alterou na lógica de espacialização das demais versões do PRODETUR, como exemplo do PRODEUTR Nacional.

Com tais pressupostos, no PNT (2003-2007), reforçou-se o papel da escala internacional<sup>2</sup> nesse processo de transferência de riqueza e, como novidade, pela primeira vez, discursivamente aparece o papel da escala nacional, especificamente quando tratou da transferência de renda das regiões mais ricas do Brasil para as mais pobres, por meio da prática do turismo. Sob esse contexto, o papel do turismo interno ganharia, como pode ser constatado no discurso do então Ministro do Turismo no ato de lançamento do Plano Nacional de Turismo, as seguintes atribuições:

Destacamos ainda a atenção que devemos dirigir ao incremento do turismo interno, que deve ser fortalecido pelo consumo da sociedade

---

<sup>2</sup> “As iniciativas de promoção internacional do turismo brasileiro levaram o País a alcançar um resultado 82,1% superior ao do mundo em relação à entrada de divisas provenientes do turismo internacional, entre 2003 e 2009. Nesse período, o Brasil registrou um crescimento de 114% no setor, segundo dados do Banco Central. No mundo, tendo como base dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), o crescimento do mercado internacional de turismo foi de 62,6%” (BRASIL, 2010).

brasileira, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias, respondendo a uma aspiração legítima dos nossos cidadãos e tendo no turismo um fator de construção da cidadania e de integração social (BRASIL, 2003, p. 8).

Essa questão é indissociável do discurso político desse período, de fim da miséria e de ascensão da “nova classe média ao consumo”<sup>3</sup>, tal como discursa o Governo:

A emergência de uma nova classe média, o aumento da renda média e do consumo das famílias no Brasil foi uma grande oportunidade de fortalecimento do mercado de turismo. A promoção do turismo interno funcionou como importante catalisador de geração de renda e emprego, além de vetor de incremento de receita (BRASIL, 2010, p. 93).

Ao tratar da promoção e apoio à comercialização do turismo, o Programa de Promoção Nacional e Internacional do Turismo Brasileiro discorre que a promoção para o turismo interno passaria por uma democratização do setor pela ampliação de produtos e preços mais acessíveis, permitindo que: “novas camadas sociais se integrem à realização de viagens” (BRASIL, 2003, p. 42).

Como estratégia de promoção e apoio à comercialização, o Governo Federal realizou cinco edições “Salão do Turismo – Roteiros do Brasil”, evento realizado para a divulgação dos destinos turísticos. Consta em documento oficial que estes eventos atraíram mais de 512 mil visitantes. Trata-se de uma feira de negócios com os diversos segmentos do *trade* turístico (BRASIL, 2010, p. 93). Questionada sobre o papel do “Salão do Turismo”, Fabiana de Melo Oliveira, Coordenadora de Posicionamento de Produtos do Ministério do Turismo e da Embratur, discorre:

E era um grande evento que... O salão na realidade era um evento, uma estratégia para promoção dos roteiros do programa de regionalização, então os estados desenvolviam aqueles roteiros que muitas vezes eram de papel, era muito destino, não era tão comercial. Uma aproximação com o mercado de modo que aquele produto que o estado [unidade da federação] estava propondo era um produto comercializável, nem sempre é um produto turístico, então a feira fazia esse filtro e essa aproximação com o mercado. Houve problemas de auditamento do Tribunal de Contas, que começou a questionar e por fim, a estratégia do salão foi deixada de lado

---

<sup>3</sup>Souza (2013), com quem concordamos, debatendo sobre a tese da Nova Classe Média defendida especialmente por Neri (2012) e Pochmann (2012), aponta tratar-se de uma simplificação do conceito de classe por uma ótica economicista, e neste caso acaba por apontar que embora os dados apontem para um aumento do acesso ao consumo das parcelas mais pobres da população a mobilidade de classe depende de elementos de cunho simbólico tais como Capital Social e Cultural que permitam a produção e reprodução enquanto classe.

[...] mas o efeito positivo foi tamanho que muitos estados, inclusive o estado de São Paulo, passaram a realizar anualmente essas feiras (Fabiana de Melo Oliveira, em entrevista para Buscioli em janeiro de 2021).

No interior desse processo, um aspecto interessante é o orçamento destinado ao setor: “O reconhecimento do turismo foi retratado também com o aumento do orçamento do Governo Federal disponibilizado: em 2004, o turismo teve orçamento de R\$374,5 milhões. Em 2009, alcançou o valor de R\$2,5 bilhões (BRASIL, 2010, p. 93). Demonstra-se, assim, que o orçamento não é desvinculado da política e que acaba também por evidenciar a expansão de um determinado segmento no seio do Estado, tal como discorre Poulantzas (2000).

Ademais, no governo Lula (2003/2010), constatamos em publicação oficial que:

Dos 6.582 projetos apoiados no período 2003-2010, foram finalizadas 4.770 obras de implantação, ampliação ou recuperação de infraestrutura urbanística; de construção ou reforma de estradas, aeroportos, heliportos, portos e terminais marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; de restauração de conjuntos ou centros históricos e culturais; de preparação dos sítios arqueológicos e geológicos públicos; e de urbanização ou revitalização de orla marítima e fluvial em áreas turísticas. O Programa de Atração de Investimentos, criado em abril de 2003 no contexto da primeira edição do PNT, coordenou os trabalhos de prospecção e divulgação de oportunidades de investimentos no País. Suas ações refletiram-se no volume de recursos investidos em equipamentos hoteleiros. Entre 2003 e 2010, concluíram-se 92 projetos da hotelaria nacional, com investimentos de R\$1,8 bilhão, que propiciaram a criação de 14,6 mil unidades habitacionais, com a geração de 7 mil postos de trabalho no setor (BRASIL, 2010, p. 93).

Consta ainda nos relatórios do Governo que:

Como ferramenta de fomento às obras de infraestrutura, foram criados os macroprogramas Infraestrutura Pública e Fomento à Iniciativa Privada e Logística de Transportes do Plano Nacional de Turismo, para prover os destinos turísticos de condições básicas ao desenvolvimento e usufruto dos lugares pelos turistas (acesso, saneamento, iluminação, comunicação, informação), e dar apoio ao setor privado na ampliação da oferta e qualificação dos serviços turísticos (meios de hospedagem, restaurantes, transportadores e atrativos) (BRASIL, 2010, p. 91).

Uma outra questão a ser observada quando se busca compreender a importância de um determinado segmento nas políticas de Estado são as suas políticas de crédito e fomento, também destacadas e retratadas em relatório:

Em relação às ações em torno do crédito de fomento às atividades turísticas, os bancos públicos federais, parceiros do MTur na execução de linhas de crédito para o setor, destinaram, entre 2003 a 2010, cerca de R\$ 22 bilhões para os projetos turísticos da iniciativa privada, em operações de investimento e capital de giro. O volume de crédito direcionado ao setor constitui um expressivo indicador de expansão do turismo. Quanto às ações voltadas para ampliação e modernização dos meios de hospedagem, no contexto dos preparativos para a Copa de 2014 e Olimpíadas 2016, foi criado o ProCopa Turismo, com recursos do BNDES. O programa contou com aporte de R\$ 1 bilhão e ofereceu condições especiais de financiamento para empreendimentos hoteleiros que obtivessem certificações de sustentabilidade ou de eficiência energética (BRASIL, 2010, p. 93).

Podemos questionar tais ações, mas elas existiram e cabem aqui para pontuar a importância do Turismo no seio das políticas de Estado, que discursivamente buscaram justificar-se com o discurso da redução de desigualdade e da pobreza, e do acesso da “nova classe média” a esse tipo de consumo.

Obviamente que essa questão não está desvinculada do aumento real da renda e do Salário do mínimo<sup>4</sup>, assim como, o teorizado e discutido por Melo (2003), Krippendorf (2003) e Dumazeidier (2001), quando dissertaram que o acirramento das relações de mercado acabam por demarcar o tempo de vida das pessoas à jornada de trabalho – tempo de trabalho – e tempo de lazer, e neste sentido o turismo como uma forma de lazer, passa a ser pensado como um tempo de repouso e consumo, tão necessário para reparar as tensões laborais, incluindo-se, assim, mais esta parcela ao mercado do lazer.

A respeito do acesso da “nova classe média” ao turismo, argumenta ainda o discurso governamental de que o turismo: “[...] ao ser fortalecido internamente pelo exercício contínuo e sistêmico de consumo pela sociedade brasileira, deverá criar as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada capaz de atender melhor o mercado internacional” (BRASIL, 2003, p. 09).

Desse modo, a EMBRATUR passaria por uma reestruturação, sob a qual caberia: “a promoção, divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos

---

<sup>4</sup> Acerca dessa temática, consultar: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do Ipea, 155. 25 de setembro de 2012.

turísticos do país no exterior” (BRASIL, 2003, p. 11). No que tange este processo de internacionalização do turismo, constatamos em documentos oficiais que:

Em 2010, havia Escritórios Brasileiros de Turismo em 10 países, funcionando como importantes unidades de promoção da imagem do País no exterior. O primeiro foi aberto em 2005, em Lisboa. O calendário de feiras internacionais de que o Brasil participou passou de um total de 26 eventos em 2003 para 43 em 2010. As empresas públicas e privadas que acompanharam os eventos passaram de 379 para 600 instituições no mesmo período (BRASIL, 2010, p. 230).

As escalas geográficas, neste caso, são qualificadas a exercer papéis específicos no projeto de transformar o turismo em uma das principais atividades geradoras de divisas internacionais do País. Ou seja, a interação das escalas local, regional e nacional seriam dadas tanto pelo movimento de turistificação de determinadas regiões, como pela geração de demandas alhures. Em síntese, as regiões mais ricas e por vezes mais industrializadas, capazes de gerar fluxo de emissão de turistas, interagem com as demais a partir dessa relação.

Outra questão relacionada às escalas espaciais se daria com a mudança no escopo da política de planejamento, outrora orientada para a municipalização do turismo, e que, agora, consolidaria um processo de regionalização do turismo, a partir do Programa Roteiros Integrados, incluído no “Macro Programa 04” do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, resultando, em 2004, no lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas, e em um segundo documento contendo as diretrizes operacionais (BRASIL, [2010?]).

Conforme destacado, no relatório executivo dos seis primeiros anos do Programa de Regionalização do Turismo, a mudança da política com foco na municipalização para a regionalização seguiu orientação da OMT, que à época:

[...] sinalizava para uma tendência de estruturação do turismo por meio de regiões, com a valorização dos municípios, que poderiam trabalhar e crescer conjuntamente, agregando valor ao potencial turístico existente. Seria a melhor alternativa para abranger tão grande território nacional (BRASIL, [2010?], p. 42).

Ribeiro, (2011), ao analisar as políticas de desenvolvimento do turismo, aponta que, na mudança do escopo entre municipalizar para o turismo - Política de Municipalização do Turismo (PNMT), entre os anos de 1996 e 2003, e regionalizar numa nova política a partir

de 2003, no contexto do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), as diretrizes e estratégias de planejamento não se modificaram, ocasionando um descompasso entre municipalização e regionalização e provocando a não consolidação do turismo, bem como sua não articulação para o desenvolvimento regional.

Mesmo na mudança de paradigma (de municipalização para regionalização do turismo) observada nos últimos dez anos, os moldes de planejamento do turismo no Brasil se mantêm praticamente inalterados; uma vez que os procedimentos metodológicos continuam atrelados em uma estrutura fechada de inventário, diagnóstico e prognóstico, com algumas alterações quanto aos atores da atividade e sua distribuição nas regiões turísticas (RIBEIRO, 2011, p. 12).

Ainda avaliando tanto o PNMT quanto o PRT, Ribeiro (2011) argumenta que tiveram como base o discurso da descentralização e do planejamento participativo, embora em escalas diferentes. Apesar dessa questão, apontamos que, discursivamente, os instrumentos constituídos para o planejamento regional: Fórum Estadual de Turismo, Conselhos Municipais de Turismo, entre outros, são colocados como instrumento de descentralização da política, tendo em vista o caráter representativo dessas organizações.

Todavia, observamos uma incapacidade de decisão deles no sentido de induzir o desenvolvimento para uma outra lógica, diferente da proposta, dada a complexidade e a força da esfera federal, uma vez que decididos os objetivos a serem alcançados pela Política Nacional, estabelecem-se as formas da política, os Programas, suas metodologias e principalmente, as linhas de financiamento público para a execução da Política Nacional de Turismo.

Desse modo, em Brasil (2013a) declara-se que o Programa de Regionalização do Turismo, desde o seu princípio – 2004 – teve como objetivo principal o “[...] apoio à estruturação dos destinos turísticos, a gestão e promoção do turismo no País.” Ou seja, uma vez estabelecidos no âmbito federal os objetivos e as formas da política, o Estado passa a criar as condições para se alcançar tais metas, principalmente por meio do oferecimento de linhas de crédito específicas, tal como é o caso do PRODETUR.

Quando observamos as cinco metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo (2007-2010), essa questão fica mais evidente:

i) Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; ii) Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; iii) Gerar 8 bilhões de dólares em divisas; iv) Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; v) Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal (BRASIL, 2003, p. 23 - *grifos nossos*).

Trata-se, neste caso, de cinco metas que se complementam entre si e que visam atender objetivos econômicos, de um lado estabelecendo quantitativos de geração de empregos e divisas; do outro lado, apontando os montantes em termos de turistas nacionais e internacionais que permitam alcançar esses objetivos, completados pela quinta e última meta, a de ampliação da oferta turística.

Desse modo, o caráter essencialmente quantitativo e economicista da Política Nacional de Turismo nos ajuda a compreender o modelo de atuação do Estado que buscou elevar alguns lugares/regiões à categoria de “Polos de Desenvolvimento Turístico” aos quais caberia uma concentração/priorização de investimentos em todo tipo de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade. O argumento governamental era de que:

A expansão do Parque Hoteleiro, dos equipamentos de lazer e entretenimento e a diversificação dos produtos turísticos, só podem ocorrer em um cenário onde a infraestrutura básica esteja disponível, garantindo não só a viabilidade dos investimentos, como a sua sustentabilidade ao longo do tempo que neste caso, se materializaram (BRASIL, 2003, p. 36).

De um modo geral, seguiu-se a seguinte lógica: uma vez estabelecidos esses polos, sua estruturação se daria pela implementação do PRODETUR. Nesse caso, o Programa passou pela renovação do PRODETUR/NE, passando a ser chamado de PRODETUR/NE II, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul (PRODETUR SUL), abrangendo as três Unidades da Federação da Região Sul do Brasil e o Mato Grosso do Sul; do PRODETUR na Região Central (PRODETUR CENTRO),<sup>5</sup> contemplando os estados da Região Sudeste além de Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso (BRASIL, 2003, p. 36).

---

<sup>5</sup> Também aparece como PRODETUR JK em alguns documentos do Governo Federal, todavia desde a estruturação do PNT (2003-2007) manteve-se PRODETUR CENTRO, apenas em alguns documentos aparecendo JK.

Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, contaram ainda com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal (Programa Pantanal), voltado para a área de influência do Pantanal nestas duas Unidades da federação. Assim como, toda a área de influência da Amazônia, foi abarcada pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR Amazônia) (BRASIL, 2003, p. 36). Cabe destacar que todos estes programas da Linha PRODETUR foram financiados pelo BID e seguem o modelo de planejamento turístico preconizado pelo banco.

Ambos os processos, o de planejamento por meio da regionalização com concentração dos investimentos, assim como o de financiamento, passariam por uma ampliação e melhor definição no *Plano Nacional de Turismo 2007–2010: Uma Viagem de Inclusão*. Lançado ainda no contexto do primeiro Governo Lula (2003-2006), apresentando os principais elementos que referenciaram a Política de Turismo no seu segundo mandato (2007-2010).

No escopo desta pesquisa, não nos detemos em discutir sobre os aspectos desenvolvimentistas ou não da política econômica desse Governo. Todavia, cabe destacar que, no contexto da crise econômica internacional chamada de *subprimé*<sup>6</sup>, deflagrada em 2007, o Governo lançou mão de um conjunto de estímulos econômicos sob o programa conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para reduzir os impactos da crise no que tange ao crescimento econômico e à geração de empregos (SABER; GARCIA, 2010).

Para Teles; Pieri; Oliveira (2016):

O neodesenvolvimentismo surgiu no Brasil como resultado do fracasso da experiência neoliberal instaurada nos anos 1990, uma vez que o aumento do desemprego, da pobreza e da indigência, assim como os limitados resultados econômicos, levaram o país a uma grave crise social (TELES; PIERI; OLIVEIRA, 2016, p. 20).

Erber (2011), com quem concordamos, pondera que neste Governo observou-se a coexistência de duas convenções: a “Institucionalista Restrita” (ligada aos interesses rentistas, garantindo principalmente estabilidade de preços) e a neodesenvolvimentista (de inspiração keynesiana, que teve como principal diferença, frente ao neoliberalismo e ao próprio

---

<sup>6</sup> Crise dos créditos concedidos para compra de imóveis nos Estados Unidos, sem garantias de pagamento com elevadas taxas de juros.

desenvolvimentismo, o foco na redução da pobreza com reformas tributárias e distribuição direta, focalizando-se nos pobres).

Destaca ainda o referido autor:

[...] a convenção neodesenvolvimentista foi reforçada, a partir de 2006, pela mudança de equipe no Ministério da Fazenda e pela reeleição do Presidente Lula. Encontra sua forma atual no Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) e na recente Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) (ERBER, 2011, p. 45).

Cabe destacar que embora tenham coexistido no mesmo espaço de tempo, houve um predomínio do primeiro sobre o segundo. Discorrendo sobre as contradições oriundas dessa condição de dualidade da política deste governo, Boito (2012) argumenta que:

O que se passou desde então [ascensão do PT ao Governo] foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo (BOITO, 2012, p. 08).

Nessa conjuntura, uma das estratégias de aceleração do crescimento foi o acesso da “nova classe média” ao consumo de bens de massa, que descrevem a lógica do neodesenvolvimentismo, conforme pode ser observado no documento *Plano Plurianual 2008/2011: Mensagem Presidência*:

A sinergia resultante de tais políticas (de aceleração do crescimento) é, simultaneamente, pressuposto e resultado de uma estratégia de desenvolvimento que opera com base na incorporação progressiva das famílias no mercado consumidor das empresas modernas. O aumento da demanda por produtos dos setores modernos da economia amplia a utilização da capacidade já existente e estimula maiores investimentos em bens de capital e inovação, que por sua vez conduzem a ganhos de produtividade e competitividade das empresas, ampliando espaço para as exportações. A elevação da produtividade gera maiores lucros e tende a beneficiar as famílias com aumento dos rendimentos auferidos do trabalho. Esses rendimentos se convertem em consumo continuamente ampliado, que mobiliza as forças produtivas para a expansão dos investimentos e o progresso técnico, caracterizando um círculo virtuoso capaz de promover o crescimento com inclusão social e distribuição de renda (BRASIL, 2007a, p. 11-12).

Tais elementos são evidenciados na Política Nacional de Turismo para o período pela ampliação do turismo interno, tratando-se, portanto, segundo o discurso do Governo, de: “... colocar o lazer turístico na cesta de consumo dos brasileiros, e assim aquecer o turismo interno...” (BRASIL, 2007a, p. 5). Dessa forma, o discurso do Estado apresenta e sustenta a importância do turismo para melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, além de garantir o mercado aquecido. Vejamos a narrativa governamental:

Essa prioridade pela inclusão social, por meio do fortalecimento do mercado interno, é boa para todo mundo. É boa para o aposentado, que terá facilidade de viajar e curtir a melhor idade de forma merecida. É boa para o trabalhador, que poderá propiciar à sua família a abertura de novos horizontes que o turismo oferece. É boa para os estudantes, que poderão conhecer os lugares, monumentos, prédios, cidades e manifestações culturais que hoje só conhecem por meio dos livros escolares e dos meios de comunicação. É boa para o *trade*, que vai ter o mercado interno aquecido o ano inteiro. É boa para quem está desempregado e poderá ganhar uma oportunidade de qualificação e renda. E é boa também para o governo, que estará, assim, fortalecendo a sua política de inclusão social (BRASIL, 2007a, p. 8).

Percebe-se, desse modo, que o Plano Nacional Turismo (2007–2010) apresenta em sua concepção uma lógica estratégica e discursiva tal como a apresentada no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do período, qual seja, a da inclusão de novas parcelas de brasileiros no mercado de consumo, inclusive o turístico, além da importância do Estado como provedor da infraestrutura demandada para a expansão e consolidação da atividade.

Nesse caso, o Plano Nacional de Turismo (2007–2010) sustenta a importância do setor para alcançar as metas apresentadas no PAC, de um lado, impactando no crescimento da economia; e, de outro, sendo impactado por ele. Particularmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura, foram concentrados em três eixos relacionados à infraestrutura logística, energética e social urbana, que promovem o crescimento, gerando mais condições para a realização de viagens, e ao mesmo tempo supre a carência de infraestrutura de base para o desenvolvimento da atividade (BRASIL, 2007a). Vejamos uma passagem do PPA (2008-2011), a qual menciona:

As regiões não podem ser tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento. Devem ser consideradas como estruturas sócioespaciais ativas nas quais o ambiente sócio-econômico e os traços

histórico-culturais e sóciogeográficos sejam decisivos para o sucesso ou o fracasso de qualquer desenvolvimento. As políticas públicas encontram, nas escalas sub-regionais e locais, melhor possibilidade de articulação das ações com a gama variada de atores e demais grupos sociais, que assim obtêm melhor resposta aos problemas da agenda de desenvolvimento (BRASIL, 2007b, p. 12-13).

Sob esta perspectiva, o Plano Nacional de Turismo (2007–2010) teve como metas: *i)* promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno; *ii)* criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações; *iii)* estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; e, por fim, *iv)* gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas (BRASIL, 2007a, p. 52).

Quanto a terceira meta, de estruturar 65 destinos turísticos - trata-se dos “Destinos Indutores do Turismo” – tratou-se de elevar 65 cidades à condição de polo de turismo para complementar os objetivos da Política de Regionalização iniciada em 2004. Esses “Destinos” foram selecionados a partir dos dados apresentados pelo Programa de Regionalização do Turismo, e passaram a receber um conjunto de investimentos.

Se considerarmos que em 2006 o território nacional foi delimitado em 200 regiões turísticas, que contemplam 3.819 municípios em todas as Unidades da Federação, das quais 149 regiões apresentaram 396 roteiros que incluíram 1.027 municípios, conforme apresentado por Brasil (2007a, p. 67), e que destes apenas 87 roteiros com 65 destinos sede foram contemplados; percebemos o caráter seletivo da estratégia de desenvolvimento turístico adotada no período (BRASIL, 2007a). Na Figura 1 essa característica da seletividade pode ser observada pela estratégia dos polos indutores. Todas essas questões, enquadram-se naquilo que Harvey (2018), denomina de “Desenvolvimento geográfico Desigual”.

**Figura 1. Destinos Indutores do Turismo no Brasil -2007**



**Fonte:** Ministério do Turismo, 2007. Org. BUSCIOLI, 2021.

Com relação à distribuição desses destinos indutores, podemos observar a ocorrência de uma concentração em todo o litoral brasileiro, em especial no Nordeste, o que está em consonância com o fato de que nessa região, desde o início dos anos de 1990, verifica-se a incidência do PRODETUR, o qual, já temos apontado, segue uma lógica estruturante pautada na ideia de criar polos turísticos.

Desse modo, os Destinos Indutores do Turismo incidem, em sua grande maioria, sobre esses polos e acabam por reforçar essa condição. De um modo geral, os localizados mais ao centro do País são aqueles com apelo ao ecoturismo.

As demais regiões, não contempladas com esses destinos, deveriam, segundo apontado no Plano, estruturar-se institucionalmente para absorver os impactos da prática do turismo. Portanto, regiões polarizadas. Conforme consta em Brasil (2007a), no contexto do PAC, para estes polos foram empenhados entre os anos de 2007 e 2010 cinco bilhões e setecentos milhões de reais para investimentos em infraestrutura nesses destinos.

Mais uma vez observamos um padrão de intervenção espacial por parte do Estado, que busca ajustar pontos do espaço para a reprodução do Capital, neste caso, frações do capital turístico. A despeito dessa questão, de ajustar o espaço para a reprodução do Capital, Harvey (2005) afirma:

A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço [...] a organização espacial é necessária para a superação do espaço (HARVEY, 2005, p. 145-149).

Nesse sentido, o *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil*, lançado em 2004, no contexto do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), ganhou neste período o status de Macroprograma.<sup>7</sup> Dentre os programas contidos no “Macroprograma de Regionalização do Turismo”, destacamos o “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo” com o objetivo de integrar os PRODETUR regional financiados pelo BID (BRASIL, 2007a, p. 69).

Lançado em 2008, o PRODETUR Nacional abarcou os PRODETUR regionais PRODETUR NE II, PRODETUR Sul, PRODETUR Centro, PROECOTUR e teve a finalidade de agilizar os trâmites do processo de captação de recursos com redução dos custos de operação junto ao BID, sendo que o primeiro convênio junto a esse Banco foi celebrado em 2010. Cabe ressaltar que, a partir de então, o PRODETUR Nacional passou a funcionar como um “projeto cabide”, agregando os demais PRODETUR, de modo que os recursos poderiam ser solicitados por governos estaduais e Distrito Federal, capitais e municípios com mais de 1 milhão de habitantes além de municípios elevados à condição de Destino Indutor (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2008).

Com essa mudança, o Ministério do Turismo passou a fazer a gestão do convênio tendo os bancos públicos e de desenvolvimento regional como parceiros. Para pleitear tais investimentos, as Unidades da Federação via regiões turísticas ou municípios devem apresentar um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

---

<sup>7</sup> Essa Mudança, de Programa para Macro-Programa, é significativa, pois expressa a importância que tal programa assumiu no âmbito do planejamento, principalmente por incorporar dentre os seus programas os Programas de Desenvolvimento Regional, PRODETUR E PROECOTUR.

Sob essa lógica, agora no contexto dos Governos Dilma Rousseff I e II (2011-2016), observamos um descompasso temporal entre o período de mandato e a vigência do Plano Nacional de Turismo (2013-2016). Ocorre que ainda no primeiro ano de Governo (2011) o lançamento de um documento produzido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Ministério do Turismo, intitulado de *Documento Referencial: Turismo no Brasil 2011–2014*, que serviria de base para a elaboração do Plano Nacional de Turismo. Todavia, ele foi aprovado apenas em 2013, conforme já colocado, com vigência entre 2013 e 2016.

Ainda assim, ambos os documentos – *Documento Referencial: Turismo no Brasil (2011–2014)* e o *Plano Nacional de Turismo (2011–2014)* – são importantes de serem analisados, pois balizaram a política de turismo no período, em especial por considerar que se trata de um período marcado pela preparação do País para receber três grandes eventos. Respectivamente: Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas, em 2016. Também atentamo-nos para o fato de que o último ano do prazo de vigência do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 coincide com o ano do Golpe político-administrativo sofrido pela Presidenta<sup>8</sup>.

Com relação ao padrão de intervenção espacial, nesse governo é possível observar que o mesmo se manteve e apresentou novidades, tais como a constituição de índices de avaliação dos Destinos Indutores de Turismo. São questões que se articulam à lógica dos megaeventos citados. Como pode ser observado no *Documento Referencial: Turismo no Brasil 2011–2014*:

A manutenção da política específica para o setor de Turismo, executada através do Ministério do Turismo, deverá afetar positivamente a dinâmica do processo de desenvolvimento turístico. O Plano Nacional de Turismo, lançado em 2003 e, atualizado em 2007, definiu as diretrizes do planejamento da atividade, destacando a sua relevância na geração de divisas, emprego, renda e inclusão social. O Programa de Regionalização do Turismo tem contribuído para o processo de desenvolvimento do Turismo brasileiro e deve continuar a orientar as ações de estruturação da oferta turística. Os 65 destinos indutores poderão estar sujeitos à análise conforme desempenho do seu índice de competitividade, de forma a estimular a qualificação do produto turístico brasileiro. Os investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur Nacional,

---

<sup>8</sup> Segundo o Juri do Tribunal Internacional pela Democracia, o *impeachment* sofrido pela Presidente Dilma Rousseff foi um Golpe de Estado e assim entendemos também. Para maiores informações, ver em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2016/07/20/juri-do-tribunal-internacional-pela-democracia-confirma-golpe-no-brasil>

deverão suprir algumas necessidades atuais para o desenvolvimento turístico dos estados habilitados a participar do Programa (BRASIL, 2011, p. 96).

Como já apontamos, o documento supracitado serviu de subsídio para a construção do Plano Nacional de Turismo (2013–2016), que, por sua vez, apresentou quatro grandes objetivos: (i) preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; (ii) incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; (iii) incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; e, por fim, (iv) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro (BRASIL, 2013b, p. 68).

No que tange o quarto objetivo, o Plano Nacional destaca a importância da Política de Regionalização e a estratégia dos Destinos Indutores, pois nestas localidades estaria sendo aplicada uma metodologia elaborada pela FGV para auferir um índice de competitividade<sup>9</sup> de Destinos Turísticos Indutores no sentido de identificar setores que apresentassem menor pontuação para serem trabalhados (BRASIL, 2013b, p. 69). Trata-se na verdade da elevação de um destino dentro de um Polo Turístico, no contexto dos PDITS.

Tal índice deveria levar em consideração cinco macrodimensões e suas respectivas dimensões: Infraestrutura: Infraestrutura Geral e Acesso; Turismo: Serviços e Equipamentos Turísticos, Atrativos Turísticos e Marketing; Políticas Públicas: Política Pública, Cooperação Regional e Monitoramento; Economia: Economia Local e Capacidade Empresarial; Sustentabilidade: Aspectos Sociais; Aspectos Ambientais e Aspectos culturais (BRASIL, 2013b).

É sintomático nesse tipo de política territorial criar medidas e parâmetros para avaliar os resultados, em especial para justificar a eficiência de tais investimentos de modo concentrado nesses espaços elevados à categoria de polos, assim como justificar novas inversões, conforme pode ser observado no *Documento Referencial: Turismo no Brasil 2011 – 2014*.

É forçoso dizer que este índice foi aplicado para as localidades já consideradas Destinos Indutores, não explicando dessa forma a escolha das mesmas. Portanto, o índice

---

<sup>9</sup> Trata-se do Índice de Competitividade do Turismo Nacional — 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, criado em 2007, no contexto do Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. Foram lançadas edições em 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018).

de competitividade serviria para comparar os destinos entre si e avaliar as dimensões com maior ou menor desempenho a fim de traçar estratégias de atuação (BRASIL, 2013b).

Quanto à definição desses Destinos, foram consideradas as seguintes questões: a) Todas as Unidades da Federação e suas capitais deveriam ser contempladas; b) Cada Unidade da Federação deveria ter no mínimo um e no máximo cinco destinos indutores. Consta ainda a importância dos estudos apresentados no *Plano de Marketing Turismo Internacional - Plano Aquarela* e *Plano de Marketing Nacional - Plano Cores do Brasil*, além de outros estudos. (BRASIL, 2013b, p. 18):

Esses destinos [...] vêm recebendo investimentos técnicos e financeiros do MTur com o objetivo de aprimorá-los, e suas experiências e práticas exitosas devem ser multiplicadas. O foco nos destinos indutores busca acelerar o processo de qualificação, de modo a promover um efeito indutor regional [...] (BRASIL, 2011, p. 68).

Desse modo, analisamos que o processo materialização das densidades – ações, objetos e normas – para o consumo do espaço pela atividade turística desde os anos de 1990, tal como temos apontado, decorre inicialmente da política de municipalização do turismo, com a qual se buscou o engajamento dos sujeitos locais e amplo diagnóstico dos potenciais turísticos; e, posteriormente, com a política de regionalização e roteirização desses espaços com a elevação de seus respectivos “Destinos Indutores”, que buscou “mapear” o espaço para então distribuir os investimentos nas áreas prioritárias, colocadas no discurso governamental como aquelas que apresentam maior potencialidade de retorno imediato, sendo assim capaz de induzir o desenvolvimento no seu entorno, ou melhor dizendo, na região polarizada.

Cabe destacar que essa estratégia, de irrigar pontos específicos do espaço e garantir seu uso turístico, conforme se observa nos documentos oficiais analisados, ultrapassa e se sobrepõe às mudanças de Governo mantendo-se em consonância desde o início dos anos de 1990 com as fases do modelo de planejamento e financiamento proposto pelo BID, em especial a partir da implantação do PRODETUR.

No bojo desse processo, consolidou-se um padrão de intervenção espacial a partir de políticas públicas de turismo, sob a lógica de elevar-se uma determinada localidade ao status de “Polo Turístico” e promover um ajustamento do espaço para dar condições para a reprodução desta atividade no interior dessas regiões – o polo e a região polarizada – em

consonância com proposição do BID. Ademais, o discurso de promover um crescimento harmonioso apresenta-se como ideológico, dado que confere a tais espaços a lógica de expansão do Capital, concentrada e centralizada.

O processo de elevar certas áreas à condição de “polos” indutores do desenvolvimento regional remete a uma estratégia amplamente utilizada no contexto das políticas de desenvolvimento regional, que acaba, como já apontamos em outros momentos, por reproduzir, no interior das regiões, a mesma lógica de (re)produção do Capital, qual seja, expansão e concentração, sob o discurso de induzir o desenvolvimento regional.

Coraggio (1985, p. 62), discutindo a aplicação da estratégia de desenvolvimento polarizado na América Latina, afirma que: “Sem dúvida, no contexto real de nossos países, a proposta não conduz de ordinário a uma transformação interna das estruturas, senão a uma aceleração da taxa de crescimento dos indicadores, com o apoio dos grandes polos mundiais, já existentes”.

Ou seja, embora discursivamente apresente-se como uma proposta de desenvolvimento capaz de resolver problemas como desigualdades regionais, distribuição de renda e etc, a estrutura da lógica local-global não se altera, impossibilitando que tais questões sejam de fato atingidas. O que se observa, é que a ação do Estado buscou promover um ajustamento espaço-temporal, no qual constatou-se a concentração de recursos em áreas selecionadas para serem irrigadas por investimentos públicos em infraestruturas, estudos e mapeamento das possibilidades de investimentos, tendo como estratégia principal a regionalização e a elevação de alguns municípios à condição de Polos de Desenvolvimento do turismo no contexto de sua região e constituição de rotas, o que induz no interior das mesmas a lógica do “Desenvolvimento Desigual e Combinado”.

## Conclusões

A estratégia territorial de implementação da política de turismo buscou de um lado, através da constituição de regiões turísticas, garantir a unidade administrativa de execução da política, uma vez que tais empréstimos estão vinculados a apresentação dos PDITS e estes necessariamente ficam circunscritos ao âmbito estadual, podendo sobre algumas circunstâncias ser apresentados por municípios, mas via de regra são apresentados por

regiões. Do outro lado, com a constituição dos roteiros garante-se a conexão desses espaços, neste sentido, os roteiros podem extrapolar a escala das regiões turísticas, das Unidades Federativas e a escala nacional, dado que existem roteiros internacionais.

Tais roteiros tem, portanto, o papel de “organizar” esses espaços num modelo comercial, conforme apresentado pelo Ministério do Turismo. Deste modo, a roteirização é um “processo de organização de itinerários, a partir de um planejamento integrado, reunindo atrativos, equipamentos e serviços de uma ou mais regiões turísticas, de forma a estruturar produtos para comercialização no mercado turístico”.

Entendemos que trata-se de Polos, pensados e organizados para receberem investimentos em infraestrutura turística, imbricados em redes de comercialização a partir do processo de roteirização. No interior desse processo, as políticas de Estado ao tratar de questões relacionadas às desigualdades regionais e concentração da riqueza, mostram-se incapazes de tratar as causas como causas, e na busca por realizar ajustes nos efeitos – com a estratégia da polarização - acaba por promover uma nova reconcentração no interior das regiões, transferindo para o âmbito regional a mesma lógica da escala nacional, ou mesmo internacional, num movimento de “Desenvolvimento Geográfico Desigual”.

Compreendermos que a constituição da Política Nacional de Turismo apresenta interfaces com a lógica local-global, e que a estratégia de territorialização da Política Nacional de Turismo, municipalização, regionalização e Roteirização, fora atravessada pelo PRODETUR, principal programa de investimentos em infraestrutura turística, que se somou as demais ações para efetivar a materialização programática dessas políticas, através de ações, objetos e densidades normativas.

## Referências

AB´SABER, T. **LULISMO: carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2012.

BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **Fórum Econômico da FGV**. São Paulo: FGV, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes Metas e Programas: 2003 – 2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: 2007 – 2011: Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos estratégicos: **Plano Plurianual 2008/2011: Mensagem Presidencial**: Volume I. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2007b.

BRASIL. Presidência da República. **Balanço de Governo 2003 a 2010: Desenvolvimento Sustentável com Redução de Desigualdades. Livro 2**. [Brasília?], 2010. Disponível em < <https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/?p=balanco> >. Acesso em: 25 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: Programa de Regionalização do Turismo: Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do BRASIL: Resumo Executivo. [Brasília]: Ministério do Turismo, [2010?].

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 – 2014: [Documento Referencial do Turismo 2011 – 20014]**. [Brasília]: Ministério do Turismo / FGV, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – diretrizes**. Brasília: Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização, 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013b.

BUSCIOLI, R. R. O desemprego como base discursiva da política nacional de turismo: O caso do Prodetur NE I e II (1994 – 2010). In: **XX Jornada do Trabalho. Anais**. Presidente Prudente: Rede CEGeT & Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, 2019. p. 580 – 595.

BUSCIOLI, R. R. **Política nacional de turismo: discursos e práticas do estado brasileiro e suas interações no processo de (re)produção espacial sul-mato-grossense**. 2021. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Ministério do Turismo Lança Prodetur. In: **Comissão de Turismo/Notícias Nacional**, Brasília, 2008. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/ministerio-do-turismo-lanca-prodetur-nacional>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

CORAGGIO, J. L. Polarización, desarrollo e integración. In: Kuklinski, A. **Desarrollo polarizado y políticas regionales**. Trad. Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p. 49-68.

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. SP: Perspectiva, 2001.

- ERBER, F.S. As convenções conceito de convenções do desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de política, In: **Revista de Economia Política**, v. 31, nº 1, 2011.
- HARVEY, D. A geografia do poder de classes. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.
- HARVEY, D. **JUSTIÇA, NATURALEZA Y LA GEOGRAFIA DE LA DIFERENCIA**. Quito – Ecuador: Editora IAEN Instituto de Altos Estudios Nacionales de Equadm, 2018.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2003.
- LAZZARINI, S. L. **Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.
- MELO, V. A. **Introdução ao Lazer**. São Paulo: Manole, 2003.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Organograma do Ministério do Turismo**. 7 abr. 2015a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/organograma.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- POULANTZAS N. **Estado poder e socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.
- RIBEIRO, R. M. **Sistema de Planejamento do Turismo - Proposição de uma ferramenta de Planejamento turístico e setorial com foco em Guaratuba**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2011.
- SABER, E; GARCIA, M. A. (Orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo, Boitempo, 2010.
- SARLET, I. W. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 2º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001
- SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. V; LOUREIRO, I. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** [S.l: s.n.], 2016.
- SOUSA, J. A Invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira dos Economistas. In \_\_\_\_\_ BARTELT, D. D. (Org). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.
- TELES, R. M. S; PIERI, V. S; OLIVEIRA, F. **Turismo e Política externa brasileira: de Vargas a Dilma**. Bela Vista: UFRR, 2016.